

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Rubem Rabello Maciel de Barros

**Vestígios de um projeto editorial de excelência:
uma história da Livraria Martins Editora**

São Paulo

2026

RUBEM RABELLO MACIEL DE BARROS

**Vestígios de um projeto editorial de excelência:
uma história da Livraria Martins Editora**

Versão original

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Doutor
em História Social

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Vinci de
Moraes

São Paulo

2026

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B277v Barros, Rubem
 Vestígios de um projeto editorial de excelência:
 uma história da Livraria Martins Editora / Rubem
 Barros; orientador José Geraldo Moraes - São Paulo,
 2026.
 228 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. CH781.4.13 - HISTÓRIA SOCIAL . 2.
 CH764.5.21.1.2 - COLEÇÕES. 3. CH751.4.20.3 -
 BIBLIOFILIA. 4. CH751.2.2.1 - ACERVO. 5. CH781.4.2 -
 HISTÓRIA DA CULTURA. I. Moraes, José Geraldo, orient.
 II. Título.

Nome: BARROS, Rubem Rabello Maciel de. **Vestígios de um projeto editorial de excelência:**
uma história da Livraria Martins Editora. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026

Aprovado em:

Banca examinadora

Orientador

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

AGRADECIMENTOS

Por mais que a tão decantada solidão do pesquisador esteja presente em muitos momentos dessas longas jornadas de pesquisa, uma empreitada dessa natureza não se realiza sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas. Entre estas, relembro nestes agradecimentos aquelas com inestimável participação para a consecução da tese. E peço antecipada desculpas àqueles de quem eventualmente me esquecer, traído pela memória.

Como sói acontecer em trabalhos de pesquisa, começo esse exercício de reconhecimento pelo meu orientador, professor José Geraldo Vinci de Moraes que aceitou a tarefa em uma área que, apesar de ter pontos de contato com o seu campo de atuação, não é aquela de sua especialidade. O que, imagino, representa também um desafio. Agradeço, além de sua confiança de que eu pudesse fazer alguma minimamente significativa, à sua leitura atenta e às observações que me auxiliaram sob vários pontos de vista, em especial no que diz respeito à escritura historiográfica, em que meus vazios formativos por vezes resultaram em inadequações que, espero, tenham sido corrigidas.

Agradeço também aos professores Júlio Pimentel Pinto e Marisa Midori Deaecto por seus apontamentos que ajudaram a organizar uma mente naturalmente direcionada ao um certo trato anárquico da profusão de informações a que estamos todos submetidos. Ambos, cada um a sua maneira e com seu olhar, são corresponsáveis pela estrutura deste texto, ainda que o que restou nele de tortuoso seja de estrita lavra deste escriba.

Ao professor Nelson Schapochnik devo o direcionamento do olhar para o estudo das coleções, questão sobre a qual me alertou numa generosa conversa nas preliminares desta tese. Mais ou menos na mesma época, o professor e editor Plínio Martins Filho me abriu o horizonte para questões do campo editorial às quais poderia e não poderia ter acesso, além de, com sua experiência na atividade, ter dividido conhecimentos que me auxiliaram não só na pesquisa, mas também em minha incipiente prática como editor de livros. À professora Lilia Schwarcz e sua disciplina sobre o universo dos arquivos, tão esclarecedora das limitações do campo dos livros, meu obrigado.

Aos colegas do Nupel, o Núcleo de Pesquisa do Papel da Edição e do Livro (Ufa!!), meu agradecimento especial pelas trocas constantes e abrangentes em relação aos temas que abordamos em diversas reuniões desde a sua criação. Meu obrigado a Fabiana Marchetti, também integrante da minha banca, e aos colegas Josiane Mozer (com valiosas contribuições sobre os arquivos da USIA), Hugo Quinta, Lucas Santiago, Fabio Mariano Pereira, Priscila Gutierrez, Thayná Peixoto, Rafaela Fernandes, Gabriela Vieira, Felipe Azevedo, Ana Paula Tanaka e àqueles de presença menos constante, mas também importantes.

À editora e pesquisadora Sílvia Nastari, precursora das pesquisas sobre a Martins com seu trabalho sobre a Biblioteca de Literatura Brasileira, que tão generosamente dividiu não só comigo, mas também com o Nupel sua experiência e os resultados de seu trabalho, inspirador sob vários aspectos. E, além disso, me propiciou o contato com José Fernando de Barros Martins, a quem agradeço de forma muito especial pela diligência, paciência e disponibilidade

ao me acolher por diversas vezes em sua casa para relemburar fatos que, se no geral constituem uma memória auspiciosa, aqui e ali trouxeram recordações amargas. As quais, no entanto, ele driblou sempre com bom humor, ainda que, por vezes, temperado com natural acidez.

Ao professor e pesquisador Thiago Mio Salla, que dividiu seus conhecimentos sobre a obra de Graciliano Ramos, e ao pesquisador Silvio César Tamasso D'Onófrio, que trouxe dados preciosos sobre Edgard Cavalheiro. Ao professor e técnico Célio Robusti da Escola Theobaldo de Nigris e ao artista Gustavo Piqueira, da Casa Rex, pela ajuda de ambos na identificação de questões técnicas relativas aos papéis utilizados em coleções da Livraria Martins.

No quesito forma e apresentação, agradeço à Larissa Cruz, cuja precisão do olhar vai se apurando cada vez mais (além da paciência com as regras que, confesso, não são o meu forte).

Uma menção muito especial à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, onde fui recepcionado magnificamente pelos então diretor e vice-diretor Alexandre Macchione Saes e Hélio de Seixas Guimarães, sempre amparados pela competência de Iara Braz (secretária), das bibliotecárias Eliane Kano, Jeanne Beserra Lopes e pelas sempre solícitas estagiárias. Igualmente agradeço às profissionais da seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, Joana Darc Moreno de Andrade e Gabriela Aparecida da Cunha Yamane, além da restauradora Marlene Laky, memória viva da Casa Guilherme de Almeida enquanto esteve lá.

Um agradecimento para lá de especial ao livreiro Marciano Loureiro de Souza, da Livraria Martins Fontes, grande conhecedor da história do livro em São Paulo que por meses me emprestou seu exemplar sobre os 30 anos da Martins. Devo igualmente meu obrigado a Maria Guimarães, amiga de muitos anos que ficou atenta aos livros da Martins com que se houve no seu Sebinho Mirandópolis, e a Carlos Bianco (*in memoriam*) que dividiu comigo exemplares que fizeram parte da biblioteca que construiu com Vera Porto Alegre, sua companheira de vida.

Por fim, os agradecimentos aos entes mais próximos: aos amigos e sócios Marcelo Morales e Luiz Costa Pereira Jr.; a Sylvia Porto Alegre, cuja veia de pesquisadora se mantém ainda muito pulsante e que me ajudou com sua experiência e discernimento; a Rafael Barros, meu filho, que me emprestou seu talento de fotógrafo e sua paciência filial ao longo dos anos; e, muito especialmente, a Fernanda do Val, que ao longo desta jornada se tornou minha companheira de vida, dividindo inicialmente seu computador e um cafezinho, depois seus livros, sua sabedoria, compreensão e, mais do que tudo, um projeto de vida que se materializa em livros no selo editorial Cambalache.

RESUMO

BARROS, Rubem Rabello Maciel de. **Vestígios de um projeto editorial de excelência: uma história da Livraria Martins Editora.** 2026. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026

Este estudo busca refazer a história da Livraria Martins Editora, companhia que, entre 1937 e 1974, foi uma das principais de seu setor. Sua trajetória se distinguiu pela excelência de seu catálogo, com destaque para as diversas coleções publicadas ao longo dos anos, sobretudo aquelas que mesclaram versões voltadas tanto para bibliófilos como para o público em geral, numa tentativa de tornar acessível um conhecimento até então de circulação restrita. Tanto essas coleções – entre as quais se destacaram a Biblioteca Histórica Brasileira, a Biblioteca de Literatura Brasileira e a Biblioteca Histórica Paulista –, como os demais títulos que a Martins fez chegar aos leitores se notabilizaram pelo apuro gráfico e refinamento imagético, tendo reunido artistas e ilustradores entre os mais significativos do país. Inserida entre as pesquisas sobre a história do livro, campo que tomou corpo no Brasil a partir do final do século passado, esta investigação teve como objetivo, além da reconstituição do percurso de José de Barros Martins e sua editora, trazer novos entendimentos, por meio de seu objeto, sobre o cenário do período compartilhado por seus contemporâneos. E, em acréscimo, decifrar os motivos de seu ocaso.

Palavras-chave: História do livro. História editorial. Bibliofilia. História intelectual. História material.

ABSTRACT

BARROS, Rubem Rabello Maciel de. **Traces of an outstanding publishing project:** a history of Martins Publishing House. 2026. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026

This study seeks to retrace the history of Livraria Martins Editora, a company that between 1937 and 1974, was one of the leading companies in its sector. Its editorial history was distinguished by the excellence of its catalogue, particularly the diverse collections published over the years, especially those that combined versions aimed at both bibliophiles and the general public, in an attempt to make previously restricted knowledge accessible.

These collections – among which the Brazilian Historical Library, the Library of Brazilian Literature, and the São Paulo (Paulista) Historical Library stand out – as well as the other titles that Martins made available to readers, were notable for their graphic refinement and imagery, bringing together some of the most significant artists and illustrators in the country.

As part of the research on the history of the book, a field that took shape in Brazil from the end of the last century, this study aimed, in addition to reconstructing the evolution of José de Barros Martins and his publishing house, to bring new understanding about the background to the period shared by his contemporaries, in addition to determining the reasons for its decline.

Keywords: History of the book. Publishing history. Bibliophilia. Intellectual history. Material history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
As coleções e a segunda revolução do livro.....	13
O universo das coleções no Brasil.....	15
No rastro da Martins: percurso investigativo	15
1 UM NOME E UMA MARCA: JOSÉ DE BARROS MARTINS E A LIVRARIA MARTINS FONTES	23
1.1 As elites intelectuais e a cultura francesa	25
1.2 A gênese de um editor	31
1.3 Perfil de atuação.....	33
1.4 Século XX: chegam os editores	35
1.5 As escolhas, missão do editor	37
1.6 Presença no setor e na sociedade.....	46
1.7 Mercado e Câmara Brasileira do Livro	50
1.8 Funções públicas	55
2 A ERA DAS COLEÇÕES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL	59
2.1 A Martins, suas coleções e o compromisso com a cultura brasileira	59
2.2 A Biblioteca Histórica Brasileira	65
2.3 Descritivo físico da coleção	68
2.4 Elementos de distinção.....	75
2.5 A condução dos trabalhos pelo diretor da coleção.....	76
2.6 Receptividade à coleção	83
2.7 A Biblioteca de Literatura Brasileira.....	87
2.8 O amigo Mário de Andrade.....	91
2.9 Tensões entre ruptura, construção e moral artística	95
2.10 Edgard Cavalheiro e os sucessos populares da Martins.....	98
2.11 Martins, a editora de Jorge Amado	100
2.12 O catálogo da primeira década	104
3 ANOS 1950: IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO E RECONHECIMENTOS INTERNACIONAIS	111

3.1 IV Centenário: memória e construções simbólicas	116
3.2 Taunay, o bandeirismo paulista e a BHP.....	120
3.3 A história brasileira versus a história paulista.....	124
3.4 Aspectos gráficos	125
3.5 Os símbolos das comemorações	127
3.6 Presença da Martins na I Feira Internacional de São Paulo	128
3.7 Investimento em coleções de autores únicos	134
3.8 Jorge Amado em nova chave	142
3.9 A importância da presença dos artistas.....	145
3.10 Reflexão seminal sobre a literatura brasileira	149
3.11 Outros horizontes editoriais.....	151
3.12 Vendas de coleções e condecorações.....	156
3.13 O mundo editorial brasileiro no período	159
4. DILEMAS DE TEMPOS MUTANTES	164
4.1 Um retorno e novidades	173
4.2 Curva descendente	186
4.3 As obras dos anos 1970.....	194
4.4 Respirando por aparelhos	200
4.5 Um marco no tempo	208
REFERÊNCIAS	212
ANEXO 1	222
ANEXO 2	223
ANEXO 3	227
ANEXO 4	228

INTRODUÇÃO

Na década de 1930, o cenário cultural de São Paulo passou por diversas transformações. Sem ter prevalecido pelas armas no movimento constitucionalista de 1932, os paulistas criaram novas instituições através das quais quiseram firmar uma posição de liderança no país por meio do conhecimento. Surgiram, assim, a Escola Livre de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura, organismos nascidos entre os anos de 1933 e 1935. À frente desses novos projetos estava um grupo de intelectuais, entre os quais se destacavam Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e Paulo Duarte, entre outros. Em meio a essa efervescência que vivia a cidade, moldou-se uma nova proposta editorial, gestada primeiro em forma de livraria especializada na importação de publicações de luxo destinadas a bibliófilos. À frente da iniciativa, estava José de Barros Martins, que via o livro não só como veículo de ideias, mas também como objeto portador de uma leitura estética do mundo. Com o advento da II Guerra Mundial e a dificuldade de importar material da França, sua principal fonte de oferta aos amigos e clientes, o novo livreiro decidiu tornar-se editor.

A partir daí, foram mais de três décadas em que a Livraria Martins Editora legou aos leitores diversas coleções editoriais e teve em seu catálogo alguns dos mais importantes autores brasileiros e estrangeiros, a ponto de ser considerada uma das três mais importantes do país. Com as grandes transformações de ordem não só cultural, mas também política, econômica, social e comportamental pelas quais passaram o Brasil e o mundo nos conturbados anos da década de 1960, várias editoras que haviam florescido naquele período anterior entraram crise, pois seu modelo de atuação não mais respondia às dinâmicas do novo desenho de consumo cultural que se impôs. Foram perdendo força e muitas delas acabaram virando apêndices de novas empresas que se constituíram no setor ou paulatinamente caíram no esquecimento. Apesar desse apagamento não ter sido imediato e nem mesmo definitivo no caso da Martins, ela foi se tornando uma referência longínqua, cada vez mais restrita aos profissionais do segmento capazes de se lembrar de suas coleções históricas e de literatura. E o legado deixado por meio de seus livros passou a ser confundido com o de outras editoras.

Esta pesquisa busca refazer o trajeto de atuação da Livraria Martins Editora, mostrar sua importância na cultura brasileira reavivando a dimensão de seu catálogo e das pessoas que, nas várias funções que constituem o campo editorial, deixaram suas marcas nessa história. Procura também entender os fatores que concorreram para o fim desse projeto, tentando situá-lo ao lado de seus contemporâneos. Os vestígios aos quais se refere o título são uma menção

principalmente aos livros que ainda restam em coleções particulares, sebos e bibliotecas, registros vivos que, em conjunto, são capazes de trazer significado para uma história cuja riqueza tentou-se aqui sublinhar.

A história da Livraria Martins Editora se insere naquilo que a pesquisadora Marisa Midori Deaecto identifica como o terceiro momento da produção de pesquisas sobre a história do livro no Brasil. Em sua periodização, cita como ponto de partida o levantamento de livros e periódicos que integravam o acervo da Biblioteca Nacional e de outras instituições já a partir do século XIX. Esta, por assim dizer, “abertura dos trabalhos”, foi seguida, num segundo momento, por levantamentos que se detiveram, além do livro, na história do jornalismo e da tipografia, às vezes com viés crítico, como no caso de *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, em outros casos por meio de levantamentos minuciosos, como no exemplo da *Bibliographia Brasiliana*, de Rubens Borba de Moraes, que inventariou mais de “dez mil títulos e trezentas ilustrações de folhas de rosto de obras raras”. Borba de Moraes foi também, ao lado de Ana Maria Almeida de Camargo, responsável pela revisão e atualização da *Bibliografia da Imprensa Régia no Rio de Janeiro*, proporcionando no conjunto de suas obras, uma visão bastante ampla em relação às publicações realizadas no Brasil que circularam desde o século XIX. A história e a bibliografia estavam já entranhadas em sua prática. Foi, assim, um historiador do livro antes que esse campo de pesquisas ganhasse nome próprio a partir de *O aparecimento do livro* (1958), resultado das inquietações dos intelectuais franceses Lucien Febvre e Henri-Jean Martin.

O terceiro momento ganha corpo a partir do trabalho de grande fôlego do brasilianista e historiador britânico Laurence Hallewell, ponto de referência para uma série de pesquisas desde o lançamento de seu *O livro no Brasil – sua história*, em 1985. Autores, editores, tipógrafos, ilustradores, enfim, uma considerável quantidade de profissionais e empresas que integraram a cadeia do livro foram contemplados nessa pesquisa, o que abriu caminho para que muitos outros trabalhos derivassem de seu levantamento. Aliás, é preciso frisar que a pesquisa que ora se apresenta nasceu da leitura dessa extensa obra, que cobre um arco temporal de quase dois séculos e permitiu pinçar uma história que parecia de grande importância, mas deixada para trás, como se não pudesse mais dialogar com os dilemas editoriais de hoje. Diálogos estes que, como se espera, vão se mostrar fecundos, nem que seja para mostrar que covas atuais têm raízes mais profundas.

Se houve tempos em que a história literária esteve confinada aos tradicionais estudos de Vida e Obra que deram o tom do que se escrevia em relação à literatura no século XIX, a investigação

de Henri-Jean Martin coloca a importância do objeto livro em novo patamar no que tange à circulação de ideias. Isso é bem exemplificado com a análise do período imediatamente seguinte à descoberta da prensa e dos tipos móveis, invento que ampliou a possibilidade de reprodução e circulação de impressos. O livro, assim, tornava-se “o fermento das sociedades”, com a propagação de ideias que ajudariam a transformar relações políticas, sociais e religiosas, estas últimas sob forte impacto da maior facilidade de acesso nos tempos da Reforma. Na virada do século XX para o XXI, os estudos começaram a levar em conta o que Robert Darnton batizou de “o circuito das comunicações”, traduzido numa ilustração com todos os atores do mercado do livro (ao menos aqueles presentes até o final do século passado), que desde então está presente em muitos projetos de pesquisa destinados a tentar compreender aspectos dessa cadeia produtiva.

No Brasil, os editores e suas casas editoriais ganharam muitos estudos desde então. Exemplos são aqueles de coleções como a Editando o editor ou de séries como a Memória Editorial, ambas nascidas ou crescidas do seminal projeto da ComArte, vinculada ao curso de editoração da ECA/USP, em associação com a Editora da Universidade de São Paulo. Estas séries de publicações têm proporcionado o acesso ao conhecimento em relação à edição brasileira, mostrando seus processos e agentes. O arco das publicações cobre desde os primeiros passos dados ainda no Império, com Francisco de Paula Brito, passando por Francisco Alves e sua atuação na virada dos séculos XIX e XX e José Olympio, que meados do século passado foi um dos grandes transformadores do livro no Brasil, ao lado de nomes como Henrique Bertaso e Erico Verissimo, ambos da Editora do Globo e Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, estas últimas três casas contemporâneas da Livraria Martins Editora e de José de Barros Martins, objetos desta pesquisa. Outras variadas vertentes também entram como partes dessa rede que compõe a história do livro no Brasil, tais como a história das livrarias, com a contribuição de Ubiratan Machado com títulos¹ que nos contam muito sobre os lugares em que a sociabilidade literária deu novas cores à história literária em si, e os aspectos da produção do livro, materializados por Paulo Iumatti² em volume que explicita a importância da indústria gráfica, para ficar em poucos exemplos.

Uma das questões iniciais da investigação sobre a atuação de José de Barros Martins repousa no fato de que, ao passar de livreiro-importador a editor, ele buscou estar em sintonia com

¹ **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras.** São Paulo: Ateliê editorial, 2008; *História das livrarias cariocas.* São Paulo: Edusp, 2012

² *Arte e trabalho – aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945).* São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2016

aquilo que se fixara como estratégia central de vários de seus pares no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Passou a lançar séries temáticas nos moldes dos livros e coleções franceses cuja importação oferecia aos bibliófilos paulistas. Entender o universo das coleções passou a ser, então, o primeiro passo da pesquisa para ver como se estruturou o projeto editorial que teve início no final de 1939, início de 1940.

As coleções e a segunda revolução do livro

O lugar do editor no mundo das publicações passou por seguidas e importantes transformações, principalmente a partir da segunda revolução do livro³, ocorrida no período entre o final do século XVIII até por volta de 1930, quando os modos de produção sofrem uma série de inovações, seja no aumento da velocidade de impressão ou no fabrico do papel. Nesse período, não só surgiu a possibilidade de acelerar e multiplicar os processos produtivos, como também se chegou, um pouco por tentativa e erro, ao incremento do modo de comercialização seriado, em consonância com o desenho da sociedade europeia, em especial francesa, após a Revolução de 1789.

A chegada de novas tecnologias que aprimoraram e imprimiram mais velocidade à produção de livros nas primeiras décadas do século XIX, aliada à penetração crescente do pensamento iluminista, que pressupunha crença na razão e no conhecimento e ambicionava universalizar o acesso à cidadania, proporcionaram um contexto favorável à proliferação das coleções editoriais. Dirigidas a públicos específicos, muitas vezes com o intuito de universalizar padrões de comportamento ou estimular a leitura de mulheres e crianças, coube ao mundo editorial francês a primazia do fenômeno, sendo seguido por outros países europeus e, mais timidamente, também além-mar, inclusive no Brasil.

Para se ter uma ideia de como sua presença aumentou, oito coleções foram editadas na França entre 1660 e 1830, um período de 170 anos; já de 1830 a 1914 (68 anos, metade do intervalo anterior), foram 71, quase nove vezes mais. O livro passou a ser o portador de bem mais do que apenas o conteúdo diretamente nele inserido: foi escolhido como o grande veículo de difusão de ideias e projetos sociais.

Para instruir e ensinar conhecimentos úteis, foram criadas as coleções de vulgarização científica. Para oferecer distrações respeitáveis, multiplicaram-se as coleções de literatura contemporânea ou clássica. Para cultivar bons paroquianos, criaram-se coleções cristãs. Para formar cidadãos lúcidos e conscientes, multiplicaram-se as coleções de propaganda. As coleções buscavam, ainda,

³ Sendo a primeira a invenção dos tipos móveis e da prensa de Gutenberg, no século XV, e a terceira a atual disponibilidade da leitura em suporte digital.

responder à demanda de leitura dos novos leitores do século XIX: as crianças, as mulheres, a população em geral⁴.

Expressão dessa adesão ao livro foi a constituição de diversas *Bibliothèques*, como eram denominadas então as coleções, destinadas a cada um destes públicos. Os títulos, por si só, são bastante reveladores de padrões e tendências sociais. Havia de tudo: “das numerosas Bibliotecas Populares à Biblioteca Escolar ou da Família, passando pela Biblioteca do Homem de Bom Gosto ou a Biblioteca do Espírito Francês”⁵. Num momento de grande expansão da educação formal, elas tiveram papel central.

Os significados dos vocábulos *bibliothèque* e *collection* foram intercambiáveis ao longo do tempo. Se biblioteca era, como registrado no século XVII, a designação do espaço físico em que se lê, era também já dicionarizada como uma compilação de obras de mesma natureza ou de autores que sumarizaram tudo que pudesse ser dito sobre um mesmo assunto”⁶. Mais tarde, no início do século XX, Henri Bourrelrier sintetiza uma definição que compreende as relações entre o conteúdo escolhido e o objeto que lhe serve de suporte:

A ideia de biblioteca, uma coleção que possui uma certa unidade intelectual (a natureza dos textos publicados) e material (a apresentação uniforme dos volumes), assim como seu preço geralmente constante, compõem um todo que deve ser visto primeiro como uma estratégia comercial⁷.

Na França, o modelo das coleções se consolidou a partir dos anos 1830. Foram necessários ajustes que implicaram experiências e reflexões para seduzir um público ávido por leitura, mas ainda não tão apto a despendar somas mais altas. O tipógrafo e editor Gervais Charpentier teve papel essencial para desencadear uma revolução técnica e comercial, como reconheceram os historiadores do livro Henri-Jean Martin e Frédéric Barbier⁸. Depois de lançar coleções com as obras completas de Chateaubriand, Byron e Alfred de Vigny ganhando apenas um terço do que projetara, inovou ao lançar, em 1837, um novo formato com melhor aproveitamento de papel, proporcionado por um produto de maior alvura, que resultou em um tamanho mais cômodo para leitura e preço compatível com a qualidade ofertada. Além disso, prospectou um novo público nos gabinetes de leitura, onde muita gente buscava os jornais que publicavam os folhetins de histórias românticas, gênero que despontou nesse momento. Para captar a atenção

⁴ OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection – De la diffusion de littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe. siècle*. Paris: Éditions de L'Imec/Édition de la MSH, 1999, pág. 10

⁵ Idem, idem, pág. 10

⁶ Olivero lista todos os significados mencionados no *Dictionnaire universel*, de Antoine Furetière publicado em 1690. Op. cit., pág. 14.

⁷ BOURRELIER, Henri APUD OLIVERO, op. cit. pág. 16.

⁸ OLIVERO, Op. cit. pág. 49

dos potenciais leitores, criou capas ilustradas e coloridas⁹. Ou seja, melhorou a qualidade do livro e a percepção sobre o objeto que passou a oferecer.

O universo das coleções no Brasil

No cenário nacional, as coleções começaram a aparecer na segunda metade do século XIX, inicialmente após a edição em livro de romances com primeira publicação como folhetins de jornal. Nesse processo, o francês Baptiste-Louis Garnier, que se instalara no Rio de Janeiro em 1844, passou a lançar segundas ou terceiras edições de autores como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis a partir de 1864. De Alencar, publicou *Demônio Familiar, Asas de um Anjo* (teatro) e *O Guarani*, todos entre 1864 e 1865. De 1867 em diante, quase todos os 20 títulos do autor saíram pela Garnier. Já Machado de Assis inaugurou sua presença no selo com *Chrysalidas*, também de 1864, e fixou-se como autor do editor francês¹⁰.

Apesar de algumas tentativas de coleções temáticas no final do século, o modelo que efetivamente vingou foi o das Obras Completas de autores renomados, adotado também por outras editoras que começaram a dividir esse filão com a Garnier, sobretudo após sua morte, em 1893. Como raciocinava seu irmão, Hyppolyte Garnier, que o sucedeu anos depois, lançar coleções era comercialmente melhor, pois o público costumava procurar por autores de sua preferência. Lançar um desconhecido implicava mais risco. Os novatos, ainda que obtivessem sucesso, poderiam não significar lucros no longo prazo. Aqueles que já vinham “certificados” pela popularidade nos jornais e eram acostumados a produzir em série, com rapidez, garantiam novos livros em pouco tempo, fazendo a roda girar sem interrupções¹¹.

No rastro da Martins: percurso investigativo

O título original desta pesquisa – *O enigma da Martins: uma editora que sumiu no tempo* – foi perdendo sentido à medida que o trabalho foi se desenvolvendo, tornando o objeto menos enigmático e mais identificável. Antes que isso ocorresse, porém, a proposta pedia uma reflexão

⁹ Idem, idem, págs. 50-58. Olivero descreve a descoberta do formato in-18 grand-Jésus velin, que desbancou os até então dominantes in-8 e in-12, revolução que só chegou à Inglaterra em 1846. No Brasil, os formatos que prevaleceram no século XIX foram o in-8 e o in-12, segundo Hallewell (Op. cit. pág. 245)

¹⁰ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil – sua história**. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2017, págs. 238-240. De Bernardo Guimarães, Garnier reimprimiu *Cantos da Solidão* (1852), em 1858 e todas as suas antologias até sua morte (1884), além de *O Ermitão de Muquém* (1865) e *A Escrava Isaura* (1875). Joaquim Manuel de Macedo foi incorporado ao catálogo da editora em 1869.

¹¹ Idem, idem, pág. 289. O exemplo de escritor “novo mas prolífico” é o jornalista e cronista João do Rio, que, num intervalo de oito anos (1905-1913), teve ao menos sete títulos publicados pela Garnier, segundo a página da Academia Brasileira de Letras (<https://www.academia.org.br/academicos/paulo-barreto-pseudonimo-joao-do-rio/bibliografia>, acesso em 18.10.2025)

sobre o lugar da história do livro no todo maior da história da cultura. Nesse caminho ganhou corpo primeiro o olhar de Zygmunt Bauman e sua tentativa de circunscrever conceitos ou ideias de cultura, a partir da constatação de sua ambiguidade, derivada de sua condição histórica, opondo as ideias de criatividade e condição normativa.

As duas ideias não poderiam ser mais distintas, mas ambas estão presentes – e devem continuar – na ideia compósita de ‘cultura’, que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões. Seguir as normas e transcendê-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o previsível¹².

Entre essa visão mais ampla de cultura e a investigação específica de uma determinada fração da história do livro, representada pela trajetória de uma editora, duas ideias se interpuseram. A primeira delas é a constatação de que o livro porta em si uma materialidade que extrapola o texto e cria relações variadas que levam à sua concretude como objeto cultural. Elas estão expressas tanto em suas formas, nos “detalhes sutis da tipografia e diagramação”, no tipo e na gramatura de suas páginas, nos ícones e símbolos de sua composição ou agregados posteriormente pelos leitores, nos paratextos, como também, externamente à sua feitura, nas críticas, na exposição em livrarias, na sua divulgação pelos diversos meios de comunicação. Sendo assim, como enfatiza Darntorn, “nenhuma disciplina – a história, a literatura, a economia, a sociologia, a bibliografia – é capaz de fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro”.

A associação entre bibliografia e sociologia e a admissão de que toda bibliografia é histórica, como postula Donald McKenzie, trouxe elementos imprescindíveis a este levantamento e às análises presentes nesta tese. Ainda que em muitos momentos, o caráter enumerativo ou descritivo possam prevalecer, a busca pelo significado das formas e dos textos que nelas foram dispostos foi permeada pelas relações de estrutura e função social, próprias ao olhar sociológico, porém aqui transportadas ao universo do livro. Se o caráter analítico não esteve mais presente, isso se deveu, em primeiro lugar, às dificuldades de identificar a extensão de todo o catálogo da Martins, e, em consequência disso, ao contato e extração de informações de muitos de seus títulos por meio de imagens, não de sua materialidade. A tentativa possível foi a de extrair significados de seu conjunto ou de subconjuntos quando estes se fizeram expressivos de si próprios e do todo.

Se com o livro como unidade se postula a necessidade de um olhar interdisciplinar, o que dizer de uma editora, cujo trabalho contínuo compõe uma tapeçaria de bordados diversos? Aí, para

¹² BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, pág. 18

encontrar os sentidos de cada uma dessas peças e do todo que elas compõem, sob uma perspectiva histórica, entra em cena o que Marc Bloch define como objeto dessa disciplina, aqui entremeada entre tantas outras: o homem, ou os homens, em modo plural, afinal,

por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos, as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça¹³.

A base inicial para destrinchar as relações constituintes do projeto cultural da Martins e dos homens responsáveis por sua existência, o ponto de partida teórico-metodológico da pesquisa foi o olhar antropológico expresso por Clifford Geertz na busca de uma “descrição densa” para tentar reconstituir e interpretar o universo da editora estudada, seus interlocutores e seu tempo. Obviamente que partindo já de um interdito temporal, afinal, se o que se deve estudar não são as aldeias, mas nas aldeias, tudo que se pode fazer é tentar projetar o passado, mediado pelo presente, para “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos”¹⁴, como recomenda o autor para que se chegue à densidade descritiva pretendida.

É preciso confessar que, iniciada a pesquisa, essas referências iniciais foram ficando esquecidas em meio à lida com os problemas concretos do dia a dia. Mas o retorno a esse texto seminal tanto tempo depois de apresentado o projeto parece torná-lo preditivo em relação às limitações e ao enorme vale que separa desejo e projeções iniciais do resultado alcançado. “Cada análise cultural seria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual. (...) Um estudo é um avanço quando é mais incisivo – o que quer que isso signifique – do que aqueles que o precederam”¹⁵, escreveu Geertz, ressaltando o fato de que estudos se constroem uns sobre os outros. Espera-se que este seja um ponto de avanço acerca do universo que se propôs a desvendar. Porém, com a clareza – e mesmo desejo – de que outros venham a dar mais amplitude a esse objeto.

Além do livro de Hallewell, o outro ponto de partida para a pesquisa foi a edição comemorativa dos 30 anos da Martins, lançada em 1967 trazendo as publicações da editora até o final de 1966. Todas? Não! Algumas tantas, não se sabe exatamente quantas, resistiram ao escrutínio deste

¹³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Pref., Jacques Le Goff; Apresentação, Lília Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pág. 54.

¹⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019, pág. 4

¹⁵ Idem, idem, pág. 18

trabalho. Mario da Silva Brito, jornalista e crítico que se fez editor com José de Barros Martins, com quem relata ter aprendido as artes dos paratextos, menciona que a editora havia, até o fechamento do livro, lançado cerca de 1.100 títulos impressos em 5 milhões de exemplares. Porém, ao enumerar os títulos ali listados estavam registrados apenas 858. Desconte-se o fato de que muitos lançamentos tiveram mais de um tomo, como nas duas Bibliotecas Históricas, e alguns títulos, como a *História da arte*, de Sheldon Cheney, foram ali contabilizados uma vez quando era constituída de quatro partes. Mas, apesar de muito útil como referência, a publicação tinha algumas outras imprecisões, como títulos e nome de autores grafados errados, o que dificultou sua identificação.

Desse catálogo geral dos 30 anos, passou-se à busca de outros documentos e a entrevistas com quem tivesse trabalhado na editora ou em outras editoras contemporâneas. Uma fonte óbvia, porém primordial, foram os jornais, principalmente *O Estado de S. Paulo*, órgão ao qual Martins foi ligado, tanto por amizade com Julio de Mesquita Filho como por afinidade ideológica. As aparições de José de Barros Martins – e mais tarde de seu filho, José Fernando – são sintomáticas dos períodos da editora e da importância a ela atribuída ao longo do tempo, não só nesse veículo, mas também em outros de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram fontes inestimáveis para entender as redes que se formaram em torno da editora e os personagens fundamentais ao longo de sua existência. Vários colaboradores do *Estadão* trabalharam também para a Martins, organizando coleções, traduzindo e publicando ali as próprias obras. A repercussão de vários livros resta como um tópico a ser dimensionado por meio de outras pesquisas, podendo trazer à luz o que se valorizou à época e permaneceu relevante do ponto de vista literário e o que foi resultado apenas de um entusiasmo passageiro¹⁶. Por meio dos diversos textos do acervo dos jornais, consegue-se compreender também a importância, por exemplo, de Sérgio Milliet, de sua colaboração já desde a fundação da editora até depois da morte do escritor e jornalista. E já nos anos finais, constata-se que a influência de Julio de Mesquita Filho foi capaz de tornar possível a obra de Oswald de Camargo, poeta e escritor que era funcionário do jornal e que ele indicou à Martins. O livro de Camargo acabou por ser um dos elementos desencadeadores de um movimento de literatura negra que ganhou corpo a partir dos anos 1970.

¹⁶ Vale aqui lembrar a asserção de Darnton, guardando as devidas proporções sobre os títulos que se analisam e elevam a categoria de clássicos ou grandes obras aqui e ali: “Os grandes livros fazem parte de um conjunto canônico de clássicos selecionados retrospectivamente, ao longo dos anos, pelos profissionais que se encarregaram da literatura – isto é, pelos críticos e professores universitários cujos sucessores agora desconstroem-na. Esse tipo de literatura talvez nunca tenha sequer existido fora da imaginação dos profissionais e seus estudantes”. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pág. 167

Os arquivos de jornais trouxeram à tona a atuação do editor nos campos político e social, onde ele se moveu com grande desenvoltura não só para divulgar seus autores e conseguir auxílio para subsidiar publicações de valor cultural, mas também na defesa do setor junto a seus pares e ao governo federal, como criador e diretor da Câmara Brasileira do Livro. Também se destacou nas páginas da *Folha da Manhã* como um dos dez maiores anfitriões da cidade, compartilhando fórmulas de um mundanismo chique e letrado.

De outro lado, permitiram a descoberta de coleções que a editora preferiu suprimir do livro comemorativo, como a Relatos do Povo, que teve ao menos um exemplar apoiado pela USIA, escritório do governo dos Estados Unidos que, durante a guerra fria, apoiou diversas publicações para se opor a edições que professavam o ideário de esquerda.

À riqueza de informações impressa nos jornais se opôs a escassez de documentos dos processos da editora. Generosamente, o depositário José Fernando de Barros Martins, herdeiro do espólio da companhia, compartilhou fotos de muitos dos momentos vividos por seu pai, ajudou na consulta a livros e aos poucos documentos restantes e, sobretudo, foi um diligente interlocutor nas cinco entrevistas realizadas ao longo do processo, além de consultas mais curtas e ocasionais, por escrito. Mas, de certa maneira compreensivelmente, se absteve de mostrar documentos que pudessem remetê-lo a momentos dolorosos, sobretudo em relação a Jorge Amado, de quem restou uma mágoa difícil de esconder.

Apesar de muito terem ajudado na pesquisa, as informações de José Fernando, principalmente aquelas extraídas unicamente da memória, contiveram algumas imprecisões naturais, principalmente em relação a datas. Questão para a qual vale sempre o alerta tão bem formulado por Beatriz Sarlo ao comentar a cultura da memória na reconstituição do tempo passado. Se os documentos devem ter suas origens e motivações averiguados, o que dizer da memória, cuja precisão está sempre sujeita não só ao tempo mas também aos sentimentos?

Sobre a indisponibilidade de documentação das companhias livreiras de modo geral, Plínio Martins Filho, que fez sua carreira na Editora Perspectiva e depois na Edusp, deu o alerta em entrevista durante o processo de pesquisa: no mundo editorial, ninguém gosta de abrir os arquivos da parte administrativa, onde moram os segredos de eventuais diferenças de autor para autor, de direitos devidos aqui e ali, enfim, questões que podem ser espinhosas. E que a manutenção de arquivos até hoje tem sido exceção, como no feliz caso da José Olympio. No elucidativo depoimento, Martins Filho disse o que há de significativo para constituir o arquivo de uma editora: em primeiro lugar, os livros publicados; em segundo a memória do processo

(as diversas versões pré e pós-revisões, projetos editoriais, os esboços ou rascunhos da parte visual), toda a documentação atinente (orçamentos, contratos etc.) e a correspondência sobre obras ou assuntos relativos à empresa. São raros os casos no mundo editorial em que esses elementos são organizados de forma sistemática para permitir um olhar retrospectivo sobre os processos que levam à gênese de livros.

Infelizmente, foram poucos aqueles que estiveram ligados à feitura dos livros da Martins a quem entrevistar. Um dos depoimentos mais esclarecedores, não tanto sobre a editora, mas sobre como o autor chegou a ela, foi o de Oswaldo de Camargo, com 89 anos então recém completados quando de nosso contato. Outros remanescentes procurados não deram testemunhos em razão de problemas de saúde. A correspondência, porém, foi importante para reconstituir, ainda que parcialmente, algumas lacunas. Sobretudo as cartas do inventário de Rubens Borba de Moraes e os variados diálogos epistolares de Mário de Andrade. Mais elucidativa ainda foi a correspondência entre ambos. Os documentos de Borba de Moraes proporcionaram uma visão mais ampla não apenas sobre seu trabalho na direção da Biblioteca Histórica Brasileira, como também sobre as diretrizes passadas pelo próprio José de Barros Martins. Nessa documentação estava também o único contrato de trabalho encontrado, o acordo em forma de carta entre o editor e o diretor da coleção.

O inventário de Rubens Borba de Moraes foi parte de um momento fundamental deste trabalho: o período passado junto à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo, resultado da aprovação de projeto para estudar, como pesquisador residente, a Biblioteca Histórica Brasileira da Martins, além de outras concebidas para o deleite de bibliófilos e documentos afins. As pesquisas em outras bibliotecas, como a Mário de Andrade, em sua seção de livros raros, e a Casa Guilherme de Almeida (hoje infelizmente funcionando em outros moldes), também permitiram o contato físico com alguns dos muitos livros examinados. Por fim, os sebos, a internet, principalmente por meio dos leilões virtuais, com imagens das obras, permitiram identificar uma grande quantidade de títulos e alguns aspectos de sua materialidade, principalmente as capas.

Para situar o objeto dentro do todo mais amplo do mercado editorial brasileiro durante os anos de atuação da Martins, buscou-se trazer uma visão panorâmica de algumas das editoras brasileiras dentro dos três momentos delimitados pela periodização estabelecida na pesquisa. Assim, muitos dos trabalhos realizados nos últimos anos sobre editoras como José Olympio, Globo, Civilização Brasileira, Zahar e Difel, além de informações gerais conhecidas acerca de Companhia Editora Nacional, Brasiliense e Perspectiva ajudaram a situar o posicionamento da

Livraria Martins e o lugar que ocupou nos cenários cultural e político. A periodização em três momentos, coincidentes com as décadas de 1940, 1950 e 1960 (esta alongada até meados do decênio seguinte) correspondem a determinadas marcas temporais que se mostraram relevantes na trajetória da editora: o período inicial, de rápido e consistente reconhecimento como selo de qualidade, com a edição das primeiras coleções; um segundo momento, em que a identificação da Martins com a história de São Paulo se intensificou e, ao lado da publicação de livros literários, a levou a prêmios diversos e à consolidação do catálogo de autores nacionais; por fim, após esse auge começava um período de declínio paulatino, que vai se acentuando aos poucos até meados dos anos 1970, quando a empresa entra em concordata. Com essa divisão, foi possível analisar os movimentos de construção do catálogo, o que equivale a dizer como o editor percebeu seu papel e reagiu às circunstâncias com as quais se deparou. Como José de Barros Martins afirmou diversas vezes, o editor, num país carente de oportunidades educacionais para seus cidadãos, tinha o dever ético de proporcionar o acesso à cultura por meio das obras que editava. E a literatura foi, por muito tempo, o motor da vida do espírito no Brasil. Sofrendo, no entanto, de um problema de ordem de grandeza: a “ausência de comunicação entre escritor e massa”, como identificou Antonio Candido, fazendo com que os escritores se dirigissem “a públicos simpáticos, mas restritos”¹⁷. Na medida em que esse papel central da literatura foi parcialmente se apagando como um dos vértices centrais para refletir sobre o país, ao lado de outras intempéries de ordem econômica, o lugar do editor ocupado por Martins sofreu abalos sísmicos crescentes. As mudanças ocorridas no mercado editorial entre o final da década de 60 e início do decênio posterior foram de tal ordem que assombraram até mesmo Laurence Hallewell, ausente do país durante oito anos. Impacto suficiente para que o editor das coleções de história do Brasil e paulista perdesse a motivação para continuar no ofício.

Por fim, é importante relatar que além da reconstituição de um catálogo construído ao longo de cerca de 35 anos, tentou-se montar um quadro dos personagens cuja atuação contribuiu para fazer desse projeto editorial o que ele foi. Os pequenos perfis dos participantes da empreitada representam uma tentativa de amalgamar trajetórias de vida em torno de um objetivo comum, do qual alguns talvez tenham tido consciência bastante parcial, mas de um jeito ou de outro foram partícipes. A junção de catálogo e personagens, acrescida das análises e interpretações possíveis (e também o fato de as descrições, por implicarem seleção do conteúdo, significarem, de alguma maneira, um viés interpretativo), representam o desenho de um painel da Livraria

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade - Estudos de teoria e história literária*, 12ª. edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

Martins Editora ao longo de sua existência. Se, como escreveu Geertz, “a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”, a esperança é de se ter conseguido chegar, neste momento, ao equilíbrio possível entre incompletude e profundidade.

1 UM NOME E UMA MARCA: JOSÉ DE BARROS MARTINS E A LIVRARIA MARTINS FONTES

O tempo é o editor do esquecimento

(Roberto da Matta)

Quando decidiu deixar a carreira de funcionário concursado do Banco do Brasil para abrir sua livraria, em abril de 1937, José de Barros Martins contava então 28 anos. O primeiro endereço de sua nova empreitada, a Livraria Martins, foi na rua da Quitanda, 82, em meio ao enclave formado pelas ruas São Bento, Direita e XV de Novembro, a principal região de comércio do centro velho de São Paulo, conhecida como triângulo. Dois anos e meio depois, com um novo conflito mundial já deflagrado e o panorama do mercado livreiro transformado com a impossibilidade de importar obras da França, sua fonte principal, Barros Martins dobrou a aposta: decidiu-se a editar livros, tentando, na medida do possível, reproduzir os exemplos de bom gosto e qualidade editorial aos quais tivera acesso.

O risco de trocar a modorra da burocrática vida bancária, primeiro pela livraria cuja atuação se alicerçava na importação de livros para um seletor círculo de amigos e logo para um empreendimento de maior ambição cultural, significava a coroação de uma trajetória de vida que começou atribulada logo em seus primeiros meses. Primogênito de um casal que passava por dificuldades financeiras, com apenas 11 meses de vida foi viver com seus tios-avós maternos no bairro de Vila Mariana, em São Paulo. O tio-avô, segundo relato de seu filho, José Fernando de Barros Martins¹⁸, era médico e pôde oferecer a ele um ambiente em que os livros ocupavam lugar de destaque, o que o estimulou intelectualmente. Já em suas brincadeiras de criança o menino demonstrava apreço pela oratória, pela palavra e imagens impressas.

Aos dez anos, fazia de seus cadernos livros ilustrados, chegando a batizar um deles como “Brasil: Suas produções”, dedicado “aos meus pais, tios, primos e amigos”, com o nome do autor por extenso na capa: José Vitalino de Barros Martins. E a sua qualificação: editor¹⁹.

Poucos anos depois, na adolescência, foi estudar como interno no Colégio Nogueira da Gama, em Guaratinguetá, fundado pelo educador Lamartine Delamare Nogueira da Gama. Ali, teve

¹⁸ Depoimento ao autor, concedido em 21/3/2020

¹⁹ BRITO, Mario da Silva. **Martins, 30 anos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. XV.

contato prático com processos de tipografia, diagramação e impressão ao fazer jornais acadêmicos. A experiência como estudante instigou seu gosto pela leitura e pelo manuseio de livros que lhe parecessem bem compostos do ponto de vista gráfico.

De volta a São Paulo percorreu, de início, o caminho da segurança econômica: fez um concurso para o Banco do Brasil, onde conseguiu vaga como escriturário. Procurou aproximar-se e ter relações com o hemisfério da cultura e do poder. Em maio de 1933, o jornal *Folha da Noite*²⁰ registrou, na seção “Notas e bailes”, sua participação entre os organizadores da “festa de gala” oferecida ao cônsul português em São Paulo, para a qual estavam sendo “expedidos convites para altas autoridades civis e militares do Estado de São Paulo”. Patrocinado pelo Portugal Clube, “aristocrática sociedade paulistana”, o evento aconteceu no Edifício Martinelli (naquele mesmo ano comprado pelo governo da Itália), celebrado como o primeiro arranha-céu de São Paulo.

Em abril de 1937, tornou-se pai pela primeira vez. No dia do nascimento de seu primeiro filho, José Fernando, decidiu largar o banco e abrir a livraria²¹. Ao mesmo tempo, pensava em ingressar em um curso superior. Chegou a cursar história na Universidade de São Paulo, mas acabou optando pelo direito, o que só ocorreu em 1938 ou 1939, segundo seu prontuário na Faculdade Direito da Universidade de São Paulo. Veio estudar no Largo São Francisco após pedir transferência da Faculdade de Direito de Niterói. Segundo a Guia de Transferência de seu prontuário para a universidade paulista, Barros Martins prestou, no ano de 1939, exame das disciplinas do 2º ano do curso na instituição fluminense. A partir de 1940 ingressou no curso da USP, matriculado no 3º ano. Recebeu o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 29 de dezembro de 1942, sendo diplomado em 20 de janeiro de 1943²². Não há informações de como Barros Martins conciliou os dois primeiros anos da faculdade em Niterói com seu novo negócio em São Paulo. A transferência para a USP, de toda maneira, veio em momento oportuno, pois a partir de 1940 a Livraria Martins Editora começou a formar um catálogo robusto, com o direito em lugar de destaque.

²⁰ *Folha da Noite*, 17/5/1933, pág. 4

²¹ Depoimento 1 de José Fernando de Barros Martins, gravado pelo autor em 21/3/2020

²² Prontuário de José Vitalino de Barros Martins na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, consultado em out.2024

1.1 As elites intelectuais e a cultura francesa

Desde o século XIX e até a segunda década do XX, a presença da cultura francesa no país, especialmente entre as elites, traduziu-se por meio de sua predominância nas importações e pelos muitos livreiros franceses que aqui se radicaram.

A França se apresentava como a principal referência em termos de cultura e padrão de comportamento. (...) No que diz respeito às importações, chega-se à primeira década do século XX, quando se começou a trabalhar com estatísticas, e as edições vindas da França abrangiam mais de 50% do setor. (...) As publicações vindas de Portugal, por exemplo, ficavam em segundo lugar e não chegavam a abarcar 25% dos importados. Esses dados confirmam a posição hegemônica da cultura francesa nas trocas econômicas e simbólicas com o Brasil²³.

Ainda que essa situação tenha começado a se alterar em 1913, quando o percentual de importações de livros franceses caiu a 37,6% do total de toneladas, mesmo ano em que se registra expressivo crescimento de publicações americanas (subindo de 6% para 21%)²⁴, a cultura francesa ainda iria se manter, nos meios intelectuais, como principal referência. Indício disso é a prevalência de professores franceses e europeus nos primeiros anos da Universidade de São Paulo.

É o que transparece, também no momento em que José de Barros Martins decide pela criação da livraria. “Eu comprava livros europeus, que naquele tempo eram muito mais baratos. E tinha amigos que também tinham o hábito de ler, como Rubens Borba de Moraes, Carlos Alves Pinto, Tácito de Almeida, irmão do Guilherme, e Sérgio Milliet, esse padrão assim”²⁵. A partir dessa constatação, Martins sugeriu aos amigos, alguns deles notórios bibliófilos, que marcassem nos catálogos que recebia da Europa, em especial da França, o que lhes interessava. “Vocês marcam e eu mando buscar em meu nome e vocês me pagam”²⁶.

No mesmo depoimento, Barros Martins menciona a seguir a diferença entre os preços locais e dos importados²⁷. Logo após esse trecho, ele diz que a ideia veio das importações. “Por que não fazer disso um negócio? Não havia livrarias importadoras em São Paulo. Tinha livrarias com estoques comprados com os olhos da geração anterior à minha, do século passado [XIX].”

²³ MARCHETTI, Fabiana. “Importações de livros franceses no Brasil: apontamentos para uma história da livraria francesa de São Paulo”. *Revue Étudiante des Expressions lusophones*. Paris, núm. 3, pág. 115, 2019.

²⁴ Idem, *ibidem*, págs. 118-119.

²⁵ Rubens Borba de Moraes: bibliófilo e ex-diretor das bibliotecas Municipal de São Paulo, Nacional e das Nações Unidas; Carlos Alves Pinto, bibliófilo; Tácito de Almeida, advogado; Sérgio Milliet, jornalista, crítico, tradutor e escritor.

²⁶ Depoimento de José de Barros Martins a funcionários da Casa Guilherme de Almeida, gravado em 24 ago. 1990, projeto Memória Guilherme de Almeida.

²⁷ Gravado em formato VHS, o vídeo do depoimento possui apenas uma cópia, bastante danificada e que não permite a compreensão clara de muitos trechos.

Martins avaliava que a literatura francesa moderna era então desconhecida da maioria do público leitor. Como ele próprio gostava não só de literatura, mas também de história, foi comprando títulos, preferência que dividia com seus amigos. De fato, a oportunidade parecia boa. Dois anos antes, em 1935, a Livraria Garraux, onde se dera a iniciação do livreiro José Olympio, casa que chegou a ser considerada “a loja de livros mais bela de todo o país”²⁸, pelo viajante norte-americano Christopher Columbus Andrews, baixara as portas após um processo de decadência iniciado na Revolução de 1930.

Nos anos 1920, a Casa Editora O Livro, instalada na rua XV de Novembro, onde a Garraux esteve por muitos anos, conheceu auge e decadência. Jacinto Silva, livreiro com passagens pela Garnier carioca e pela Garraux paulista, resolveu lançar sua própria livraria e editora. Sabedor do quão importantes eram as presenças de artistas e intelectuais, “a casa abriu as suas instalações para todas as manifestações artísticas. Recitativos, leituras, conferências, exposições de quadros”. Ali, Guilherme de Almeida recitou os poemas do recém-lançado *Era uma vez...* (1921) e, no dizer de Mário da Silva Brito, reuniu “uma assistência fidalga e distinta”²⁹. Em novembro do mesmo ano, Di Cavalcanti expôs na Casa seus primeiros quadros a óleo. Segundo o verbete de Ubiratan Machado, foi após esta exposição que surgiu a ideia da Semana de Arte Moderna, pensada inicialmente para ser realizada sob o teto de Jacinto Silva. A ideia prosperou, mas a realização foi para o Teatro Municipal. Também a livraria mudou de endereço tempos depois da famosa Semana, e não foi mais a mesma.

A novidade das importações ficou para o Rio de Janeiro, com a abertura, em 1935, da Kosmos, fundada por uma dupla de austríacos. A especialidade eram os livros técnicos e científicos importados, logo acrescidos de obras de viajantes alemães dos séculos anteriores, oferta que se transformou em uma Brasileira mais ampla, contemplando autores de outras nacionalidades e idiomas³⁰.

Em razão do convívio com os amigos entusiastas de literatura e livros raros – além de outros que a eles se agregariam – o novo livreiro começou a trabalhar prioritariamente com edições de luxo francesas, gênero procurado por uma clientela em grande parte composta por bibliófilos.

²⁸ MACHADO, Ubiratan. **Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 64.

²⁹ Idem, idem, pág. 121

³⁰ Idem, idem, pág. 139

Segundo Laurence Hallewell, autor da mais robusta pesquisa sobre o universo do livro no país³¹, em 1935 a França era responsável por cerca de 25% das importações brasileiras de publicações em termos financeiros, ainda que isso significasse apenas 10% do volume total de unidades.

A estratégia inicial de Martins, pelo que se depreende do relato de Hallewell, era fazer um investimento capaz de lhe dar retorno rápido, fazendo girar o negócio. E, no caso das edições de luxo e livros raros, trabalhando com valores mais altos do que o preço das obras comuns que circulavam por aqui na época, beneficiando-se das compras a custos não muito elevados, como registrou no depoimento de 1990. Ele, no entanto, não deixou de arrematar “estoques de liquidação de livros comuns em leilões, para oferecer negócios vantajosos” a fregueses que gostavam de literatura, mas não tinham dinheiro suficiente para pensar em obras de luxo.

Seu estoque total era bastante reduzido, mas selecionado criteriosamente, de modo que sua loja logo se tornou um local regular de encontro dos bibliófilos da cidade. Importava também da Inglaterra e dos Estados Unidos, mantendo um estoque em língua inglesa tão bom que seu estabelecimento tornou-se também a livraria mais popular entre os americanos e britânicos residentes em São Paulo³².

À aptidão que logo cedo demonstrou para pinçar não só os livros que apreciava, mas também aqueles que satisfariam seu círculo de relações, Barros Martins acrescentou o engenho para a sociabilidade que já demonstrara anos antes. Em agosto de 1939, já colocava à disposição a sede da livraria na rua da Quitanda para quem quisesse aderir ao banquete de confraternização de todos os bacharéis que cursaram a “Academia de São Paulo”. O evento, em comemoração ao “aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil”, realizou-se no Hotel Terminus, na rua Brigadeiro Tobias, centro da cidade, e teve como locais de adesões a própria faculdade de direito e as livrarias Acadêmica, na rua do Ouvidor, e Martins, as duas vizinhas ao prédio das Arcadas. A notícia convidando ao almoço foi veiculada em várias edições da *Folha da Manhã*³³. A comissão organizadora era presidida por Goffredo da Silva Telles, também presidente da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Direito. Essa disponibilidade para ajudar a organizar almoços e outras festas comemorativas, tanto no meio jurídico quanto no universo livreiro, em especial na Câmara Brasileira do Livro, fundada em 1946, fez parte de sua vida durante as décadas seguintes, tornando-se uma das principais marcas de sua presença em seu meio social. Isso se cristalizaria nos anos seguintes nas recepções que tantas vezes

³¹ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil – Sua história**; trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza; 3ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 552. Nota: apesar de o texto de Hallewell, ao menos aparentemente, dar a entender que as compras foram realizadas por Barros Martins em Paris, não o foram pessoalmente. Segundo o depoimento de seu filho, José Fernando de Barros Martins, nessa época ele não tinha condições financeiras para viajar ao exterior.

³² Idem, Idem

³³ *Folha da Manhã*, edições de 30/7, 6/8 e 10/8 de 1939.

promoveu em sua própria casa, reunindo políticos, escritores, compositores e cantores, entre outros, o que o levou a ser considerado um dos mais destacados anfitriões da cidade (*ver fotos no Anexo 1, página 222*).

A inserção nos altos escalões não significou que descurasse dos jovens leitores, como aqueles que não dispunham de capital financeiro para as obras de luxo, mas tinham ou buscavam o capital cultural para desfrutar das leituras em língua estrangeira. Principalmente num momento em que um novo público, ainda incipiente, é verdade, ingressava na USP ou na Escola Paulista de Sociologia e Política (hoje fundação). Esse público, majoritariamente, frequentava a região do Triângulo e logo também o entorno da Praça da República, para onde a cidade começou a se deslocar no final dos anos 1930.

Essa mudança do eixo de referência, já mais acentuada, porém ainda em curso, é lembrada num texto em que o futuro crítico e historiador literário Alfredo Bosi comenta o período em que descobriu o acervo da Biblioteca Municipal e os autores e obras que significaram “refúgios virtuais dentro do refúgio real de um espaço cálido, frouxamente iluminado onde o silêncio quase religioso dos leitores era povoado de vozes de criaturas de papel tão ou mais vivas do que as feitas de carne osso”³⁴, até o momento imediatamente posterior ao ingresso na universidade (meados da década de 1950):

Saindo da Biblioteca Municipal fui descobrindo os seus arredores. Hoje é preciso explicar aos jovens que grande parte da vida cultural de São Paulo estava concentrada no centro da cidade. O campus da Cidade Universitária era ainda uma promessa e os bairros dos Jardins abaixo da avenida Paulista estavam apenas começando a atrair o comércio de luxo. Assim, para frequentar uma boa livraria era necessário percorrer as ruas próximas do Teatro Municipal ou chegar até o chamado Centro Velho que desembocava na praça da Sé. Com o tempo o estudante de Letras da Faculdade de Filosofia aprendeu que poderia ir muito bem a pé da rua Maria Antônia até a Praça da República. Aí começava o seu périplo de curioso, mas não necessariamente de comprador de livros³⁵.

O texto aponta indícios interessantes em relação ao público leitor, à vida cultural da cidade e à Livraria Martins. Em relação aos leitores, mostra que, ainda que a parcela com acesso a livros mais bem acabados fosse pequena – ou ao menos que os universitários não fossem grandes compradores –, começava a se formar um grupo bem mais amplo de pessoas com aspirações intelectuais. Podiam não ser compradores naquele momento, mas o seriam em breve. Quanto à vida cultural e boêmia, fora toda vivida nos arredores do Triângulo até os anos 1930. A partir

³⁴ BOSI, Alfredo. *Quem diz livraria diz refúgio*. In: Livro. **Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição**, no. 1, maio de 2011. Cotia/SP: Ateliê Editorial, págs. 13 a 18

³⁵ Idem, idem.

da década de 40, já havia em parte se deslocado para a praça da República e arredores, com uma série de livrarias instaladas entre a Biblioteca Municipal (futura Mário de Andrade) e a Praça da República.

Para se ter uma ideia do quanto a República virou referência nos anos 1940, ali foi inaugurado, em 1938, o Edifício Esther, o primeiro do país a trazer princípios modernistas já presentes nas grandes cidades europeias, tais como o uso misto (residências, escritórios e comércio) das edificações. Construído por dois jovens arquitetos paulistas que haviam estudado no Rio de Janeiro, Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho, teve como moradores o arquiteto Rino Levi e o pintor Emiliano Di Cavalcanti; alojou a primeira sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Clube dos Artistas e Amigos da Arte, de Flávio de Carvalho e Tarsila do Amaral e a boate Oásis, “frequentada por atores e empresários como Francisco de Assis Chateaubriand”³⁶.

Foi para esta mesma região que se deslocou a Livraria Martins em meados da década de 1940 – em 1945, diz José Fernando de Barros Martins³⁷. A nova loja se instalou na pequena rua Bráulio Gomes, entre as ruas Xavier de Toledo e Marconi, esta última endereço de casas livres famosas como Jaraguá, Teixeira e Kosmos. Ao que tudo (ou a memória de José Fernando) indica, o projeto da nova sede da livraria foi assinado pelo escritório dos arquitetos Domicio de Almeida e Raul Rosa Duarte³⁸, responsáveis também pelo aclamado Cine Marabá, na avenida Ipiranga. José Fernando, então um menino, recorda que um dos dois arquitetos, de quem não se lembra o nome, transitava do cinema à livraria. “Ele ia ao Marabá, que ia ser inaugurado em breve, para organizar tudo; aí ia para a editora abrindo espaços, trazendo prateleiras, luminárias. Acho que era um cara bom, pois o Marabá marcou época”.

A bela decoração, no entanto, não durou muito nas mãos da família Barros Martins. Segundo o depoimento de José Fernando, em 1946 ou 1947 a livraria foi vendida para a família Junqueira Duarte, mais especificamente para o fotógrafo e cineasta Benedito Junqueira Duarte³⁹. Segundo

³⁶ LORES, Raul Juste. **São Paulo nas alturas – A revolução modernista da arquitetura do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960**. São Paulo: Três Estrelas, 2017, págs.18-19.

³⁷ A falta de documentação disponível sobre a Livraria Martins nos obriga a seguir o filho do fundador. Mesmo nas publicações de Ubiratan Machado, jornalista e historiador, a Martins merece menção apenas por meio de suas filiais no Rio de Janeiro (vide a sua *História das livrarias cariocas*, São Paulo: Edusp, 2012, pág. 253.

³⁸ Cine Marabá, Ficha Técnica. Arquivo Arq. <https://arquivo.arq.br/projetos/cine-maraba> Página visitada em 15/10/2024

³⁹ Apesar da afirmação de José Fernando de Barros Martins, não foram encontrados registros relativos à compra da livraria pelos Junqueira Duarte, seja por Benedito, seja por Paulo Duarte. O primeiro, conhecido por B.J. Duarte, começava naquele ano sua atividade como crítico cinematográfico em *O Estado de S.Paulo*. Também participou da fundação do 2º Clube de Cinema de São Paulo, atividades mencionadas em LIMA de Macedo, Luís Antônio Souza (org.) **Críticas de B.J. Duarte – Paixão, polêmica e diversidade**. Coleção Aplauso Cinema. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. No caso de Paulo Duarte, após retornar do exílio na França em 1945, esteve envolvido primeiro na retomada do controle do jornal *O Estado de S.Paulo*, ajudando a levantar

Martins filho, a livraria representava uma parcela pequena do faturamento da empresa, ao mesmo tempo que a editora fundada no final de 1939 ganhava corpo e se estabelecia como umas mais respeitadas do país. Seu pai não quis, então, dividir a atenção das diversas coleções e títulos que lançou nesta primeira década da editora com o também muito exigente negócio livreiro, em especial porque ele estava sozinho no leme das duas frentes.

Isso não o impediu de continuar a cultivar os encontros, agora na nova sede da rua São Francisco, 77, quase esquina com a rua do Ouvidor, nas proximidades do prédio das Arcadas, no Largo São Francisco, onde diversos autores vinham visitá-lo.

Ali perto, na rua Líbero Badaró, o Bar Franciscano, servia de ponto de encontro para intelectuais que orbitavam em torno do escritor Mário de Andrade logo depois de este voltar do Rio de Janeiro, no início dos anos 1940. “Luís Saia, do Patrimônio Histórico, Edgard Cavalheiro [jornalista], Ciro Mendes (crítico de arte), Rossini Camargo Guarnieri [jornalista, professor e poeta], Fernando Góis, Mário da Silva Brito [jornalistas], Sérgio Milliet [poeta, tradutor, crítico de arte, jornalista]”⁴⁰.

Desse grupo, três nomes teriam expressiva participação na editora de Martins: Edgard Cavalheiro, Mário da Silva Brito e Sérgio Milliet, além do próprio Mário de Andrade, cujas ideias seriam uma espécie de leme para a editora desde o seu nascedouro.

Bem antes do desenlace em relação à livraria, a perspectiva de torná-la também editora tomou corpo. Primeiro com a iminência e depois com a efetiva chegada do novo conflito mundial, que fez com que as importações provenientes da Europa, em especial da França, escasseassem até serem bloqueadas de vez. Antes disso, no segundo semestre de 1939, Barros Martins já se convencera de que, se não era possível importar o que queria, o jeito seria começar a editar seus próprios livros. Inicialmente, sem esquecer dois ensinamentos: os livros jurídicos vendiam bem no Brasil desde o começo do século e sua proximidade com a Faculdade de Direito o favorecia; as belas edições francesas que importava poderiam inspirá-lo a criar um fator de distinção para os títulos que passaria a publicar.

fundos para liquidação de um passivo negociado pelo interventor Adhemar de Barros junto ao governo federal, dividindo-se depois (entre 1947 e 1949) entre o cargo de editor-chefe e o Musée de L’Homme, de Paris, onde mantinha frequente interlocução com o antropólogo francês Paul Rivet, como consta em HAYASHI, Marli Guimarães. **Paulo Duarte, um quixote brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2010.

⁴⁰ GAMA, Lúcia Helena. **Nos bares da vida – Produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950**. São Paulo: Senac, 1998, pág. 87.

Assim, no dia 12 de novembro de 1939, um domingo, os leitores de *O Estado de S.Paulo*⁴¹ tomaram conhecimento de seu primeiro lançamento. Dizia o anúncio em formato pequeno, impresso em duas colunas da página 3: “Acaba de aparecer *Direito social brasileiro*, pelo prof. A. F. Cesarino Júnior, catedrático de Legislação Social da Faculdade de Direito de São Paulo”. Pouco mais de dois meses depois, em janeiro de 1940, chegava às livrarias o alardeado *Viagem pitoresca através do Brasil*, de Johann Mauritz Rugendas, primeiro volume da coleção Biblioteca Histórica Brasileira, um marco no mundo editorial paulista e nacional.

1.2 A gênese de um editor

Uma livraria na rua da Alfândega, no centro do Rio de Janeiro, foi palco de um encontro que marcaria de maneira profunda a editora que, naquele momento, já estava sendo desenhada por José de Barros Martins ou até já em andamento. Foi ali, no primeiro andar de um prédio velho, no Centro de Edições Francesas, que o jovem aspirante a editor conheceu Mário de Andrade, naquela época exilado no Rio de Janeiro após a frustração pelo fim do projeto que idealizara para o Departamento de Cultura de São Paulo. Foram apresentados pelo diretor do Centro, Charles Offaire, “homem de cabelos grisalhos e bela estampa, que como tantos europeus àquela época vieram aportar ao Brasil”, segundo o depoimento de Barros Martins por ocasião dos 25 anos da morte de Mário de Andrade⁴², lembrada em caderno especial de *O Estado de S.Paulo*.

Feitas as apresentações, Mário e Martins falaram alguns minutos sobre São Paulo e amigos comuns, entre os quais Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet. Os dois estavam ou em breve estariam envolvidos com a Biblioteca Histórica Brasileira, reunião de obras de viajantes estrangeiros nos séculos precedentes (XVI, XVII e XIX), com livros em formato grande, recheados de ilustrações reproduzidas dos originais. Tinham sido batizados por Mário como seus amigos “sabidíssimos” desde que voltaram da Europa no começo da década de 1920, depois de estudar em Genebra. Porém, só se conheceram em São Paulo, na casa de Mário na rua Lopes Chaves, na Barra Funda, nos tempos de efervescência das reuniões modernistas⁴³.

Algum tempo depois, Martins recebeu-o na editora. Na ocasião, Mário lhe pediu que publicasse o livro *Poesias*, compilação editada em 1941. Amizade e colaboração profissional consolidadas,

⁴¹ *O Estado de S.Paulo*, 12/11/1939, pág. 3

⁴² *O Estado de S.Paulo*, 28/2/1970. Caderno de seis páginas dedicado a Mário de Andrade. Martins dividiu uma delas com outros admiradores do autor de *Pauliceia Desvairada*: Cassiano Ricardo, Raul Bopp, Luís Martins, José Geraldo Vieira, Jorge Amado, Alfredo Mesquita, Paulo Mendes de Almeida, Octávio de Faria, Fernando Goes, Flávio de Carvalho, Menotti del Picchia.

Suplemento Literário págs. 47 a 52.

⁴³ TRINDADE DA SILVA, Maurício. **Mário de Andrade, Epicentro: Sociabilidade e correspondência no Grupo dos Cinco**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022, p. 94

a Livraria Martins Editora lançaria a seguir *Pequena História da Música* (1942), *Os filhos da Candinha* (1943), seu único livro de crônicas, e a reunião de ensaios *O baile das quatro artes* (1943), este último pela coleção Mosaico. Dessa proximidade surgiu a ideia de a Martins editar suas Obras Completas. Em junho de 1944, saiu o primeiro da série, *Macunaíma*; a seguir, nova edição de *Pequena história da música* e, no começo de 1945, *Amar, verbo intransitivo*, último volume lançado antes da morte de Mário, ocorrida em 25 de fevereiro de 1945.

A memória de Martins produz o relato de um Mário mais alegre do que o próprio poeta na época se revelava na troca de correspondências com outros amigos, como Cândido Portinari, por exemplo, a quem com frequência reclamava de seu estado de saúde e da falta de condições para escrever um texto sobre o pintor para um editor argentino. Outras cores aparecem no texto de Martins para o Estadão:

Acolheu a ideia [das Obras Completas], a princípio com surpresa, depois com entusiasmo e carinho, dando-se integralmente ao estudo e preparo do ambicioso plano. Já então no nosso escritório da rua São Francisco, Mário, irradiando felicidade, aceitava e vivia a colaboração que lhe prestavam Frederico da Silva Ramos e Mário da Silva Brito. (...) Vinte e cinco anos após o seu desaparecimento, Mário continua vivo para nós. A nossa casa ostenta hoje o seu nome: “Edifício Mário de Andrade” e na nossa sala de trabalho o painel de Tarsila, em sua graça ingênua e colorida, nos dá diariamente notícias do filho de Macunaíma⁴⁴.

Se finaliza assim o depoimento, Martins revelou um pouco antes no mesmo texto o que significou o falecimento do amigo para o mundo cultural brasileiro: “O grifo da morte tinha selado a existência do mestre, do amigo, do homem a quem devemos no Brasil a mais importante contribuição cultural do século”⁴⁵.

Essa dimensão da importância e do olhar de Mário de Andrade sobre a cultura brasileira permaneceram no ideário da Martins tanto nos dias de glória, com condecorações nacionais e internacionais, tiragens de seis dígitos, e no nome do prédio que construiu em meados dos anos 1950 para sediar a editora, o Edifício Mário de Andrade, na rua Rocha, 274. Duas décadas depois, na hora da derrocada financeira e do desgosto do pedido de falência, o editor fez questão de ainda conservar os direitos de publicação que detinha sobre toda a obra do amigo. Foram os últimos a serem negociados, já na década de 1980⁴⁶.

Os pontos de vista de Mário de Andrade sobre o Brasil, sobre a importância da preservação de nosso patrimônio cultural, da inventividade com rigor, de uma linguagem que espelhasse a fala

⁴⁴ Depoimento de José de Barros Martins ao Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* de 28/02/1970, p. 59.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Segundo José Fernando de Barros Martins, os direitos sobre a obra de Mário de Andrade foram negociados com Pedro Paulo Moreira, da Editora Itatiaia. Depoimento ao autor em 4/10/2025.

brasileira, de livros bem escritos e visualmente bem-acabados para o deleite do leitor, enfim, de uma cultura e de uma educação que nos elevasse e nos destituísse de nossas síndromes de inferioridade, foram elementos presentes na produção da Martins ao longo de três décadas. Com isso, deixaram marcas no mundo editorial, ainda hoje reconhecidas tanto por estudiosos do universo do livro como por profissionais atentos à história da edição no Brasil.

1.3 Perfil de atuação

Para se ter a dimensão do que estava em jogo no momento em que José de Barros Martins se torna editor, vale fazer um pequeno mergulho no tempo para explicar como chegamos ao cenário editorial da primeira metade do século XX. Retrocedendo ao início do século XIX, houve, na Europa e na França, um período marcado por uma série de mudanças na cadeia de produção do livro, provocadas por inovações técnicas, jurídicas, econômicas e urbanísticas, além de demandas sociais e políticas, como ressalta Yann Sordet⁴⁷. Depois de três séculos (XVI a XVIII) de estabilidade nos processos decorrentes de uma primeira revolução na história do livro, resultado da introdução da prensa de Gutenberg e de seus tipos móveis, o historiador francês aponta uma segunda revolução a partir de 1800, que marca a passagem de um modo artesanal para o estabelecimento de outro, acelerado e industrial. Entre outros elementos, as técnicas de impressão e de fabrico do papel proporcionaram a oportunidade de o livro tornar-se um produto de maior escala.

Com isso, o arranjo dessa cadeia, marcado no princípio do XIX pela figura do impressor-livreiro – aquele que unia as funções de tipógrafo, realizando muitas das escolhas gráficas, tais como tamanho da obra e dos tipos, disposição do texto na página, capa etc. – conhece uma nova divisão de papéis, em que o editor passa a ter um novo perfil, expandindo suas preocupações filológicas para outros aspectos. Ou, talvez seja mais correto dizer, é nesse momento que efetivamente se configura esse novo profissional. Sordet ressalta que, ao lado da autonomia, vem um recuo funcional, pois a maior complexidade dessa nova cadeia, inaugurada na França em torno de 1830, exige também a divisão de tarefas, muitas vezes com partes do processo delegadas a serviços externos.

O editor é agora aquele que negocia a montante os textos e os projetos editoriais, mas às vezes também matérias como o papel e que passa a encomenda aos impressores e aos operadores de distribuição. O termo abrange ao mesmo tempo a responsabilidade intelectual (escolha e preparação dos textos, especificação da sua apresentação, definição e orientação de um repertório, de coleções) e a

⁴⁷ SORDET, Yann. **História do livro e da edição: Produção e circulação, formas & mutações**; tradução Antonio de Paula Danesi, prefácio à ed. Brasileira Marisa Midori Deaecto; posfácio Robert Darnton. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial/Edições Sesc São Paulo, 2023, págs. 483 a 496

responsabilidade comercial (aplicação de capital, tomada de risco e gestão econômica), o que o inglês distingue com os termos editor e Publisher⁴⁸.

Vale frisar que a responsabilidade intelectual mencionada por Sordet foi um fator efetivamente distintivo de muitas casas editoras na França, no mundo e também no Brasil do século XIX a até pelo menos meados do XX, quando outro padrão começa a preponderar. Neste, cada vez mais o editor estará preocupado com aspectos mercantis, muitas vezes os sobrepondo a uma linha de coerência de ideias para suas publicações.

Ao mesmo tempo, no século XIX, o livro adquire status de artefato mais respeitável para a obtenção de lastro cultural e ganha novos públicos – senhoras, jovens, crianças. Nas primeiras décadas após a vinda de D. João VI, as tipografias começaram a se espalhar pelo Rio de Janeiro, em primeiríssimo plano.

Em meados do século, desembarcam os irmãos alemães Laemmert, vindos de Paris, e, em 1844, Baptiste Louis Garnier, o mais novo dos Garnier frères, livreiros de grande reputação na França. Como menciona Hallewell, muitos outros livreiros e tipógrafos provenientes da França vieram para o Brasil, mas estes dois últimos foram os principais na segunda metade do século XIX. Garnier em especial, pois além de oferecer muitas obras francesas, começou a editar os principais autores brasileiros, tendo como destaques José de Alencar, Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar. Foi um dos pioneiros na introdução da venda de coleções com as obras desses autores, num formato que seria bastante utilizado mais tarde, no século XX⁴⁹, inclusive pela Livraria Martins Editora. Aliás, os quatro autores acima mencionados terão obras no catálogo da futura editora paulista.

Quanto mais o universo do livro ganha escala, mais a sua produção passa a se pautar por variáveis tais como a relação entre os custos de produção e o retorno alcançado na comercialização.

Desde a origem, os impressores e os livreiros trabalham essencialmente com fins lucrativos. (...) Assim como os editores atuais, os livreiros do século XV aceitam financiar a impressão de um livro apenas se se julgarem seguros de poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável⁵⁰.

Como escreve Martin, ao multiplicar a presença de alguns livros e provocar o obscurecimento de outros, a imprensa é responsável por uma dupla operação em relação à produção humana de

⁴⁸ Idem, idem, pág. 538.

⁴⁹ Idem, idem, 219-290.

⁵⁰ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Anne Basanoff et. al (colab.); Fúlvia Moreto e Guacira Marcondes Machado (trad.). São Paulo: Edusp, 2009. Pág. 346.

escritos: de um lado, a amplificação; de outro, o esquecimento. Escolher o que se destina a cada um desses escaninhos é parte do poder que um editor tem em mãos.

Juntando as duas coisas – o poder de escolher o que editar e a necessidade de obter bons resultados comerciais (sendo que o fracasso na segunda pode significar a destituição da primeira) – o editor tem uma vida pendular. Como bem definiu um dos nomes mais respeitados entre os editores brasileiros, Ênio Silveira, diretor da Civilização Brasileira do início dos anos 1950 até o começo da década de 1980, o que melhor caracterizava sua função era o dilema trazido pelo romance de Orígenes Lessa *O feijão e o sonho* (1938). No livro, o poeta Campos Lara passa o tempo sonhando com o sucesso de sua carreira literária e só consegue sustentar a esposa com a colaboração do patrão.

Em depoimento de 1990, Silveira defendeu que o segredo está em balancear as duas coisas, sem deixar-se levar por uma ou outra, sendo esta “a justa medida da qualidade de um editor”. Já num contexto de mercado bastante diverso daquele de meados do século XX, ele apontava as grandes editoras americanas como parte de cadeias que comportavam vários meios de comunicação – rádio, TV, jornais, revistas – não dispondo de liberdade editorial para fazerem suas escolhas. “Quer dizer, o importante é saber o que vende e o que não vende. E nós sabemos muito bem que frequentemente os livros que movem o mundo não são os que vendem muito bem”⁵¹.

1.4 Século XX: chegam os editores

Nas primeiras décadas do século XX não foram só os livreiros que se tornaram editores. O escritor Monteiro Lobato, antes ainda do sucesso de *Urupês* (1917), já se interessava pelo mercado editorial e percebia os problemas que atravancavam seu desenvolvimento (para além do atávico analfabetismo). Falta de pontos de venda, de atratividade das capas, de novos autores, de papel de qualidade⁵². Por esses pontos já é possível perceber que Lobato tinha visão mais abrangente que apenas a relativa à qualidade literária ou mesmo do objeto livro. Ele procurou detectar os pontos sensíveis da circulação das obras. Assim, em 1919, lançou a Monteiro Lobato & Cia., sucedâneo da Revista do Brasil, que lhe serviu de lente de aumento para questões vitais do negócio.

⁵¹ ALMEIDA, Marta Assis de; FERNANDES, Magali Oliveira; SENRA, Mirian. Jerusa Pires Ferreira (org.). **Ênio Silveira**, coleção Editando o Editor, vol.3; São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003, pág. 97-98.

⁵² Idem, idem, pp 356-366.

Depois de bem-sucedidos anos iniciais, o início da década de 1920 viu uma crise derivada da alta do custo de vida e queda de vendas, seguida depois dos bombardeios sobre São Paulo no movimento tenentista de 1924. Por um período, o editor apelou ao recurso recorrente entre seus pares nacionais: colocou o livro didático como prioritário. Era o que fazia, por exemplo, a Livraria Francisco Alves, naquele momento a editora de maior volume de negócios no Brasil. Para resumir, Lobato dobrou a aposta, comprou maquinário moderno de impressão, mudou a fábrica para um galpão de 5 mil metros quadrados, pensando que, com os preços de países do exterior, os editores nacionais dariam preferência a impressão no Brasil. Não teve fôlego para pagar as dívidas e viu sua empresa falir. Graças a seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira, levantaram dinheiro e constituíram em 1925 uma nova companhia, a Cia. Editora Nacional. Nesta, apesar da contribuição de Lobato como tradutor e autor, a administração do negócio coube a Marcondes Ferreira e, depois, a seu irmão, posteriormente incorporado à sociedade.

Nesse meio tempo, vários autores brasileiros ficaram à mercê de editoras precárias ou tipógrafos-editores, responsáveis por fazer seus livros chegarem aos leitores, muitas vezes custeados pelo próprio escritor, quando não também vendidos por eles. Se se tratasse de poesia, maior a possibilidade de o esquema de edição ser dessa forma. Como lembra Hallelwell, o público dos modernistas dos anos 1920 era bastante limitado, “o máximo que podiam esperar era serem publicados em pequenas revistas, como Klaxon e Festa”. (...) Um vínculo efetivo entre a nova literatura e a nova atividade editorial só viria a estabelecer-se com o surgimento da José Olympio, em meados da década de 1930”⁵³.

José Olympio Pereira Filho foi um nome central do mundo editorial brasileiro do início da década de 1930 até a de 1970. Nascido em Batatais, interior de São Paulo, chegou à capital em 1918 e conseguiu empregar-se na tradicional Livraria Garraux, fundada em 1860, por recomendação de seu conterrâneo Altino Arantes, então governador do estado. Durante 13 anos, exerceu praticamente todas as funções na livraria, do manuseio do estoque ao cargo de gerente de loja.

Na Casa Garraux, José Olympio teve oportunidade de vivenciar a hierarquia dos espaços culturais da cidade e o “peso das casas livresas como âmbitos de sociabilidade, condição cuja importância se sobressai pela escassa diferenciação entre profissões e comunidades de leitores”⁵⁴. E, naquele espaço em que começou arrumando os livros nas estantes até se tornar

⁵³ Idem, idem, p. 363

⁵⁴ SORÁ, Gustavo. **Brasileiras – José Olympio e a gênese do mercado editorial Brasileiro**. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010, p. 64

gerente de loja, o jovem livreiro do interior pode testemunhar que “o direito representava um ponto culminante de distinção socioprofissional, e a língua francesa, de distinção simbólico cultural”⁵⁵.

Em abril de 1931, contando com a ajuda de fregueses influentes como o político e empresário José Carlos de Macedo Soares comprou, com estantes e mobiliário, os 8 mil volumes da biblioteca do advogado, acadêmico e bibliófilo Alfredo Pujol. Pagou pelo conjunto 80 contos de réis⁵⁶, o equivalente na época ao valor de pouco mais de cinco terrenos de 600 m² na rua da Consolação⁵⁷, entre o centro de São Paulo e o bairro de Cerqueira César. A aquisição desse acervo permitiu que abrisse sua livraria em novembro daquele ano, na mesma rua da Quitanda em que Barros Martins alocaria sua loja seis anos depois.

Um mês depois de abrir a livraria publicou, ao lado de sua mulher e sócia, Vera Pacheco Jordão, a primeira obra da Editora José Olympio, *Conhece-te pela psicanálise*, de Joseph Ralph. Porém, os anos de 1932 e 1933, com o movimento constitucionalista e o posterior exílio de muitos intelectuais e políticos, foram turbulentos e ruins para a venda de livros no centro paulistano. Em 1934, Vera e José Olympio se instalaram no Rio de Janeiro, buscando não só estar no principal centro da vida cultural brasileira, como também vencer resistências entre os livreiros locais, conforme relatado ao editor por seu principal autor na época, o jornalista e escritor Humberto de Campos⁵⁸.

1.5 As escolhas, missão do editor

José Olympio foi, sem dúvida, um marco divisor das práticas editoriais no Brasil, mas obviamente as mudanças que podem estar sintetizadas no processo de construção de sua casa editorial já ocorriam, parcial ou integralmente, em outras companhias, em alguns casos já a partir da virada dos anos 20 para os 30.

Ganhava mais força o formato de coleções, corrente na França desde o século anterior e mesmo no Brasil do século XIX por meio da reunião das obras dos principais autores de cada casa editorial. Porém, agora as coleções temáticas tornaram-se mais presentes. Após a Revolução de 1930 no Brasil, a Schmidt Editora, do poeta Augusto Frederico Schmidt, explorava as

⁵⁵ Idem, idem.

⁵⁶ Idem, pág. 74

⁵⁷ Anúncio na edição dominical de *O Estado de S.Paulo* de 12 de abril de 1931, pág. 16: “Terras, sítios e fazendas – Vende-se por 15:000\$000 terreno com 10 X 60, da rua da Consolação, vizinho ao no. 715”. A veiculação antecede em dois dias a escrituração da compra da biblioteca de Pujol por José Olympio.

⁵⁸ SORÁ, op. cit., pág. 89

dissensões políticas decorrentes do movimento liderado por Vargas com a coleção Azul⁵⁹; no Rio Grande do Sul, a Gráfica do Globo mergulhava de cabeça em diversas coleções depois do sucesso de sua série policial, a Coleção Amarela, seguida pela Nobel (literatura universal contemporânea), Universal (livros de viagens e aventuras, cujo autor principal era o alemão Karl May), além da coleção Verde (para senhoras e senhoritas) e a Inquéritos sobre a Rússia, de análise sobre os desdobramentos da revolução soviética⁶⁰; a Cia. Editora Nacional lançava, também a partir de 1931, as cinco coleções da Biblioteca Pedagógica Brasileira, que contavam com os infantis de Lobato, livros para professores e com uma coleção Brasileira⁶¹.

Nesse quadro pontuado por lançamentos de diversas áreas, expansão do interesse pelo conhecimento por meio da inauguração da Universidade São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que sintetizavam a inquietação de um país que buscava se definir cultural, econômica e politicamente, Martins resolveu tornar-se editor com diretrizes bem alicerçadas, pelo que vemos pelas escolhas que darão o tom daqueles primeiros anos de atividade. O papel dessas escolhas marca o lugar social e cultural que o editor buscará ocupar.

Como escreve Kurt Wolff, editor de autores como Franz Kafka, Heinrich Mann e Karl Kraus, entre outros, os critérios decisivos na escolha daquilo que se publica se dividem, basicamente, em dois campos: “Ou publicamos livros que achamos que o público *deve* ler ou livros que o público *quer* ler”. Na visão de Wolff, para o exercício de uma atividade editorial do segundo tipo não são necessários “nem o entusiasmo nem o gosto”. “Publica-se a mercadoria segundo a demanda. Deve-se saber como agem as glândulas lacrimosas, sexuais ou quaisquer outras”, escreve ele de forma ácida. Já...

... os editores de outra espécie, como nós, e dizemos isso com toda a modéstia, praticam uma atividade criativa, buscando entusiasmar o leitor com algo original, com valor literário, com possibilidade de permanência, independente da facilidade ou dificuldade de seu acesso. Isso serve tanto para a não ficção como para a ficção. Claro que podemos errar e erramos frequentemente. Às vezes, acreditamos ter descoberto grandes promessas, baseados na personalidade ou no manuscrito de um autor, e as promessas não se realizam. A tentativa é válida, o sucesso não é determinante – é frequentemente casual. Sim. Conseguir um bom autor é mais acaso que mérito⁶².

O papel do editor que se envolve diretamente com o que poderá publicar é crucial para a descoberta de obras que façam da experiência do leitor algo único, defende o italiano Roberto

⁵⁹ Hallewell, op. cit., pp. 466-473.

⁶⁰ TORRESINI, Rochadel Elizabeth. **Editora Globo: Uma aventura editorial nos anos de 1930 a 1940**. São Paulo: Edusp/Com Arte, 2021, pp.69-75.

⁶¹ SORÁ, G. Op. citada, 159-165.

⁶² WOLFF, Kurt. **Memórias de um editor**. Tradução: Flávio Quintale. Belo Horizonte: Âyiné, 2020, pp.15-16

Calasso, que esteve por anos à frente da seletíssima editora italiana Adelphi, uma das mais prestigiosas casas da Europa. Vale ressaltar que a Adelphi então trabalhava os livros de seu catálogo como se fizessem parte de uma única coleção, “elos de uma mesma corrente, ou fragmentos de um único livro composto de todos os livros publicados por [um mesmo] editor”⁶³. Calasso cita o editor Aldo Manuzio, que na alvorada do século XVI imprimia a suas edições uma personalidade editorial que os conectava como integrantes de uma mesma comunidade livreira. Neste caso, muito dessa personalidade vinha das peças introdutórias e informativas que Manuzio escrevia (os atuais paratextos) redigidos sob a forma de cartas ou epístolas. Já a assinatura personalíssima da Adelphi é a composição de capa e contracapa apenas com uma imagem forte o suficiente para fisgar o leitor e desafiá-lo a ligá-la com o conteúdo da obra.

Ele relembra um artigo do crítico Goffredo Parise sobre o livro *A janela da frente*, de Georges Simenon. Em seu texto, o jornalista, além de decifrar o que a imagem de capa e contracapa sugeria em relação à atmosfera da narrativa com refinadas associações a partir dos aspectos visuais disponíveis, discorre sobre a descoberta de obras-primas. Ele menciona um fenômeno que ocorre com alguma frequência a leitores abertos às novidades de uma livraria, quando fisgados por uma obra sobre a qual nada sabem previamente. Depois de observá-la e a folhear,

sem conseguir resistir mais, [o leitor] apanha o livro e o leva para casa impaciente para lê-lo. Então o lê e descobre que é uma obra-prima. Por que *tout se tient* [tudo se encaixa]? Em primeiro lugar, porque o editor descobriu uma verdadeira obra-prima, lendo-a e não dando para ler, e assim capa e contracapa vêm naturalmente, seguem a obra-prima inspiradas e vitalizadas por ela. E eis aí o processo pelo qual o leitor pega o livro, corre para casa, põe de lado qualquer coisa e mergulha na leitura, descobrindo por conta própria que é uma obra-prima⁶⁴.

Em um e outro caso, a experiência pessoal de quem escolhe a obra para depois moldá-la a um projeto aparece como essencial para quem queria criar uma editora que se destacasse pelo apuro gráfico e editorial como elementos imprescindíveis de obras de grande relevância cultural. No caso de José de Barros Martins, sua condição de importador, a atenção e o gosto não só pela literatura e pela história, mas também pelos elementos de composição gráfica, lhe deram estofamento para o mundo editorial.

Seu modo de atuação preferencial, neste primeiro momento e ao longo das décadas seguintes, foi o de trazer ao público como principal oferta obras clássicas, consagradas, fazendo em muitos casos um exercício de recuperação da memória cultural. Não que em alguns momentos a

⁶³ CALASSO, Roberto. **A marca do editor**. Tradução: Pedro Fonseca. Belo Horizonte: Âyiné, 2020, pág. 86

⁶⁴ Idem, idem, pp 67-69

Martins não tivesse feito o tipo de incursão de Kurt Wolff, no sentido da descoberta de obras que quis trazer a seu público. Isso se deu sobretudo nos campos da poesia e, se assim pudermos classificá-lo, no romance feminino paulistano (Lígia Junqueira, Maria de Lourdes Teixeira, Helena Silveira), em que lançou novidades que trouxeram certo frescor à época.

Na poesia, lançou Obras Completas de muitos do seu círculo, como Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e, orgulho da companhia, de Mário de Andrade, coleção que só se completou bem depois da morte do autor. Mas, nesse sentido, era de um pragmatismo absoluto: “ser editor do Mário de Andrade dava prestígio, mas não era para ganhar dinheiro. Dinheiro ganhava com Jorge Amado, com as antologias do conto brasileiro, do conto moderno, isso é que vendia”⁶⁵.

Se tentava equilibrar as duas pontas – o feijão e o sonho mencionados por Ênio Silveira – o editor investiu bastante em capas atraentes e em cadernos especiais com fotos ou ilustrações no começo de seus principais títulos. Na edição de 1960 de *Ilusões perdidas*, de Honoré de Balzac, o romance do século XIX ganhou um caderno extra de 32 páginas, papel acetinado em tom claro de magenta, ilustrações assinadas pelo desenhista, aquarelista e litógrafo francês Paul Gavarni (pseudônimo de Guillaume Chevalier Sulpice), contemporâneo de Balzac (*ver fotos no Anexo 2, página 223*). Além delas, há a ilustração de capa de Darcy Penteado. Poderia ser uma homenagem aos amantes de livros neste que é um título cujo enredo gira em torno não só de ambições literárias, mas também de um momento particular da história do livro na França, em que ainda se processava sua segunda revolução. Esse apuro, no entanto, não foi ocasional. Estava presente nos livros de Jorge Amado, Álvares de Azevedo, Graciliano Ramos, Josué Montello, em alguns títulos das Obras Primas em que cada nova história trazia uma capitular contra um fundo especialmente ilustrado. Essa era uma forma de criar elementos distintivos para suas edições. Como disse o próprio Barros Martins,

Para ser editor, eu tinha uma vantagem muito grande, por que eu conhecia a bibliografia francesa e a arte tipográfica, não como expert, mas como amador. Eu sabia como se fazia uma capa de livro bem feita e como não se deviam fazer certas coisas. Eu aprendi a não fazer coisas. Isso é muito importante. Então resolvi ser editor⁶⁶.

Ao mesmo tempo, o livreiro tinha plena consciência de que, para uma empreitada de fôlego como a que escolheu para transformar a Livraria Martins em editora, precisava ancorá-la em bases robustas, buscando o apoio de pessoas que suplantassem os seus conhecimentos em

⁶⁵ Depoimento de José de Barros à Casa Guilherme de Almeida, agosto de 1990

⁶⁶ Idem

aspectos ligados ao mercado e a áreas específicas do saber. E, no caso de uma coleção que representaria a ousadia de publicar a história dos viajantes estrangeiros em língua portuguesa e ricamente ilustrada, a preços palatáveis a professores, jornalistas e outros profissionais liberais, só seria possível fazê-lo a contento ao lado de alguém que conhecesse a fundo não só os originais das obras que comporiam os 19 títulos⁶⁷ da Biblioteca Histórica Brasileira. Precisaria também conhecer os caminhos para sua obtenção e reprodução, a quem delegar a tradução e a escrita dos paratextos que situariam os leitores em relação aos autores e às circunstâncias de escrita.

No caso de seu convidado para a direção desta primeira coleção, talvez não houvesse ninguém tão habilitado no Brasil, naquele momento, quanto Rubens Borba de Moraes. Desde 1935 à frente da Biblioteca Municipal de São Paulo, tinha assumido o posto sendo parte do mesmo grupo de Mário Andrade, a quem conhecia desde criança, Paulo Duarte, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet, entre outros. Borba de Moraes havia passado quase uma década na Europa, onde desenvolvera sua veia de bibliófilo. Ao voltar, no início da década de 1920, foi quem despertou em Mário de Andrade o gosto pelas edições de luxo com as quais o poeta despenderia grandes somas, satisfazendo seu desejo de um lado e apertando o orçamento de outro. A família de Borba de Moraes, pelo contrário, lhe proporcionou condições para cultivar seu prazer de descobrir e colecionar obras raras, ainda que o filho de fazendeiros de Araraquara tivesse sempre trabalhado depois de retornar ao Brasil.

Mesmo antecedita por um título jurídico – *Direito social brasileiro*, do professor Cesarino Júnior, da Faculdade de Direito da USP – a coqueluche da chegada às livrarias foi *Viagem pitoresca através do Brasil*, de Rugendas, primeiro número da Biblioteca Histórica Brasileira, lançado de janeiro de 1940. José de Barros Martins, apesar de buscar o requinte editorial, mostrava desde então que o investimento que faria neste início da editora, não significaria incúria financeira ou com outras funções que cumpriria como editor, como veremos no próximo capítulo.

O lançamento do livro do professor Cesarino Júnior, primeiro de uma série, como revelou o editor em longa entrevista a Edgard Cavalheiro na *Folha da Manhã* em fevereiro de 1940⁶⁸, era

⁶⁷ A previsão inicial era de vinte títulos. Porém, o vigésimo, *Diário de minha viagem ao Brasil*, do Príncipe Adalberto da Prússia, que deveria ser traduzido por Sérgio Buarque de Holanda, foi cancelado já nos anos 50, segundo MELO E CUNHA, Maria Emília, “Catálogo e índice da Coleção Biblioteca Histórica Brasileira”, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, no. 37, págs. 151-162, 2º. trimestre, 1969.

⁶⁸ CAVALHEIRO, Edgard. Movimento Editorial de São Paulo. In: Suplemento, *Folha da Manhã*, 18 de fevereiro de 1940, p. II.

fruto de uma estratégia que visava a proximidade com o universo da faculdade da qual ainda era aluno, trazendo obras que não só atualizassem a categoria em relação a mudanças legais, como também tivessem potencial de proporcionar rápido retorno financeiro. Tanto esse primeiro livro, datado de novembro de 1939, como o segundo desta série (*Inovações e obscuridades do Código do Processo Civil e Comercial Brasileiro*, de Ataliba Vianna, 1940), atendiam a essas necessidades do universo do direito, desde sempre entre as áreas de formação mais procuradas no Brasil. Ou seja, tendiam a ter saída rápida, retornando capital para ser reinvestido.

E foram muitos livros naquele primeiro ano, como mostrava o texto de Edgard Cavalheiro. Para 1940, estavam previstos outros seis títulos da BHB (estampando entre os colaboradores nomes como Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Ruy Bloem e Moacyr Vasconcelos); seis volumes da Biblioteca do Pensamento Vivo (série americana licenciada sobre grandes pensadores); dois livros sobre economia política, um sobre história literária, um sobre geografia, e, finalmente, um volume de críticas e ensaios sobre artes plásticas, também assinado por Milliet. Barros Martins terminou dizendo que os livros mencionados eram apenas uma amostra do que se faria ainda naquele ano e que vários originais estavam em análise. Além de um bom espaço editorial, a entrevista também teve outro desdobramento: Edgard Cavalheiro passaria, ainda naquele ano, a trabalhar como editor na Martins, responsável pela Coleção Excelsior, que trazia grandes nomes da literatura universal.

Com outras coleções voltadas à história, à literatura e à sociologia, além de alguns experimentos que acabaram por não vingar, como uma coleção infantojuvenil, Barros Martins deixava claro o lugar que queria ocupar como editor, além de sua concepção cultural e política naquele momento do país.

Vale lembrar que o editor sempre foi um manifesto opositor da ditadura Vargas, recusando-se a colocar a foto do então presidente em sua livraria, o que era norma, relegando-a a um canto escondido do escritório, o que lhe custou discriminação no acesso às cotas de papel⁶⁹. A oposição a Vargas, no entanto, lhe rendeu bons frutos: a aproximação e posterior contratação de Jorge Amado e uma intensificação da relação com Julio de Mesquita Filho e *O Estado de S. Paulo* após a volta deste do exílio.

No caso do escritor baiano, ele já vinha sendo alvo da censura e ficou mais visado depois de publicar três capítulos da biografia de Castro Alves na revista *Diretrizes*, em fevereiro de 1940.

⁶⁹ HALLEWELL, L. Op. citada, pág. 557

O projeto era uma sinalização política em tempos conturbados, pois Jorge acreditava que “contar a história do poeta abolicionista identificado com o povo seria o modo de ‘indicar uma posição’ aos intelectuais ‘na luta pela liberdade e contra o fascismo’”⁷⁰. As relações entre Jorge e José Olympio não andavam boas e o cerco sobre o autor apertava. Edgard Cavalheiro convidou o escritor para um projeto com a Martins e aí apareceu o traquejo profissional do dono da editora paulista. Segundo a biógrafa Josélia Aguiar, aquilo que parecia uma solução de curto prazo começou a tomar a forma do que Jorge quisera desde sempre: “um editor com disposição não só política como comercial, que o colocava como ponta de lança do catálogo”⁷¹. Assim como na relação com Mário, a aproximação aprofundou-se aos poucos. Em 1944, começou a lançar as obras completas de seu novo autor, que permaneceria na Martins até 1974.

Em 2 de junho de 1946, cerca de um ano após voltar ao Brasil, Julio de Mesquita Filho anuncia em *O Estado* o lançamento de seu livro *Ensaio Sul-americanos*, edição da Martins com quatro textos analíticos do diretor do jornal, que chegava logo após um complicado processo de recompra da instituição. Assim como outro livro de Mesquita Filho, *A Europa que eu vi* (1953), foram os títulos da Martins que mais tiveram exposição publicitária nas páginas do jornal, o que não é surpresa. Cada um deles teve veiculações quase diárias durante seis meses, sempre em “tijolinhos de duas colunas.

Pouco antes, em maio do mesmo ano, ganhou destaque no noticiário de *O Estado* outro lançamento da Martins que chamava atenção pelo alinhamento político: *Campanha da Libertação*, volume que reuniu os discursos do brigadeiro Eduardo Gomes pronunciados país afora. Segundo a nota, os discursos “constituem um estudo amplo, sereno e esclarecido dos principais problemas nacionais”⁷².

Barros Martins reafirmava assim os valores liberais e a visão dos paulistas condutores do desenvolvimento nacional com o grupo ligado ao jornal. Soldado do movimento constitucionalista paulista, o editor publicou no IV Centenário da cidade, em 1954, o *Álbum de Família 1932*, obra que continha fotografias, cartazes e distintivos. O propósito era de que o material fizesse uma ponte entre as duas datas históricas, para que as imagens ali recolhidas tivessem “um lugar em cada lar paulista, como representação simbólica, como um repositório de lembranças, onde o olhar retrospectivo dos filhos de Piratininga possa, de quando em

⁷⁰ AGUIAR, Josélia. **Jorge Amado** – Uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018, pág. 150

⁷¹ Idem, Idem pág. 156.

⁷² *O Estado de S.Paulo*, 15/5/1946, pág. 9

quando, pousar saudosamente e retemperar seu brilho na orgulhosa visão desses memoráveis fastos”⁷³.

Fazia parte, então, de um grupo que buscava nas últimas décadas uma transformação política, cultural e educacional do país. Era o que havia sido formulado desde o diagnóstico resultante de pesquisa feita pelo sociólogo e jornalista Fernando de Azevedo para *O Estado de S.Paulo* com foco na educação, sucedida por um inquérito em que foram ouvidas vinte personalidades paulistas ou que viviam no estado⁷⁴.

Os principais problemas apontados foram a ineficiência dos ginásios para a “formação da cultura média do país” e da “formação da mentalidade e do caráter nacional”; a inexistência de institutos de altos estudos que promovessem “a formação de elites intelectuais para a pesquisa científica e o cultivo da cultura desinteressada”. Como solução, indicava-se a criação de instituição de nível superior em São Paulo guiada pelo “espírito universitário moderno”, integrada, porém, com unidades autônomas, além da criação de uma secretaria estadual e de um ministério, no plano federal, para as áreas de Saúde e Instrução Pública. As coleções que Azevedo criou no início da década de 1930 para a Cia. Editora Nacional estavam em sintonia com essas ideias.

Martins desenhou sua editora para que fosse uma instituição cultural que respondesse aos anseios dessa classe dirigente paulista no plano da cultura: editar obras e autores de indiscutível qualidade intelectual, reunião de mentes aptas à construção dos valores estéticos e éticos com os quais sonhavam desde a virada do século. Uma elite capaz de conduzir a formação cultural do povo, selecionando e oferecendo grandes autores da literatura mundial, mas sobretudo instaurando uma produção – literária, historiográfica, sociológica e estética – compatível com suas exigências e visão de mundo.

Do ponto de vista estético, além dos cuidados tipográficos e com o papel (na medida do possível), a editora se destacou pelo nível de seus capistas e ilustradores. Eram recorrentes os comentários em jornais, nas resenhas e notas de lançamento, exaltando a qualidade gráfica dos livros da Martins. No caso das capas, os principais responsáveis foram Clóvis Graciano e Darcy Penteado, também com grande presença de Percy Deane, Tarsila do Amaral, a misteriosa

⁷³ *Palavras do Editor*; in **Álbum de Família, 1932**. Livraria Martins Editora, 1954. São Paulo.

⁷⁴ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã** – O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. edição. São Paulo: Unesp, 2007, pp. 198-204.

Dorca⁷⁵ e Noemia, todos nomes de primeiro time e que passaram também por muitas outras editoras. No caso das ilustrações de capa das coleções – que mantinham a mesma estrutura, com uma vinheta que se repetia a cada edição – Wasth Rodrigues, o homem dos braços, fez esse papel. Para as ilustrações de miolo dos livros foram convidados vários artistas do primeiro time nacional, como Di Cavalcanti, Carybé e Renina Katz, entre tantos outros.

Foi para cumprir esse papel vislumbrado por uma elite exigente que Martins fez sua escolha de atuação empresarial no campo literário. Como assinala Heloísa Pontes, “no mundo editorial, o prestígio, assim como o lucro – indício seguro de uma editora bem-sucedida – são os mais cobiçados predicados. É por meio do prestígio que os editores se diferenciam do simples comerciante e empresário”⁷⁶.

Esse prestígio, analisa a autora, faz com que os editores ganhem um reconhecimento extra no meio social em que vivem, sendo vistos como agentes de um papel social que o estado não consegue cumprir. É o que escreve o próprio Martins no catálogo dos dez anos da editora:

Aos editores caberia o nobre encargo de suprir as deficiências dos poderes públicos. A eles, o encargo da função cultural que o país suplicava. O Brasil é um país de autodidatas, sem escolas, sem cursos especializados. (...) Num tal ambiente, o papel reservado aos editores é, indiscutivelmente, de tremendas responsabilidades. O livro, como instrumento de trabalho e de cultura, eis o que lhe compete produzir, quase sempre enfrentando as condições mais adversas⁷⁷.

Pontes avalia que, naquele momento, “nenhuma outra pessoa soube tão bem construir essa imagem do editor predestinado a cumprir uma missão quanto José de Barros Martins”⁷⁸.

A visão de cultura que parece mais presente desse olhar é a descrita por T. S. Eliot⁷⁹ ao mencionar a abordagem de Karl Mannhein em *O homem e a sociedade (Man and Society)*, em que o filósofo alemão, responsável por traçar “o destino do termo [elite] neste país [a Alemanha]”, diz que “a investigação sociológica da cultura na sociedade liberal deve começar com a vida daqueles que criam cultura, i.e., a *intelligentsia* e sua posição dentro da sociedade como um todo”. Apesar de discordar de Mannhein, pois vê a cultura como fruto de toda a

⁷⁵ TORRES, Bolívar. “Dorca, a misteriosa ilustradora que intriga pesquisadores. Assim como diversos artistas do livro de sua época, profícua capista não deixou rastros”. Rio de Janeiro, O Globo, 15/4/2017. Os pesquisadores em questão são o jornalista Ubiratan Machado, o bibliófilo Luís Pio Pedro e a historiadora Marisa Midori. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/dorca-misteriosa-ilustradora-que-intriga-pesquisadores-21211943>. Visualizado em 22/10/2023.

⁷⁶ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras” nas Décadas de 1930, 1940, 1950”. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 1988, n. 26, pág. 65.

⁷⁷ MARTINS, José de Barros APUD PONTES, op. citada, pág. 65.

⁷⁸ PONTES, op. citada, idem.

⁷⁹ ELIOT, T.S. **Notas para uma definição de cultura**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 52.

sociedade, e não de grupos específicos, Eliot reinterpreta a asserção do filósofo vendo que a ação desses criadores seria antes uma tentativa de dar mais organicidade à cultura, num movimento de influência mútua entre grupos, talvez com preponderância de algum deles, num processo de busca de níveis mais elevados, o que seria “ao mesmo tempo valioso em si mesmo e enriquecedor dos níveis inferiores: desse modo, o movimento da cultura continuaria numa espécie de ciclo, cada classe nutrindo as demais”⁸⁰.

Tanto o processo definido por Mannheim como a interpretação de Eliot (resultando num processo mais complexo, por considerar diferentes graus de interpenetração entre os vários grupamentos sociais) trazem a visão de uma elite que, em níveis variáveis, seria responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade. Essa ideia está claramente posta não só nos documentos do inquérito sobre educação realizado em 1926, como na trajetória dos Mesquita pai e filho, na tentativa de interferir na vida política e na educação do país, posicionamento adotado desde o início do período republicano.

1.6 Presença no setor e na sociedade

Entre as décadas de 1940 e 1960, José de Barros Martins gozou de prestígio e respeito nos meios intelectual, artístico, literário, editorial e político, tal qual outros editores que, como ele, ajudaram a pensar o Brasil daquele momento. As coleções da Martins e de outras editoras pareciam afirmar, como escreveu Heloísa Pontes, uma “missão específica, na medida em que o trabalho de editar, por ganhar um sentido cultural mais amplo, torna-se um dos principais canais de difusão, ampliação e consolidação da cultura brasileira”⁸¹. Esse reconhecimento, no caso de Martins, se estendeu a várias esferas ou campos sociais. Em muitos aspectos, devido à sua forma de ser e agir, visto como um homem de bom gosto e de iniciativas percebidas como virtudes no convívio social.

Não é à toa que seus convivas lhe destacavam os méritos. Nelson Palma Travassos, o cérebro da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais e figura-chave para o sucesso tanto da Martins como da Editora Nacional e da José Olympio, fez dele uma descrição das mais elogiosas em artigo de 1943: é “o benjamim dos editores, moço elegante e galante, que se traja no mais moderno dos alfaiates, pelo mais moderno dos feitios, divulgador da última pilheria, amante da boa mesa e dos bons vinhos”⁸². Também foi figura frequente por várias décadas nas colunas de

⁸⁰ IDEM, Ibidem, p. 52.

⁸¹ PONTES, op. citada, p. 68

⁸² Pesquisar coluna do Estado de São Paulo, 24/11/1943 Os que mandam imprimir os livros ou em Livro sobre livros

Helena Silveira e Tavares de Miranda na *Folha de S.Paulo*, diferentes entre si, mas ambas com o traço comum de retratar ambientes de festas e eventos sociais. E mesmo na lembrança do editor Ênio Silveira, que batizara Martins como “o príncipe dos editores brasileiros”⁸³, e com quem esteve em diversas lutas pelo livro.

A atuação social de Martins ocorreu em vários âmbitos: no mercado editorial, como um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro e no apoio a entidades representativas dos autores; no diálogo com governo e com pares para estabelecer políticas editoriais; na permanente divulgação e celebração de seus autores e da excelência no campo das artes gráficas; no trânsito com representantes do campo político; como gestor público nas áreas da cultura e das finanças; em ações de benemerência, valorizando os livros que fez chegar a várias instituições. E, finalmente, num de seus maiores prazeres, desfrutados por muitos que integravam as áreas acima descritas: os grandes jantares e recepções, seja no Automóvel Clube de São Paulo ou na própria residência, organizados para muitos talheres e com cardápios requintados.

Exemplo disso foi o jantar oferecido por Barros Martins em 10 de junho de 1953 no Automóvel Clube para comemorar o 13º. aniversário da editora e homenagear os seus autores e colaboradores. A cobertura da noite mereceu grande destaque na edição do dia seguinte de *O Estado de S.Paulo*, com matéria de alto de página em três colunas, duas fotos e a chamada “Escritores reunidos num jantar”⁸⁴. Logo abaixo, o olho (ou subchamada) da reportagem destacava a presença do governador Lucas Nogueira Garcez, que em discurso anunciou em primeira mão “para os homens de letras que estão contribuindo com sua inteligência e seu esforço para o engrandecimento da literatura brasileira” o breve envio à Assembleia Legislativa do projeto do Departamento Estadual de Cultura, “para ser transformado em lei e poder o governo do Estado cumprir, nos domínios da inteligência, o programa estabelecido para propagação da cultura e incremento das artes”, depois de citar do Eclesiastes a Rui Barbosa, passando por Capitu, Quincas Borba, Luís Gama e Castro Alves, entre outros. Iniciativa que remetia ao Departamento de Cultura municipal, concebido por Mário de Andrade e Paulo Duarte, com muitos remanescentes entre os convidados da noite.

Antes do governador, Barros Martins havia homenageado as coleções de diversas editoras sobre o Brasil, num trabalho “pertinaz e patriótico”, e, generosamente, referendou “um colega, nome excepcional da nossa classe: José Olympio Pereira Filho”. No encerramento de sua fala, uma

⁸³ **Momentos do livro no Brasil.** Fernando Paixão (coordenador). São Paulo: Ática, 1995, pág. 114

⁸⁴ *O Estado de S.Paulo*, 11/6/1953, pág. 5

menção de quem via o livro como algo mais que um suporte para o texto. Citando Bernard Shaw (Prêmio Nobel de 1925) e a peça *Santa Joana* (1924), ele lembrou que

...dizia uma personagem a certa altura: ‘nada há sobre a terra tão precioso como um bonito livro, com as colunas bem feitas, duma escritura em rica tinta negra, com belas cercaduras e lindas imagens iluminadas, sabiamente intercaladas na página. Mas em nossos dias, ao invés de olhar os livros, as pessoas os leem’. Isso dizia, amigos meus, sir Richard de Beauchamp, conde de Warwick, em 1429. E cinco séculos depois podemos dizer que essas pessoas ainda existem em nosso século e continuarão a existir e a ler para nossa e vossa felicidade⁸⁵.

Sérgio Milliet agradeceu em nome dos convidados e elogiou o anfitrião de forma bem-humorada, dizendo que recepções com boa comida eram uma tradição de antigos comerciantes patriarcais – que também ofereciam casa a seus convidados. Mas que um editor não é bem um comerciante. “É um intelectual que vende livros, esses livros que nós fazemos para ele, mas é também um agente de publicidade inteligente, capaz de valorizá-los e impingi-los aos que se tornam em seguida nossos fãs”. E arrematou lembrando que, se o quarto de dormir não estava entre as cortesias do pacote, entrava em seu lugar um banquete de 13 em 13 anos. Assim, “você nos oferta, impensadamente, o supérfluo. E desse modo entrega a todos um retrato quase que fiel de você próprio, o homem que discute magros cruzeiros com os autores e com eles gasta dez vezes mais em generosos convites”⁸⁶.

Tão devotado era o editor nesse quesito que, meses antes do jantar no Automóvel Clube, foi destaque na coluna de Helena Silveira que elegeu “Os dez melhores anfitriões da cidade”⁸⁷, ganhando o posto principal na lista. Fã confessa de Barros Martins e também autora de sua casa editorial, a irmã da escritora Dinah Silveira de Queiroz abriu espaço para a receita do bom anfitrião. Não sem antes, elogiar a esposa de Martins, Edite, que fazia dupla com o marido em sua residência na rua Abílio Soares, Vila Mariana. “Por trás dos bastidores já vemos o seu dedo alerta, que deu um toque em tudo, passando pelas flores das jarras, chegando até a distribuição dos grupos nos salões”.

Já Martins começa pela temperança (do caráter, não da comida!): “a arte de receber bem está condicionada ao espírito da nossa época: não devemos ser nem ferozmente tradicionalistas, nem fervorosamente renovadores”. E continua seu receituário, enaltecendo aqueles que o frequentam e, indiretamente, a si próprio, sem nunca abandonar um mundanismo elegante:

Devemos reunir homens e mulheres de espírito e das mais variadas correntes literárias e filosóficas. Entre esses convivas há sempre em comum a inteligência, e é

⁸⁵ Idem, idem.

⁸⁶ Idem, idem.

⁸⁷ *Folha da Manhã*, 1º de março de 1953, pág. 11

de se notar que, quanto mais forte e viva for a controvérsia, mais agradável se tornará um gole de *scottish* ou uma taça de champanha⁸⁸.

Sua fórmula rendeu memórias que não se apagaram. Como a do crítico Antonio Candido, que publicou seus primeiros livros pela Martins: “A sua atuação no campo da sociabilidade literária foi marcante. Ao lado de sua senhora, Edite, recebia com frequência e largueza na casa da rua Abílio Soares, onde fui muitas vezes. Lá encontrei gente interessante e ouvi coisas curiosas”⁸⁹. Entre as curiosidades das noitadas, Candido conta que certa vez, ao lado de Marques Rebelo, improvisou uma espécie de balé, qualificado por José Geraldo Vieira de “existencialista” em sua crônica semanal.

Aos escritores juntavam-se políticos e músicos. Nogueira Garcez esteve presente em muitas ocasiões; Inezita Barroso e Dorival Caymmi embalaram muitas noites com uísque e violão até amanhecer. Mas mesmo com todo o glamour de noitadas sempre lembradas como memoráveis por Helena Silveira, muitos dos eventos traziam também seu lado “interessado”. Exemplo disso foi o grande jantar oferecido por Barros Martins e amigos a Guilherme de Almeida depois de o escritor receber o título de Príncipe dos Poetas. Autor com suas obras completas lançadas pela Martins a partir dos anos 1940, Guilherme foi o quarto a receber o título, depois de Olavo Bilac (em 1913), Alberto de Oliveira (1924) e Olegário Mariano (1938). A láurea foi concebida no começo do século pela Revista *Fon-Fon*, com Bilac sendo escolhido por um total de 180 votantes. Olegário Mariano havia sido eleito em 1938, ainda com o concurso patrocinado pela *Fon-Fon*, e faleceu em 1958, deixando a cadeira vaga. O jornal carioca *Folha da Manhã* assumiu a organização, com o colégio eleitoral, composto por escritores, jornalistas e editores, passando para cerca de mil votantes.

O editor recorda a campanha para a eleição⁹⁰, angariando votos Brasil afora para que Guilherme de Almeida, criador, ao lado de Wasth Rodrigues, dos brasões da capital paulista e do estado de São Paulo, obtivesse 320 votos, contra 164 de Manuel Bandeira, 121 de Carlos Drummond de Andrade e 71 de Vinícius de Moraes. O resultado foi divulgado em 15 de setembro de 1959 e Almeida recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia seguinte e homenageado pela ABL. Ainda naquele ano, Barros Martins e seu grupo organizaram um grande jantar para o vencedor. “Foi um momento vibrante da vida do Guilherme, uma das coisas que o satisfizeram plenamente. O jantar que oferecemos a ele no Clube Paulistano foi uma das coisas grandiosas.

⁸⁸ Idem, idem.

⁸⁹ Candido, Antonio. *Um editor paulista (memórias)*. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, Departamento Biblioteca Mário de Andrade, 2012, no. 67, pp- 187-191.

⁹⁰ Depoimento à Casa Guilherme de Almeida, em 24 agosto de 1990

Quem cantou foi a Sapoti, ele fez questão que ela cantasse”, conta o editor. Sapoti era como a cantora Ângela Maria, grande sucesso na época, era chamada. A noite contou ainda com Sílvio Caldas, o “caboclinho querido”, e “vários outros”, segundo o depoimento de Martins.

Jorge Amado foi outro que mereceu muitas atenções. Em maio de 1959, por ocasião do lançamento da sétima edição de *Gabriela, Cravo e Canela*, a sede da Livraria Martins Editora, na Bela Vista, recebeu “elevado número de pessoas amigas”, registrou em nota *O Estado*, texto acompanhado pela foto “dos casais José de Barros Martins e Jorge Amado”⁹¹. E o escritor baiano também era ciceroneado em eventos que não eram diretamente ligados à editora, como na visita à Publitex Propaganda, em julho de 1970, agência responsável pelo lançamento do calendário anual da Pirelli, fabricante de pneus, para 1971. A empresa italiana fazia calendários com motivos artísticos e escolhera homenagear a Bahia no ano seguinte. “Recebeu Jorge a incumbência de fazer um texto especial sobre a “boa terra”, dentro do qual desfilam os seus mais famosos personagens, como Dona Flor, Gabriela e tantos outros”⁹², dizia a nota. Havia requinte na obra, que traria reproduções de quadros a óleo encomendadas a Di Cavalcanti e Carybé, entre outros. Na foto que acompanhava o texto, Jorge e o superintendente da empresa, Jacopo Vittorelli, aparecem em primeiro plano. Atrás deles, Martins e o artista Mirabeau Sampaio.

1.7 Mercado e Câmara Brasileira do Livro

Se houve uma das facetas sociais de José de Barros Martins que pode ser considerada de maior relevância para mais pessoas, esta foi a de seu papel como defensor do livro e do mercado livreiro. Se, por um lado, buscava em suas publicações oferecer diferenciais nos campos textual e gráfico, por outro o exercício administrativo/empresarial cedo lhe mostrou que para superar alguns problemas crônicos do mundo da edição e circulação de livros o melhor caminho seria a atuação articulada com seus pares.

Em decorrência da dificuldade para obtenção de papel em volume e qualidade suficientes, vivida desde os primeiros anos da editora, e de outras questões estruturais do livro no Brasil, o editor mobilizou-se em muitas frentes. Má distribuição, parque gráfico obsoleto, problemas regulatórios, baixo poder aquisitivo da população e percepção do livro como um objeto de preço alto, falta de bibliotecas e, principalmente, de políticas – públicas e do setor privado – de incentivo à ampliação do mercado leitor foram questões contra as quais foi a campo.

⁹¹ *O Estado de S.Paulo*, 1 de maio de 1959, pág. 59

⁹² *Folha de S.Paulo*, 18 de julho de 1970, pág. 18, sob o título

Com sua incipiente profissionalização, faltavam, nos anos 1940, entidades com atuação mais forte na busca de soluções para esses e outros problemas. Com um mercado paulista ganhando mais força tanto no campo editorial como no gráfico (onde já havia tempos era a principal praça do país, com a Companhia Gráfica da Revista dos Tribunais chegando a ser responsável por 60% dos livros rodados no país), era o momento de São Paulo ganhar musculatura política que correspondesse à sua força econômica.

Desde 1944, Martins e sua editora já haviam participado de forma ativa na doação e coleta de fundos para a organização do I Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em São Paulo em janeiro de 1945. Com a Livraria Martins Editora, as outras pessoas jurídicas que aparecem como colaboradoras são a Gráfica dos Tribunais e as editoras Brasiliense e Flama. Entre as pessoas físicas que ajudaram a coletar fundos, o crítico de cinema Paulo Emílio Sales Gomes; Artur Neves, Caio Prado Jr. (fundadores da Editora Brasiliense); Alfredo Mesquita, um dos patronos do teatro moderno brasileiro; Nelson Palma Travassos, escritor e dono da Gráfica Revista dos Tribunais, e Maria Eugênia de Almeida Franco, curadora e crítica de arte⁹³.

Já então vários editores, livreiros e outros profissionais envolvidos com a produção do livro vinham conversando informalmente para amadurecer a ideia de criar uma associação civil para a defesa de seus interesses. Havia tempos olhava-se para o mercado argentino, que crescera bastante com a guerra na Europa, exportando inclusive para o Brasil. E de lá veio, por meio de uma parente do poeta e jornalista Mário da Silva Brito, uma cópia dos estatutos da entidade de classe dos editores argentinos, que serviria de modelo para a redação do equivalente nacional, conta o próprio Brito.

Modificado com sugestões de Martins e de Edgard Cavalheiro, além de ativa participação de Octalles Marcondes Ferreira, Ênio Silveira, Oscar Barros, Luís Gonzaga de Melo e Jorge Saraiva, o texto ganhou sua primeira versão local com redação do tradutor João de Araújo Nabuco, um dos fundadores também da Cinemateca Brasileira. Assim, em 20 de setembro de 1946 foi fundada a nova instituição. “Dá-se o aparecimento da Câmara Brasileira do Livro, no momento em que se impunha institucionalizar a atividade editorial. Esta, enfim, derogando a etapa artesanal, enveredava pela fase mais evoluída da industrialização”, escreve o mesmo Mário da Silva Brito⁹⁴.

⁹³ *Folha de S. Paulo*, 20 de outubro de 1944, pág. 5

⁹⁴ BRITO, Mário da Silva. Op. citada, págs. XXVIII-XXIX

No ano seguinte, vários componentes desse grupo viajaram a Buenos Aires para o Congresso Latino-Americano das Câmaras do Livro, em busca de interações e ideias. Barros Martins participou de todas as primeiras diretorias da entidade, exercendo diferentes funções. Nesses primeiros anos a CBL realizou o 1º. Congresso de Editores e Livreiros (1948), a primeira Feira Popular do Livro, na praça da República (1951) e a criação do diploma “Amigo do Livro” (1957), para incentivadores do livro e da leitura.

Com participação de Edgard Cavalheiro, a CBL lançou o Jabuti, para premiar os melhores títulos de diversos gêneros literários. Diaulas Ridell, então presidente, anunciou os primeiros vencedores e fez a entrega dos prêmios de 1958 no ano seguinte, no final de sua gestão. Barros Martins foi eleito, em agosto de 1959, para a nova gestão da instituição.

Sua escolha foi saudada pelo escritor e jornalista Rolmes Barbosa na coluna “A semana e os livros”:

Pioneiro da moderna indústria editorial no Brasil, criador (com sacrifícios, o sabemos) de uma das mais belas Brasileiras de que dispomos, Barros Martins reúne qualidades para resolver muitos dos problemas que ora pesam sobre o livro nacional, a começar pelos pesados ônus fiscais que incidem sobre a importação do papel de impressão⁹⁵.

No mesmo diapasão desse comentário, o jornalista (que foi também organizador de coleções de contos para a Livraria Martins Editora), saudou o anúncio da criação do Prêmio “Revelação de Autor”, a partir da terceira edição do Jabuti. Elogiou a iniciativa, sublinhando a visão moderna do gestor da CBL, dizendo que ela traduzia “claramente as novas tendências da nossa indústria editorial”⁹⁶, e que finalmente se havia chegado à conclusão de que cabia aos editores prestigiar o editor nacional, como haviam sonhado Machado de Assis e José de Alencar. E atribuiu parte dessa responsabilidade ao fato de muitos escritores terem se tornado também editores.

Na 2ª. edição do prêmio (1959), cuja cerimônia de entrega foi realizada no ano seguinte, Barros Martins recepcionou os vencedores. Dois de seus editados receberam a tartaruguinha de metal de suas mãos: Marques Rebelo, por *Os trapicheiros* (melhor romance) e Antonio Candido, por *Formação da literatura brasileira* (História Literária). Na mesma cerimônia, proferiu discurso em homenagem a um dos quatro agraciados com a chancela de “Amigo do Livro”: o editor responsável de *O Estado de S.Paulo*, Julio de Mesquita Filho, mais um autor da Martins e objeto

⁹⁵ *O Estado de S.Paulo*, 15 de agosto de 1959, Suplemento Literário

⁹⁶ *O Estado de S.Paulo*, 12 de dezembro de 1959, Suplemento Literário, pág. 4

de admiração nunca escondida por seu dono. O discurso interessa para que se reafirmem alguns pontos norteadores da visão política e editorial do próprio Martins.

O dr. Julio de Mesquita Filho é escritor primoroso, observador sagaz dos acontecimentos que nestas últimas décadas plasmaram a história brasileira e mesmo a conturbada história do século. O seu espírito combativo, por todos reconhecido, atinge mesmo a agressividade renitente quando se trata da defesa de nossos interesses culturais. Estão aí as atividades diárias de seu grande jornal no campo da divulgação cultural. O Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* é prova insofismável do interesse do jornalista pelo debate das ideias e tendências literárias e artísticas contemporâneas, dentro do mais alto nível espiritual.

Deve-lhe o Brasil e especialmente São Paulo a sua liderança em várias campanhas memoráveis e de cunho nitidamente cultural. Para não enumerar todas, bastaria a citação de uma só para a exaltação do nosso homenageado: a criação e estruturação da Universidade de São Paulo, nos grandes moldes que estava a exigir o progresso de nosso país⁹⁷.

A coroação de seus autores significou, do ponto de vista simbólico, o fechamento de um ciclo, iniciado pouco antes, em que o fundador da Livraria Martins Editora foi objeto de uma série de reconhecimentos públicos e honorários por sua atuação. Em 1956, a empresa havia constituído sede própria depois de construir o prédio da rua Rocha, na Bela Vista, em que ficou com uma área para o depósito e um andar inteiro. Uma grande festa, com a presença do ex-presidente Washington Luiz marcou a inauguração. Em julho de 1957, ano em que a Livraria Martins Editora completou 20 anos de atividades, houve várias homenagens, sendo a mais marcante a concessão, por parte do governo francês, da “Cruz de Cavaleiro da Ordem das Palmas Acadêmicas”⁹⁸. Houve, ainda, outras duas considerações que repercutiram bastante, a Cavalière Ufficiale, do governo italiano, e a Ordem do Mérito Nacional, oferecida por Juscelino Kubitschek em 1958.

Em paralelo à sua atuação editorial, Barros Martins foi também uma das vozes do setor que se manifestaram para que a limitação do consumo de papel, com cotas estabelecidas para as editoras pela Sumoc (Superintendência da Moeda e de Crédito), do governo federal, fosse derrubada para que se pudesse publicar mais e a preços menores. Em 14 de dezembro de 1957, o jornal *Correio Paulistano* publicou reportagem sob o título “Sumoc: freio para a indústria do livro”, em que foram ouvidos Hélio Chaves Neto, da Editora Brasiliense, Diaulas Ridel, da Editora Cultrix e então presidente da CBL, Antônio Olavo Pereira, diretor da José Olympio, Aristides Tomé (Editora Freitas Bastos), Mário Fittipaldi (Editora das Américas), Mario da Silva Brito (Editora Saraiva) e José de Barros Martins.

⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1960, página 12

⁹⁸ Idem, 6 de julho de 1957, Suplemento Literário

Em seu depoimento, Barros Martins diz que, ao fixar cotas de papel para as editoras à base do consumo do ano anterior, a Sumoc “não prevê o desenvolvimento do livro no Brasil”.

É certo que ela permite uma cota suplementar. Mas esta segunda cota fica ao seu critério e, em geral, é concedida em bases muito inferiores às necessidades dos editores. A dificuldade de papel, aliás, é uma das razões dos altos preços das obras literárias. Obrigados que estamos a tiragens pequenas – porque senão não conseguimos cumprir nosso programa de títulos – temos de vender os livros a preços mais elevados para não ter prejuízo⁹⁹.

Na virada dos anos 1950 para os 1960, Barros Martins, agora presidente da CBL, intensifica a atuação a favor de políticas voltadas ao mercado editorial, tanto junto ao governo como no estímulo a ações conjuntas entre seus pares. Em outubro de 1959, articulou a criação de associação entre cinco editoras para lançar livros de bolso. Reuniu-se com representantes da José Olympio, Agir, Itatiaia e Companhia Editora Nacional¹⁰⁰.

Em 30 de novembro de 1959, seu nome apareceu, como representante da CBL, no decreto presidencial que designou os membros dos grupos de Estudos da Indústria do Livro e dos Problemas do Escritor. Com ele, estavam representantes da Academia Brasileira de Letras, da União Brasileira de Escritores, do Instituto Nacional do Livro, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, do Departamento Nacional de Educação, da Associação Brasileira do Livro, do Sindicato das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Viação¹⁰¹. Os representantes do setor intensificaram então a pressão para que o governo criasse melhores condições tanto para a produção como para a circulação do livro.

O panorama ficou mais complexo com o aumento da inflação no final do governo JK, nos poucos meses de Jânio Quadros e na gestão João Goulart. Num período de quatro anos (1960-1963), o índice anual cresceu três vezes e meia¹⁰². Após assumir, Jânio Quadros confiou a condução do Ministério da Fazenda a Clemente Mariani (MG) e a Superintendência da Moeda e de Crédito a Otávio Gouveia de Bulhões, um dueto que rezava pela cartilha de um monetarismo ferrenho, em especial o segundo. As dívidas com credores externos fizeram com que eles adotassem o receituário do Fundo Monetário Internacional, que tinha como objetivo

⁹⁹ *Correio Paulistano*, 14 de dezembro de 1957, pág.

¹⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1959, pág. 9

¹⁰¹ Idem, 1º de dezembro de 1959, pág. 7.

¹⁰² Em 1960, o índice foi de 25,4%; em 61, de 34,7%; em 62, de 50,1%; em 63, superou os 90%. Ver MESQUITA, Mario M. C. Brasil 1961-1964 – Inflação, estagnação e ruptura. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC/Rio, s/data. Disponível em: <https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td569.pdf> Acesso em 16/10/2023.

“unificar e liberar o câmbio, equilibrar as contas internas e externas e reduzir a inflação”¹⁰³. Esses eram os principais objetivos da Instrução 204, publicada pela Sumoc em 1961, visando dar respiro ao governo para negociar com credores estrangeiros.

As medidas provocaram severo arrocho para alguns setores, em especial aqueles afetados pelo câmbio do dólar, como o setor livreiro. O papel havia dobrado de preço e havia dificuldade tanto para a sua importação como para a de livros. Segundo notícia publicada em junho daquele ano, o Grupo do Livro pediu então

a constituição de um fundo nacional para assistir e estimular a indústria e o comércio do segmento, com vistas à sua difusão; a criação de departamentos especializados nas carteiras do Banco do Brasil; isenção de imposto sobre a renda para as parcelas destinadas ao reinvestimento na atividade editorial; concessão de franquias postal para o livro didático e outras medidas visando aperfeiçoar a divulgação do livro em geral¹⁰⁴,

Representaram os editores José de Barros Martins, pela CBL, e Enio Silveira, pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Dizia o texto do jornal, sob a manchete “Governo deverá adotar medidas a favor do livro”, que o presidente havia determinado ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco Central que baixassem as instruções necessárias para adoção das sugestões.

Alguns dias depois, em 23 de junho, Octalles Marcondes Ferreira, da Cia. Editora Nacional, foi eleito para a presidência da CBL, passando Barros Martins a ocupar uma das oito vagas do Conselho Administrativo. Logo depois, em 5 de julho, o grupo de trabalho da CBL comentou e analisou as medidas da Instrução 208 da Sumoc, que alterou a taxa de câmbio para o papel da imprensa e decidiu pela formação de nova comissão para análise da Instrução 208 e da situação do livro como um todo, tendo como propósito fazer novas sugestões ao governo. Tanto Ferreira como Martins fariam parte do grupo. Jânio Quadros, no entanto, durou pouco no cargo. Um mês e vinte dias depois, em 25 de agosto, renunciaria à presidência.

1.8 Funções públicas

José de Barros Martins teve bastante proximidade com políticos que estiveram à frente de cargos importantes na cidade e no estado de São Paulo, como revelam os registros fotográficos de eventos sociais. Nas duas décadas seguintes à guerra, o ex-prefeito e governador Adhemar de Barros, assim como Lucas Nogueira Garcez, eleito sucessor de Adhemar em 1950, aparecem

¹⁰³ Reforma cambial arrocha a economia. Memorial da Democracia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Lula, s/data. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/janio-quadros-inicia-reforma-cambial> Acesso em 7/12/2024.

¹⁰⁴ *O Estado de S.Paulo*, 13 de junho de 1961, pág. 10

em várias imagens ao lado do editor. Assim, em 1949, numa conturbada primeira legislatura municipal no pós-guerra, depois de a Câmara Municipal ter ficado fechada desde a década de 1930, o prefeito Asdrúbal Eurithysse da Cunha, indicado por Adhemar, foi o responsável pela designação de Barros Martins para a direção do Departamento Municipal de Cultura.

Entre 1947 e 1951, com Adhemar de Barros à frente do governo do estado, foram cinco os indicados à prefeitura, nenhum excedendo o ano e meio de exercício na função. Em 1950, Asdrúbal da Cunha deixou o cargo, assumido por Lineu Prestes em fevereiro daquele ano. O novo prefeito manteve Barros Martins à frente do órgão até o final de sua gestão, em janeiro de 1951. Uma das marcas de sua passagem à frente do Departamento foram as edições da *Revista do Arquivo Municipal*. Entre março de 1949, quando foi publicado o volume CXXIII, até a edição CXXXII, de março de 1950, Barros Martins dirigiu pessoalmente a revista (em seu primeiro número dividindo a função com Lellis Vieira). Mário da Silva Brito ressalta que o dono da Martins procurou seguir “o mesmo roteiro traçado por Mário de Andrade” na condução do departamento. Promoveu cursos nos bairros da cidade, estimular a instalação de bibliotecas em áreas mais distantes do centro, levar música e balé às fábricas e grandes conglomerados que beiravam a capital. Na Biblioteca Municipal, a gestão foi efervescente, com diversos conferencistas, facilidade de atração proporcionada por seu trânsito no mundo do livro. Compareceram Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Moisés Velinho, Franklin de Oliveira, “além de muitos outros intelectuais paulistas e de diferentes procedências” (note-se que nenhum dos quatro nominados era autor da Martins, da qual esteve licenciado no período). Silva Brito finalizou assim esse tópico do livro: “Queria estar à altura da obra admirável iniciada pelo seu amigo e mestre. Assim dizia e assim fazia”¹⁰⁵.

Ainda na década de 1950, Barros Martins foi convidado a exercer outro cargo na administração municipal, agora como secretário de Finanças. Juvenal Lino de Matos, do PSP, também senador por São Paulo, elegeu-se prefeito em 1955. A Legislação, a princípio, não exigia sua renúncia do cargo de senador, mas logo após ter assumido como prefeito foi proposta a mudança da lei, obrigando-o a optar por uma das funções. A escolha foi pelo senado, deixando a prefeitura para seu vice, Wladimir de Toledo Piza, do PTB, que assumiu em 13 de abril de 1956 e ali ficou até abril de 1957, quando foi substituído por Adhemar de Barros, recém-eleito.

Toledo Piza nomeou Barros Martins como secretário de Finanças. A gestão deu início ao saneamento financeiro da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a CMTC, criando

¹⁰⁵ SILVA BRITO, Mário da. Op. citada, pág. XXIII.

fôlego para a compra de 75 ônibus. Provavelmente, o secretário deve ter-se lembrado dos tempos de diretor de Cultura e invejado retroativamente as cifras com as quais lidava agora. Em apenas uma canetada, a 21 de junho de 1956¹⁰⁶, o secretário liberou um crédito especial de CR\$ de 9,810 milhões referentes a despesas não pagas por falta de empenho anterior de verbas, autorizadas a posteriori pela Câmara Municipal. Muitos itens dessas despesas eram referentes a gastos com publicações da prefeitura informando acerca de editais públicos.

Talvez em função desses gastos, a gestão municipal aprovou, por meio da Lei 5.075 de 31/10/1956, a criação do Diário Oficial do Município, a ser rodado na Gráfica Municipal e tendo como fonte de seus recursos de impressão o dinheiro até então gasto em publicidade. O jornal passou a circular em 1º de janeiro de 1957.

Se as diretrizes de Mário de Andrade serviram como guias para o Departamento de Cultura, também o foram para a luta pelas bibliotecas públicas, às quais defendeu e, em muitos casos, apoiou a formação do acervo. Em 1953, Sérgio Milliet mencionou o amigo e editor em artigo que discutia o reincidente problema do livro: “Se o governo, como sugeriu José de Barros Martins, criasse em todos os municípios brasileiros uma pequena biblioteca de empréstimo, já garantiria o esgotamento normal de edições de dois a três mil exemplares de livros que atualmente mal se vendem”¹⁰⁷.

E onde houve oportunidade de preencher as estantes de livros com apoio institucional, Martins se fez presente. Ainda como presidente da CBL, em 1960, ele recebeu pedido do escritor Mario Donato, recém-eleito para a direção do Clube dos Artistas¹⁰⁸, para que a Câmara do Livro instasse seus sócios a doar títulos à instituição, que buscava retomar seus propósitos culturais, um tanto obscurecidos pelos recreativos.

A resposta da CBL foi a doação de uma biblioteca de mil títulos, com obras de Balzac, Shakespeare e outros clássicos. De quebra, fez uma homenagem a Clóvis Graciano, que estava passando o bastão da presidência da instituição a Donato. Ambos com fortes vínculos com a Martins. E as raízes pessoais de Martins falaram ainda mais alto quando, em junho de 1962, foi um dos convidados para as celebrações do centenário de nascimento do educador Lamartine Delamare, fundador da escola em que aprendera os rudimentos de tipografia e edição, em Guaratinguetá (SP). Fez, então, pela Livraria Martins Editora, uma doação de cerca de 2,5 mil

¹⁰⁶ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 22 de junho de 1956, pág. 61

¹⁰⁷ *O Estado de S.Paulo*, 16 de junho de 1953, página 6 (Coluna Vida Intelectual)

¹⁰⁸ *Folha de S.Paulo*, 20 de novembro de 1960, página 10

títulos, avaliados em CR\$ 6 milhões. Essas obras compuseram o acervo da biblioteca volante da cidade, utilizando os mesmos pressupostos de montagem de suas equivalentes da capital. Notícia da época detalha alguns dos autores que compuseram o material doado:

Foram escolhidas obras fundamentais na literatura, história e sociologia, de Alencar e Macedo a Jorge Amado e Erico Veríssimo, de Saint Hilaire a Thomé e Pedro Calmon, de Álvares de Azevedo e Gonçalves Dias a Manuel Bandeira e Guilherme de Almeida, de Silvio Romero a Antonio Candido e Alceu de Amoroso Lima. Isso ao lado de grandes escritores estrangeiros como Eça de Queiroz, Shakespeare, Victor Hugo, Maupassant e Bernard Shaw¹⁰⁹.

Sensível à sua própria história, o editor recheou a doação com o que de melhor havia oferecido ao mercado naqueles 22 anos e alguns meses. Ali, havia exemplares de muitas das coleções nascidas durante a guerra e que, fruto de conhecimentos que adquirira até então e do que aprendeu no convívio com seus editores e colaboradores, moldaram um projeto editorial que buscava elevar a cultura a um patamar a que poucos tinham acesso. Este projeto e suas nuances ganharam materialidade a partir da edição da Biblioteca Histórica Brasileira e de outras coleções, a maior parte dos anos 1940. Elas chegaram às livrarias para ajudar a formar o repertório de novas gerações que tiveram em mãos possibilidades até então inéditas de transformação cultural do país.

¹⁰⁹ *O Estado de S.Paulo*, 3 de junho de 1962, página 21

2 A ERA DAS COLEÇÕES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL

My library was dukedom large enough.
(William Shakeaspere, em *A tempestade*)¹¹⁰

2.1 A Martins, suas coleções e o compromisso com a cultura brasileira

O jornalista e historiador Francisco de Assis Barbosa acumulava razoável bagagem no universo editorial no início dos anos 1940. Trabalhara como assistente de Sérgio Buarque de Holanda na seção de publicações do Instituto Nacional do Livro e fora secretário-executivo na elaboração do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, sob direção de William Barrien, professor de Harvard.

Em 1944, Assis Barbosa ressaltava a percepção do mercado e o pioneirismo das coleções que José de Barros Martins começara a lançar em 1940, no momento em que o dono da Livraria Martins decidiu se aventurar como editor.

Um jovem livreiro paulista percebeu, logo no início de sua atividade como editor, o clima psicológico do mercado, com o lançamento dos primeiros volumes da excelente Biblioteca Histórica Brasileira. Era um golpe de audácia. Até então, as edições de luxo só entravam nas cogitações de um ou outro intelectual requintado: um Aluísio de Castro, um Ronald de Carvalho, um Guilherme de Almeida, um Gilberto Freyre. O livreiro paulista soube aproveitar inteligentemente a experiência particular, num momento em que não sofreria a concorrência do livro estrangeiro. Não há dúvida de que José de Barros Martins abriu o caminho para o surto das edições de luxo, em base comercial¹¹¹.

Quando deu esse salto no universo do livro, acumulando as funções de livreiro, importador e editor, José de Barros Martins já tinha visão bastante clara de quais deveriam ser os eixos centrais de sua atuação e o lugar que gostaria de ocupar no cenário cultural paulista e brasileiro. Avaliou que a obstrução à importação dos livros franceses, principais componentes de seu cardápio, se prolongaria por tempo indefinido, dada a gravidade do conflito mundial iniciado em 1939, e achou que era o momento de investir na edição de livros, aproveituando o vácuo

¹¹⁰ Frase do ex-libris de José de Barros Martins, extraída de *A tempestade*, 1º. Ato, cena 2. William Shakespeare, 1611. Na tradução de José Francisco Botelho: *Minha biblioteca era um ducado grande o suficiente*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2022.

¹¹¹ BARBOSA APUD SORÁ, Gustavo. **Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp/ComArte, 2010. Pág. 372.

causado pela suspensão dos títulos importados provocada pela bloqueio promovido pelos alemães.

Mesmo com as dificuldades para conseguir os insumos adequados – principalmente o papel¹¹² –, a aposta era de que havia um ambiente cultural favorável em São Paulo, com novas instituições de ensino superior e o desejo da elite paulista de indicar a direção para o desenvolvimento nacional, alicerçando-o na melhoria das condições da educação e na valorização da cultura. Barros Martins aproveitou-se, ainda, da ida do livreiro e editor José Olympio, que congregava em torno de si muitos intelectuais desde que trabalhava na Livraria Garraux, para o Rio de Janeiro, em 1934. Um ano depois de inaugurar sua própria livraria e lançar os primeiros títulos de sua casa editorial, Olímpio resolvera fixar-se na capital federal.

Era uma ótima chance para aumentar o convívio com a intelectualidade local. Já favorecido pelo contato constante com os bibliófilos que frequentavam sua livraria, o novo editor sintonizou sua atuação no que lhe pareceu que o mercado leitor parecia então procurar: a reunião de títulos que conversassem entre si, seja do ponto de vista temático, seja do ponto de vista gráfico, perfazendo séries ou coleções, tendência que já havia uma década estava presente no mundo editorial brasileiro.

Desde a passagem dos anos 1920 para os 1930, esse modelo seriado começou a vicejar entre algumas das maiores casas nacionais, com as coleções da Livraria do Globo, do Rio Grande do Sul (Amarela, Inquéritos sobre a Rússia, Espionagem, Nobel e Universo, todas lançadas entre 1931 e 1933)¹¹³; a Coleção Azul, da Schmidt (que explorou o debate político gerado pela Revolução de 1930)¹¹⁴; as cinco coleções lançadas pela Companhia Editora Nacional, em 1931, no âmbito da Biblioteca Pedagógica Brasileira, com destaque para sua *Brasiliana*¹¹⁵. Além delas, a José Olympio já no Rio de Janeiro, lançou a Coleção Política Contemporânea e os títulos agrupados por Olympio como *Ciclo da cana-de-açúcar* e *Romances baianos* (todas a partir de 1935), este último realçando o sucesso de Jorge Amado. Mas sua iniciativa de maior

¹¹² Num “rápido inquérito” com informações aferidas junto a editores, tipógrafos e fotogravadores paulistas, em 1944, Artur Neves menciona a escassez e alta dos preços do papel. Gustavo Sorá frisa a dificuldade de importação de papel para livros como um dos “mecanismos de controle da produção intelectual utilizados pelo Estado Novo”; Nelson P. Travassos aponta a baixa qualidade do papel de produção nacional em razão da escassez de celulose na mistura que compunha o material. Os três são mencionados por Iumatti, Paulo Teixeira. **Arte e trabalho – Aspectos da produção do livro 1914-1945**, 2ª. edição. São Paulo: Hucitec Editora/Fapesp. Págs. 101-122.

¹¹³ TORRESINI, Elizabeth Rochadel. **Editora Globo – uma aventura editorial nos anos de 1930 e 1940**, 2ª. Edição. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2021, págs. 69-70.

¹¹⁴ HALEWELL, L. Op. cit., pág. 469.

¹¹⁵ Além dela, foram lançadas também a de Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos e Iniciação Científica. Ver SORÁ, Gustavo. Op. cit., pág. 160.

repercussão do ponto de vista do prestígio intelectual foi a *Documentos Brasileiros*¹¹⁶, dirigida por Gilberto Freyre e inaugurada com *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, obra seminal na busca pela identidade nacional, um tema em voga no período.

Combatente do movimento constitucionalista de 1932, o remanescente paulista Barros Martins alinhava-se ao ideário do Partido Democrático, ao qual estavam vinculados também vários intelectuais de seu círculo ou próximos a estes, como Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Couto de Barros, Tácito de Almeida, Julio de Mesquita Filho e Armando Sales de Oliveira, entre tantos outros. Eram todos anti-getulistas, liberais clássicos que acreditavam que as elites tinham o dever ético de conduzir a elevação da população em termos educacionais e culturais. Vencidos pelas armas em 1932, buscavam agora sobrepor-se a seus adversários pelo intelecto e pela ciência, chaves para a transformação do homem e da realidade brasileira.

Martins, que havia frequentado o curso de História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em seu período inaugural, quando assistiu a aulas de Fernand Braudel¹¹⁷, tinha duas áreas de predileção: literatura e história, as quais priorizou, em seus primeiros anos como editor, por meio de coleções que tratassem do Brasil, como foram os casos da Biblioteca Histórica Brasileira e da Biblioteca de Literatura Brasileira. Editou, também, muitos livros de poesia e romancistas brasileiros e estrangeiros, entre outras obras.

Como editor que tencionava ser parte de um processo de transformação cultural do país, a edição de obras literárias de reconhecida importância era um aspecto chave na engrenagem de reflexão intelectual, aceitando-se a ideia de Antonio Candido de que, em nossa história, “as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade” quase sempre passavam por essa produção. No Brasil, desde o século XIX ao menos até a metade do século XX, a literatura, “mais do que a filosofia e as ciências humanas” se constituía como “o fenômeno central da vida e do espírito”¹¹⁸.

As coleções foram o ponto de partida para o projeto de estender o acesso a bens culturais então restritos a camadas da elite brasileira para um público mais amplo, como professores

¹¹⁶ SORÁ, G. op. cit. págs. 173-192.

¹¹⁷ Depoimento de José de Barros Martins à Casa Guilherme de Almeida, 24/8/1990.

¹¹⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiro)*. In: **Literatura e sociedade – Estudos de teoria e história literária**, 12ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul 2011, págs. 117 a 145. Nesse panteão das melhores expressões literárias, “livros de intensão histórica e sociológica”, Candido menciona os romances de José de Alencar, Machado de Assis e Graciliano Ramos, a poesia de Gonçalves Dias, Castro Alves, Mário de Andrade e obras de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Pág. 137

universitários e secundários, jornalistas e estudantes de modo geral. Seu intuito foi o de oferecer produtos de qualidade elevada a preços que pudessem ser pagos por essas camadas da população. Além das coleções mencionadas, a Livraria Martins também publicou, já a partir dos anos 1940, a *Excelsior*, em dois formatos (gigante e normal), destinada a grandes obras literárias brasileiras e internacionais; a *Mosaico*, em formato pequeno, voltada à crítica e história literária, que teve vida curta (de 1942 a 1945); a Biblioteca de Ciências Sociais, com títulos de sociologia e antropologia pensados a partir dos cursos da Escola Livre de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP; e coletâneas de contos que, em função de seu sucesso, foram agrupadas mais tarde sob o batismo de *Coleção Obras Primas*. A qualidade do tratamento gráfico de seus livros, elogiados continuamente em resenhas de jornal e premiados por ocasião da I Bienal Internacional do Livro e da Arte Gráfica, em 1961, foi sempre um elemento distintivo de suas publicações.

Os principais interlocutores e colaboradores do editor naqueles primeiros anos, do ponto de vista da formulação de suas diretrizes e escolhas editoriais, foram quatro: Rubens Borba de Moraes, Mário de Andrade (ver foto no anexo 3), Edgard Cavalheiro e Sérgio Milliet. A colaboração dos três primeiros se restringiu a esses anos iniciais. Borba de Moraes em função de sua mudança primeiro para o Rio de Janeiro, em 1943, onde foi dirigir a Biblioteca Nacional, e mais tarde para Washington (Biblioteca da ONU); Mário faleceu em 1945, quando a publicação de suas *Obras Completas* estava apenas começando e Cavalheiro, maior artífice das coletâneas de contos, saiu entre 1942 e 1943, para dirigir o escritório da Editora Globo em São Paulo. Manteve relações com a Martins, principalmente na organização dos livros de contos, mas deixou o posto de editor. Cavalheiro e Martins atuaram juntos, também, na criação da Câmara Brasileira do Livro, fundada em 1946, e da qual ambos seriam diretores na década de 1950.

Sérgio Milliet foi aquele de presença mais longa. Desde o início teve participação ativa tanto nas diversas traduções para as coleções da Martins, seleção e organização de obras e publicação de vários de seus livros, inclusive os *Diários Críticos*, que havia começado a publicar pela Brasiliense, em 1944, e passaram para a Martins em 1946. Manteve um forte vínculo com a editora e com José de Barros e seu filho José Fernando até sua morte, em 1966. Os dez livros de seus *Diários Críticos* foram as últimas obras editadas pela Martins, já em 1981, em coedição com a Editora da USP.

Pode-se dizer, também, que a “plataforma crítica” de Sérgio Milliet, construída em grande parte no período em que viveu na Suíça e na França, por meio do contato com intelectuais como

Romain Rolland e Jules Romains e com o grupo da revista *L'Esprit Nouveau*, se aproxima muito do pensamento e das crenças em que Barros Martins alicerçou sua atuação. Esses parâmetros traduzem-se na

Necessidade ética ao lado da liberdade como valor motriz da ação intelectual; a presença de uma ordem que se traduz em ser necessário reconhecer a cultura, todo um sistema civilizatório, a tradição; o passado histórico, a possibilidade de conciliação de tradição e modernidade no fazer artístico, a ideia de modernidade como o que é precursor, o que é pioneiro, a atribuição ao intelectual do trabalho social de “educar para que seja possível compreender”¹¹⁹.

O ponto de vista crítico de Milliet identificava-se, sob muitos aspectos, com a perspectiva de Mário de Andrade. Ele buscou o entendimento da obra de arte a partir das interações entre artista e meio em que foi produzida e pela multiplicidade de enfoques analíticos a partir das várias áreas das ciências humanas. Teve proximidade particular com a sociologia, o que o levou a ser um dos articuladores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933. À diferença de Mário, no entanto, tinha uma visão mais universalista da arte, atrelando-a à questão histórica, enquanto o autor de *Macunaíma* enveredava pela dissecação das “raízes culturais da terra”. “[Mário] pesquisa a arte, a linguagem, o folclore; visa a nacionalidade como uma etapa da universalidade”¹²⁰.

É interessante notar que a Martins veio ocupar, já nos anos 1940, um lugar que se diluíra entre vários tipógrafos-editores quando o grupo modernista paulista começou a publicar mais regularmente, principalmente de 1922 em diante. Se o movimento vanguardista gerou revistas diversas (*Klaxon*, *Terra Roxa*, *Revista de Antropofagia*), não houve então uma editora que encampasse a proposta, assumisse o discurso e congregasse o grupo como signatária de suas ideias, publicando suas obras em livro.

Quando a Martins se consolida nesse lugar, as ideias dos modernistas de então já não poderiam ser consideradas como de ruptura. De alguma forma, haviam passado a configurar uma nova tradição. Eram afinal, naquele momento, as obras de escritores e artistas que haviam chegado a uma maturidade criativa (o que fez bem a alguns, a outros nem tanto). De um jeito ou de outro, muitos daqueles que participaram do movimento de 1922 passaram a fazer parte do catálogo da editora de 1940 em diante, muitos deles por meio da publicação de suas obras completas, como

¹¹⁹ GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Sérgio Milliet, crítico de arte**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1992, pág. 42. A esse olhar sobre a arte e a cultura, a autora acrescenta que a conduta do crítico é nuançada por uma “vontade humanista, resultante do convívio com os literatos Rolland e Romains, “de cujas teorias resulta para Milliet a absorção do socialismo como dimensão ética mais ampla”.

¹²⁰ GONÇALVES, L. R., Op. citada, pág. 52

Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia (boa parte, mas não toda) e Sérgio Milliet (idem).

José de Barros Martins era um entusiasta da bibliofilia. Quando planejou entrar no mercado como editor, já acumulara lastro pelos anos de comprador de requintadas edições importadas e no convívio com bibliófilos de uma geração anterior, ligados ao grupo modernista de 1922, como o próprio Rubens Borba de Moraes. Este, depois de 10 anos trabalhando de guarda-livros na Recebedoria de Rendas da capital paulista, foi comissionado em julho de 1935 no Departamento de Cultura da prefeitura, sendo nomeado chefe da Divisão de Bibliotecas em novembro do mesmo ano, cargo que assumiria em 1936¹²¹, quando o órgão municipal estava sob o comando de Mário de Andrade e a Revista do Arquivo Municipal a cargo de Milliet.

Borba de Moraes, cuja família era próxima à de Mário de Andrade, ambas de Araraquara, retomara o contato com este já quando voltara da Europa, antes ainda da Semana de 1922, participando das reuniões da rua Lopes Chaves, a residência da família de Mário na Barra Funda. Já havia tentado ser dono de editora, mas, na ocasião, não foi bem-sucedido. Em 1924, conheceu Tasso da Silveira, poeta simbolista carioca, que trabalhava na editora Anuário do Brasil e nos Correios e Telégrafos. Viraram amigos, Tasso o apresentou ao diretor do Anuário, um português, que incentivou os dois, Rubens e Tasso, a fundar uma editora com a promessa de o Anuário imprimir os livros.

O plano, como rememorou Borba de Moraes, era o de publicar

livros modernos, bonitos, bem-feitos, alguns ilustrados por pintores modernistas. De vez em quando soltaríamos edições de luxo numeradas etc. Entrei com o capital: cinco contos de réis, Tasso com o trabalho e a gerência do negócio. Dividiríamos os lucros. Lançamos um primeiro livro de poesia: *Fonte rústica*, de Lacerda Pinto, amigo de Tasso. O autor pagou a edição. Logo depois editamos *Natalika*, de Guilherme de Almeida, e meu *Domingo dos séculos*, ilustrado por John Graz, a cores!¹²²

Chamada Candeia Azul, a editora viveu apenas para fazer esses três livros. O dinheiro acabou e o editor/autor imprimiu apenas 20 exemplares de seu *Domingo dos séculos*, 15 dos quais ficaram à venda na Garroux por quatro anos. Deles, oito foram efetivamente vendidos.

¹²¹ GUELFÍ CAMPOS, José Francisco. **Rubens Borba de Moraes – Inventário**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Universidade de São Paulo, 2017, pág. 19

¹²² MORAES, Rubens Borba de. **Testemunha ocular (Recordações)**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011, págs. 204-205

2.2 A Biblioteca Histórica Brasileira



Desde os anos de Europa, Borba de Moraes fez diversas aquisições e ampliou seus conhecimentos bibliográficos, até que foi indicado ao departamento de Bibliotecas por Mário de Andrade. Com sua posição e as relações cultivadas entre conhecedores de obras raras, tornou-se peça-chave para a coleção acalentada por José de Barros Martins, para a qual foi designado diretor: a Biblioteca Histórica Brasileira. Lançada em janeiro de 1940, foi uma aposta bastante ousada: reuniu textos de viajantes estrangeiros dos séculos XVI a XIX, a quase totalidade deles nunca antes publicada em língua portuguesa e com acesso restrito, estando no acervo de poucas bibliotecas e colecionadores. Deu esmerado tratamento ao material, a começar pelos paratextos que compuseram cada uma das obras. O número inaugural foi a tradução de *Voyage Pittoresque dans le Brésil* (1835), do alemão Johann Moritz Rugendas, que chegou ao país em 1921 para a expedição de Langsdorff. Depois de desentender-se com o chefe da empreitada, partiu em viagem pelo Brasil em 1924. A obra foi considerada um dos registros iconográficos mais importantes do país. Era composta por 110 litografias, integralmente reproduzidas na edição da Martins – *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, traduzida por Sérgio Milliet do francês (o original do século XIX fora lançado também em alemão).

É bem provável que o diretor da coleção tenha se lembrado de seus tempos de formação no Collège de Genève, durante sua experiência suíça. Seu principal professor de então, Monsieur de Ziegler, lhe deu as chaves para tirar mais proveito de textos clássicos: conhecê-los após a leitura de textos comentados, capazes de descortinar chaves de interpretação para as quais o leitor ainda não estivesse preparado¹²³. E, coincidência ou não, as obras da Biblioteca Histórica todas trazem aberturas que situam o leitor não só em relação à biografia dos autores, como também ao contexto de época, evitando que o contato com textos escritos até quatro séculos antes pudessem ser “vítimas” de anacronismos interpretativos.

Na *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, volume IV da coleção, Borba de Moraes salienta a importância da obra em via de mão dupla, tanto para o autor como para o confronto com mentalidades do Brasil de então.

Debret passou à posteridade menos pelos quadros que deixou e pela atividade de professor de pintura que exerceu, do que em virtude da publicação de sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. (...) A crítica brasileira não recebeu a obra com entusiasmo. Pelo contrário. O IHGB fez-lhe críticas severas. Os veneráveis historiadores acharam chocante que se pintassem costumes de escravos e cenas da vida popular com tanto realismo.

¹²³ Idem, idem, págs. 76-77.

Entretanto, passado um século, é justamente aquilo que se criticou que mais elogios merece e que torna o livro de Debret um documento de valor incomparável para o estudo da época em que viveu entre nós. (...) Não teve edições posteriores à primeira. Somente agora, um século depois do aparecimento do seu último volume, é que sai em segunda edição integral e fiel, nesta Biblioteca Histórica Brasileira¹²⁴.

Porém, o entusiasmo de Borba de Moraes é relativizado por Sérgio Milliet, tradutor do volume, que faz a ressalva de que obras de caráter descritivo ou etnográfico, assinadas por artistas ou cientistas, não tinham no trato da forma textual sua maior virtude, mas sim no seu valor documental. Limitavam, assim, o papel do tradutor ao de um “simples paleógrafo”. “A escrita de um Rugendas ou de um Debret assemelha-se antes à de um chefe de seção em seus pobres relatórios, que à de um literato habituado ao valor das palavras e aos segredos da sintaxe”¹²⁵. E terminava alertando para o valor crescente dos documentos e dados objetivos, úteis à solução dos problemas do homem.

A preocupação em situar o leitor em relação a conteúdo e forma textual, no entanto, não constituiu o único e talvez nem o principal cuidado das quase 7.000 páginas editadas nos 19 volumes e 23 tomos da coleção.

Apesar de não haver registro de créditos nominais, o projeto gráfico, inspirado pelas edições de luxo francesas, traz as digitais do próprio Barros Martins e de Borba de Moraes, talvez com a colaboração de Edgard Cavalheiro¹²⁶. O editor tinha proximidade com o universo gráfico desde os tempos de adolescência. Já o diretor da coleção também era afeito havia tempo a questões da área, como comprova carta enviada a Mário de Andrade em que tece comentários críticos ao número inaugural de Klaxon, lançado em maio de 1922. Da fazenda Atalaia, de sua família, na região de Araraquara, ele lista vários senões à edição¹²⁷, das cores da capa, a escolhas tipográficas, passando pelo título do poema do colaborador Charles Baudoin, que vive na Suíça.

¹²⁴ MORAES, Rubens Borba de. Apresentação, in *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Idem, pág. XXX

¹²⁵ MILLIET, Sérgio. Nota do tradutor, in *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Idem, pág. XXX

¹²⁶ José Fernando de Barros Martins acredita que o projeto gráfico seja dos três, porém, não é certo que Cavalheiro já estivesse colaborando com a Martins em 1939, quando começou o processo de produção da coleção.

¹²⁷ MORAIS, Rubens Borba de [Correspondência]. Destinatário: Mário de Andrade. Santa Lúcia (SP), 20 “e tantos”, maio de 1922. MA-C-CPL 5221. Sobre a capa, recrimina o uso do til, de São Paulo, com um S inclinado (“pobreza tipográfica”) e o uso de preto, vermelho e amarelo (“bandeira da Bélgica”); abomina o título do poema de Baudoin encimando a página (“é horrível, que cacófato!”, em referência a *A toi qui que tu sois*); a repetição do logo de Klaxon pelas páginas da revista e, por fim, a crítica mais técnica: “o belo poema do Guilherme está sacrificado por causa da tipografia. A página está muito cheia. O título, os versos, a fonte do poema, a assinatura, todos com os mesmos tipos, cansa, enche e não se vê nada”.

Já nessa ocasião, Borba de Moraes tinha grande familiaridade com as revistas modernistas e edições de luxo, opinando com segurança crítica e argumentos técnicos.

2.3 Descritivo físico da coleção

A BHB tinha um formato grande, de 22x 26cm¹²⁸ ou 44x 26cm com o livro aberto. Martins lançou a coleção com variações: havia os exemplares de luxo, os de grande luxo e aqueles destinados à comercialização para o público em geral. Do volume inaugural, *Viagem pitoresca através do Brasil*, de Rugendas, foram tirados 250 exemplares de luxo, numerados de 1 a 250, e 25 exemplares de grande luxo, identificados de A a Z. Com pequena variação de quantidades esse foi o padrão.

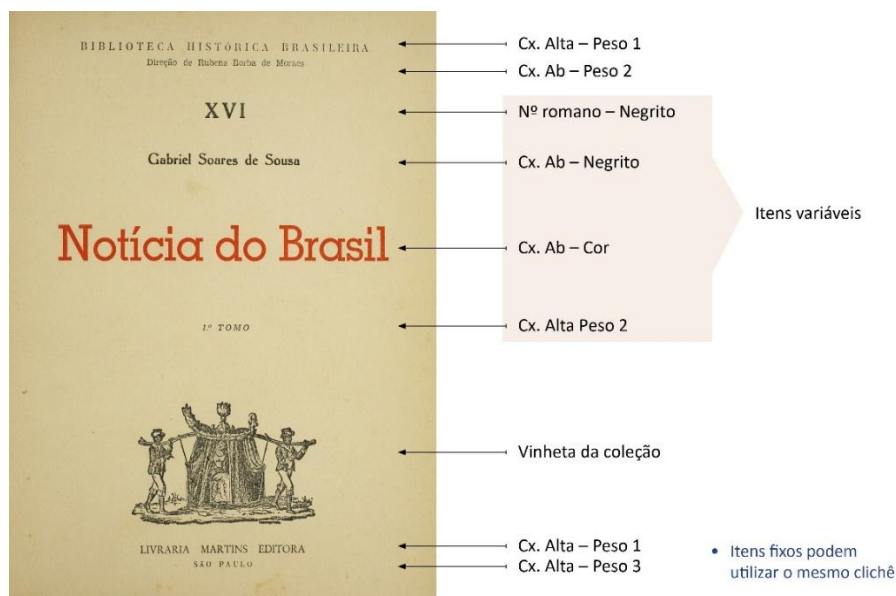
Em comum, todas as versões traziam a integridade dos textos e das gravuras. No número inicial, uma das maiores atrações foram as 110 litogravuras reproduzidas do original. Como houve bastante variação em termos de quantidade de páginas e ilustrações nos dezenove números, os preços para o público em geral ficaram na casa dos 20\$000 a 30\$000, com os livros de luxo chegando a custar até cinco vezes mais (100\$000)¹²⁹.

A capa seguia um padrão fixo em termos de disposição das informações, conforme o esquema explicativo abaixo. A ordem era sempre a mesma: Encimando a página, o nome da coleção e, logo abaixo, o do diretor; o número do volume em algarismo romano, o nome do autor em negrito e o título no centro da página, em vermelho; pouco abaixo, subtítulo do volume e/ou indicação do tomo; na parte de baixo, a vinheta da coleção, assinada por Chamberlain¹³⁰, e, por fim, o nome da editora, tendo abaixo a cidade ou, por vezes, também o endereço da Martins. Com o tempo, alguns elementos foram variando, como a designação de tomo ou volume.

¹²⁸ Essa medida, que compreende a largura x a altura do livro, era o formato padrão da coleção. No entanto, por questões relativas ao trabalho gráfico, ela pode variar. Exemplares do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), tinham, normalmente, 21 x 27cm.

¹²⁹ HALLEWELL, L., Op. citada, pág. 553.

¹³⁰ Ao que tudo indica, trata-se de Henry Chamberlain, desenhista, pintor e oficial da Artilharia Real Britânica que veio ao Brasil em 1819 e permaneceu no Rio de Janeiro até 1820. Ver: HENRY Chamberlain. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/6947-henry-chamberlain>. Acesso em: 21 de outubro de 2025. Verbete da enciclopédia.

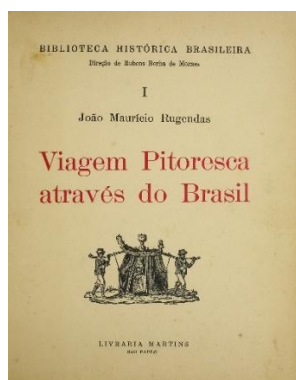


As principais diferenças verificadas na comparação entre exemplares das edições luxo e super luxo do primeiro volume da coleção foram as seguintes¹³¹:

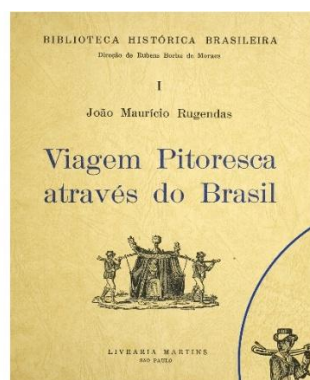
Capa – cor diferente do título: na edição grande luxo, o título veio em vermelho; na luxo, em azul; o papel da grande luxo é um cartonado grosso, com provável gramatura de 250 gramas; já o da luxo é texturizado, à base de couro ou imitação (mais provável), com 180 gramas. A fonte utilizada para o título é a Didone, serifada, que mistura duas famílias de tipos, Bidone e a Didot. A parte vertical de suas letras é mais grossa e suas serifas mais finas. É um tipo de fonte que responde bem à impressão tipográfica¹³².

¹³¹ As análises de caráter mais técnico que se seguem (tipos de papel, fontes, gramaturas etc.) foram realizadas a partir de consultas aos designers gráficos Gustavo Piqueira e Fernanda do Val e ao técnico especialista em tecnologia de fabricação de papel Célio Robusti, da Escola Senai Theobaldo de Nigris.

¹³² Segundo BRINGHURST, Robert. **Elementos do estilo tipográfico – versão 3**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, tradução André Stolarski, pág. 105: “A prensa tipográfica dá um pouco mais de volume e definição à letra, especialmente nos traços mais delgados, e aumenta a proeminência das pontas das serifas mais finas. Os tipos de metal são projetados para tirar partido dessas características da impressão tipográfica”, escreve o autor ao comparar tipos mais adaptados à impressão tipográfica ou à impressão em offset.



Edição grande luxo

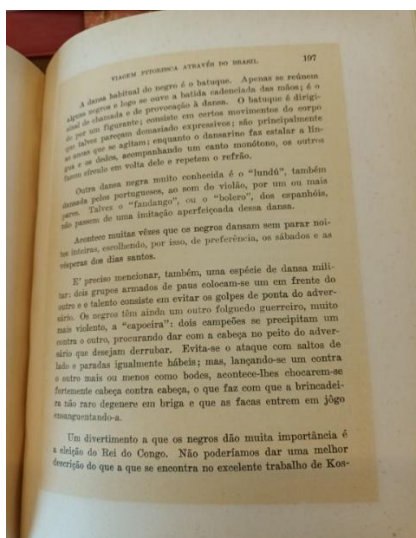


Edição luxo

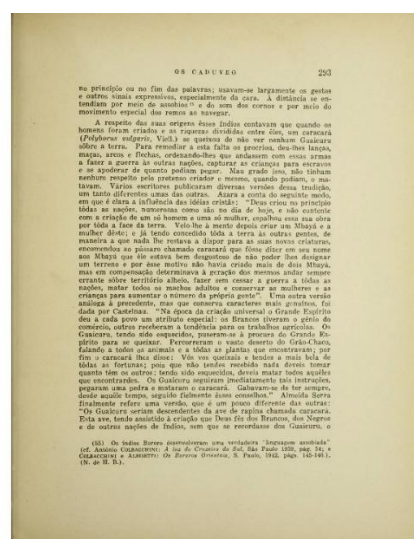
Diferenças: cor do título na capa (luxo em azul, grande luxo em vermelho); papel da edição luxo texturizado, à base de couro ou imitação, enrugado como se conservasse os vincos da folha. Gramatura provável: 180 gramas. Da Grande Luxo, papel mais grosso, cartonado, provável gramatura: 250 gr.



Miolo – a grande luxo faz uma moldura de fundo em tom creme para o texto, o que implica o uso de uma cor adicional no miolo onde vai a mancha textual, com as bordas em branco; a entrelinha é mais folgada, propiciando maior conforto para a leitura. Na edição luxo, e nesse caso nos referimos não apenas ao volume 1, há, muitas vezes maior adensamento da massa textual, com uso de entrelinha mais apertada, como se verifica no volume 14 da coleção (*Os Caduveo*, de Guido Boggiani). Há também variação do corpo das letras, principalmente em volumes em que o número de notas foi muito grande, como no caso de *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (volume 7), em que há 611 notas nas 282 páginas, provável razão para as letras do texto serem dois pontos menores do que em *Brasil pitoresco: história, descrições-viagens-colonização-instituições*, de Charles Ribeyrolles (volume 6), que trouxe apenas 60 notas nas 241 páginas de seu tomo II.

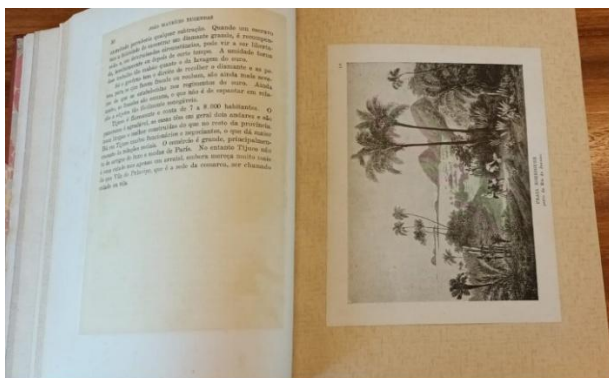


Miolo da edição grande luxo: texto emoldurado e impressão de uma cor a mais



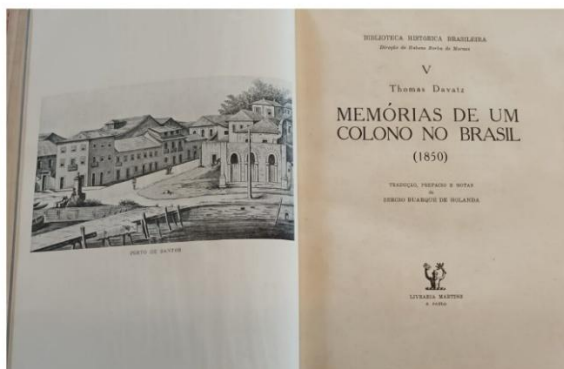
Edição luxo: manutenção da mancha tipográfica e variação de corpo e entrelinha para ajustar tamanhos

Gravuras – Na edição grande luxo, as reproduções das gravuras, em papel couché, foram reduzidas e coladas, com uma moldura branca sobre papel com textura de tela. Como esse papel é bem mais grosso, o resultado foi uma edição mais volumosa, uma vez e meia maior em relação à edição luxo. Esta utilizou as gravuras no tamanho da página, totalmente em papel couché. Esse tipo de papel acetinado chupa menos tinta e permite melhor qualidade de reprodução.



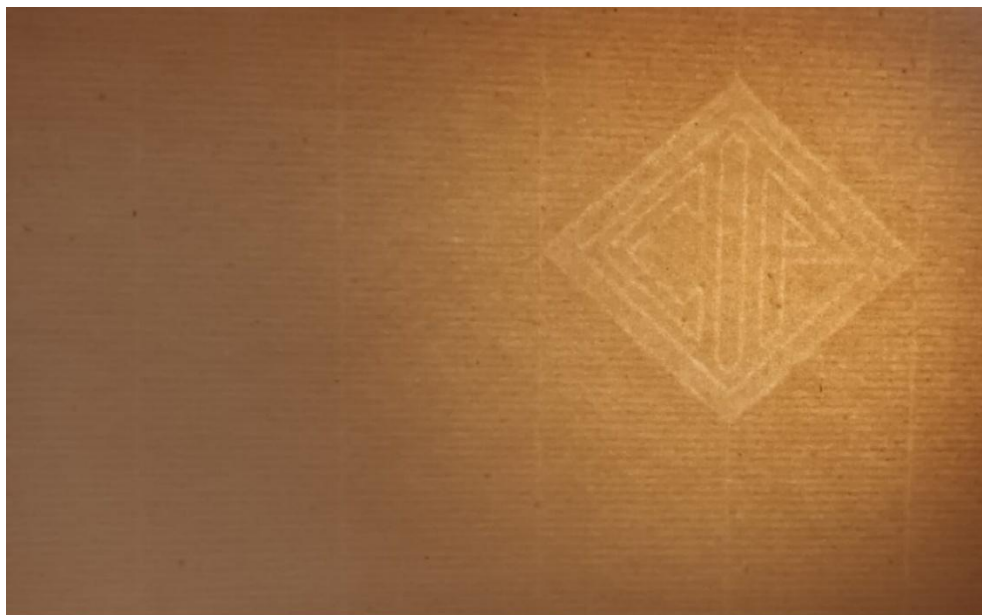
Na edição grande luxo do volume 1, as ilustrações em papel couché foram coladas, em tamanho menor sobre papel com textura de tela. Volume da edição ficou 1,5 vez o da edição luxo

Já nas edições luxo as gravuras entravam em página inteira em papel couché



Papeis – No geral, a coleção, afora as gravuras, foi impressa em papel vergé¹³³. No entanto, a qualidade dos papeis utilizados a cada número variou muito. Como reportou o editor no volume 4 da coleção (Debret), houve muita dificuldade de conseguir papel em quantidade suficiente. Além da qualidade ficar aquém do desejado, a escassez também provocou alta de preços. Por esse motivo, Barros Martins fez agradecimento especial ao então interventor do Estado, Adhemar de Barros, pela compra antecipada para o governo de exemplares dos volumes de Debret e Ribeyrolles.

¹³³ Normalmente, o papel vergé pode ser identificado a olho nu, mas no caso do exemplar analisado pelo especialista em papel a localização da marca d'água foi mais custosa.



Papel vergé com marca d'água CIP, usado no miolo de toda coleção. Gramatura maior muitas vezes esconde os traços característicos do vergé, como linhas e vergões, só bem visíveis contra a luz

Capitulares e vinhetas – Além das ilustrações, outro fator de destaque da BHB é o uso de vinhetas e capitulares, em especial nas páginas de abertura de capítulos. Houve frequente exploração de matéria diretamente ligada a cada livro, muitas vezes com relação direta entre o universo etnográfico reportado e as vinhetas utilizadas. O recurso é usado com frequência no volume d’*Os Caduveo*, resultado da incursão feita pelo italiano Guido Boggiani ao Chaco, no Paraguai, e ao Mato Grosso, quando passou de paisagista a “péssimo negociante em couros e ótimo etnógrafo”¹³⁴.

As capitulares também aparecem com alguma frequência na coleção, apesar de não constituírem um padrão em todos os exemplares. Em consonância com as outras escolhas (tipografia, formato etc.) são capitulares chamadas de históricas, “caracterizadas por seus aspectos decorativos”¹³⁵, normalmente desenhos floreados em segundo plano, com a letra em preto no primeiro plano, com a mesma tipologia do texto. São de tamanho médio, ocupando em torno de dez linhas, dentro do espaço da mancha tipográfica, como em *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*, de Daniel Parish Kidder, volume 12.

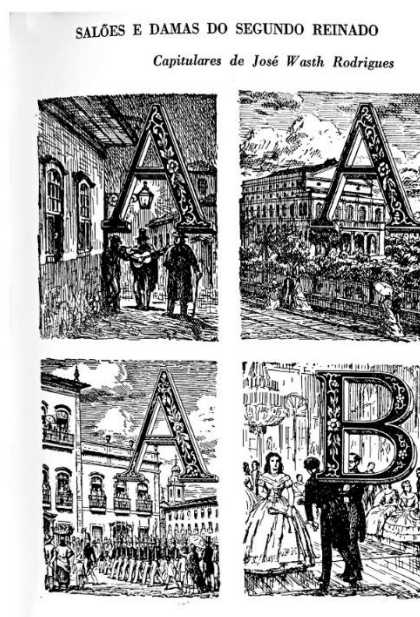
¹³⁴ COLINI, Giuseppe Angelo. Introdução in **Os Caduveo**. São Paulo: Livraria Martins, 1945.

¹³⁵ CATTANI, Airton; DENARDI, Davi F. A. “Taxonomia de letras capitulares contemporâneas”, in Infodesign – Revista Brasileira de Design e Informação. São Paulo, vol. 18, no. 1, 2021, págs. 1-18. Seguiu-se aqui a classificação proposta no artigo.

Do ponto de vista gráfico, é curioso notar nesse volume a disposição dos tópicos do capítulo entre o título deste e o início do texto, opção não recorrente na coleção que polui as aberturas, prescindindo de uma harmonia que essas páginas costumam buscar.

O uso de capitulares foi recorrente em várias outras publicações da Martins. E em muitas delas sendo utilizadas sempre dentro da mancha textual ou de texto corrido¹³⁶, porém com tamanho grande. Há exemplos de desenhos mais clássicos, como no livro *Salões e damas do Segundo Reinado* (1942), de Wanderley Pinho, ilustrado por Wasth Rodrigues, em que a capitular é inserida dentro de uma ilustração e ocupa apenas um quarto de seu espaço, com o desenho tendo maior presença. Ocupando espaços mais ou menos parecidos, aparecem as capitulares desenhadas por Di Cavalcanti para *Noite na taverna e Macário* (1941), de Álvares de Azevedo, da Biblioteca de Literatura Brasileira. Nesse caso, o artista consegue maior integração da letra com o desenho, explorando a atmosfera sombria com letras de grandes dimensões, grossas, chegando ao limite da caixa do desenho.

¹³⁶ Sigo aqui a diferenciação similar à utilizada pela pesquisadora Sílvia Nastari Zeni ao analisar a Biblioteca de Literatura Brasileira. Ela diferencia a mancha tipográfica, que compreende elementos como número de página e cabeçalho, por exemplo, daquilo que chama de “caixa de texto corrido”, que corresponde ao bloco principal de texto, aqui chamado de mancha textual. Ver NASTARI ZENI, Sílvia de Moraes. “O projeto gráfico da coleção Biblioteca de Literatura Brasileira, publicada pela Livraria Martins Editora nas décadas de 1940 e 1950”. 2019. Dissertação (Mestrado em Design) – FAU/USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16140/tde-10092019-155601/>>

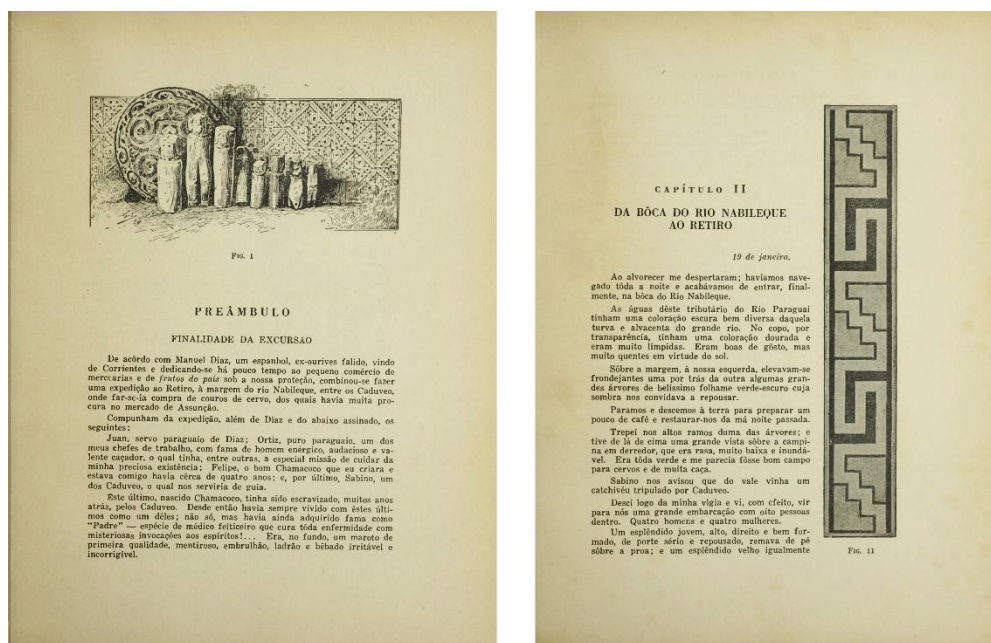


Exemplos de capitulares que aparecem no livro comemorativo dos 10 anos da Livraria Editora Martins. À esquerda, a minúcia dos traços de José Wasth Rodrigues, no livro de Wanderley Pinho sobre o segundo reinado, chegam ao interior das letras; abaixo, o clima sombrio de *Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, nas capitulares feitas por Di Cavalcanti. No caso das letras C e E chama a atenção a complementaridade entre capitular e imagem.



Outra característica de composição usada de forma clássica na coleção é a arejada distribuição dos elementos das manchas tipográfica e textual (ou da caixa de texto corrido). As páginas são espelhadas, proporcionando sentido de unidade e harmonia. Nas laterais, o espaço entre a mancha textual e a parte externa é sempre maior do que o da parte interna, geralmente com 3,5cm; já a distância verificada entre o texto e a calha foi de 2,5cm. Na largura, a mancha textual é o elemento que se manteve praticamente fixo na página, medindo 12,5cm. Os ajustes presentes nos vários volumes aconteceram, normalmente, no topo da página, dependendo dos elementos presentes entre a caixa de texto e o que vinha acima dela. E, como já citado (em relação a *Os Caduveo*, mas também em outros volumes), quando foi necessário encaixar mais texto para não elevar excessivamente o número de páginas, sacrificou-se ou o espaço entre as

linhas ou o tamanho do corpo, quando não as duas coisas. Mas essa compressão exagerada aconteceu em poucos dos exemplares analisados.



Vinhetas baseadas em grafismos de arte indígena utilizadas no volume IX (Os Caduveo)

2.4 Elementos de distinção

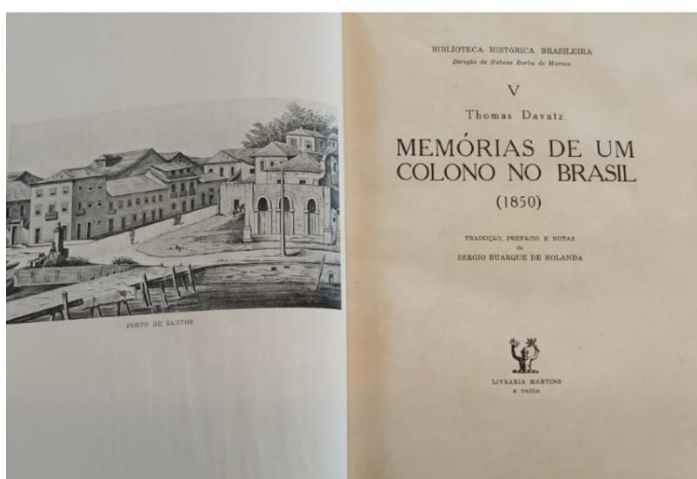
Os exemplares da BHB traziam ainda elementos distintivos prezados por colecionadores, tais como, nos casos das coleções grande luxo e luxo, tiragem limitada, obras numeradas, algumas delas personalizadas com a assinatura do editor. Os exemplares hoje disponíveis na BBM, encadernados pelos proprietários de origem (José Mindlin e Rubens Borba de Moraes), são protegidos por três folhas de guarda em papel vergé e marcados pelo *ex-libris* do dono (geralmente na capa interna no início ou ao final do livro).

Ao mesmo tempo em que fez de sua Biblioteca um objeto cultural com símbolos característicos das coleções valorizadas por bibliófilos afeitos a essas marcas distintivas do colecionismo, Barros Martins também proporcionou o acesso dessas obras a público mais amplo. Não chegou aos mesmos requintes pensados pelo editor francês León Curmer no século XIX, que operou uma “singularização em ‘série’ (...) dos signos seculares de distinção concebidos pela aristocracia”, oferecendo, em associação com um ateliê de desenhistas, “a reprodução de todo tipo de elemento distintivo”. Assim, quem se interessasse poderia gravar emblemas e brasões “a preços módicos e símbolos de distinção sobre todos os livros de sua biblioteca”¹³⁷.

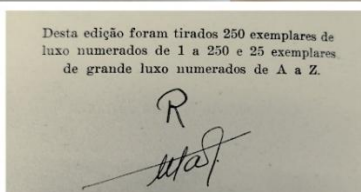
¹³⁷ Utsch, Ana – *O livro como coleção: bibliofilia, edição, encadernação e literatura na França do século XIX – Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* – v4, n. 2, jul/2015 – dez/2015

Se não chegou a esse ponto, talvez por ter considerado que num país como o Brasil, em que a luta contra o analfabetismo ainda era um enorme nó a ser desatado em meados do século XX, ao menos conseguiu ampliar de maneira expressiva o acesso a obras até então pouco acessíveis¹³⁸. E, isto sim, mostrando-as com aquilo que eram sua maior riqueza: o enorme acervo documental e etnográfico que revela dimensões do país pouco conhecidas para uma parcela da população que agora tinha mais possibilidades de estudar e preparar-se para uma sociedade que poderia ser modificada com base no conhecimento.

O editor fazia jus, assim, ao verso de seu próprio *ex-libris*, fazendo da cultura a fortuna maior do seu ducado particular.



Dupla com frontispício e ilustração em papel couché que ocupa toda a página



Marca de singularidade: tiragem restrita numerada e assinada pelo editor em formato de grande luxo

2.5 A condução dos trabalhos pelo diretor da coleção

Quando começou a se ocupar da produção da BHB, Rubens Borba de Moraes já estava havia quase quatro anos à frente da Biblioteca Municipal de São Paulo, onde fazia um trabalho de

¹³⁸ Para que se tenha uma ideia das condições de moradia na época, algo que influencia as condições de vida e leitura, vale conhecer o registro de Morse. “Em 1940, 40% a 60% dos moradores da cidade estavam em condições abaixo do normal. Um survey de 261 cortiços revelou que apenas 43% de seus moradores gozavam boa saúde. Parte do problema dos cortiços pode ser explicada pela falta na cidade de habitações decentes e baratas e pela necessidade de se aglomerarem os trabalhadores perto do local de emprego dada a insuficiência e o alto custo do transporte. Desde 1940 que se procura cada vez mais sanar essas deficiências. As vilas operárias do IAPI em Santo André, Osasco, Mooca e outros lugares são exemplo frisante”. MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo – De comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, págs. 296-298.

referência na organização do acervo, além de criar um curso de formação para os postulantes à profissão de bibliotecário, então inédito no Brasil. Passou a manter interlocução com bibliotecários chefes de importantes organismos internacionais, como as bibliotecas do Congresso, em Washington, e a Nacional argentina, em Buenos Aires. Era procurado por alguns dos principais intelectuais e pesquisadores brasileiros.

A criação dessa rede de relacionamentos institucionais e profissionais, aliada ao próprio acervo da biblioteca e ao seu particular, permitiram não só grande capacidade de negociação para atrair contribuições importantes, como também concorreram para que Borba de Moraes fosse visto como ponte para propostas a José de Barros Martins.

Após o lançamento já do primeiro volume da coleção, foram numerosas as menções elogiosas, fosse por meio de artigos de jornais ou de comunicações diretas.

E, obviamente, havia quem o procurasse para ajudar em suas pesquisas, como foi o caso de Affonso Arinos de Melo Franco, que o escreveu a Borba de Moraes em janeiro de 1940¹³⁹, pedindo auxílio para encontrar um manuscrito das *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, que, pelo que ele pesquisara até então, tinha tido seu último paradeiro reconhecível nas mãos do colecionador Alberto Frederico de Moraes Lamego. Em 1935, Lamego havia vendido sua coleção ao governo do Estado de São Paulo. Affonso Arinos havia então sido instado pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, a produzir uma edição crítica das cartas de Gonzaga.

Enquanto procurava o manuscrito, Borba de Moraes aproveitou a oportunidade para convidar o crítico literário e escritor a traduzir aquele que depois seria o volume 13 da BHB, *Imagens do Brasil*, de Karl von Koseritz. Ele estava com dificuldades para encontrar tradutores do alemão, como revelou a Mário de Andrade quando este ainda se encontrava no Rio de Janeiro. A troca de missivas entre o diretor da coleção e Affonso Arinos ilustra bem não só a confiança de que o bibliotecário desfrutava junto ao intelectual, já então seu amigo, como também a mão firme de Barros Martins no controle dos gastos para que os custos tornassem viáveis edições a preço acessível.

¹³⁹ MELO FRANCO, Affonso Arinos [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 9 jan 1940. Fundo Rubens Borba de Moraes, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, doc. 1.515.1

Nas correspondências trocadas entre Affonso Arinos e Rubens Borba de Moraes, o escritor começa propondo um valor de 4 contos e 300 mil-réis¹⁴⁰, após calcular, segundo ele a partir de parâmetros passados por Sérgio Buarque de Holanda, a tradução de 380 páginas e a redação de prefácio e notas. Em sua resposta, Borba de Moraes diz que o editor, depois de muito calcular, concluiu que o máximo que poderia pagar seria 3 contos de réis. “Ele [o editor] faz questão de manter um preço razoável (20\$000 a 25\$000) para os livros com poucas ilustrações. Mais caro assusta o brasileiro paupérrimo”¹⁴¹, escreve o diretor. Fiando-se em Rubens Borba de Moraes, Arinos aceita fazer pelo valor proposto, que significava apenas cerca de 70% de seu pedido inicial.

O mencionado Sérgio Buarque de Holanda também aparece no inventário do bibliófilo e diretor da BHB. O historiador parece atuar quase como uma espécie de “embaixador” da coleção no Rio de Janeiro, escrevendo sobre o andamento da tradução de Affonso Arinos e informando que o historiador Rodolfo Garcia havia concordado em se responsabilizar por introdução e notas do volume de Claude D’Abbeville (*História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*)¹⁴².

Em carta seguinte, Sérgio notificou o editor que estava enviando o “famoso prefácio ao Davatz” [Thomas, *Memórias de um colono no Brasil*, volume V], longo, com 38 páginas datilografadas. Consulta o diretor se poderia publicá-lo em jornal ou revista no Rio de Janeiro, mencionando que havia sido escrito para a BHB. Pede resposta rápida para saber se haverá o consentimento e para saber a opinião de Moraes sobre o texto¹⁴³.

As tratativas não fugiam de algumas informações nebulosas trazidas pelos convidados. Foi o caso da resposta do general Rodolfo Klinger, para quem, como indica a carta, o próprio editor Martins havia enviado proposta com número de páginas a traduzir e um valor para esse trabalho

¹⁴⁰ Para que se tenha ideia do que esse valor significava em termos de poder de compra, anúncio na página 10 dos classificados de *O Estado de S.Paulo* do dia 20/1/1940 oferecia um Chevrolet Luxo, usado, modelo de 1935, quatro portas, “em ótimo estado, bem calçado” por 4:500\$000, ou seja, apenas 200\$000 a mais do que a pedida de Arinos. Já uma casa de “três dormitórios, salas de jantar, visita, hall, terraço, garagem, cozinha e mais dependências”, no bairro da Água Branca era vendida a 45:000\$000, ou mais de 10 vezes o que pedia Arinos.

¹⁴¹ MORAES, Rubens Borba de [Correspondência]. Destinatário: Affonso Arinos de Melo Franco. São Paulo, 16 fev., 1940. Fundo Rubens Borba de Moraes, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, doc. 1.515.4. Para efeito de comparação, também na edição de 20/1/1940, anúncio veiculado na capa de *O Estado* oferecia um curso por correspondência do gramático Napoleão Mendes de Almeida em 20 meses, com mensalidades de 25\$000 (total de 500\$000).

¹⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, s/data. Fundo Rubens Borba de Moraes, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, doc. 1.610.1

¹⁴³ Idem, idem. Rio de Janeiro, 7 julho 1940. Fundo RBM, BBM, doc. 1.610.6

e as notas sobre o texto. Numa carta com português bastante truncado¹⁴⁴, o militar relata que, ao visitar a seção de obras raras da Biblioteca Nacional à procura do “Zehn Jahre” (*Dez anos no Brasil*), de Carl Seidler, viu que obra tinha dois volumes e quase mil páginas, e não apenas um, o que faria a proposta de remuneração do editor lhe parecer “muito pouco”.

Algum engano houve, pois o volume publicado na coleção teve apenas um tomo de 320 páginas, e não as 950 mencionadas por Klinger. No final das contas, ele assinou a tradução e notas a respeito desta, ficando o prefácio e notas gerais a cargo do coronel Francisco de Paula Cidade, fundador do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O interesse militar pela narrativa de Carl Seidler, provavelmente motivado pela participação do jovem alemão na Guerra da Cisplatina, é descrito na obra, mas permeado também pelo interesse do europeu sobre “a floresta virgem com a história aventureira dos animais e as tribos indígenas”¹⁴⁵, tudo isso tratado em tom memorialístico e desprovido de cientificidade do ponto de vista histórico. Como em muitos dos relatos dos viajantes, a descoberta desse outro – os povos indígenas, principalmente – e de seu universo é o grande condutor do olhar.

As correspondências de Borba de Moraes contemplaram ainda preocupações editoriais e algumas recusas aos convites para participar não só da BHB, mas também da Biblioteca de Literatura Brasileira. José Honório Rodrigues¹⁴⁶, responsável pela introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia do volume 9, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, do holandês Jean Nieuhof, se mostrou incomodado com o que viu como falta de critério uniforme da tradução de Moacyr Vasconcelos (“nomes de pessoas aparecem ora em português, ora em inglês) e recusou com veemência chamar o autor de João Nieuhof (algo que não foi adotado).

O volume original do viajante, que viera ao Brasil em 1640 pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, no período da ocupação de Pernambuco, foi escrito em 1682, uma das obras mais antigas da coleção. Nieuhof foi um grande viajante: também esteve na Índia e China, visitas que mereceram outras narrativas suas.

No campo das recusas, a mais sentida talvez tenha sido a de Manuel Bandeira, que em 1936 havia publicado *Crônicas da província do Brasil*, em que discorre não só sobre as cidades

¹⁴⁴ KLINGER, Rodolfo [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 8 dez. 1940. Fundo RBM, BBM, doc. 1.514.5

¹⁴⁵ SEIDLER APUD GONÇALVES, Roberta Teixeira. “Viagem ao Brasil, as lembranças de Carl Seidler”. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012, pag. 5.

¹⁴⁶ RODRIGUES, José Honório [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 27 março 1941. Fundo RBM, BBM, doc.1.615.2

coloniais, mas também faz várias menções aos viajantes estrangeiros. O poeta, historiador e crítico literário agradece a carta de Rubens Borba¹⁴⁷ entregue a ele por “Sérgio” (provavelmente Buarque de Holanda) e o convite para “escrever o prefácio de uma das edições da Livraria Martins”, porém, diz não poder aceitar por estar “assoberbado de trabalho, com aulas no Colégio Pedro II, leituras de Júlio Ribeiro e Luís Guimarães Filho (para escrever o discurso de recepção etc.)”. E completa dizendo que anda com a consciência pesada por estar há dois meses “sem pôr as mãos na edição crítica das poesias completas de Gonçalves Dias”. Na ocasião da carta, Bandeira preparava seu discurso de posse (e não de recepção) na Academia Brasileira de Letras, para a cerimônia ocorrida no final de novembro daquele mesmo ano (1940).

Quem o recebeu na ABL foi o mesmo Rui Ribeiro Couto que, um dia depois da posse da Bandeira, escreveu a Rubens Borba¹⁴⁸ dizendo-lhe que só escreveria o prefácio para *Iracema*, de José de Alencar, segundo volume da Biblioteca de Literatura Brasileira se pudesse fazê-lo sem pressa. “Por que motivo se há de dar prazo até ao tipógrafo e não ao prefaciador? Aliás, creio que sobre *Iracema* eu escreveria qualquer coisa de mais longo que o próprio livro do Alencar. Tenho nas tripas uma porção de coisas sobre o assunto”. A essa altura, provavelmente, como o próprio Ribeiro Couto já deduzira, a tarefa havia sido repassada a outro (o poeta Guilherme de Almeida). Às voltas com a necessidade de anunciar antecipadamente o lançamento das obras de cada coleção, Rubens Borba preveniu-se, pois Couto demorou até mesmo a responder o convite.

A atuação do bibliotecário durante todo o tempo em que esteve à frente das coleções da Martins – pelo que consta em sua correspondência foi ativo também na formulação e convites para os primeiros números da Biblioteca de Literatura Brasileira – foi dividida com muitas outras atividades. A importância de Rubens Borba foi ganhando corpo no universo bibliográfico brasileiro e latino-americano nesse período. Em 1942, ele lecionava no Curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criado por ele. Presidia também a Associação Paulista de Bibliotecários, para a qual editou o Manual do Bibliotecário, com a colaboração de Irene Menezes Dória. Em janeiro de 1943, assumiu a direção da Biblioteca do Ministério do Trabalho. Em março do mesmo ano, renunciou à direção

¹⁴⁷ BANDEIRA, Manuel [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 7. Out, 1940. Fundo RBM, BBM, doc.1.550.4

¹⁴⁸ RIBEIRO COUTO, Rui [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 1º dez., 1940. Fundo RBM, BBM, doc.1.550.2

da Biblioteca Municipal de São Paulo e foi transferido para a Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura¹⁴⁹.

No ano seguinte, parece ter vencido algumas das restrições que fazia à Biblioteca Nacional, ao menos à maneira como era conduzida durante certo período do governo de Getúlio Vargas. Isso ficara patente em carta enviada a Mário de Andrade cinco anos antes, quando este estava vivendo na capital da República. O ministro Capanema queria levar adiante a criação do Instituto do Livro. Mário estava envolvido na empreitada e pediu a Rubens Borba a indicação de um bibliotecário para a Biblioteca Nacional. A resposta foi ácida, uma grande manifestação de descrença no governo federal.

Em vez de pensar em enciclopédias e outras coisas irrealizáveis, porque o Brasil não atingiu ainda um grau de cultura de estratificação necessária, deviam começar pelo começo: reformar a Biblioteca Nacional de maneira que ela funcione de fato como uma nacional. Façam com que ela receba tudo que se publica no Brasil e edite um boletim de maneira a termos uma bibliografia nacional. Já isso é uma obra gigantesca. O resto é poesia e dar empregos, sinecuras e jogar dinheiro fora¹⁵⁰.

E não parava por aí. Aconselhava Mário a não procurar alguém de São Paulo, pois seria difícil quem se sujeitasse a ser joguete nas mãos de políticos, a lidar com a burocracia e o calor carioca. “Invente um homem, Mário! É preferível descobrir um homem inteligente, culto e ativo e disposto a estudar e realizar, a nomear um técnico paulista que não se adaptaria ao meio e fracassaria totalmente.” E finalizava contando que tivera “um pega grosso com o França Pinto”, um dos responsáveis pelas obras na Biblioteca Municipal, então em curso.

Em agosto de 1944, Borba de Moraes assumiu a direção da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional, sendo nomeado diretor da instituição em dezembro de 1945. Ficou exatos dois anos ali. Em agosto de 1948, assumiu a chefia de Processamento da Biblioteca da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Em junho de 1949, mudou-se para Paris, assumindo o Centro de Informações da ONU¹⁵¹.

Em meio a todas as suas atividades, Borba de Moraes e José de Barros Martins enfrentaram dificuldades operacionais para a sequência da coleção. No volume 4, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, publicado no final de 1940, Barros Martins relatou a dificuldade de conseguir papel, em função do sistema de cotas imposto pelo governo federal

¹⁴⁹ GUELFY CAMPOS, José Francisco. Rubens Borba de Moraes – Inventário. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Universidade de São Paulo, 2017

¹⁵⁰ MORAES, Rubens Borba de [Correspondência]. Destinatário: Mário de Andrade. São Paulo, 22 março 1938. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). MA-C-CPL 5237

¹⁵¹ GUELFY CAMPOS, José Francisco. Idem.

e à má qualidade de grande parte da oferta, para dar continuidade à coleção. Agradeceu então à compra, pelo governo do Estado, de exemplares dos volumes de Debret e Ribeyrolles (volume 6), que concedeu um adiantamento em dinheiro relativo à cota dos livros da coleção destinada a escolas e bibliotecas públicas. Em carta a Mário de Andrade, Borba de Moraes confidenciou ao amigo que achou a edição de Debret “uma infâmia, grossa porcaria, clichês horríveis”¹⁵². Mas diz que a crítica elogiou, “fez um barulhão e achou formidável e só elogiou”. E se diz entusiasmado com o volume de Ribeyrolles.

As dificuldades para a compra de papel e, em especial para a aquisição de suprimentos de qualidade, continuariam ao longo da guerra, quando eram destinados suprimentos às editoras. Essas cotas podiam aumentar ou diminuir de acordo com o humor do governo federal, ou com o fato de os editores serem favoráveis ou desfavoráveis a Getúlio Vargas. Martins sentiu o impacto dessa seletividade em 1942, quando foi obrigado a abortar o plano de lançar uma coleção de literatura estrangeira, que contaria “com autores como Thomas Mann, Robert Graves, D.H. Lawrence, John Galsworthy e William Faulkner”¹⁵³.

Entre dificuldades locais e oportunidades de expansão de sua carreira como bibliotecário bibliófilo, Rubens Borba de Moraes permaneceu à frente da coleção até 1945, quando editou a *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*, de Claude D’Abbeville. Daí em diante o próprio José de Barros Martins assumiu a direção de sua Biblioteca Histórica. A velocidade de publicação diminuiu sensivelmente. Chegaram às livrarias mais três exemplares, um ainda em 1945 (*Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza), outros em 1946 (*Contribuição para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires*, testemunho anônimo) e 1948 (*A galeria dos brasileiros ilustres*, de Sisson). Depois desses volumes, a coleção foi interrompida até 1952, quando foi publicado o 19º e último volume, *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de Hermann Burmeister. O 20º volume da coleção, *Diário de minha viagem ao Brasil*, do príncipe Adalberto da Prússia, em tradução de Sérgio Buarque de Holanda, acabou cancelado¹⁵⁴.

¹⁵² MORAES, Rubens Borba de [Correspondência]. Destinatário: Mário de Andrade. São Paulo, s/data, 1940. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). MA-C-CPL 5247

¹⁵³ HALLEWELL, L. Op. citada, pág. 557

¹⁵⁴ MELO E CUNHA. Maria Emília. “Catálogo e índice da coleção Biblioteca Histórica Brasileira”. Revista do Livro, Rio de Janeiro, no. 37, págs. 151-162, 2º trimestre, 1969

2.6 Receptividade à coleção

A novidade da coleção surtiu o impacto planejado por José de Barros Martins e a receptividade à Biblioteca Histórica fez que as publicações da editora fossem sempre referenciadas como de alta qualidade gráfica, cuidado que, de fato, sempre existiu. O que mais chamou atenção, num primeiro momento, foi o fato de a BHB oferecer textos integrais e reproduções de qualidade de um grande volume de imagens. As 110 litografias do 1º volume (Rugendas) constituíram um tiro certo. Em seu primeiro ano, as vendas atingiram 7 mil exemplares¹⁵⁵. Foram duas edições em 1940 e uma terceira já no ano seguinte. E continuaram a ser reeditadas, com pequenas mudanças. Em 1954, por exemplo, a 5ª. edição¹⁵⁶ apareceu com uma mudança na capa, a substituição da vinheta em preto e branco por um desenho colorido. A BHB esteve também no rol das coedições da Martins com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), nos anos 1970.

No ano inicial, Barros Martins aproveitou a aceitação e mostrou agilidade para colocar à venda outros três números (Saint-Hilaire, Kidder e Debret). O ritmo das edições continuou célere em 1941, com outros quatro volumes (Davatz, Ribeyrolles, Jean de Léry e Seidler). Em 1942, talvez por causa da escassez de papel que o obrigou a cancelar a uma coleção de literatura, foram apenas dois (Nieuhof e Luccock). Em 1943, foram três volumes (Sepp, o 2º volume de Kidder e Koseritz). Em 1944, não houve lançamento e, no ano seguinte, saíam os volumes de Boggiani, D'Abbeville e Soares de Souza, este último já sob a direção de Barros Martins. Não há menção ao motivo da interrupção em 1944, é possível que tenha sido uma estratégia para diversificar os lançamentos da editora, pois 1943 e 1944 registram o maior número de novos títulos da Martins chegando ao mercado. Em adição, talvez a agenda cada vez mais movimentada de Borba de Moraes após sua saída da direção da Biblioteca Municipal de São Paulo tenha contribuído para esse desvio de foco.

Rubens Borba de Moraes funcionou, em todo o processo, como um selo de qualidade para a publicação da Martins, cujas várias menções na imprensa sempre o nomeavam como grande responsável pela obra (ainda que reservando elogios à realização e à excelência gráfica da Martins). É caso do rodapé assinado pelo crítico e historiador Nelson Werneck Sodré ao

¹⁵⁵ HALEWELL, L. Op. citada, pág. 553. O autor menciona de forma genérica a venda de 7 mil exemplares no primeiro ano da coleção, em explicitar se foram de todos os volumes lançados até então ou apenas do primeiro, de Rugendas.

¹⁵⁶ Imagem do exemplar em Francesco Budano, Leiloeiro.

<https://www.budanoileiloeiro.com.br/peca.asp?ID=10622482>. Acesso em 3 nov. 2025.

comentar o volume 2 (Saint-Hilaire)¹⁵⁷. Pintando um quadro desairoso do Brasil de então, sobretudo no plano da cultura, Werneck se mostra admirado, sobretudo “num instante em que todas as atividades como que se retraem, temerosas do que pode advir e ante os obstáculos naturais para tentames similares, vem a Livraria Martins lançar livros de indiscutível valor, apresentando-os com os primores que eles merecem”. Sobre o exemplar de Rugendas, não economiza adjetivos, falando de gravuras “esplendidamente reproduzidas”, em uma obra de caráter “excepcional e extraordinário”. Reserva a Rubens Borba de Moraes, “homem de cultura e de inteligência” a confiança de que a continuidade da coleção estará no patamar de seu início. E menciona, em relação ao segundo número, o mesmo rigor gráfico “que já impuseram as edições da Livraria Martins e fizeram lugar de honra para a coleção”.

Com estofo de historiador, Werneck Sodré faz importante relato da obra para os leitores, ressaltando o fato de que Saint-Hilaire, ao contrário de outros viajantes, proporcionava em sua obra não só um grande acúmulo de dados e o olhar para minúcias, mas também a capacidade de distinguir a importância dos achados e de proporcionar uma veia analítica. Olhar esse que teria de penetrar naquilo que os portugueses escondiam de quem aqui pusesse os pés. Nesse quesito, ressalta a abertura do organizador da coleção:

No seu prefácio inteligente, o sr. Rubens Borba de Moraes explica como Portugal vedava a entrada de elementos estrangeiros na colônia, proibia-lhes o percurso de suas terras, fechava-lhes as fronteiras marítimas e terrestres, não lhes permitindo nenhuma facilidade à obtenção de qualquer dado sobre as suas possibilidades ou sobre os seus rumos. Essa política de manutenção do isolamento foi perseguida sem desfalecimentos por toda a noite colonial por parte dos nossos dominadores¹⁵⁸.

A única ressalva de Werneck Sodré é feita de forma respeitosa, com um comentário que parece uma discordância entre pares. Recrimina o uso do adjetivo “capistrânea”, “aplicado pelo prefaciador à história que se compraz com o alinhamento de nomes e datas”, saindo em defesa do autor de *Capítulos da história colonial*, qualificando-o como uma inteligência clara, capaz de interpretar fatos que se prestavam mais a serem escondidos que esclarecidos.

Apesar de não haver nenhum registro ou depoimento que fale de qualquer rusga entre José de Barros Martins e Rubens de Borba de Moraes, causa estranheza o fato de as menções mútuas serem quase inexistentes após o período de intenso convívio no início dos anos 1940. Em seu *Testemunha ocular (Recordações)*, livro de memórias organizado pelo editor Briquet de Lemos e publicado em 2011, 25 anos após sua morte, há duas escassas citações ao nome do editor: a

¹⁵⁷ WERNECK SODRÉ, Nelson. *Viajantes antigos*, coluna Livros Novos, *O Estado de S.Paulo*, 16 de junho de 1940, pág. 5.

¹⁵⁸ Idem, idem.

primeira menciona o fato de Mário de Andrade ter, finalmente, encontrado um editor efetivo e amigo, após publicar a *Pequena história da música* pela Martins, em 1942; a segunda, na cronologia da vida de Borba de Moraes, que cita (erroneamente) o ano de 1941 como o inicial da produção da BHB. Martins, sempre visto como um homem distinto, sempre deu os créditos devidos ao diretor da coleção. Mas com ele não privou da mesma forma como fez com o próprio Mário e com Sérgio Milliet.

As relações profissionais entre ambos estavam assentadas num termo¹⁵⁹, assinado em 8 de fevereiro de 1940, que continha as bases comerciais da parceria: o diretor da coleção receberia o equivalente a 10% do preço de capa de cada volume, considerados a partir da subtração dos 30% do desconto então habitual aos livreiros. O mesmo valeria para as edições de luxo. Os acertos seriam feitos em até 90 dias após os lançamentos, trimestralmente. No 5º item do termo, talvez o ponto que tenha se tornado um entrave para Borba de Moraes: o impedimento, durante o tempo de publicação da BHB, de que dirigisse qualquer outra coleção, para qualquer outra editora ou instituição que tratasse de assunto idêntico àquela que dirigia para a Martins.

Em meio a tantas atividades e convites que fez e recebeu no período, não é certo que este tenha sido o motivo ou concorrido para o afastamento do diretor da coleção. Porém, não seria hipótese de todo descartável, visto que ainda em 1943 traduziu e prefaciou *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1919-1920, segundo desenhos feitos pelo tenente Chamberlain, da Artilharia Real*¹⁶⁰, obra publicada pela Editora Kosmos, do Rio de Janeiro. Pode ser simples conjectura, mas Martins, também ainda importador, concorria com livrarias com mesmo foco, como as cariocas Kosmos e J. Leite, que comercializavam livros raros e de luxo.

Foi um período de grande entusiasmo pelos livros de luxo, como registrou o já mencionado historiador e jornalista Francisco de Assis Barbosa. “As edições de luxo que começam a aparecer com frequência indicam desde já que o negócio não é dos piores. Pelo menos, há quem compre livros de duzentos, quinhentos e mil cruzeiros”¹⁶¹.

¹⁵⁹ MARTINS, José de Barros [Correspondência]. Destinatário: Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 8 fev. 1940. Fundo Rubens Borba de Moraes, BBM, 1.726.4

¹⁶⁰ GUELFY CAMPOS, José Francisco. Op. cit., pág. 28

¹⁶¹ BARBOSA, FRANCISCO DE ASSIS APUD SORÁ, Op. cit. pág. 372. Como se pode notar pelo comentário, o Brasil já estava com nova moeda. A mudança de real para cruzeiro aconteceu em outubro de 1942.

E não era só isso. A elite letrada, sequiosa dos símbolos de distinção e exclusividade, fundaria, em 1943, a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil¹⁶², grupo criado por Raymundo Ottoni Castro Maya, dono da Cia. Carioca Industrial, mecenas e colecionador de arte. Com ele, constituíram a sociedade empresários como Horário Klabin, Roberto Marinho, Joaquim Monteiro de Carvalho, José Mindlin, Gilberto Chateaubriand (colecionador e filho do fundador da TV no Brasil), Pedro de Orléans e Bragança (bisneto de Pedro II), além de intelectuais como Pedro Nava e Celso Lafer.

Nesse caso, não havia espaço para a divisão dos elementos distintivos com outros públicos. A aposta era de uma coleção luxuosa, porém feita sob encomenda. Reunia grandes obras da literatura brasileira e foi inaugurada com as *Memórias póstumas de Bras Cubas*, de Machado de Assis, em edição restrita a cem exemplares numerados e mais 19, marcados de A a S, para distribuição, como seria regra até a vigésima terceira e última edição, *O compadre de Ogum*, de Jorge Amado, em 1969. O primeiro número teve as páginas impressas em papel “Registro Brasil, medindo 38,5X28,5cm, com a mancha de tipográfica ocupando área de 26X16cm e a caixa de texto com altura de 22,6cm e a mesma largura destinada ao texto. Os livros eram entregues com as folhas soltas, não refiladas, dentro de uma caixa, com o nome do membro da sociedade e o número do exemplar impressos. Acompanhavam o texto sete águas fortes de Cândido Portinari em papel Sunray, dispostas no final da obra¹⁶³.

A edição inaugural começou a ser feita em 1943 e sua impressão terminou em 6 de julho de 1944, com o lançamento oficial em 19 do mesmo mês no Jockey Clube do Rio de Janeiro. Na ocasião, foram leiloadas 88 ilustrações de Portinari feitas para o livro, visando amenizar o prejuízo contabilizado, de CR\$ 50 mil¹⁶⁴. Tamanho cuidado com os processos não isentaram esse primeiro número do problema recorrente para os editores brasileiros da época: a qualidade do papel.

Em carta ao próprio Portinari, Mário de Andrade, sempre zeloso de seus livros de luxo, com os quais gastava o que não tinha, classifica de infame, de “bibliofilia indecente” o fato de seu

¹⁶² Cem Bibliófilos do Brasil, especiais O Globo, 2022. <https://historia.globo.com/especiais/cem-bibliofilos-do-brasil/>. Acesso em 3.nov. 2025; SOCIEDADE dos Cem Bibliófilos do Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicoes/74851-sociedade-dos-cem-bibliofilos-do-brasil>. Acesso em: 03 de novembro de 2025. Verbete da Enciclopédia.

¹⁶³ Dados técnicos da obra coletados a partir de consulta a exemplar disponível na BBM (Exemplar no. 57, impresso para Carlos Pinto Alves)

¹⁶⁴ FABRIS, Annateresa. **Portinari, amigo mio** – cartas de Mário de Andrade a Candido Portinari. Organização, introdução e nota de Annateresa Fabris. Coleção Arte: Ensaios e Documentos; Campinas/SP: Mercado de Letras – Autores Associados/Projeto Portinari, 1995, págs. 138-139

exemplar ter vindo com o último caderno em papel diferente, sem que houvesse nenhum tipo de aviso dos editores. Pergunta se está prevista a troca dos exemplares, se irão comprar papel decente após o final da guerra. Esculhamba a distribuição, pois o exemplar da Biblioteca Municipal de São Paulo, agora com Sérgio Milliet como diretor, não havia chegado e isenta o artista de culpa:

“E si eu não escrevi um artigo esculhambando a Sociedade, acredite, foi exclusivamente porque isso envolve o nome de você, que não tem culpa nenhuma”. Mas não poupa acidez em relação aos editores: “Francamente fico aturdido com tanta displicência e leviandade desses diretores da Sociedade”.

2.7 A Biblioteca de Literatura Brasileira

Em sintonia com as preferências de José de Barros Martins, a segunda grande coleção lançada por sua editora foi a Biblioteca de Literatura Brasileira. Assim como a BHB, tinha livros de luxo e versão para o público em geral. O plano inicial era de que a fosse dirigida por Mário Andrade. Rubens Borba de Moraes escreveu a ele em outubro de 1939, intimando-o com a informalidade característica das cartas entre ambos. “Mário, amigo, o negócio é o seguinte: Você dirigirá uma coleção chamada Clássicos Brasileiros ou coisa que o valha”¹⁶⁵. A seguir explica do que se trata: editar livros bonitos, sempre com prefácios de conhecedores das obras literárias, e ilustrações de nomes como Portinari e Santa Rosa. Em termos financeiros, aspecto que preocupava muito Mário de Andrade naquele momento, a oferta era de que ganhasse 10% do preço de venda, nas mesmas condições em que ele próprio iria selar um acordo formal com Martins em fevereiro do ano seguinte.

A sugestão era que o primeiro número fosse *O cortiço*, de Aluisio Azevedo, com ilustrações de Santa Rosa. E mencionava-se a possibilidade de que a coleção contemplasse ao menos alguns livros de luxo. Ainda sem saber quem era o editor, pois Rubens esquecera de mencionar seu nome, Mario se empolgou, levantou preços, falou com Santa Rosa. Mas não fez a relação de seis ou oito obras que Borba de Moraes lhe pedira. Demora, aliás, que valeria o epíteto de “carioca” em cartas seguintes.

O tiro, no entanto, saiu pela culatra. Segundo comentário de Rubens em livro que reúne correspondências enviadas a ele por Mário, a ideia não foi adiante, pois não se conseguiu reunir o capital necessário. Ou melhor, foi em frente, mas sem a direção de Mário, apenas com sua

¹⁶⁵ MORAES, Rubens Borba [Correspondência]. Destinatário: Mário de Andrade. São Paulo, 11 out. 1939 Fundo Mário de Andrade. MA-C-CPL 5243

participação já no primeiro volume, assinando o prefácio de *Memórias de um sargento de milícias*, com ilustrações de Francisco Acquarone, lançado em 1941. Quase um ano depois daquele contato inicial em que falara da coleção, Borba de Moraes encaminhou a proposta feita por Martins para o prefácio: “Os seus direitos autorais seriam de quinhentão, quinhentos bagarotes, ou 500 paus, uma beleza grande que mal cabe na carteira e que é besteira desprezar”¹⁶⁶, escreveu em seu estilo debochado.

O diretor da Biblioteca Histórica Brasileira, pelo que indicam as correspondências, assumiu num primeiro momento senão a direção da Biblioteca de Literatura, ao menos a incumbência de contatar alguns dos colaboradores. Foi o caso do já mencionado Ribeiro Couto para a introdução de *Iracema*. Rubens Borba também menciona o nome de três poetas de relevância na história da literatura brasileira dos séculos XIX e XX, para que fizessem parte da coleção: Castro Alves, Gonçalves Dias e Vicente de Carvalho¹⁶⁷. Destes, no entanto, apenas o poeta baiano, autor de *Os escravos*, ganhou edição na BLB, precisamente com essa obra. Gonçalves Dias, expoente da primeira geração do romantismo, e Vicente de Carvalho, parnasiano com fortes raízes paulistas, também jornalista e colaborador de *O Estado de S. Paulo*, acabaram, não se sabe em que circunstâncias, preteridos. Aparecem na coleção Fagundes Varela, com suas *Poesias*, autor que acabara de ser biografado por Edgard Cavalheiro em livro para a própria Martins, e Casimiro de Abreu, com *Primaveras*, escritor da segunda geração de românticos, com uma poesia menos densa em relação à de Gonçalves Dias.

Quanto a Vicente de Carvalho, resta a curiosidade de saber o motivo de a Martins ter abdicado do jornalista e escritor, pois o editor José de Barros o considerava um dos melhores poetas paulistas, aquele de sua predileção¹⁶⁸. E, como em tudo que circundava sua editora, essa veia de defesa dos valores que constituíam a plataforma política do grupo que orbitava em torno da família Mesquita sempre foi muito forte. Aliás, a única obra da coleção com caráter diferente, historiográfica, é *Vida e morte do bandeirante*, que Alcântara Machado escrevera em 1929, agora prefaciada por Sérgio Milliet e ilustrada por Wasth Rodrigues, artista dos brasões da cidade e do estado. Era, de certa forma, um prenúncio da terceira grande coleção da Martins, a Biblioteca Histórica Paulista, lançada a partir de 1952 para as comemorações do IV Centenário

¹⁶⁶ Idem, idem. MA-C-CPL 5247, s/data. Presume-se que foi escrita entre não muito depois de carta de 30 ago 1940, pois pedia a entrega do prefácio para 15 de novembro daquele ano, pois o desejo de Martins era lançar o livro para o Natal de 1940. Ao que parece, só chegou às livrarias em 1941.

¹⁶⁷ GUELFY CAMPOS, J.F. Inventário RBM, referências ao ano de 1940, pág. 23

¹⁶⁸ Depoimento de José de Barros Martins, 24/8/1990.

da cidade. Não foi a terceira coleção cronologicamente, mas sim em termos de investimento e importância simbólica para a editora, aprofundando seus laços com São Paulo.

Além dos 15 autores da BLB, todos eles canônicos, a coleção estava ancorada em um formato estratégico, com intelectuais de renome encarregados de escrever os prefácios visando situar os leitores quanto a autores e respectivas obras. E, grande diferencial que marcaria não só a BLB como também muitas obras da Martins dali em diante, com a participação de pintores e ilustradores que compunham o primeiro time dos artistas visuais brasileiros. Entre os prefaciadores, havia gente consagrada, como Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, o crítico Alceu Amoroso Lima, o ubíquo Sérgio Milliet e o jovem Antonio Candido, que despontava então na revista *Clima*.

Entre os responsáveis pelas ilustrações, nomes como o de alguns dos principais modernistas do país – Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Guignard – além de dois dos artistas que seriam os principais capistas da editora ao longo dos anos: Clóvis Graciano e Darcy Penteado. Tudo isso amarrado com um projeto gráfico clássico, em moldes similares àquele utilizado na Biblioteca Histórica Brasileira.

A BIBLIOTECA DE LITERATURA DE BRASILEIRA					
Vol.	Título	Autor	Prefácio	Ilustração	Ano
I	Memórias de um Sargento de Milícias	Manuel A. de Almeida	Mário de Andrade	Francisco Acquarone	1941
II	Iracema	José de Alencar	Guilherme de Almeida	Anita Malfatti	1941
III	Noite na Taverna e Macário	Álvares de Azevedo	Edgard Cavalheiro	Di Cavalcanti	1941
IV	Reflexões sobre a Vaidade dos Homens	Matias Aires	Alceu Amoroso Lima	Tomás Santa Rosa	1942
V	Vida e Morte do Bandeirante	Alcântara Machado	Sérgio Milliet	Wasth Rodrigues	1943
VI	Marília de Dirceu	Tomás Antônio Gonzaga	Affonso Arinos de Melo Franco	Alberto Guignard	1944
VII	Casa Velha	Machado de Assis	Lúcia Miguel Pereira	Tomás Santa Rosa	1944
VIII	Urupês	Monteiro Lobato	Edgard Cavalheiro	Paim	1944
IX	Os Escravos	Castro Alves	Oliveira Ribeiro Neto	Darcy Penteado	1947
X	O Ermitão de Muquém e O Garimpeiro	Bernardo Guimarães	Jamil A. Haddad	Clóvis Graciano	1952

XI	A Moreninha	Joaquim M. de Macedo	Antonio Candido	Tarsila do Amaral	1952
XII	Poesias	Fagundes Varela	Edgard Cavalheiro	Darcy Penteado	1953
XIII	Lourenço: Crônica Pernambucana	Franklin Távora	Aníbal Fernandes	Aldemir Martins	1953
XIV	O Cortiço	Aluísio Azevedo	Sérgio Milliet	Manoel Martins	1953
XV	As Primaveras	Casimiro de Abreu	Domingos C. da Silva	Maria Leontina Franco	1955

Assim como a Biblioteca Histórica Brasileira, também a Biblioteca de Literatura padeceu da alteração do ritmo de seus lançamentos em função de dificuldades de produção ligadas à escassa oferta de papel ou talvez mesmo ao acúmulo de obrigações provocado pelas duas coleções e pelo grande número de outros lançamentos da Livraria Martins. Os três números iniciais foram lançados a partir do início de 1941; no seguinte, assim como na BHB, houve apenas um lançamento; o mesmo ocorrendo em 1943. Em 1944, quando a BHB não trouxe nenhum novo exemplar ao mercado, foram três os lançamentos da BLB. Entre 1944 e 1952, a coleção teve apenas um título novo (*Os escravos*, em 1947).

Quando de sua retomada, em 1952, Martins trocou o formato grande (18x24cm), usado nas nove primeiras edições, pelo tradicional 14x21,5cm, seguramente em função dos custos e da dificuldade de recuperar o investimento de edições em formato maior. Foram seis títulos lançados no formato reduzido. Também na reedição dos volumes publicados entre 1941 e 1947 padronizou-se o formato menor¹⁶⁹.

Em estudo sobre o projeto gráfico da coleção, observaram-se algumas mudanças de tratamento para readequar o material de composição, com a diminuição da mancha tipográfica e alguns ajustes nas ilustrações, nem todos bem-sucedidos. A tendência em muitos casos, foi tirar as ilustrações da área delimitada pela mancha tipográfica, ocupando espaço maior nas páginas. Houve exemplos em que essa mexida acarretou algum tipo de estranhamento, como no exemplar de *Os Escravos*, em que uma ilustração horizontal de uma embarcação, feita por Clóvis Graciano, foi deslocada para uma posição lateralizada. Em *O cortiço*, uma ilustração de Manoel Martins perdeu a assinatura em função de seu transbordamento da página¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Para o descritivo completo das obras da BLB, tanto do ponto de vista gráfico como cronológico, ver NASTARI ZENI, op. citada, capítulos 2 e 3.

¹⁷⁰ Idem, idem.

Se não provocou as mesmas reações de embevecimento da Biblioteca Histórica – afinal, naquele momento já se tratava de um padrão conhecido – a coleção de literatura serviu para reforçar a marca de excelência editorial e qualidade gráfica da Livraria Martins. Essa percepção seria ampliada ainda mais com nomes que passaram a compor o catálogo da editora já a partir da primeira metade dos anos 1940, como Mário de Andrade e Jorge Amado.

2.8 O amigo Mário de Andrade

Logo após sua desilusão com as dificuldades políticas enfrentadas na condução do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, Mário de Andrade mudou a contragosto para o Rio de Janeiro em 1938, permanecendo na capital numa espécie de autoexílio até 1941. No início daquele ano, voltou a morar na casa da rua Lopes Chaves, na Barra Funda, com a família. À capital do país, projetara levar alguns dos princípios e visão de cultura alinhavados para a direção do departamento paulistano. Teve boa relação com o ministro da Educação, Gustavo Capanema e com alguns intelectuais, muitos com que já tinha amizade. Mas muita coisa não correu bem por lá. “Sofreu aí até hostilidades de amigos nos quais confiava. Muitos o tomaram como um concorrente, vendo riscos pessoais na sua amizade com o Ministro da Educação”¹⁷¹.

Voltou, segundo o relato de Paulo Duarte, de moral baixo, bebendo muito. O nível de atividades e projetos, no entanto, continuava alto. Segundo o relato de Martins quando do depoimento dos 25 anos de sua morte, eles tinham se conhecido ainda em 1939, no Rio de Janeiro. Já de volta a São Paulo, o editor conta que um dia recebeu sua visita, por causa de *Poesias*, primeira obra de Mário publicada pela Martins, em 1941. O livro reuniu os poemas de *Pauliceia desvairada* (1922) e *Losango cáqui* (1926) e uma segunda parte, também com poesias, contendo *Remate de males*, *A costela do grão cão* e *Livro Azul*¹⁷².

Em seu sempre grande cardápio de afazeres, mantinha-se ainda como colaborador do Sphan (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com ideias voltadas à preservação e construção da cultura nacional. Em 1941, reclamou que, além das tarefas habituais relativas ao emprego no Sphan, assumira o compromisso de entregar a Barros Martins até outubro “os originais completamente refundidos do meu *Compêndio de história da música*”, dizendo ter caído “na asneira” de firmar um contrato com o editor¹⁷³. O livro sairia no ano seguinte, com o

¹⁷¹ DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. 1ª. edição. São Paulo: Todavia, 2022, págs. 72-78

¹⁷² Idem, idem.

¹⁷³ ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade: cartas a Murilo Miranda (1934-1945)**. Org. Yedda Braga Miranda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pág. 86

título de *Pequena história da música*. Nessa fase de readaptação à vida de São Paulo, publica ainda pela Martins *O baile das quatro artes* (1943), reunião de ensaios sobre literatura, artes plásticas, música e cinema.

O período é de muitas angústias para Mário, que passa por “sofrimento físico e moral”. Do ponto de vista moral, a situação do país sob a ditadura de Vargas era muito opressiva. A ponto de sua correspondência entre novembro de 1943 e maio de 1944, ter sido furtada e, nos meses seguintes, mutilada, com trechos subtraídos¹⁷⁴.

A saúde falhara em 1943, ano em que passou por uma angina, depois do que lhe veio um grande medo da morte. Apesar de estar recuperado em janeiro do ano seguinte, começou a fazer planos para o limiar de sua vida. Queria comprar uma capela do século XVII em São Roque, já tombada pelo Sphan, dentro de um sítio de 12 alqueires. Era o Sítio Santo Antônio, cuja sede e a capela foram construídas a mando do bandeirante Fernão Pais de Barros nos idos de 1640 (a casa) e 1681 (a capela com o oratório)¹⁷⁵.

“Na escritura de compra doarei o pedaço de terra em que está a preciosidade ao Estado. E pretendo ir viver e morrer lá. Lá ou cá isso de morte não importa, mas quero ser sepultado aqui na minha cidade”¹⁷⁶, escreveu a Paulo Duarte em agosto de 1944, completando:

*“Quando eu morrer quero ficar,
Não contem aos meus inimigos,
Sepultado em minha cidade,
Saudade.*

*Meus pés, enterrem na rua Aurora,
No Paissandu deixem meu sexo,
Na Lopes Chaves a cabeça
Esqueçam*

*No Pátio do Colégio afundem
O meu coração paulistano:
Um coração vivo e um defunto*

¹⁷⁴ DUARTE, Paulo. Idem, pág. 226

¹⁷⁵ Sede do Sítio Santo Antônio, Condephat, São Paulo. <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-do-sitio-santo-antonio/> Acesso em 6.11. 2025

¹⁷⁶ DUARTE, Paulo, idem, págs. 77-78 e 429 a 432. Carta de 5 de agosto de 1944.

Bem juntos

*Escondam no Correio o ouvido
Direito, o esquerdo nos Telégrafos,
Quero saber da vida, alheia,
Sereia*

*O nariz guardem nos rosais,
A língua no alto do Ipiranga
Para cantar a liberdade.
Saudade...*

*Os olhos lá no Jaraguá
Assistirão ao que há de vir,
O joelho na Universidade,
Saudade...*

*As mãos atirem por aí,
Que desvivam como viveram,
As tripas atirem pro Diabo,
Que o espírito será de Deus.
Adeus.*

E com este poema da nova Lira Paulistana que ando fazendo, lhe mando o meu abraço mais verdadeiro, pra você com Juanita linda. Este...

Mário”

Alguns meses antes, no final de 1943, enquanto trabalhava no livro sobre o Padre Jesuíno do Monte Carmelo, músico, arquiteto, pintor e escultor que viveu entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX¹⁷⁷, nascido em Santos e depois radicado em Itu, Mário recebeu de José de Barros Martins um convite para que organizasse suas obras completas, a serem lançadas pela Livraria Martins Editora.

¹⁷⁷ NOGUEIRA, Lenita. Padre Jesuíno do Monte Carmelo. In: <https://musicabrasilis.org.br/pt-br/artigos/padre-jesuino-do-monte-carmelo/>, 27.7.2021. Acesso em 6 nov. 2025

Era um plano ambicioso, que lançaria gradualmente 20 livros de Mário, alguns deles em mais de um tomo, como as *Danças dramáticas do Brasil*, cobrindo grande parte de sua produção livresca. Ou ao menos aquela que ele queria sacramentar.

Talvez em função do pavor de morrer que relatou a Paulo Duarte, sentimento especialmente presente no ano em que sua saúde esteve bastante fragilizada, a proposta do editor o fez mergulhar na organização da obra assim que se sentiu melhor, em 1944. “Até agosto, quero ver se termino todas as encomendas, e daí vou bancar minha independência ou morte”, escreveu ao amigo.

A reunião de toda a sua produção por um único editor seria uma experiência nova. Desde o seu primeiro livro, *Há uma gota de sangue em cada poema*, de 1917, impresso na Pocai e Cia., de Elvino Pocai, Mário financiara muitas de suas edições, recorrendo a um grande leque de tipógrafos e editores. Em outros tantos casos, escreveu sob encomenda, sem que pudesse se assenhorar por completo daquilo que produzia. Para se ter uma ideia, entre 1922 e 1928, teve seus livros editados pela Casa Mayença (*Pauliceia desvairada*), Tipografia Paulista (*A escrava que não era Isaura*), Casa Editora Antônio Tisi (*Losango cáqui*, *Primeiro andar* e *Amar verbo intransitivo*), Oficinas Gráficas de Eugenio Cupolo (*Clã do jaboti* e *Macunaíma*) e Irmãos Chiarato (*Ensaio sobre a música brasileira*), cinco diferentes tipógrafos editores para oito livros.

Nesse período, ou até um pouco mais adiante, essa variedade de empresas responsáveis pelas edições foi comum também aos outros autores modernistas, como Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Ribeiro Couto e Manuel Bandeira¹⁷⁸. Realidade que começou a mudar com a consolidação de um novo panorama editorial a partir da virada da década, com casas que ganhavam solidez, seja em termos editoriais ou de propósitos, como a Companhia Editora Nacional, a Editora Schmidt, a Editora do Globo e, a partir da metade dos anos 1930, a José Olympio.

Se na época da Semana de Arte Moderna e nos anos subsequentes os modernistas de 1922 não tiveram o alicerce de uma editora identificada com sua proposta de ruptura estética, passaram a ter esse respaldo de forma mais orgânica com a entrada em cena da Martins, a partir de 1940. E não apenas com a aproximação do editor com Mário de Andrade, mas também com a publicação de Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Alcântara Machado (José e Antônio), Ribeiro Couto e um solitário título de Oswald de Andrade (*Ponta de lança*, 1945),

¹⁷⁸ SORÁ, G. Op. citada, pág. 92.

frequentador da Martins nos tempos do escritório da rua São Francisco, mas que talvez tenha sentido aquele como um território de Mário.

2.9 Tensões entre ruptura, construção e moral artística

Na sua volta a São Paulo, Mário de Andrade viveu um período de grande inquietação com relação não só à sua produção intelectual como também acerca dos significados das rupturas do movimento modernista, suas transformações posteriores e o que a produção de 1922 em diante gerou em termos de olhar sobre o Brasil e de interpretação e interação entre país, artistas e intelectuais. Dado o convívio e o partilhamento de ideias que Barros Martins buscou junto ao escritor, as angústias e reflexões de Mário, inevitavelmente, marcaram tanto o ideário do editor como a editora que pontilhava então como uma das grandes novidades do setor no Brasil. Lembremos do depoimento de Barros Martins sobre o escritor, quando diz que ele foi o mestre, amigo, “o homem a quem devemos no Brasil a mais importante contribuição cultural do século”¹⁷⁹.

Não foi naquele momento que o autor de *Macunaíma* começou a pensar sobre os passos seguintes à desconstrução estética promovida pela Semana. Já em 1925, quando até quem o contratava insistia em designá-lo como “futurista”, ele colocava na mesma frase os termos revolta – associando-a às rupturas e ao desejo de experimentação estética modernista – e construção. E, fazendo projeções, falava de “uma função histórica para conosco e social para com a humanidade”.

Nós só seremos deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma Nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura. O Modernismo brasileiro está ajudando a conquista desse dia¹⁸⁰.

Revela-se, na época dessa entrevista, um dissenso entre Mário e Sérgio Buarque de Holanda, que refutava associar construção e transgressão da linguagem, enxergando “um abismo entre a letra e a vida”, estando a segunda ligada ao mundo concreto da cultura cristalizada. Buarque de Holanda, em artigo de grande repercussão¹⁸¹, expôs seu incômodo com alguns dos remanescentes da Semana (Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho) que, segundo ele,

¹⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, 28/2/1970, pág. 3

¹⁸⁰ MONTEIRO, Pedro Meira (org). **Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda – Correspondência**. 1ª edição. São Paulo: Cia. das Letras/IEB, 2012, pág. 199. Referência à entrevista de Mário de Andrade ao jornal carioca *A Noite*, de 12/12/1925.

¹⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de APUD MONTEIRO, Pedro Meira, op. citada, págs. 398-402 (“O lado oposto e outros lados”, também publicado em HOLANDA, S. B. *O Espírito e a letra: estudos de crítica literária*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v.1

estavam fazendo aquilo que o grupo antes recriminara, ou seja, dar um caráter acadêmico a suas criações.

Mário estava então numa zona de fronteira: “o desejo de construção não se apagaria jamais, embora também o atraísse aquela soltura poética, que seria afinal o resultado de uma batalha *contra* toda e qualquer construção”¹⁸². Esse desejo de construção se revela um ponto crítico de forma clara quando, às voltas com um artigo sobre Portinari para um editor argentino, revela preocupação acerca de “um hiperindividualismo implacável que os levasse à falha básica dos modernistas: deixar de lado ‘o amilhoramento político-social do homem’”.

São as angústias que permearam a Conferência feita em 1942 por ocasião dos 20 anos da Semana de Arte Moderna. Nela, o escritor sublinha a importância do que fizeram então, lembrando que “os movimentos espirituais precedem sempre as mudanças de ordem social”; reitera os princípios fundamentais da jornada de 1922, “o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional”, mas penitencia a si próprio e aos outros participantes:

todos os meus feitos derivaram duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo, sadiamente banhado de amor humano, chego no declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim. Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. (...) O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidraças de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar valores eternos, ou saciar nossa curiosidade na cultura. (...) Nós éramos os filhos finais de uma civilização que se acabou, e é sabido que o cultivo delirante do prazer individual represa as forças dos homens sempre que uma idade morre¹⁸³.

O testamento que esse intelectual paulistano legou não só a cultura brasileira, mas também diretamente à Livraria Editora Martins carrega todas essas angústias, criações e algumas contradições. O Mário de Andrade minucioso pesquisador das raízes populares da música tradicional, mas que valorizou apenas alguns aspectos das novas sonoridades do mundo urbano; que se debateu por uma arte que prestasse atenção ao social, mas não fosse individualista, que não abrisse mão do rigor estético e conseguisse mesclar natureza, tradição e experimentação, cujo modelo seria Portinari¹⁸⁴; o intelectual que lutou para elevar o nível cultural da população,

¹⁸² Idem, idem, pág. 206

¹⁸³ ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista** – Conferência lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 30 de abril de 1942. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, Departamento Cultural, s/d.

¹⁸⁴ FABRIS, Annamaria, Op. citada, pág.30: “(...) o trabalho de Portinari possui uma unidade profunda, que o escritor denomina ‘plástica’, a testemunhar o encontro frutífero entre o artista e artesão, entre o ideador que se pauta por uma linguagem nacional, pelo tradicionalismo, pelo realismo e pelo lirismo e o experimentador

que defendeu que a pesquisa andasse de mãos dadas com a vulgarização dos saberes (o acesso); que classificou a defesa do patrimônio histórico e artístico como um processo de alfabetização em si; que amou os livros de luxo, pelos quais se colocou em penúria financeira, e condenou o elitismo que isolava os intelectuais, como se depreende do discurso da Conferência; e que buscou incessantemente o Brasil, vide as andanças que fez pelo país, mas, em especial nos momentos críticos da política varguista, execrou o gaúcho, o cabeça chata, o mineiro e pediu, para os paulistas, “um estatuto só para nós, pois que somos diferentes mesmo”, falando de um “martirizado São Paulo” que foi vítima de “guerrilhas de roubo, de indivíduos e de merda”.

Assim como Rubens Borba de Moraes e José de Barros Martins, combatente de 1932, reafirma-se em sua visão de mundo e de cultura a missão de São Paulo para a transformação do Brasil, a substituição das armas pela ciência e pela cultura, lema que os paulistas desse círculo de relações adotaram a partir dos anos 1930. Martins tinha consciência plena de que as obras de Mário, assim como a daqueles que ele indicou para serem editados não seriam a fonte de renda que faria seu negócio prosperar. Trariam, no entanto, uma chancela de respeitabilidade intelectual, qualidade e a satisfação de seu amigo. Foi o caso do livro de poesia *Predestinação* (1945), estreia literária do advogado e futuro membro da Academia Paulista de Letras Geraldo Vidigal, prefaciado pelo próprio Mário. E, caso mais notório, a indicação de Antonio Candido para escrever uma história da literatura brasileira, para a qual Mário havia sido convidado por Martins com o pedido de “um livro com linguagem simples, sem citações nem aparato bibliográfico, [uma história] inspirada na de Thibaudet sobre a literatura francesa”¹⁸⁵, publicada tempos depois de seu pedido. Desse convite derivaram os dois volumes de *Formação da literatura brasileira* que Candido finalizou em 1957 e só seriam publicados dois anos depois.

Quando Mario morreu, as *Obras Completas* davam seus primeiros passos. Pouco antes do acerto entre Mário e Martins, a editora havia publicado as crônicas de *Os filhos da Candinha* (1943). Os primeiros volumes da nova coleção foram *Amar, verbo intransitivo* e a nova edição de *Pequena história da música*, ambos de 1944. Em 1945, com Mário já falecido, foram lançados *A Lira paulistana*, edição seguida de *O carro da miséria*, e, no ano seguinte, *O empalhador de passarinhos*. Os últimos volumes saíram apenas em 1965, os ensaísticos *Aspectos da música brasileira* e *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. Em muitos volumes, sobretudo naqueles voltados à música e ao folclore, o trabalho de Oneyda Alvarenga,

interessado em desvendar processos, em por à prova todos os segredos do ofício, em alcançar uma fatura cada vez mais requintada.”

¹⁸⁵ CANDIDO, Antonio. “Um editor paulista (memórias)”. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade, vol. 67, dez 2011. São Paulo: Departamento Biblioteca Mário de Andrade, págs. 187-191.

colaboradora do autor, foi imprescindível no ordenamento do material, como nos três tomos de *Danças folclóricas do Brasil, Música, doce música e Música de feitiçaria no Brasil*.

2.10 Edgard Cavalheiro e os sucessos populares da Martins

O quarto dos homens-chave dos anos iniciais da Livraria Martins Editora foi o jornalista e escritor Edgard Cavalheiro. Com José de Barros Martins compartilhou a experiência de ter trabalhado como bancário antes de optar definitivamente pelas letras. Cavalheiro, nascido em 1911, chegou a São Paulo em 1927, para onde veio de mudança com os pais e seis irmãos¹⁸⁶. No ano seguinte, colega do já fotógrafo Benedito J. Duarte no Colégio Oswaldo Cruz, ambos cultivavam dois hábitos em comum. Gostavam de se reunir em bares com os amigos e conversar sobre literatura. Um desses bares era o Franciscano, na rua Libero Badaró, local de muitos encontros entre jornalistas, literatos e boêmios.

Antes do final dos anos 1930, abandonou a escola e foi dividir moradia em pensão com amigos que também tinham pretensões literárias (Mário Donato, futuro autor da Martins, e Fernando Góes, que fez um perfil biográfico de José Bonifácio em *Homens de São Paulo*). Arrumou emprego numa contadoria, começou a colaborar com pequenos jornais do interior e, mais tarde, com a *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e jornais fluminenses. Por volta da metade da década de 1930 passou a trabalhar no Banco do Estado de São Paulo e intensificou as colaborações com órgãos diversos.

Em 1940, presume-se que não muito depois de publicar no jornal Correio Paulistano a reportagem em que José de Barros Martins discorreu sobre os lançamentos e planos de sua editora, Cavalheiro deixava o emprego no banco para ser contratado como “diretor literário” da Livraria Martins, segundo nota publicada na Revista do Globo. Demonstrando desde sempre gosto pela escrita, capacidade de trabalho – colaborou com inúmeros veículos – e facilidade de relacionamentos, Cavalheiro fez com que muitos de seus convivas do Grupo da Baruel¹⁸⁷ e da roda do Bar Franciscano tivessem interlocução com Barros Martins.

¹⁸⁶ D’Onofrio, Silvio César Tamasso. Fontes para uma biografia intelectual de Edgard Cavalheiro (1911-1958). Dissertação de mestrado. Orientador: Marcos Antônio de Moraes. Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2012.

¹⁸⁷ D’Onofrio, Silvio César Tamasso. O grupo da Baruel e a intelectualidade paulista nos anos 1940. Tese de doutorado. Orientador: Paulo Teixeira Iumatti. Depto de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2017. A Baruel foi uma farmácia no centro de São Paulo, na esquina da rua Direita com a praça da Sé. Nela trabalhou o escritor Amadeu Queiroz, autor do romance *O quarteirão do meio*, lançado pela Martins em 1944. A farmácia era o ponto de encontro de muitos nomes que também tiveram obras lançadas pela editora de José de Barros Martins. “Ao redor de 1940, do Grupo da Baruel faziam parte Edgard Cavalheiro, Fernando Góes, Jamil Almansur Haddad, Mário da Silva Brito e Rossini Camargo Guarnieri, todos críticos, estudiosos, humoristas e poetas, segundo teria afirmado Antonio Candido”, como menciona D’Onofrio em sua tese (pág. 11).

Não é descartada a hipótese que tenha atuado para que Mário de Andrade, também ele frequentador do Franciscano, fosse à Martins em 1941 para combinar o lançamento de *Poesias*, mesmo que Mario já tivesse escrito para a Biblioteca de Literatura Brasileira. Martins deu a Cavaleiro também a oportunidade de publicar seu primeiro livro, a biografia de *Fagundes Varela* (1940), que mereceu comentários elogiosos de Nelson Werneck Sodré e de Monteiro Lobato. Pela Martins, ele ainda publicaria as biografias de *Garcia Lorca* (1946) e o perfil biográfico de Monteiro Lobato, em *Homens de São Paulo* (1955), além de ser o secretário de um concurso de biografias¹⁸⁸ promovido pela editora e anunciado em *Diretrizes* em julho de 1941, mas sobre o qual não se teve notícia posterior. Isso apesar de a anunciada comissão julgadora ser composta por nomes de peso, tais como Affonso Arinos de Melo Franco, João Baptista de Souza Filho, Nelson Werneck Sodré, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda.

As duas maiores contribuições de Cavaleiro para a Martins, no entanto, estão relacionadas a livros de alta vendagem. A primeira delas foi a seleção, organização e redação das notas biográficas, em parceria com o jornalista Almiro Rolmes Barbosa, seu amigo das reuniões da Baruel, de três das coletâneas de contos que renderam mais edições para a casa de José de Barros Martins. Em função desse sucesso e sucessivas reedições das *Obras Primas do Conto Universal* (1942), *Obras Primas do Conto Moderno* (1943) e *Obras Primas do Conto Brasileiro* (1944), essas coletâneas seriam depois agrupadas ao lado de várias outras “obras primas” (do conto humorístico, policial, de suspense; do conto italiano, francês, russo, norte-americano, alemão, fantástico, de terror; da novela brasileira, universal; da Lírica brasileira – esta organizada por Cavaleiro e Manuel Bandeira –; além do *Livro de Natal*, das *Histórias de Cristo* e de *Poesia religiosa brasileira*) totalizando 21 diferentes antologias que, nos anos 1950, formariam coleções de 10 a 12 títulos a serem vendidos de porta em porta ou pelos correios. Mas nenhuma dessas antologias superou as três primeiras no gosto do público. E as antologias de contos tiveram, até a metade dos anos 1960, uma vantagem adicional para as editoras. Até então entendia-se que não havia direitos autorais para obras de pequeno porte, que não tivessem vida autônoma (não constituíssem sozinhas uma edição)¹⁸⁹. Sendo assim, pagava-se apenas a tradução, quando fosse o caso, sem remuneração para o autor original da obra.

¹⁸⁸ “Um concurso de biografias”. Revista *Diretrizes*. Rio de Janeiro: 31/7/1941, págs. 17 e 24.

¹⁸⁹ Depoimento de José Fernando de Barros. Revista em julho de 1967, em Estocolmo, a Convenção de Berna para proteção dos direitos literários e artísticos, de 1886 (que já havia passado por outras cinco revisões ao longo dos séculos anteriores), acordou que os países signatários protegeriam não só as traduções, como as obras que davam origem a elas. Ver Convenção de Berna para a proteção de obras literárias e artísticas.

Cavalheiro levaria a fórmula, anos depois, para outras editoras onde trabalhou, em especial na Cultrix, de Diaulas Riedel. O jornalista e escritor já havia então se tornado uma referência não só na seleção de contistas, mas também na redação de pequenos perfis biográficos que situaram diversos autores dentro da produção literária brasileira. Tanto que publicou, em 1954, o estudo *Evolução do conto brasileiro*¹⁹⁰, em que faz uma periodização do gênero no Brasil, atribuindo sua gênese a Valdomiro Silveira, no final do século XIX. Seu livro *Os caboclos*, apesar de publicado em 1920, teria sido escrito a partir de 1897, além de já ter publicado o conto *O rabicho*, em 1891, no *Correio Popular*. Valdomiro, com quem Cavalheiro conviveu, avô do editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, foi tio das irmãs escritoras Dinah Silveira de Queiroz e Helena Silveira, esta última autora de três livros que saíram pela Martins. Era, também, assídua em noites de música e literatura na casa do editor, como ela própria descreveu em colunas de jornal. Também era prima de Brenno Silveira, autor de *Pequena história da literatura norte-americana* (1943) e tradutor de outras obras da Martins.

2.11 Martins, a editora de Jorge Amado

A outra grande contribuição de Cavalheiro foi fazer a ponte entre José de Barros Martins e Jorge Amado, abrindo as portas para a relação entre autor e editor que se estendeu de 1941 a 1974, com o escritor baiano sendo o carro-chefe de vendas da editora. Na mesma edição de *Diretrizes* que veiculou o anúncio do concurso de biografias da Martins, uma nota sobre o escritor baiano informava que ele acabara de publicar dois livros: *O ABC de Castro Alves*, pela Livraria Martins, e o romance *Agonia da noite*, por uma editora argentina. Desde a segunda metade da década 30, Jorge vivia sob perseguição do governo Vargas. Em 1936, passara dez dias preso no Rio de Janeiro. Em setembro de 1937, uma nova obra que o próprio autor considerava sua principal criação até então, *Capitães de areia*, foi recolhida um mês após o lançamento, assim como seus outros títulos. Jorge passou bom tempo perambulando pela América do Sul, enquanto recolhimentos e proibições atiçavam a curiosidade sobre a sua produção.

Àquela altura, como informava a nota de *Diretrizes*, ele havia lançado sete títulos, entre 1929 e 1937: *Lenita* (1929), *O país do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1934), *Mar morto* (1936) e *Capitães de areia* (1937). “Todos romances publicados no Brasil e já traduzidos em várias línguas”. O texto o chamava de “incansável globe-trotter”, pelo fato de

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/direitos-autorais/legislacao-de-direitos-autorais/pdfs/internacional/berna.pdf>. Consulta em 13.11.2025

¹⁹⁰ CAVALHEIRO, Edgard. *Evolução do conto brasileiro*. Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, 1954.

estar viajando desde 1937 pela América do Sul. Nesse meio tempo, houve um interregno brasileiro: em 1937, depois de chegar ao Chile pela Argentina, tinha subido a costa do Pacífico e estacionado no México por seis meses. Quando voltara ao Brasil, fora preso em Manaus e passara boa parte do ano seguinte, depois de liberado, escondido. Segundo a revista, naquele momento, encontrava-se no Peru, novamente a caminho de terras mexicanas. “Aos amigos que lhe foram levar ao cais, Jorge Amado afirmou que não voltaria mais ao Brasil. Pretende fixar residência definitiva na cidade do México”¹⁹¹.

Jorge encontrou em Martins um editor disposto a enfrentar as restrições do Estado Novo em relação à sua obra. Ferrenho antigetulista, o editor não hesitou em confrontar as restrições do governo federal quando avaliou que o motivo era pertinente. Além da censura a autores, o governo também restringia o acesso a certas áreas do conhecimento, como a sociologia, vista “como uma forma de positivismo, praticamente sinônimo de socialismo. (...) em 1939, [o regime] havia suspenso todos os estudos sociológicos na Universidade do Distrito Federal”¹⁹².

Além de comprar a briga para editar o escritor baiano, que ficara desconfortável com a reticência de José Olympio, a Livraria Martins lançou, em 1943, a Biblioteca de Ciências Sociais, coleção dirigida pelo americano Donald Pierson, sociólogo radicado em São Paulo desde 1940 para lecionar sociologia e antropologia social na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Pierson havia passado dois anos na Bahia, entre 1935 e 1937, realizando a pesquisa de campo de sua tese de doutorado “Negroes in Brazil: A study of racial and cultural adjustment in Bahia”, publicada pela Universidade de Chicago em 1942, trabalho premiado nos Estados Unidos como o melhor livro científico e erudito daquele ano acerca das relações raciais. Em 1945, a Companhia Editora Nacional o publicou em sua coleção Brasileiras, com o título *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Segundo o sociólogo Oracy Nogueira¹⁹³, seu aluno na ELSP, Pierson foi, sem dúvida o grande introdutor das “modernas ciências sociais norte-americanas, especialmente a antropologia cultural” no Brasil.

¹⁹¹ *Diretrizes*, 31/7/41, pág. 23

¹⁹² HALLEWELL, op. citada, pág. 555.

¹⁹³ NOGUEIRA, Oracy. “Donald Pierson e o desenvolvimento da sociologia no Brasil” in *Universitas*, [S. l.], n. 6/7, p. 331, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1006>. Acesso em: 12 nov. 2025. No mesmo artigo, Nogueira conta que Pierson, em relação aos títulos lançados pela BCS da Livraria Martins, “obteve, para cada um desses livros, ajuda de uma fundação para custear e adquirir meio milheiro de exemplares da primeira edição, de modo a diminuir os riscos da editora. Esses 500 exemplares eram distribuídos a bibliotecas de instituições de ensino, bibliotecas públicas, professores e outros interessados”.

E, na convergência desses fatores, Martins o convidou para dirigir a sua nova Biblioteca, enfrentando o veto do governo de Getúlio às ciências sociais. Aliás, na mesma época, já com o regime dando os primeiros sinais de enfraquecimento, a Livraria Martins reeditou, em 1944, na coleção de literatura brasileira, *Urupês* (1917), primeiro grande sucesso de Monteiro Lobato, outro desafeto de Vargas.

No caso de *ABC de Castro Alves*, o governo mandou que a edição fosse tirada de circulação após a publicação, isso ainda em 1941. Martins, habilmente, objetou ao censor que era apenas uma obra de crítica literária. Sua circulação foi permitida, apenas com a imposição de que o livro não ficasse exposto em vitrines ou tivesse resenhas e propagandas¹⁹⁴. E as vendas atenderam à curiosidade do público leitor, até porque a revista *Diretrizes*, de Samuel Wainer e Azevedo Amaral, já havia publicado seus primeiros capítulos em 1940¹⁹⁵.

O *ABC de Castro Alves*, que a *Diretrizes* interrompera por exigência do Estado Novo, era uma promessa de conflito. Desde o início, o escritor dizia querer fazer uma biografia “do poeta abolicionista identificado com o povo”, de modo a sinalizar “uma tomada de posição na luta pela liberdade e contra o fascismo”¹⁹⁶.

Se era uma encrenca do ponto de vista político, Jorge Amado era uma encrenca que remunerava quem a bancasse. Já em 1942, Martins aproveitou para transformar em livro o folhetim *Brandão entre o mar e o amor*, escrito dois anos antes por Jorge, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Aníbal Machado. Era quase uma brincadeira de escrita coletiva, em que cada um se responsabilizou por uma parte, mas sem combinar nenhum fio condutor para a narrativa. Foi algo na mesma linha de sua primeira obra, *Lenita*, escrita em conjunto com os amigos Édison Carneiro e Dias da Costa, publicada em *O Jornal*, na Bahia. Porém, não teve o destino dessa primeira obra renegada de Jorge. A experiência e o quilate dos parceiros, neste segundo caso, fizeram com que Martins bancasse sua publicação.

Em 1943, saiu *Terras do sem fim*, romance ambientado na região cacauzeira baiana no final do século XIX. Experimentando as respostas do mercado para seu novo autor, a editora fez uma tiragem de 10 mil exemplares. A resposta foi bastante positiva: dias depois saiu uma reedição dobrando a tiragem. O próximo lançamento, *São Jorge dos ilhéus*, de dezembro de 1944, já sairia com 20 mil exemplares¹⁹⁷. Nesse mesmo ano, o editor aproveitou para imprimir todos os

¹⁹⁴ IDEM, *ibidem*, pág. 558.

¹⁹⁵ AGUIAR, Joselia. **Jorge Amado – Uma biografia**. São Paulo: Editora Todavia, 2018, pág. 150.

¹⁹⁶ IDEM, *ibidem*, pág. 150

¹⁹⁷ IDEM, *ibidem*, pág. 560.

livros de Jorge Amado em capa dura, numa “edição caprichada”, com direito a anúncio na revista *Diretrizes*¹⁹⁸.

Com grande aceitação junto ao público leitor, Martins publicou, no total, 13 títulos do escritor até 1950. Entre 1944 e 1945, lança seus três primeiros romances (*País do Carnaval*, *Cacau* e *Suor*) em um único volume, e mais *Jubiabá*, *Capitães de areia*, *Bahia de todos os santos*, *São Jorge dos ilhéus* e o biográfico *Vida de Luís Carlos Prestes*. Nos anos seguintes, coloca nas livrarias ainda *Seara vermelha* e *O amor do soldado*. O prolífico Jorge fazia a roda da editora girar, com seus livros passando cada vez mais a receber seguidas edições, de dez em dez mil exemplares. Com isso, garantiu um tratamento especial junto ao editor: foi o único dos autores da Livraria Martins Editora a receber 15% de direitos autorais sobre o preço de venda seus títulos¹⁹⁹. Todos os outros, como é praxe no mercado editorial até os dias de hoje, recebiam 10%. E também foi, ao longo das mais de três décadas em que esteve vinculado à Martins, um dos nomes mais influentes em relação às indicações editoriais que fez, assim como um dos mais solicitados para os textos de orelha e quarta capa de jovens escritores lançados pela editora.

Nesses primeiros anos como autor da Martins, quem acompanhou os lançamentos de Jorge e de outros como substituto de Edgard Cavalheiro foi Mário da Silva Brito, jornalista que iniciava sua carreira no mundo literário. Autor do livro/catálogo *Martins 30 anos*, com o tempo tornou-se poeta, ensaísta, crítico e historiador literário. Mas ficou pouco tempo na editora. Como seu antecessor, rodou por várias casas editoriais, num tipo de trajetória profissional que, a exemplo do jornalismo, era caracterizada por rotatividade e simultaneidade de empregos constante.

Ainda na década de 1940, outros nomes que tiveram presença importante na Martins foram Frederico José da Silva Ramos, o Frico como o chamava Silva Brito, responsável pelo planejamento e execução da parte gráfica da grande maioria dos títulos. Irmão do poeta e tradutor Péricles Eugênio da Silva Ramos, também traduziu um título (*Sebastopol*, de Tolstói, em 1944, provavelmente do francês). Outro nome muito importante na história da Martins, este numa função não só de organização do fluxo editorial das coleções, mas também por ajudar diretamente a José de Barros Martins, de quem era amigo, foi o bibliófilo Ernane Campos Seabra. Em função de uma desavença familiar, ele se colocou à disposição de Martins e trabalhou na editora de 1948 a 1952, conduzindo-a entre os anos de 1949 e princípio de 1951,

¹⁹⁸ AGUIAR, Josélia, op. citada, pág. 185.

¹⁹⁹ Depoimento de José Fernando de Barros Martins em 3 de outubro de 2025

período em que Barros Martins esteve à frente do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo.

2.12 O catálogo da primeira década

Se os documentos e registros relativos aos processos de produção editorial da Livraria Martins são escassos, nada conta melhor a história da companhia do que a composição de seu catálogo. Na primeira década de sua editora (considerando-se aqui um período de pouco mais de onze anos, de novembro de 1939 até o final de 1950²⁰⁰), José de Barros Martins lançou um número próximo a 310 títulos. Desses, a maioria foi de literatura (romances, contos, novelas, poesia e teatro), totalizando 139 edições (44,8%). Se juntarmos esse volume aos 47 títulos de história (15,1% do total), tem-se 60% dos livros nas duas áreas que mais agradavam ao editor. O restante, pelo critério aqui utilizado, se divide em seis blocos: ensaios biográficos e biografias, 30 títulos (9,6%); economia, sociologia, antropologia, geografia, 28 títulos (9%); direito, política e filosofia, 27 (8,7%); ensaios sobre literatura e artes, 21 (6,7%); obras técnicas e de referência (medicina, dicionários, didático etc.), 11 (3,5%); temas variados (reportagem, colecionismo, física moderna, canções, crônicas etc.), 6 (1,9%); e culinária, 1 (0,32%).

Curiosamente, este solitário livro de culinária, *Alegria de cozinhar* (1949), de Helena Sangirardi, foi o recordista em número de edições (mais de 20) em toda a história da editora. Em consulta à internet para esta pesquisa, um exemplar de 1949, “rubricado pela autora e numerado”²⁰¹, estava sendo vendido a R\$ 800. Suas seguidas edições saíam com tiragens de 5 mil exemplares, às vezes mais.

O sucesso de Sangirardi adveio de sua presença constante no rádio naqueles tempos. A televisão ainda não havia entrado em cena no Brasil, e o rádio era então o meio de comunicação mais popular. As receitas de Sangirardi tiveram outras companhias nessa passagem do universo radiofônico para o livro, assim como o cinema, os jornais e revistas também foram responsáveis por livros com bons resultados junto ao público. Alguns de bastante sucesso,

²⁰⁰ Para o levantamento de todo o catálogo da Martins, tomou-se como base o livro Martins, 30 anos, lançado em 1967. A publicação, finalizada em 1966, além de não contemplar o período de 1967 a 1974, até quando foram lançados novos títulos, contém algumas omissões e erros, além de não identificar gêneros textuais e ano de lançamento. Em tentativa de nos aproximarmos o mais possível de todo o histórico, foram consultadas fontes diversas, como bibliotecas, catálogos físicos e virtuais, sebos, sítios de internet. As buscas, no entanto, não isentam o resultado da pesquisa de algum grau de imprecisão, por falta de informações quanto a ano de lançamento e gênero de alguns títulos. Em relação ao número geral, o total aferido, de 879, é consideravelmente menor do que se imagina ter sido lançado. Em 1966, o catálogo falava de 1.100 títulos.

²⁰¹ Em consulta à internet para esta pesquisa, um exemplar de 1949, “rubricado pela autora e numerado”, estava sendo vendido a R\$ 800. Consulta à Estante Digital em 11.11.2025: <https://abrir.link/sytyI> (link com encurtador).

outros nem tanto, porém todos eles já partiam do conhecimento prévio dos potenciais leitores em relação ao universo das histórias narradas nessas outras mídias.

Foram os casos, por exemplo, de Cid Franco e Ronnie Wells, pseudônimo de Jeronymo Monteiro. Em 1933, Franco criou e apresentava o “Programa Livro”, na estação Cruzeiro do Sul, o primeiro especialmente voltado à literatura no rádio brasileiro, tendo ficado no ar até 1945. Pela Martins, lançou, em 1941, *Histórias brasileiras para a juventude*, em que trazia narrativas de teor moral sobre personagens como Francisco de Paula Rodrigues, o padre Chico, “um dos personagens mais cultos que a nossa terra já teve”, sacerdote e primeiro governador da Diocese de São Paulo (século XIX), conhecido entre religiosos pela cultura e bondade²⁰².

Já Jeronymo Monteiro é protagonista de uma daquelas trajetórias típicas da primeira metade do século XX, cheia de reviravoltas e fatos inusitados. Por volta de 1930, depois de ser praticamente desenganado após contrair tuberculose intestinal, isolou-se em Mongaguá, litoral de São Paulo, e curou-se em seis meses. Reza a lenda que alimentando-se à base de sanduíche de mortadela e café. Voltou a São Paulo, começou a escrever para o Correio Paulistano. Mais tarde começou a trabalhar como publicitário e radialista. Criou, então, “para a propaganda do Café Jardim, o personagem policial Dick Peter, levando-o ao rádio”²⁰³ a partir de 1937. Veiculou, nas emissoras Difusora e Tupi, as novelas policiais intituladas *As aventuras de Dick Peter*, que fizeram grande sucesso e viraram álbum de figurinhas e tirinhas de jornal antes de chegar à Martins para uma série de dez livros voltados ao público juvenil. Por força de contrato, manteve-se assinando como Ronnie Wells. Fã de H. G. Wells desde a adolescência, é considerado um dos precursores da ficção científica no Brasil.

Em relação ao rádio, a Livraria Martins também produziu um título de um cantor e compositor então muito popular no Brasil, o baiano Dorival Caymmi. *Cancioneiro da Bahia*, lançado em 1947 com prefácio de Jorge Amado, ilustrações de Clóvis Graciano, letras, cifras e pequenas narrativas acerca das canções de Caymmi, o livro teve duas edições já no ano de seu lançamento. O compositor também figurou entre as pessoas mais benquistas nas recepções de Martins e sua esposa Edith, com noites de música e uísque relembradas anos depois por Helena Silveira em suas colunas na *Folha de S. Paulo*.

²⁰² NALINI, José Roberto. Quem se lembra do Padre Chico? Academia Paulista de Letras, Artigos. <https://www.academiapaulistadeletras.org.br/artigos.asp?temp=10&materia=5481>. Acesso em 12.11.2025

²⁰³ ALEXANDRE, Sílvio. Pai da ficção científica brasileira ganha site no seu aniversário. Publish News, 11/12/2015. <https://www.publishnews.com.br/materias/2015/12/11/pai-da-fico-cientifica-brasileira-ganha-site-no-seu-aniversario>. Acesso em 12.11.2025.

Da música ao cinema, Martins também esteve antenado nos sucessos de então, traduzindo romances vertidos às telas de cinema pelos estúdios hollywoodianos. Foi o caso de *O Solar das almas perdidas* (1943), de Dorothy Macardle, cujo enredo traz um casal de irmãos que compram uma casa na Cornualha e passam a viver com assombrações, filme dirigido por Lewis Allen e estrelado por Ray Milland e Ruth Hussey. Ao que tudo indica, o romance de Macardle é uma repaginação de *A queda da casa de Usher*, conto escrito por Edgar Allan Poe em 1839 que tem o mesmo enredo e cujo protagonista tem o mesmo nome, Roderick, da versão do século XX. O conto de Poe só viraria filme nos Estados Unidos, em 1960, dirigido por Roger Corman e estrelado por Vicent Price. Antes disso, havia sido transposto para as telas em 1928, em versão francesa de Jean Epstein, com roteiro do diretor e de Luis Buñuel.

No ano seguinte, *Mrs. Parkington*, romance de Louis Bromfield, que acabara de ser adaptado para o cinema com direção de Tay Garnett e Greer Garson no papel principal, foi lançado pela Coleção Contemporânea, uma das tantas reuniões de títulos que, com os anos, foram esquecidas, remanescendo apenas algumas das obras que as compuseram. Também filmes lançados na década anterior, mas cujo livro de origem havia marcado época, como *Uma tragédia americana* (1925), de Theodore Dreiser, com versão cinematográfica dirigida por Joseph Sternberg em 1931, foi lançado em 1946, com tradução de Lauro Escorel. E títulos que geraram fitas de sucesso naquele momento também entraram para o catálogo, como *Vitória pela força aérea*, baseado em livro de Alexander Seversky, de 1943, que chegou aos cinemas no mesmo ano com o documentário de animação produzido por Walt Disney e dirigido por James Algar. Foi o volume 7 da coleção A marcha do espírito, que teve o mesmo destino da Coleção Contemporânea.

Se o cinema americano mexia com o imaginário de muita gente, a contrapartida local vinha de narrativas populares bem-sucedidas em jornais e revistas. Foram os casos de *Granfinhos*²⁰⁴ em São Paulo (1946), escrito três anos antes pelo repórter Joel Silveira para *Diretrizes*, e do folhetim *Meu destino é pecar*, de Suzana Flag, o pseudônimo de Nelson Rodrigues, lançado em São Paulo naquele mesmo ano de 1946. O primeiro é tido como deflagrador de um novo gênero jornalístico no país, a “grande reportagem”²⁰⁵. Escrito a partir de um aguçado sentido de observação, interação com os personagens retratados e um olhar ácido sobre a realidade dos milionários de então, especialmente as moças da alta sociedade, Silveira destrincha um mundo

²⁰⁴ Grafia original

²⁰⁵ Ver MORAIS, Fernando. A víbora está viva. Posfácio in SILVEIRA, Joel, **A milésima segunda noite da avenida Paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

de riquezas e futilidades que despertava a curiosidade de muita gente. O texto fala da família Matarazzo, dos Prado, de Menotti del Picchia, mas o que o resume é o trecho em que o repórter faz jus a seu apelido de víbora, dado por Assis Chateaubriand: “A livraria Jaraguá é uma das últimas conquistas do granfinismo paulista. Não se trata somente de uma livraria; é também uma casa de chá onde Fifi, Zezé e Carminha se encontram todas as tardes para falar de tudo, menos de livros”²⁰⁶.

A reportagem de Silveira virou livro no Rio, pelas mãos das edições *O Cruzeiro* e, em São Paulo, pela Martins, com boa probabilidade de terem sido concomitantes. Segundo José Fernando Martins, “esgotava-se uma edição com um, logo fazia-se a próxima com outro”²⁰⁷. Um e outro, no caso, são os editores ou casas editoriais.

A ostentação da nova elite paulista, composta pelos imigrantes que prosperaram no processo de industrialização da cidade, não passou despercebida pelos analistas da vida paulistana. Nem poderia. O historiador americano Richard Morse, que veio ao Brasil pela primeira vez em 1947, comparou as “afetações francesas” relatadas por Louis Mouralis em relação aos anos 1910 ao casamento patrocinado pela família Matarazzo. Ele se vale da reportagem ao fazer seu comentário.

Muitos grã-finos são parvenus desprovidos de raízes culturais, a gozarem lucros excessivos fracamente onerados por impostos. Seu ritmo mais acelerado de vida fez com que um complexo norte-americano de martinis, clubes noturnos, cadillacs e fins de semana esportivos substituísse as afetações francesas do passado recente. O casamento de proeminente herdeira em 1945 foi precedido de oito recepções, 26 almoços e 23 jantares...²⁰⁸

Meu destino é pecar seguiu caminho parecido. Depois de elevar as vendas do carioca *O Jornal* de 3 mil exemplares diários para 30 mil, o folhetim de Nelson Rodrigues foi lançado por *O Cruzeiro* em livro em 1946 e vendeu 300 mil cópias, sendo a seguir licenciado para a Martins, que imprimiu ao menos 12 edições. O rádio também ajudou a potencializar suas vendas: os Diários Associados transformaram a história em novela, com algumas adaptações ao gosto “das senhoras contemporâneas da proclamação da República”, segundo descrição de Ruy Castro, biógrafo de Nelson.

Para entender como o folhetim catapultou vendas de jornal, livros e audiência de rádio, vale a explicação sobre como o autor, partindo de um enredo conhecido, deu cores nacionais à trama.

²⁰⁶ Idem, idem, pág. 6

²⁰⁷ Depoimento em 3.10.2025

²⁰⁸ MORSE, Richard. Op. citada, pág. 294

A história baseava-se em *Rebecca, a mulher inesquecível* (1938), de Daphne Maurier, levada ao cinema por Alfred Hitchcock dois anos depois. Na trama, uma jovem ingênua se casa com um viúvo que não esquecia a primeira mulher. Na versão de Nelson,

A primeira mulher morrera esfaqueada por cachorros em situação misteriosa. O viúvo, aleijado de uma perna, tinha um irmão irresistível que passara a dar em cima da cunhada. Esse irmão tinha uma amante escondida na floresta e, dentro da casa da fazenda, havia uma prima a fim do viúvo. Os dois irmãos tinham uma mãe dominadora e as subtramas ficavam por conta de um pelotão de irmãs solteironas e virgens²⁰⁹.

Como se pode notar, o que anos depois passaria a ser chamado de cruzamento de mídias como forma de potencializar as possibilidades de exploração de um produto cultural, já existia. Não era ainda um “conceito” de marketing, mas, de forma intuitiva já havia a percepção de que a atenção do potencial leitor era dividida com os outros meios de comunicação. E que aquilo que fazia sucesso no rádio ou no cinema poderia se transformar em um produto atraente no universo do livro, aproveitando a popularidade já conquistada em outras formas de consumo de cultura.

Era a aplicação prática da fórmula preconizada anos depois por Ênio Silveira, a conjugação de produtos mais populares, com maior vendagem, capazes de garantir o equilíbrio econômico de uma casa editorial, aliados a projetos de maior relevo cultural, que ajudavam a financiar. No mundo do livro, ter sucesso nessa equação era – e ainda é – mais do que tudo, um desafio de sobrevivência. E uma sobrevivência de difícil equilíbrio, pois de nada adiantava obter sucesso financeiro abdicando daqueles projetos que davam relevância cultural à editora. Aqueles capazes de fazer com que ela cumprisse aquilo que Martins chamou, por ocasião da comemoração dos dez anos de sua editora, de “o encargo da função cultural” que o país então pedia, por meio da oferta do “livro como instrumento de trabalho” e de aquisição de uma nova condição intelectual.

Sob esse aspecto, mais do que as obras literárias que predominaram no catálogo da Livraria Martins Editora em seus primeiros dez anos, o maior fator de reconhecimento de sua atuação foi, sem dúvida alguma, a Biblioteca Histórica Brasileira, publicação referenciada inúmeras vezes na imprensa. E a BHB criou também um lastro para outras obras relativas à história, geografia, populações e mesmo à arquitetura brasileira. Entre elas, destacaram-se os três volumes do *Brasil pitoresco, tradicional e artístico*, com as fotografias reproduzidas em rotogravuras por Edgard de Cerqueira Falcão; *Salões e damas do Segundo Reinado*, de

²⁰⁹ CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, págs. 185-187.

Wanderley Pinho, com gravuras de Wasth Rodrigues; ou ainda *Rio de Janeiro Pitoresco*, de Buvelot e Auguste Moreau, com litografias de Heaton e Rensburg, todas lançadas entre 1942 e 1943.

Entre as obras que se debruçaram na documentação histórica por meio da visualidade, seja de paisagens, gentes ou edifícios, um dos grandes destaques é a série de José Wasth Rodrigues, publicada de 1944 a 1950. Os oito volumes de *Documentário arquitetônico* são resultado de viagens e pesquisas iniciadas ainda na segunda década do século XX, logo interrompidas e retomadas mais tarde. Pintor, desenhista, ilustrador, ceramista, professor e historiador, Wasth Rodrigues foi também um entusiasta da heráldica, responsável pelos brasões da cidade e do estado de São Paulo, ambos em parceria com o poeta Guilherme de Almeida. E fez também o logotipo da própria Livraria Martins Editora, um bandeirante que ergue um livro com uma mão e espigas de trigo com a outra, simbolizando cultura e prosperidade.

Seu *Documentário Arquitetônico* faz o inventário dos tipos de casas brasileiras remanescentes em cidades paulistas, mineiras, baianas, pernambucanas, maranhenses e paraenses. Rodrigues frisa o fato de que a suntuosidade construtiva das igrejas, por suas características particulares, não era replicada nas casas. E que estas espelharam as residências portuguesas, simples e esquemáticas, mas que, de região para região, adquiriram caracteres próprios em função dos materiais disponíveis, do clima, de questões culturais dos habitantes de cada região, da política local. “Por outras razões, dá-se o fenômeno que muito lhe prejudica a arquitetura: ausência de edifícios ricos, civis ou governamentais. Faltou entre nós o palácio, a casa apalaçada e, mesmo, o solar ou quinta com estrutura ou requinte arquitetônicos. Daí, certa pobreza de aspecto, à falta de exemplos e de estímulo, pois é evidente que as igrejas não influíram nesse sentido em nossas casas”²¹⁰.

Ao longo de seus oito volumes, o artista mostra ora os mais variados detalhes construtivos, como tipos de janelas e ornamentos em suas variações locais, ora aspectos mais gerais da arquitetura em que aparecem as similitudes da arquitetura colonial. Obviamente, empreitadas editoriais como esta eram destinadas a um público mais restrito e também não deixavam de homenagear e fazer jus ao trabalho de pesquisa de um dos artistas mais presentes nos livros da Martins (outros nomes de grande recorrência nas publicações foram Clóvis Graciano e Darcy

²¹⁰ WASTH RODRIGUES, José. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Martins/Edusp, 1975. Pág. 2

Penteado). Mas, sem sombra de dúvida, nada alcançou em termos de prestígio e repercussão pública o que a Biblioteca Histórica Brasileira conseguiu.

Ao final dessa década, a Brasileira da Companhia Editora Nacional trazia um número bem maior de títulos do que a coleção da Martins; a Documentos Brasileiros, da José Olympio, suscitava debates nacionais sob a direção de Gilberto Freyre; a Brasiliense, fundada em 1943, ganhava corpo com a entrada do Partido Comunista na legalidade (durante um curto período, é verdade). Além disso, sua livraria, na rua Barão de Itapetinga, entre o Teatro Municipal e a praça da República, tornou-se um grande espaço de sociabilidade literária e política, aproveitando-se das presenças, além de Caio Prado Jr., de Monteiro Lobato e Artur Neves. No Sul, a Editora Globo, depois de anos de excepcional crescimento do catálogo com traduções de grandes autores, começava a arrefecer, principalmente com o distanciamento de Érico Veríssimo. De toda maneira, essas editoras e outras que já estavam no mercado, como a Melhoramentos e algumas mais ligadas ao universo do livro didático, consolidaram nesses anos um processo de profissionalização do mundo editorial no Brasil, no qual a Martins foi parte ativa.

Ainda que não com a velocidade desejada, o país veria nos anos 1950 um aumento do número de universidades e estudantes, num processo de transformação acompanhado também da aceleração de sua industrialização e urbanização. A cidade de São Paulo, em particular, viverá essa transformação de maneira intensa, nos campos econômico, social e cultural. Para a Martins, serão anos de expansão e diversificação, porém com o início de uma lenta mudança em aspectos de seu perfil editorial.

3 ANOS 1950: IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO E RECONHECIMENTOS INTERNACIONAIS

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (Jacques Le Goff)²¹¹

A história geral de São Vicente será a história geral do Brasil (Visconde de São Leopoldo)

A entrada na década de 1950 marcou um período de grande ebulição para São Paulo em função das comemorações do IV Centenário da cidade. Foi um momento de consolidação simbólica e material das transformações iniciadas a partir da década de 1870 com a instalação de empresas dos ramais ferroviários que ligariam as cidades do interior do estado ao porto de Santos e que, em razão da localização estratégica da capital, foram nela sediadas. Isso representou o começo de um ciclo, ocorrido entre esse período e a primeira metade do século seguinte, caracterizado por um acelerado processo de industrialização e urbanização. Esse arco temporal, conhecido pela historiografia como o período da “segunda fundação” de São Paulo, marcou a construção de uma identidade paulista²¹², em que se associou a incursão das bandeiras Brasil adentro, ocorrida nos séculos anteriores, à definição territorial brasileira e ao desenvolvimento a que se chegava nestes tempos modernos.

A emergente publicidade e a ascendente indústria explorariam de forma exaustiva, em imagens e textos, esses ícones de tal “identidade”. Em jornais e revistas, principalmente, eram excessivos a utilização da “identidade paulista” para revestir o momento (1954) de positividade e ufanismo em que os “novos tempos” expressariam a glória que os paulistas alicerçaram no passado²¹³.

Identificada de forma genuína com os ideais dessa identidade paulista, a Livraria Martins Editora teve nesses anos presença marcante na produção de livros que ajudaram a enfatizar a

²¹¹ LE GOFF, Jacques. Memória. In **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5ª edição Campinas: Editora da Unicamp, pág. 469

²¹² SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulista. In: **História da cidade de São Paulo** – vol. 3 - A cidade na primeira metade do século XX 1890-1954, org. Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pág. 569.

²¹³ LOFEGO, Sílvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo – uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004, pág. 33.

importância da história da cidade e das expedições das bandeiras saídas de seu território. Isso se deu tanto pela publicação da Biblioteca Histórica Paulista (BHP), coleção dirigida pelo historiador e ex-diretor do Museu Paulista Afonso D'Escagnolle Taunay, em moldes bastante similares à Biblioteca Histórica Brasileira, como com a publicação, entre os anos de 1952 e 1956, de pelo menos outros 13 títulos que mencionavam ou homenageavam de forma explícita a história de São Paulo, ratificando a ideia e o propósito de mostrar os paulistas como grandes condutores de um país que se transformava por meio do desenvolvimento industrial, da ciência e da cultura.

Além dessa forte vinculação com a história paulista, os anos 1950 foram para a Livraria Martins Editora um período de reconhecimentos nos planos nacional e internacional, com condecorações dos governos brasileiro, francês e italiano, todos ocorridos na segunda metade da década. Também marcou a inauguração de sua sede própria, na rua Rocha, na Bela Vista, cujo edifício recebeu o nome de Mário de Andrade, homenageando o intelectual que foi, em grande medida, o pensador que norteou a atuação de José Barros Martins como editor. A inauguração do prédio, em 1956, teve a presença do ex-presidente Washington Luís e o lançamento de seu livro *Na capitania de São Vicente*.

O início da década se segue a uma relativa desaceleração em relação ao número de lançamentos trazidos ao mercado pela Livraria Martins, em especial entre os anos de 1949 e 1952. Nesse período, mais especificamente de 1949 até o começo de 1951, durante as gestões de Asdrúbal da Cunha e Lineu Prestes à frente da prefeitura paulistana, José de Barros Martins foi diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, contando nesse período com a colaboração do bibliófilo Hernani de Campos Seabra na condução da Livraria Martins Editora. A presença de Seabra se estendeu ao menos até que a Biblioteca Histórica Paulista fosse finalizada. A ausência de Barros Martins do dia a dia da editora pode ter influenciado nessa redução de novos lançamentos no período entre décadas, mas é provável que o tenha ajudado a desenhar o grande volume de títulos que saíram a partir de 1952 com foco na história de São Paulo.

Enquanto Martins esteve na direção do Departamento de Cultura, a Revista do Arquivo Municipal, criada em 1934, logo após o movimento constitucionalista de 1932, foi um dos projetos que ele acompanhou de perto. Uma das missões da revista era fortalecer a história de São Paulo e sua importância para o Brasil. Nesse período, a publicação se valeu da colaboração de intelectuais que realizaram trabalhos para a editora ou que orbitavam no círculo de intelectuais próximos à Martins. Herbert Baldus, antropólogo brasileiro de origem alemã, que

havia sido responsável pela tradução da introdução, revisão e notas de *Os Caduveo*, da Biblioteca Histórica Brasileira, publicou, sob a direção de Martins na revista municipal, um longo artigo sobre os índios Tapirapé, dividido em três edições²¹⁴; o sociólogo Florestan Fernandes, mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política em 1945, escreveu dois artigos no mesmo ano, “A revolução constitucionalista e o pesquisador social” e “A economia Tupinambá”²¹⁵; Jamil Almansur Haddad, autor de traduções, textos de introdução de obras literárias e organizador de um volume da Coleção Obras Primas, assinou “Introdução ao romantismo brasileiro”²¹⁶. Além deles, o historiador americano Richard Morse, autor de uma pesquisa de fôlego sobre São Paulo e bastante ligado à intelectualidade paulista, o sociólogo Florestan Fernandes, o “chato-boy” Lourival Gomes Machado e o filósofo e educador Heraldo Barbuy, estes dois últimos com obras publicadas pela Martins em momentos diferentes, também contribuíram com artigos na publicação municipal²¹⁷. Na mesma edição em que Barbuy publicou seu artigo, em março de 1950, a revista ensaiava o que seriam os anos seguintes em relação às publicações do IV Centenário, com o artigo do promotor público César Salgado, combatente de 1932, “São Paulo e seu glorioso predestino de civilização”.

Em paralelo ao enaltecimento da história paulista que marcou os livros da Martins em sua segunda década de existência, o editor acentuou o movimento de investir em coleções com obras de autores únicos. Cristalizou em seu catálogo a presença de nomes identificados com o movimento modernista de 1922, como Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida, além de dar continuidade à publicação das obras completas de Mário de Andrade. Investiu, ainda, na edição de outros autores dos quais publicou muitos títulos, como o poeta Paulo Bonfim, o economista e historiador Humberto Bastos, o romancista carioca Marques Rebelo, o prolífico escritor realista francês Guy de Maupassant e o naturalista Aluísio Azevedo, cujos direitos sobre a obra adquiriu por valor até então inédito no mercado editorial brasileiro. Apostava, assim, naquele caminho seguro indicado já em meados do século XIX por Baptiste-Louis Garnier, oferecendo ao leitor um leque maior de obras de seus autores de preferência.

²¹⁴ *Revista do Arquivo Municipal*, volumes CXXII (fevereiro), CXXIII (março) e CXXIV (abril-maio) de 1949

²¹⁵ *Idem*, volumes CXXII e CXXIV, de fevereiro e abril-maio de 1949, respectivamente.

²¹⁶ *Idem*, volume CXXV, de junho de 1949

²¹⁷ Richard Morse e Florestan Fernandes escreveram sobre o pesquisador social em dois recortes distintos, ambos publicado no volume CXXIII da publicação, de março de 1949, respectivamente: “O pesquisador social e o historiador moderno” e “A revolução constitucionalista e o pesquisador social”; Lourival Gomes Machado publicou “Viagem a Ouro Preto” no volume CXXIV, de abril-maio de 1949; Heraldo Barbuy teve o artigo “A mobilização do solo e a instabilidade social” veiculado no volume CXXII, de março de 1950. Pela Martins, ele publicou no mesmo ano *O problema do ser*, além de prefaciá-lo um livro de poemas do Paulo Bonfim (*Quinze anos de poesia*, 1957).

Além desse agrupamento de autores em coleções, Martins identificou também o início de um fenômeno que começava a se expandir no país: a venda de coleções a crédito, modelo de negócio aproveitado por várias outras editoras da época, como José Olympio e Brasiliense. Para melhor explorar esse canal de vendas, montou uma nova empresa especialmente dedicada à comercialização de suas várias coleções, a Sociedade de Expansão do Livro, sediada na mesma rua São Francisco, 77 que aparecia nos títulos que lançava.

Anúncio veiculado em dezembro de 1953 na Folha da Manhã, sob o título “Magníficas Coleções Encadernadas – Edições da Livraria Martins Editora”²¹⁸ traz oito coleções, cada uma com um valor mensal para aquisição e um cupom no final, para ser preenchido e enviado à SEL para que esta respondesse com as condições de venda das obras selecionadas. Constatam-se do anúncio coleções lançadas na década anterior, como a Biblioteca do Pensamento Vivo, a Biblioteca de Literatura Brasileira (que só se completaria em 1955), a Biblioteca Histórica Brasileira (a mais cara de todas), a Marcha do Espírito (reunião de títulos que depois deixaria de ser mencionada como coleção), nove volumes de Jorge Amado lançados na década de 1940, e novidades como as Obras de Guy de Maupassant (18 volumes), *Toda a poesia*, de Guilherme de Almeida em seis volumes contendo 20 livros, quatro deles inéditos. E mais um projeto capitaneado por Sérgio Milliet, que traduziu e apresentou a *História da arte* de Sidney Cheney, com quatro volumes distribuídos em 1.200 páginas. Note-se que a Biblioteca Histórica Paulista, a joia daqueles anos, ainda não estava disponível para venda nesse formato. Mas seus 10 títulos e 13 tomos já estavam concluídos nesse momento.

O anúncio reforçava o caráter edificante do livro e da cultura em pequeno parágrafo acima do título, com maiúsculas no início de palavras-chave

O bom caminho e o livro – Quem lê progride. De linha em linha. De página em página. O livro é o caminho mais seguro que leva à Abastança, à Cordialidade e ao Entendimento entre os homens. Faça do livro o seu companheiro de todas as horas e eleja-o como presente ideal para oferecer às pessoas de sua amizade.

Ao mesmo tempo que constituía a nova empresa, Martins fechou, em algum momento do início dos anos 1950, a filial para distribuição de seus títulos no centro do Rio de Janeiro, instalada na rua da Constituição desde 1946²¹⁹. A editora só voltaria a ter distribuição própria na cidade em

²¹⁸ *Folha da Manhã*, 6/12/1953, pág. 10. O anúncio ocupa 5/8 da página na vertical e quatro colunas na horizontal. Os preços mensais anunciados: Coleção Guy de Maupassant: Cr\$ 185; Biblioteca do Pensamento Vivo: Cr\$ 175; Biblioteca de Literatura Brasileira (14 volumes): Cr\$ 145; Obras de Jorge Amado: Cr\$ 100; História da Arte, de Sheldon Cheney: Cr\$ 120; Toda a Poesia de Guilherme de Almeida: Cr\$ 100; Biblioteca Histórica Brasileira (14 volumes): Cr\$ 260; A Marcha do Espírito (12 volumes): Cr\$ 100.

²¹⁹ MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: Edusp, 2012, pág. 253.

1959, na rua Evaristo da Veiga, mudando-se depois para a avenida Presidente Vargas. Nos anos 1960 apareceriam nos livros da editora outras três filiais, em Belo Horizonte, Salvador e Londrina, sempre destinadas à distribuição local.

Em contrapartida, a Martins foi deixando de lado livros de algumas áreas do conhecimento, como o direito, que registra apenas uma nova obra (*Manual de direito internacional público*, de Luiz Faro Júnior, 1951), além de reedições dos títulos mais procurados, como *Teoria do direito e do estado*, de Miguel Reale. Também as obras de sociologia e antropologia, que haviam merecido 11 títulos enquanto o professor norte-americano Donald Pierson, docente da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, permaneceu no Brasil, praticamente saíram do catálogo com o retorno dele aos Estados Unidos, em 1950. Depois disso, apenas um título foi lançado na nova década (*Sociologia das gerações*, de Paulo Cretella Sobrinho e Irineu Strenger, em 1952). A única obra da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS) que continuou a ser reeditada com vendas significativas foi *O homem – Uma introdução à antropologia*, de Ralph Linton, volume inicial da coleção, com a primeira edição datando de 1943.

Além da manifesta preferência de José de Barros Martins pelas áreas de literatura e história, essa retirada da editora de muitos segmentos das ciências humanas provavelmente ocorreu devido a dois fatores: o seu afastamento progressivo da universidade e do meio acadêmico, com uma aparente perda de interlocução com professores de novas gerações, e a chegada de novas editoras com esse foco, como a Difusão Europeia do Livro, com a qual colaboraram Sérgio Buarque de Holanda, que passou a dirigir a História Geral da Civilização Brasileira, coleção que contou com muitos professores universitários, além de outras, como Brasiliense, Civilização Brasileira, Zahar e, mais tarde, a editora Perspectiva. Dessa forma, a Martins preferiu concentrar-se naquilo que era objeto de sua preferência desde sempre. A editora também se valeu de algumas novas oportunidades de mercado, como a venda de fascículos colecionáveis em bancas de revista que depois poderiam ser encadernados como enciclopédias. Esse foi o caso da Coleção Trópico, importada da Itália, cuja venda em bancas começou em 1957, dez anos antes de a Editora Abril fazer dessa estratégia uma das mais rentáveis de seu portfólio entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1980.

Também no final da década, já em 1960, a Martins lançou clássicos de literatura infantil e juvenil, com organização e tradução de Jacob Penteadó. As Joias da Literatura Infantil, com narrativas como *Chapeuzinho vermelho*, *O gato de botas*, *Cinderela*, *Uma lenda chinesa* e *As aventuras de Pinocchio*, entre outras, totalizaram 14 histórias distribuídas em seis volumes. No

mesmo ano, a editora também ofereceu 12 volumes de *As mil e uma noites* para o público juvenil, além de um 13º para o público adulto.

Penteado também foi organizador de quatro livros da coleção Obras Primas durante a década de 1950. Com o sucesso do formato a partir das primeiras coletâneas organizadas por Edgard Cavalheiro nos anos 1940, a Martins apostou em sua ampliação e diversificação. Além das vendas de varejo em livrarias, passou também a reuni-las em coleções de 10 ou 12 volumes para venda a crédito via correios.

Crescido no bairro do Belenzinho, na zona Leste de São Paulo, Penteado ingressou cedo no trabalho fabril, numa empresa de vidros. Tendo vivido um período na Argentina e estudado numa escola italiana no Brás, familiarizou-se ainda criança com o universo literário por meio de histórias de La Fontaine contadas no colégio. Virou um leitor contumaz em português, espanhol e italiano, o que lhe garantiu boa interlocução com os trabalhadores mais velhos da fábrica, a quem ensinava “as primeiras letras ou lia-lhes livros de histórias”²²⁰. Essa trajetória o aproximou do universo literário, propiciando suas colaborações com a Martins, para a qual organizou e traduziu obras a partir de 1956. E lhe abriu as portas para escrever dois livros de memórias, *Belenzinho, 1910 – Retrato de uma época* (1962) e *Memórias de um postalista* (1963), o primeiro deles vencedor da categoria Biografia e Memória do Prêmio Jabuti de 1963.

Essa mesma São Paulo que Penteado relembra era a cidade que começava a se transformar na metrópole industrial e chegaria ao momento de seu IV Centenário ávida pelo reconhecimento não apenas local, mas internacional.

3.1 IV Centenário: memória e construções simbólicas

Os festejos do IV Centenário da fundação de São Paulo representaram uma oportunidade, explorada sob diversos aspectos – econômico, político, histórico, cultural –, mas sobretudo na criação de símbolos que expuseram a identidade paulista forjada como o grande sustentáculo de construção da nação. Foi uma espécie de desforra após a derrota nas armas em 1932, como se naquele novo momento se pudesse mostrar ao Brasil, e especialmente às forças políticas representadas pelo getulismo, que o caminho calcado na visão liberal e ancorado na cultura e

²²⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. Belenzinho, 1910: memórias da cidade e das leituras de Jacob Penteado. Publishnews, 3/12/2010. Disponível em <https://www.publishnews.com.br/materias/2010/12/03/61203-belenzinho-1910-memorias-da-cidade-e-das-leituras-de-jacob-penteado#:~:text=Jacob%20Penteado%20foi%20uma%20crian%C3%A7a,antes%20de%20a%20cidade%20ser.> Acesso em 14/2/2026

na ciência para atingir o desenvolvimento, era a via capaz de colocar o país em pé de igualdade com os países ocidentais, particularmente os europeus, em que se espelhavam os paulistas.

Como as mudanças ocorridas entre 1870 e 1932 foram de grande intensidade, os elementos simbólicos que representassem essa nova locomotiva do Brasil precisavam ser construídos para mostrar seu poderio e associar esse presente a um passado que foi objeto de resgate, quando possível, ou de uma reescrita, segundo as conveniências. Ou seja, nas tensões entre memória e esquecimento, o caminho natural foi o de realçar o que favorecia a visão grandiloquente e obscurecer os problemas da cidade, passados e presentes.

Ao mencionar os refrões ufanistas que estavam na boca de todos já havia algum tempo, entre os quais os mais repetidos eram “a cidade que mais cresce no mundo” e “São Paulo não pode parar”, Elias Saliba descreve o esquecimento causado pela celeridade desenvolvimentista

(...) em São Paulo este processo de metropolização parece ter sido de tal intensidade, que destruiu brutalmente não apenas qualquer referência material, mas também qualquer resquício de referência simbólica mais estável. A São Paulo com feição de metrópole nasceu, assim, como uma incógnita, eliminando o seu passado ou retirando dele apenas o que interessava para a tese do progresso em si mesmo. Seus únicos signos de identificação não eram elementos estáveis, mas processos em curso vertiginoso: fusão, especulação, crescimento, aceleração. Em síntese, tudo aquilo que só fazia acentuar o triádico mobilidade/trabalho/progresso, reiterando suas finalidades imanentes²²¹.

Desse esquecimento resulta “um vazio de tempo social” a ser preenchido pela cultura e pela “invenção de um passado para a cidade”. O presente, via-se, estava integrado com o espírito da modernidade. O passado parecia ausente. Mas seu grande estuário, pronto a servir como interface entre presente e passado, era a recuperação e valorização das bandeiras e da figura do bandeirante, o desbravador que, tal qual o homem dos anos 1950, buscava a mobilidade e o progresso. É nesse ponto que a segunda grande coleção histórica da Livraria Martins Editora vem trazer subsídios para mostrar como a trajetória das bandeiras e a importância da nobiliarquia paulista desempenhou papel fundamental na construção não apenas de São Paulo, mas do Brasil.

É o que ressalta o texto de José de Barros Martins na Nota do Editor do volume I da coleção: “Iniciativa que envolve árduos trabalhos e também avultado empate de capital, a Biblioteca Histórica Paulista é, antes de mais nada, um preito de admiração e carinho que prestamos aos nossos ancestrais, desbravadores e construtores da Pátria brasileira.”

²²¹ SALIBA, Elias Thomé, op. citada, pág. 570.

A menção ao capital investido não é gratuita. Sinaliza às autoridades paulistas e paulistanas que seria importante a retribuição de governo e prefeitura para que a série pudesse ser realizada respeitando a qualidade editorial pela qual a Martins era já reconhecida, principalmente em função da Biblioteca Histórica Brasileira, durante a qual viveu dificuldades para conseguir papel. E o chamamento não foi em vão. O governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, assegurou à editora a compra de exemplares dos 10 títulos, distribuindo-os a escolas e bibliotecas públicas.

Com o primeiro volume da coleção – *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques – lançado ainda em 1952, a Martins se antecipava aos festejos. Estes, apesar de suas primeiras deliberações formais datarem de 1948, tiveram um andamento lento em seu início. Em 29 de julho daquele ano, durante a gestão municipal de Paulo Lauro, foram indicados os membros que constituiriam a Comissão de Festejos da Comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, composta por 17 pessoas, entre elas ex-prefeitos, como Fábio Prado e Lineu Prestes, “deputados, professores da faculdade de direito, homens de imprensa e do legislativo, sobressaindo-se aqueles ligados à atividade política”²²².

As atribuições e finalidade da Comissão, no entanto, só ganhariam forma legal com a rápida passagem do prefeito interino Milton Improta pelo executivo municipal, entre agosto de 1948 e o início de janeiro do ano seguinte²²³. Já no final de seu período, a portaria assinada por Improta previa que a Comissão: a) elaborasse o plano geral das comemorações, sugerindo “medidas úteis e uma condigna comemoração da efeméride”; b) ficasse responsável pelos pareceres para planos, projetos e propostas; c) propusesse providências administrativas ou legislativas para o andamento das comemorações.

Em 1949, o prefeito da ocasião, Asdrúbal Euritysse da Cunha, chamou para si o poder de intervir na Comissão e estabeleceu uma outra, de caráter executivo, composta por sete membros e que só seria sacramentada por meio de lei municipal (4.052) em maio de 1951. Porém, apenas em dezembro do mesmo ano, após a assinatura de convênio entre prefeitura e governo do estado, decidiu-se a composição da nova comissão, que contava com três membros indicados pelo governador Lucas Nogueira Garcez. O presidente nomeado para o órgão foi o industrial e mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho. A opção foi estratégica. Ciccilo, como era conhecido,

²²² LOFEGO, op. citada, pág. 40

²²³ Do final da ditadura Vargas, em 1945, até 1953, quando foi reestabelecida a escolha do prefeito por voto popular, o cargo teve sete diferentes ocupantes. Em 1953, Jânio Quadros foi eleito pelo voto direto.

além de empresário com grande poder financeiro, tinha trânsito entre políticos, artistas e intelectuais, sendo visto com ressalvas mais fortes talvez apenas por alguns paulistas de cepa mais antiga, que ainda faziam restrições à leva de imigrantes que prosperaram no processo de industrialização ocorrido no estado.

A presidência de Francisco Matarazzo Sobrinho, apesar de algumas tensões que surgiram ao longo dos trabalhos, consegue reger uma orquestra de instrumentos ecléticos para tocar o som do interesse comum: exaltar e criar os enraizamentos para sobrevivência de tal exaltação dentro da diversidade que compunha a sociedade urbana paulistana²²⁴.

Esse clima aparentemente harmônico foi rompido aos poucos entre os anos de 1953 e 1954, em função de atrasos nas obras e pela atuação já então histriônica do recém-eleito prefeito Jânio Quadros. Sob alegação de que o Carnaval de rua de São Paulo, “anunciado como o maior de todos os tempos”²²⁵, fora um fracasso, Jânio se indispôs com Matarazzo e instou-o a se demitir, chamando-o de incompetente. Em 4 de março de 1954, com o dia do aniversário da cidade, 25 de janeiro, já tendo sido comemorado e os eventos programados para ocorrer durante todo o ano definidos, Ciccilo comunicou sua renúncia aos membros da Executiva da Comissão do IV Centenário.

A pressão do prefeito e a consequente saída de Matarazzo causaram mal-estar entre artistas e intelectuais paulistas. Nos dias 3 e 4 de abril o jornal *O Estado de S. Paulo*²²⁶ publicou nota comunicando que uma comissão organizava um evento “de solidariedade pela sua atuação na presidência da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo”. Ficou então deliberado que lhe seria oferecido “um quadro da mais representativa pintura moderna em uma recepção social no Museu de Arte Moderna”, além de uma placa de bronze. O desagravo tinha Clóvis Graciano entre seus organizadores e a adesão de primeira hora de José de Barros Martins. Na mesma página da edição do dia 4, um domingo, houve a veiculação de um anúncio da Loja de Móveis Paschoal Bianco, para comercialização da “Sala de Jantar Modelo IV Centenário com 13 peças”, por CR\$ 28 mil, um de tantos produtos e anúncios que se associaram à comemoração. Naquele período, as comemorações do aniversário da cidade foram motivo para associá-la a tudo quanto se quisesse vender – roupas, barracas para camping, colchões e todo tipo de utensílio doméstico para modernizar “seu lar”²²⁷.

²²⁴ LOFEGO, Op. cit. págs. 45-46.

²²⁵ Idem, idem.

²²⁶ *O Estado de São Paulo*, 3/4/1954, pág. 6, e 4/4/1954, pág. 10

²²⁷ Exemplos citados por LOTUFO, op. citada, pág. 139, de anúncios veiculados na Folha da Manhã em 24 e 25 de janeiro de 1954.

Em substituição a Ciccilo, assumiu um nome fortemente identificado com o espírito paulista: o poeta Guilherme de Almeida, modernista de primeira hora e responsável pela escolha da frase do brasão de São Paulo. No ano anterior, a Martins havia lançado a coleção com a obra poética de Almeida em seis volumes em 1953²²⁸, depois de a editora Ipê, que tinha previsto publicá-la “com requintes de bibliofilia” ter sido liquidada em meio à produção. Em 1955, a Martins colocou nova edição no mercado, acrescentando um sétimo volume.

3.2 Taunay, o bandeirismo paulista e a BHP

Algumas instituições assumiram a condição de grandes referências discursiva e interpretativa sobre a história paulista, entre elas a “Universidade de São Paulo, o Museu Paulista, o Departamento do Patrimônio Histórico, especialmente o Arquivo Histórico Municipal e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”²²⁹. Na maioria delas, Afonso d’Escragnoille Taunay foi presença marcante, deixando heranças documentais, metodológicas e de interpretação da história fundantes para o conhecimento do desenvolvimento de São Paulo e do Brasil, ainda que houvesse contrapontos significativos à sua visão, entre os quais os mais conhecidos à época eram os de Sérgio Buarque de Holanda. Isso não os impediu de manter intenso contato intelectual e de Buarque de Holanda colaborar, por meio da cessão de ilustrações com direitos vinculados ao Museu Paulista, com a empreitada que Taunay assumiu junto a José de Barros Martins.

Se Rubens Borba de Moraes foi o nome certo para a escolha dos livros dos viajantes e dos colaboradores que dariam forma à Biblioteca Histórica Brasileira, Taunay²³⁰ era também uma escolha natural para dirigir a coleção paulista. Associando-a à sua visão histórica, exaltou por meio dela a importância das bandeiras e dos recém-nomeados bandeirantes²³¹ para o estado e para a nação. De 1917 a 1945, Taunay foi diretor do Museu Paulista, ao qual deu nova relevância, mudando a perspectiva de seu antecessor e primeiro diretor da instituição, Hermann

²²⁸ *Folha da Manhã*, 15/3/1953, Movimento Literário, Coluna Binário, pág. 3

²²⁹ LOFEGO, Op. cit., pág. 30. Lofego se refere ao Departamento do Patrimônio Histórico por engano, pois, com esta denominação o órgão só viria a ser criado em 1975. O mais provável é que se referisse à área de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, cuja subdivisão de Documentação Histórica é antecessora do mencionado Arquivo Histórico Municipal. Ver:

https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/arquivo_historico/menu/arquivo_historico. Acesso em 21/4/2026

²³⁰ É curioso pensar de quais profissionais Taunay se socorreu para desempenhar a função, apesar de seu apurado conhecimento sobre os temas em questão. Levanto a questão pois Borba de Moraes diz, em artigo sobre os primeiros impressos brasileiros, sobre cuja pesquisa Taunay foi parte ativa: “Afonso d’E. Taunay foi, em 1930, convidado a organizar a Biblioteca do Itamaraty. Na verdade, não organizou coisa nenhuma: esse grande erudito não era capaz de organizar nem seus próprios escritos, quanto mais uma biblioteca”. MORAES, Rubens Borba de. “O primeiro livro sobre o Brasil e os primeiros livros impressos brasileiros”. In: *O bibliófilo aprendiz*. 5ª. ed. São Paulo: BBM, 2018, pág. 203.

²³¹ O termo só foi dicionarizado como sinônimo de paulista em 1938. Ver SALIBA, op. cit., vol. 3.

von Ihering, com “a criação da Seção de História e, como decorrência desta, dos Anais do Museu Paulista em 1922”²³².

Nesse período, Taunay ainda colaborou com a preparação da Exposição sobre o Centenário da Independência, teve intensa produção para jornais e redigiu quatro livros sobre a história de São Paulo desde os seus primórdios (*São Paulo nos primeiros anos*, de 1920; *São Paulo no século XVI*, 2021; *São Paulo na era das bandeiras*; e *Pedro Taques e seu tempo, estudos de uma personalidade e de uma época*, ambos de 1922.) Dois anos depois, em 1924, começou a epopeia da série *História geral das bandeiras paulistas*, em sete volumes, na qual despenderia mais de uma década, não sem produzir outras obras de forma concomitante. Esse momento marcou a introdução de suas diretrizes para o Museu Paulista, em que professava a necessidade não apenas de “coleccionar e arquivar documentos”, mas de reuni-los com intuito interpretativo sobre as histórias do Brasil e de São Paulo.

Junto às iniciativas citadas, [Taunay] é responsável por lançar as bases da sua escrita da história: apologia aos bandeirantes, amparada por uma leitura geopolítica da expansão dos homens da capitania de São Paulo no período colonial. Ao mesmo tempo, porém, tais circunstâncias geram um efeito paradoxal: ao lado da criação da mitologia em torno dos bandeirantes, Taunay arregimenta uma produção historiográfica desde logo crítica, pautada na pesquisa sob a forma de monografias especializadas e documentadas que visam apreender o passado pela ótica de sua diferença²³³.

Com esse amplo domínio anterior sobre a historiografia paulista e das bandeiras, Taunay assume de forma quase integral a organização dos 10 volumes e treze tomos da coleção, recorrendo aos registros que conhecia havia tempos e sabendo onde deles se socorrer, como no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Este último, por sinal, havia sido o responsável, ainda no Império, em 1878, pela publicação original daquela que viria a ser a primeira obra da coleção, os *Apontamentos*, de Azevedo Marques. Na Biblioteca Histórica Paulista, Taunay assumiu quase tudo: escreveu introduções, notas, coletou os relatos sertanistas e monçoeiros, cada um deles resultando em um volume, traduziu a *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*, de Auguste Saint-Hilaire, deixando apenas a tradução de *Viagem às*

²³² SCHNEIDER, Alberto Luiz; MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda – Reflexões e trajetórias. *Revista de História* (São Paulo), n.178, 09 dez., 2019. FFCLH/USP. Depto de História, Págs. 1-27. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rh/a/5jJT9Dn6TvhvDtNTYPyNhKj/?lang=pt>. Acesso em 15.2.2026

²³³ SCHNEIDER; MARTINS, op. citada, pág. 6

Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, do Barão de Tschudi, a cargo de Eduardo de Lima Castro, reconhecido por seu domínio da literatura alemã.

No prefácio do volume 1, cuja parte inaugural seria reproduzida nos folhetos de divulgação da coleção, Taunay, após as menções protocolares ao convite de José de Barros Martins para que assumisse a missão de “superintender a publicação de uma nova série de edições de sua casa editora” e sua aceitação para a incumbência, sem deixar de lembrar o papel antes desempenhado pela Biblioteca Histórica Brasileira (BHB), lembra o paupérrimo conjunto documental relativo à história paulista em seus dois primeiros séculos.

Não há quem ignore que as primeiras obras de história puramente paulista datam do século XVIII. O que para trás dessa centúria existe não passa de minúsculos fragmentos, geralmente desvaliosos, não existindo uma única destas contribuições a que se possa dar o título de livro²³⁴.

A seguir, Taunay discorre sobre as primeiras obras da coleção, dando destaque para Azevedo Marques, Frei Gaspar da Madre de Deus (vol. 3) e Pedro Taques (vol.4) em função do caráter de registro histórico que apresentam e pelo fato de seu envolvimento anterior em sua publicação, às vezes parcial, em veículos como a *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*²³⁵.

No perfil biográfico de Azevedo Marques, Taunay refaz sua genealogia desde Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (seu avô?) nascido em Colônia do Sacramento, passando por parentes historicamente significativos, como o Conde de Porto Alegre (Manuel Marques de Souza, político e militar abolicionista), e por tios e primos relevantes na imprensa paulista, como o Azevedo Marques “Mestrinho”, fundador e redator do *Farol Paulistano*, primeiro jornal paulista e Joaquim Roberto da Silva Marques, que fundou o *Correio Paulistano* em 1854. E ressalta que foi durante os longos anos em que Azevedo Marques trabalhou como oficial da Secretaria de Província de São Paulo que adquiriu familiaridade com documentos de arquivo, o que o ajudou a reunir a documentação presente nos *Apontamentos*.

Das *Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Frei Gaspar da Madre de Deus*, primeiro historiador de São Paulo a ter sua obra impressa, cuja publicação se deu em 1797 sob a chancela da Academia Real de Ciências de Lisboa, em dois

²³⁴ TAUNAY, Afonso, d'E. “Prefácio de Afonso de E. Taunay para esta edição – Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e seus preciosos ‘apontamentos’”. In: AZEVEDO MARQUES, M. E., *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

²³⁵ Foi o caso da *Nobiliarquia Paulista*, de Pedro Taques, “colossal trabalho de heurística”, do qual remanesceu 1/3 do total e cuja republicação agora de tudo que se conseguiu reunir viria preencher uma lacuna importante. Sua primeira publicação foi de 1869, pelo IHB. Um projeto de reedição em 1926 acabou não ocorrendo, restando disponível apenas o material reeditado em partes nos anos de 1926, 1940 e 1944, na revista do IHB.

tomos, o diretor da coleção já havia cuidado da reimpressão no Brasil em 1920, quando foi realizada pela Editora Weiszflog Irmãos²³⁶, depois de Francisco Varnhagen a ter editado em 1847²³⁷.

Nas duas obras, textos de Frei Gaspar e do próprio Taunay batiam na tecla da importância e grandeza da história dos paulistas em relação à nação. Frei Gaspar relembra o fato de que a memória da Capitania de São Vicente se obscureceu, merecendo inclusive a mudança de seu nome, mas foi “a maior entre as dez grandes províncias em que El Rei D. João III dividiu a nova Lusitânia e também a primeira que se povoou”, a despeito de historiadores posteriormente a terem colocado apenas como uma das três mais antigas, ao lado de Pernambuco e Espírito Santo.

No extenso prefácio da *Nobiliarquia Paulista* (págs. 11 a 36), Taunay escreve que a obra, “celebrando a glória de Pedro Taques, aclamará ao mesmo tempo a nação, de Norte a Sul, e a dos paulistas, construtores do áspero Brasil meridional e central”. A esse texto se segue um perfil de Pedro Taques, “O historiador dos Bandeirantes”, igualmente extenso e glorificador dos feitos ao autor e daqueles a quem retrata, sempre realçando a visão dos paulistas como aqueles que ajudaram a delimitar o território por meio das bandeiras.

De Pedro Taques, a coleção ainda publicaria *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania* (volume 10), também editado anteriormente pelos irmãos Weiszflog. Além de outros volumes de viajantes (Tschudi, Saint-Hilaire e Luiz D’Alincourt), ainda havia as duas obras de Taunay, que coletou, selecionou e acrescentou introdução e notas acerca de relatos sertanistas e monçoeiros, os primeiros relatando as primeiras descobertas de ouro nas Minas Gerais. Quaisquer contrapontos em relação à visão histórica dominante ficaram de fora.

Completava a quadra inicial outro livro de viajante, *Peregrinação pela província de São Paulo*, escrito em 1862 por Augusto Emílio Zaluar. É um relato, em gênero epistolar, do trajeto do autor desde a então capital da República, passando por cidades do Vale do Paraíba nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, origem da maior parte dos relatos. Zaluar conta sua recepção em fazendas de café, num momento em que o Vale do Paraíba assiste a suas

²³⁶ Naquele ano, a Weiszflog Irmãos havia se associado à Melhoramentos, então com três décadas de existência que, tendo entrado no mercado de fabricação de papel para livros, quis desvincular-se da dependência da polpa importada para o seu fabrico, utilizando madeira nacional (pinheiro-do-paraná e eucalipto e, segundo Hallewell, criou “um exemplo ímpar de integração vertical: ‘do pinheiro ao livro’, como dizia seu slogan”. HALEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – Sua História*. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza, 3ª. ed.: São Paulo: Edusp, 2017, pág. 343.

²³⁷ Taunay relata que, mais tarde, teriam sido achados fragmentos que ele reproduziu nos Anais do Museu Paulista e na revista do IHGSP.

últimas décadas de relevância na produção, que ao longo da segunda metade do século XIX migra para o oeste paulista e norte paranaense. O autor começa sua trajetória paulista em Bananal e passa por várias cidades da região, como a Vila do Barreiro (hoje São José do Barreiro), ao pé da Serra da Bocaina, Areias, Queluz, Silveiras.

Nascido em Lisboa em 1826, Zaluar migrou para o Brasil em 1850 e foi jornalista, escritor e tradutor, tendo visibilidade no Rio de Janeiro de então. Em 1851 publicou um livro de poesias (*Dores e flores*)²³⁸, na editora de Paula Brito. É de sua autoria o primeiro perfil biográfico de Manuel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias*, obra lançada como folhetim e depois editada pela Garnier, em 1854²³⁹. O texto de Zaluar entrou em edição póstuma, *Obra Dispersa*²⁴⁰, contendo a produção de Almeida, de quem foi amigo.

3.3 A história brasileira versus a história paulista

No geral, a Biblioteca Histórica Paulista dá maior ênfase à documentação reunida, ressaltada pelo seu organizador em função da pobreza de registros de que padeceu a vida paulista em seus primeiros séculos. O tom geral de exaltação das façanhas das bandeiras casa com os objetivos dos festejos do IV Centenário.

Quando olhamos comparativamente as duas coleções históricas, a Biblioteca Histórica Brasileira e a Biblioteca Histórica Paulista, apesar de ambas terem seguido a mesma fórmula editorial, não se pode deixar de assinalar diferenças que traduzem a maior riqueza e melhores resultados da primeira. Em primeiro lugar, é notória a abundância imagética oferecida na BHB, sobretudo nos livros dos viajantes estrangeiros, que trazem registros preciosos da fauna, flora, condição das populações escravizadas e indígenas, enfim, proporcionam não só informações textuais objetivas, mas permitem uma apreensão pelo olhar do que era o Brasil de então (ou, ao menos, de como o olhar estrangeiro enxergava o país).

Obviamente, por tratar do país como um todo e não apenas da história paulista, além de oferecer obras que atravessam um arco temporal maior, resulta que a BHB traz um universo expandido, enquanto a coleção paulista tenta explicar o todo pela parte. Ou seja, na leitura conjunta de seus títulos, há uma indução para que se interpretem aspectos como a definição do território a partir da ação das bandeiras. Que elas tenham tido sua importância nesse quesito é inegável, mas a

²³⁸ HALLEWELL, Op. citada, pág. 177

²³⁹ Idem, idem, pág. 246

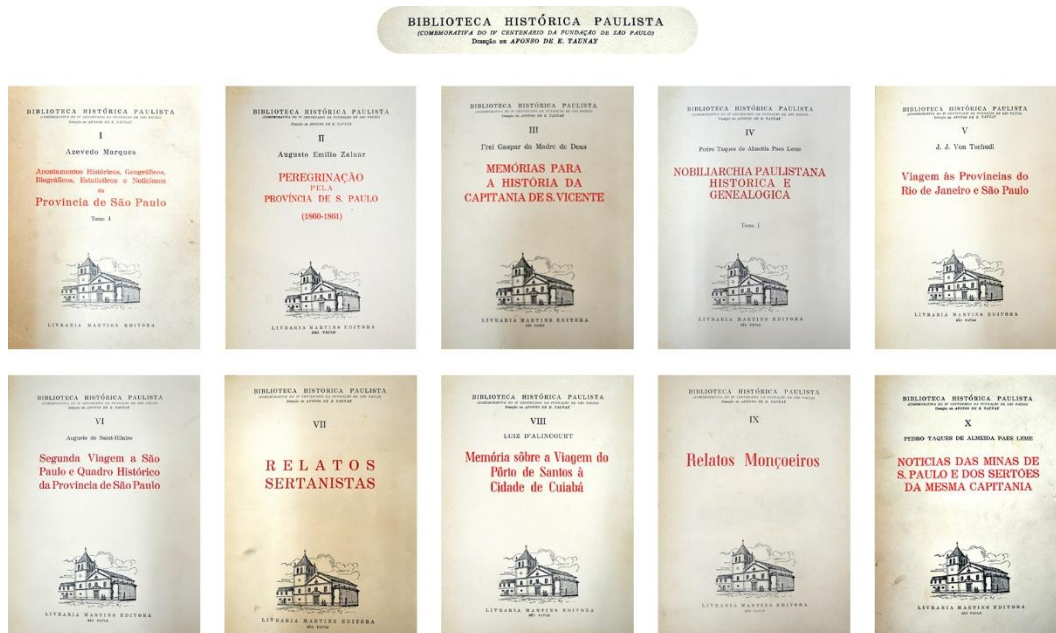
²⁴⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio. **Obra dispersa**. Introdução, seleção e notas: Bernardo de Mendonça. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, s/data.

complexidade de outras questões históricas, como as disputas territoriais do Nordeste sob o jugo holandês, acaba subsumida por essa onipresença do olhar paulista.

Outro aspecto relevante é o papel de Taunay. Até por sua proximidade com os temas e por suas pesquisas anteriores, ele efetivamente era quem detinha mais conhecimentos sobre o que se havia produzido até ali em termos de história paulista. Mas, ao contrário do que fez Borba de Moraes na BHB, o diretor da coleção paulista foi excessivamente centralizador. Isso não permitiu que outras perspectivas analíticas se apresentassem, o que certamente enriqueceria a coleção. Basta pensar, por exemplo, numa participação de Sérgio Buarque de Holanda que fosse além da simples cessão de umas poucas imagens.

Em termos de retorno do investimento, a BHP foi beneficiada pela compra antecipada de exemplares pelo governo do estado, para distribuição em bibliotecas e escolas públicas. A repercussão da coleção, entretanto, não atingiu os mesmos patamares de sua antecessora. Até porque, além de não ser uma novidade como a anterior, concorreu com uma enorme quantidade de produtos de natureza diversa sobre o IV Centenário. Até mesmo livros...

3.4 Aspectos gráficos



Do ponto de vista de sua análise material, a Biblioteca Histórica Paulista é bastante uniforme. Dos volumes analisados, todos eles da edição de luxo, apenas o IX (*Relatos monçoeiros*) tem uma diminuição do corpo da letra utilizado, mas o faz de maneira uniforme em toda a sua extensão.

As capas seguem padrão similar ao da BHB. Encimando a página, em caixa alta, o título da coleção, apenas com o acréscimo de uma novidade em relação à anterior, entre este o nome do diretor da coleção: em corpo menor, em itálico e entre parêntesis, porém com todo o texto em caixa alta, entra a frase (*COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO*). A exceção fica por conta dos critérios utilizados para os títulos de capa de cada volume. Como os tamanhos variam muito, do muito extenso no primeiro volume aos mais enxutos dos dois relatos, acabam ocupando de uma a quatro linhas, ora com caixa alta, ora com caixa alta e baixa, por vezes com o espaço entre letras bem aberto para deixar alinhadas as duas linhas do título (*Relatos sertanistas*), por vezes condensado em uma linha (*Relatos monçoeiros*). As variações de padrão nas capas podem se dever a limitações tipográficas, como uma fonte que não estava disponível no fechamento de um volume, por exemplo. Mas indicam, sobretudo, que essas decisões foram sendo tomadas volume a volume. O ponto de partida era a coleção anterior, a BHB, mas nem sempre foi possível, lá como cá, seguir um padrão totalmente uniforme. Prováveis vicissitudes do universo gráfico de então, seja em função de suas fontes materiais ou de decisões pessoais arbitrárias.

Outro aspecto que chama a atenção é a presença, em todos os volumes, de uma página inicial com uma bandeira em um estandarte que remete ao universo dos bandeirantes. Em conjunto, logo abaixo, a imagem de um casario que remete ao Pátio do Colégio, local de fundação de São Paulo e a frase “Contribuição da Livraria Editora Martins às Comemorações do IV Centenário de Fundação de São Paulo”.

Logo após as páginas de abertura do volume, com informações sobre papel, números da tiragem especial, a frase do Visconde de São Leopoldo entra como epígrafe. Em seguida, no volume inicial, a “Nota do editor em 1952” em que Martins menciona o expressivo investimento feito pela editora e agradece a Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista e a Francisco Pati, diretor do Departamento Municipal de Cultura pelo auxílio na obtenção de material iconográfico.

A presença rarefeita de imagens e ilustrações aliada às grandes massas textuais tornam a coleção bem mais árida e menos convidativa à leitura do que se viu na Biblioteca Histórica Brasileira. As poucas ilustrações muitas vezes remetem às obras publicadas anteriormente, como as de Rugendas alocadas no volume da *Memória sobre a viagem ao Porto de Santos e à cidade de Cuiabá*, que mostram os “habitantes de Goiás” e o “pouso de uma tropa”.

O volume III, de Frei Gaspar, se distingue pela presença de um mapa colorido de “Sam Vicente”, mostrando as águas que cercam a localidade. Um pouco mais adiante, aparece também a página de rosto da edição portuguesa de 1797.

3.5 Os símbolos das comemorações

A Biblioteca Histórica Paulista dialoga com “os três empreendimentos artísticos de caráter monumental”²⁴¹ construídos com vistas às comemorações: o Monumento às Bandeiras, o Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 e os pavilhões para as exposições dos 400 anos. Tudo isso girava em torno do Parque Ibirapuera, área de expansão da cidade que lhe dava ares modernos com as linhas de suas edificações projetadas por Oscar Niemayer (como de resto, a espiral escolhida como símbolo dos festejos). O Monumento às Bandeiras e o Obelisco (a homenagem aos soldados do movimento constitucionalista) evocavam a história de São Paulo, reservando ao parque a projeção da cidade nova e sua modernidade.

O prédio da Oca, que reproduz o formato de uma moradia indígena, foi destinado à Exposição de História de São Paulo no Quadro de História do Brasil, sob responsabilidade do historiador português Jaime Cortesão. Distribuída em nove seções, a exposição foi articulada a partir de material cartográfico levantado por Cortesão no Brasil e em Portugal. Considerados “a maior revelação da exposição”, segundo os organizadores, foram “os 30 mapas inéditos de Bandeirantes e sertanistas encontrados”. Entre esses, destacou-se o Mapa geral da região das monções de São Paulo a Cuiabá, atribuído a um bandeirante em data próxima a 1720, com “um traçado rudimentar, mas revelando extraordinárias qualidades de orientação e expressão cartográfica”²⁴².

Naquele momento, havia pouca chance de a visão dos historiadores paulistas mais voltados às bandeiras e à ocupação nacional ser contraditada de forma mais veemente. Além de Taunay e Cortesão, outros nomes locais de mais expressão eram Alfredo Ellis Jr., que por décadas esteve à frente da Cátedra de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, por onde também passaram Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. Este último, porém, já em 1952 fez publicar uma série de artigos em que se opunha à visão de Cortesão

²⁴¹ RIBEIRO, David William Aparecido. “Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a ‘história bandeirante’”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: nova série, vol. 26, 2018, págs. 1-65 e23. Disponível em <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/q5k4mYkCMcb6T8rxBhWYmtF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18.2.2026

²⁴² Idem, idem, pág. 37

sobre a mitologia da Ilha Brasil²⁴³ e sua influência no imaginário dos colonizadores lusitanos. Pouco tempo depois, em 1958, ele voltaria a frisar a improbabilidade da ideia defendida pelo historiador português na tese que apresentou em concurso para a cátedra de Civilização Brasileira na USP e que resultou no livro *Visão do paraíso*. Com o tempo e a publicação de novos trabalhos, alguns deles coligindo e reescrevendo textos em que já estudara as bandeiras, como aqueles de *Monções* (1945)²⁴⁴, ele abriu caminho para que a historiografia dessacralizasse a visão dos bandeirantes, caminho assumido mais tarde, entre outros, por historiadores como John Manuel Monteiro, autor de *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, escrito já nos anos 1990.

3.6 Presença da Martins na I Feira Internacional de São Paulo

Além da exposição realizada durante as comemorações sob a curadoria de Jaime Cortesão, também foi organizada naquele mesmo ano de 1934 uma grande feira destinada a mostrar a riqueza das produções paulistas ou, numa visão mais pragmática, para gerar negócios de toda ordem. Seguindo o modelo de vitrines das feiras internacionais, principalmente a de Nova York de 1939, a I Feira Internacional de São Paulo anunciava a cidade como a “meca do mundo” naquele momento. Momento propício para representantes dos setores primário, secundário e terciário mostrarem sua produção e potencialidades.

“A feira seria um grande mercado da indústria, do comércio, da agricultura, das nações e dos estados instalados nos pavilhões, se apresentando como grande oportunidade para o desenvolvimento econômico local ao buscar atrair capital estrangeiro”²⁴⁵, era o que propalava seu material publicitário.

Ainda que de forma indireta, a Martins também foi agente participante. Ajudou na montagem do estande da Companhia Antarctica Paulista. José de Barros Martins deu várias sugestões a Walter Belian, presidente da fabricante de bebidas, com quem mantinha relação próxima, além de editar uma obra comemorativa para distribuição ao público. O livro era uma homenagem à

²⁴³ “A crença numa geografia fantástica na qual “as nascentes do[s rios da] Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago [no] interior [do continente americano]”, como descreve KANTOR APUD SCHNEIDER e MARTINS, op. citada, pág. 18.

²⁴⁴ Em texto publicado neste livro e depois reproduzido em *Caminhos e fronteiras* (1957), Buarque de Holanda coloca em dúvida a importância a centralidade da navegação no Tietê para as incursões no território e posterior delimitação das fronteiras à oeste do Brasil. “A permanência de caminhos numerosos que da vila de São Paulo conduziam, ora às minas gerais, ora ao sul, onde se estabeleceriam as primeiras reduções de guaranis, parece ter fixado, muito mais do que o rio Tietê, as direções iniciais da expansão bandeirante. O valor dos rios estava, aparentemente, menos em servirem de vias de comunicação do que de meios de orientação”. Holanda, S.B. *Índios e mamalucos, I – Veredas de pé posto*. In: **Caminhos e fronteiras**, 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pág. 40

²⁴⁵ RIBEIRO, D.W.A., Op. citada, pág. 10

São Paulo republicana, de forma a coincidir com o período em que a companhia instalara sua primeira fábrica na capital, em 1891.

Impresso em papel com gramatura alta, de boa qualidade, os livros foram editados em dois formatos, vertical e horizontal. O vertical seguia o tamanho dos livros de luxo da Biblioteca Histórica Brasileira, com 23 x 32cm, e 100 páginas, tudo em quatro cores. Sob o título *Nasce uma metrópole*, acrescido na página interna do subtítulo *A evolução de São Paulo no período republicano*, o volume traz ilustrações coloridas de lugares da cidade a cada página dupla, acompanhadas da história do local retratado, seguindo uma cronologia que narra momentos fundadores ou quando ocorreram fatos relevantes ligados a largos, praças, ruas e parques, ligados a modificações do espaço urbano da agora metrópole. Logo na página de abertura, a mesma imagem com bandeira e casario presente na BHP, porém aqui em vermelho e com o nome da Livraria Martins no texto comemorativo substituído pelo da Companhia Antarctica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos.

Ao falar sobre a rua Direita, por exemplo, o livro evoca o ato da Campanha Civilista, liderada por Rui Barbosa, quando este esteve na cidade em dezembro de 1909 para o lançamento de sua plataforma política. Ao fazer menção aos primeiros parques de São Paulo, remontando à inauguração, em 1825, do “Jardim Botânico da Luz”, aproveita-se o gancho para falar sobre o Parque Antarctica, situado dentro da área comprada pela empresa e aberta ao público na primeira década do século passado, ressaltando as atrações para a diversão da população que se ofereciam ali.

Escrito por Paulo Camilhier Florençano²⁴⁶, professor natural de Taubaté, o livro traz uma preocupação histórica em primeiro plano e trabalha com sutileza o objetivo de propagandear a trajetória da Antarctica. Traz as fotos dos dois fundadores, Antônio Zerrenner e Adam Ditrik von Bülow, mas não toca nos litígios posteriores à morte de ambos. O nome da companhia e de alguns de seus produtos aparece em algumas das ilustrações dos locais sobre os quais o texto discorre, mas não nega a presença de outros pontos históricos, como os cafês Java (largo da Misericórdia) e o Brandão (na rua São Bento, em frente ao edifício Martinelli). Apenas no final da publicação vêm as páginas que mostram o processo da fabricação de cerveja e uma ilustração com todos os produtos da companhia. As “estampas originais” que acompanham os

²⁴⁶ Jornalista e professor, nascido em Taubaté, onde hoje dá nome ao Museu Histórico da cidade. Foi responsável pela restauração da Casa do Tropeiro, nas imediações do Museu Paulista e pela organização da Casa do Bandeirante, no Butantã. Disponível em https://academiataubateanadeletras.com.br/m/cadeira_n_14_-_patrono_paulo_camilhier_florenano--739. Acesso em 19.2.2026

textos são de autoria de Diógenes Duarte Paes²⁴⁷ e Pedro Alzaga²⁴⁸. Resumindo: uma ação publicitária que buscava uma inserção discreta da marca promotora, deixando o primeiro plano para a cidade, motivação principal da ação da efeméride que gerou a oportunidade.

Outras várias obras sobre São Paulo foram publicadas pela Martins na década do IV Centenário, de caráter variado. Houve títulos sobre a história da cidade, obras poéticas que a reverenciavam, livros informativos sobre os municípios paulistas, enfim, um pouco de tudo. São Paulo estava em alta, era preciso explorar o tema.

Outros “livros paulistas” da Livraria Martins Editora nos anos 1950			
Título	Autor	Gênero	Ano de lançamento
Livro dos municípios do Estado de S.Paulo	Obra de referência	História	1951
Visão de quatro séculos	Jorge Carneiro	Romance	1954
A evolução industrial de São Paulo	Heitor Ferreira Lima	Economia/hist.	1954
Pro Brasília Fiant Exímia	Alexandre Marcondes Filho	Discurso histórico	1954
Álbum de família	José de Barros Martins	História	1954
Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932	Euclides de Figueiredo	História	1954
Nasce uma metrópole	Livraria Martins	Publicidade	1954
Homens de São Paulo	Vários	Perfis biográficos	1955
Tradições e reminiscências paulistanas	Afonso de Freitas	Memória/história	1955
Ode a São Paulo	Luiz Ferreira	Poesia	1955
Na capitania de São Vicente	Washington Luís	História	1956
Informações sobre São Paulo no século de sua fundação	Edith Porchat Rodrigues	História	1956
Raiz Amarga	Maria de Lourdes Teixeira	Romance	1960

Uma delas foi organizada pelo próprio José de Barros Martins em homenagem ao movimento constitucionalista de 1932, o *Álbum de família*. A família em questão, escreve Martins, é a família paulista. Rodada em julho de 1954, a publicação, apesar de o editor dizer em sua abertura que “este livro não pretende ser uma memória gráfica da Revolução de 1932”, cumpre bem a função de mostrar as imagens que documentaram o movimento, trazendo símbolos variados daqueles dias para conhecimento público. O material recolhido é expressivo, com

²⁴⁷ Pintor, cenógrafo e caricaturista, autor da bandeira de Jundiá. Informações de Jundpedia, disponíveis em <https://jundpedia.com.br/paes-diogenes-duarte/>. Acesso em 19.2.2026

²⁴⁸ Artista e professor uruguaio radicado no Brasil, conhecido por retratar Rosário de Ouro Preto, obra com as mesmas características das ilustrações do livro.

selos, bônus emitidos pelo tesouro de São Paulo, mapas (incluindo o mapa pitoresco desenhado por José Wasth Rodrigues), revistas, cartas militares, caricaturas, cartazes, jornais, dísticos de guerra, fotos e cédulas “estampadas nas suas cores naturais e, quando possível, em tamanho natural”. Mais uma vez, é usada a marca da contribuição da Martins no início do volume (bandeira e casario). O formato repete o livro publicitário feito para a Antartica e a BHP, variando apenas o número de páginas (90).

Uma convocatória reimpressa na publicação rememora a campanha e seu intuito de mexer com os brios da população para que não se omita da luta: “ninguém tem o direito de enxovalhar o nome que há de passar a outros. Quem não estiver pronto para lutar, suicide-se, que é melhor morrer assim do que morrer moralmente”. Em outra página, uma alegoria pintada a óleo por Oscar Pereira da Silva²⁴⁹, evoca *A liberdade guiando o povo* (1930), de Eugène Delacroix, em que comemora a derrubada de Carlos X naquele ano, numa clara associação aos princípios republicanos e de liberdade professados na França. Na versão paulista, “Ouro para o bem do povo”, tal qual no original, a mulher que representa a liberdade aparece de seios desnudos e empunhando a bandeira, que mistura símbolos nacionais e paulistas, com listas e o mapa do Brasil em um destaque no canto da parte posterior.



²⁴⁹ Pintor, decorador, desenhista e professor. Suas obras de maior destaque são três murais decorativos para o Teatro Municipal de São Paulo (O teatro na Grécia antiga; A dança; A música) e pinturas para a igreja de Santa Cecília. OSCAR Pereira da Silva. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3441-oscar-pereira-da-silva>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2026. Verbete da Enciclopédia.



Naquele mesmo mês de julho, José de Barros Martins participou das solenidades relativas ao aniversário da Revolução Constitucionalista, em 9 de julho, sendo, ao lado de Goffredo da Silva Telles (ex-prefeito), Luciano Nogueira Filho (membro da Assembleia Legislativa e Laurindo Dias Minhoto Júnior (representante dos batalhões de voluntários), um dos portadores da urna com os despojos de Paulo Virgínio, “o obscuro cabloco cunhense, morto por se recusar a trair as tropas da lei”, como definiu *O Estado de S.Paulo*. Barros Martins foi identificado como “divulgador da Revolução Constitucionalista”²⁵⁰. Os despojos de Virgínio e de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo foram levados ao mausoléu do Soldado Constitucionalista na ocasião.

Outro título laudatório sobre a história paulista lançado em 1955, com autoria dividida entre vários nomes de peso, foi *Homens de São Paulo*. Na obra, Antônio Raposo Tavares, tem seu perfil biográfico escrito por Aureliano Leite; Bartolomeu de Gusmão, por Afonso d’E. Taunay; José Bonifácio, por Fernando Gois; Diogo Antônio Feijó, por Victor de Azevedo; Antônio Prado, por Rubens do Amaral; Prudente de Moraes, por Candido Mota Filho; Julio de Mesquita, por Maurício Goulart; Oswaldo Cruz, por Flaminio Favero; Monteiro Lobato, por Edgard Cavalheiro; Roberto Simonsen, por Heitor Ferreira Lima.

Em texto não assinado na abertura da seção Bibliografia de *O Estado de S.Paulo*²⁵¹, apesar de umas poucas ressalvas que o missivista diz não ser o caso de frisar naquele momento, o tom geral é de elogio entusiasmado e admiração pelas “500 páginas impressas em ótimo papel,

²⁵⁰ *O Estado de S.Paulo*, 9/7/1954, pág. 9; 10/7/1954, pág. 23.

²⁵¹ *O Estado de São Paulo*, 13/2/1955, pág. 11

contribuição da conhecida empresa para maior brilho das comemorações do IV Centenário da cidade”, dedicadas às figuras da história paulista. A exaltação começa com a figura de um dos primeiros bandeirantes, saudado com eloquência, “numa homenagem ao bandeirismo irresistível que venceu a linha de Tordesilhas, o sr. Aureliano Leite fez projetar o vulto inconfundível de Antonio Raposo Tavares, revivendo na sua epopeia, que ampliaria os limites do Brasil”.

O vínculo do grupo *O Estado* com a Livraria Martins foi reafirmado na obra, que reservou 150 páginas para o perfil de Julio Mesquita escrito por Maurício Goulart, jornalista, político, escritor e historiador que começara sua vida profissional no próprio jornal em 1927, ano do falecimento do Mesquita pioneiro do jornalismo. Goulart, que segundo a bibliografia publicada em 1955, fora um exaustivo pesquisador dos arquivos do jornal e da vida do biografado, esteve em várias frentes políticas, nem sempre de mesma orientação. Foi secretário da Legião Revolucionária de São Paulo, pró-Getúlio, ligou-se à Aliança Libertadora Nacional em 1935 e trabalhou em *Diretrizes*, a revista de Samuel Wainer (1941-1942). Mais tarde, em 1949, escreveu e publicou pela Martins *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. O livro ganhou segunda edição no ano seguinte e uma terceira em 1975, pela Alfa-Ômega, esta última com prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

Dois anos antes, a aproximação editorial da Martins com a família Mesquita ficara ainda mais patente com a publicação de *A Europa que eu vi*, ensaios sobre viagem do então diretor do jornal, Julio de Mesquita Filho, ao continente europeu no pós-guerra. A edição dos livros do dono do jornal era sempre uma garantia de veiculação publicitária substantiva: entre junho e novembro de 1953, o olhar do jornalista sobre o velho continente ganhou 89 inserções publicitárias nas páginas de *O Estado*, descrevendo a obra como um “panorama atual, fiel e esclarecido”. No pé da página, o crédito às ilustrações de Darcy Penteado.

No entanto, essa proximidade entre editora e jornal não garantia textos de louvação permanente para as obras comemorativas da Martins. Para desgosto de alguns autores, houve quem fosse alvo de críticas bastante ácidas, em especial de Wilson Martins.

São Paulo! São Paulo! Quantos maus romances se cometem em teu nome. Nenhum, porém, será ao mesmo tempo tão ambicioso e tão decepcionante quanto o do sr. Jorge Carneiro, *A visão dos quatro séculos*. Ele reúne todos os defeitos inerentes ao romance histórico, assinalados recentemente neste rodapé, à insuficiência técnica e estilística, ao desnível entre as possibilidades evidentes do autor e do seu assunto. É um livro cheio de “concubinas em atitudes lascivas”, de heróis com “olhares que inspiram temor e subjugam os ouvintes”, mas igualmente “carregados de cinismo” e

de “gargalhadas que seriam ouvidas até pelas serpentes que habitam o âmago das selvas”.

A essa técnica de dramalhão romântico, repleto de vícios, de almas negras e pecadoras, de olhares sinistros e perfuradores, mas também por amor da simetria, de encarnações da pureza, dos bons costumes e de vozes maviosas, junta-se a intenção didática do sr. Jorge Carneiro, que escreveu o seu romance com notas de rodapé²⁵².

3.7 Investimento em coleções de autores únicos

Ao mesmo tempo que participou ativamente dos festejos do IV Centenário, José de Barros Martins não descuidou de outra de suas meninas dos olhos, os livros literários. Se a literatura brasileira teve espaço privilegiado, a editora contemplou também escritores clássicos, com destaque para franceses e italianos. Assim como os brasileiros Aluísio Azevedo, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Marques Rebelo e Sérgio Milliet ganharam edições em série de suas obras, identificadas como Obras Completas ou Obras de tal ou qual autor, também Guy de Maupassant teve reunidos grande número de contos e novelas, perfazendo 18 volumes editados. E ainda houve a continuidade daqueles que já eram editados desde a década anterior, como o poeta Paulo Bonfim, Mário de Andrade e, obviamente, Jorge Amado. Além de, na virada da década, Graciliano Ramos.

Entre os autores cujas obras entraram para o catálogo da Martins na década de 1950, aquela que de início causou mais alvoroço no mercado foi a do maranhense Aluísio Azevedo. Cerca de um mês após o lançamento do primeiro volume da BHP, dois dos principais jornais paulistas (*O Estado de S.Paulo*²⁵³ e *Folha da Manhã*²⁵⁴) anunciavam, com diferença de cinco dias e em termos quase idênticos, que o editor José de Barros Martins acabara de adquirir os direitos de todas as obras de Aluísio Azevedo, comprados à editora Briguier por quantia próxima a CR\$ 1 milhão²⁵⁵, “talvez a maior quantia até hoje paga numa só operação editorial”. Com alguma probabilidade de que ambos os veículos tivessem recebido cópia da mesma comunicação sobre a compra por parte da editora, ambas grafam de forma igualmente errada o nome da empresa vendedora (Briguet, e não Briguier), chefiada por Ferdinand Briguet.

Ex-funcionário da Garnier, Briguet comprara os direitos sobre a obra de Azevedo, assim como de alguns títulos de Machado de Assis e do romance *Canaã*, de Graça Aranha²⁵⁶. Os direitos

²⁵² *O Estado de S.Paulo*, 10/7/1954, pág. 6, Rodapé do crítico Wilson Martins – A Ficção I

²⁵³ *O Estado de S.Paulo*, 23,12,1952, pág. 9

²⁵⁴ *Folha da Manhã*, 28/12/1952, pág. 3

²⁵⁵ Para efeito de comparação, na edição de 21/12/1952, pág. 32, a seção de classificados de *O Estado de S.Paulo* trazia anúncios de apartamentos de dois e três quartos na Vila Mariana, por CR\$ 260 mil e CR\$ 420 mil, respectivamente. Havia também um “finíssimo palacete”, na rua Maestro Cardim, no Paraíso, 530m² de área construída e quatro quartos, anunciado por CR\$ 1,8 milhão.

²⁵⁶ HALLEWELL, Op. cit. 296

que detinha sobre os livros de Machado de Assis vendeu à editora WM Jackson; de Aluísio Azevedo reimprimiu as Obras Completas uma única vez, entre 1937 e 1941. Na década de 90 do século XIX²⁵⁷, elas haviam sido impressas por Hippolyte Garnier, um dos poucos movimentos no mercado de lançamentos feitos pelo editor francês após a morte de seu irmão mais jovem, Baptiste Louis, que cuidava da Garnier brasileira.

Pela repercussão da notícia, o escritor, cuja obra foi um marco do naturalismo, ainda era um nome bastante respeitado nos círculos intelectuais, apesar de sua deserção da literatura e ingresso na carreira diplomática, no final do século XIX, por avaliar que o público leitor era muito limitado no Brasil. Se a esse prestígio remanescente ainda correspondia equivalente potencial de vendas, não obtivemos informações que corroborassem ou não a hipótese. É provável que alguns títulos mais significativos da produção de Azevedo, principalmente *O mulato*, *O cortiço* e *Casa de Pensão*, tenham se mantido atraentes para o público e sido recomendados para estudantes de história da literatura brasileira.

A partir de 1954, a Livraria Martins editou os 14 volumes de Aluísio Azevedo dotando-os de unidade gráfica e de apresentação de seu conteúdo. Na parte gráfica, as brochuras em tamanho 14x21cm saíram sempre com fundo alaranjado ou variações mais escuras, tom similar ao utilizado na impressão das imagens e boxes de miolo presentes nas páginas de abertura. O desenho das capas, concebidas por Clóvis Graciano, seguiu sempre o padrão de trazer uma imagem central, valorizando um tracejado moderno, em uma caixa de aproximadamente 5,5x11cm. Nas laterais, grafismo com composição de linhas retas e curvas.

Assim como na Biblioteca de Literatura Brasileira, cada um dos exemplares teve uma introdução assinada por nomes expressivos da intelectualidade – escritores, jornalistas, estudiosos – entre eles Lúcia Miguel Pereira (*Uma lágrima de mulher*), Fernando Góes (*O mulato*), Maria de Lourdes Teixeira (*Casa de Pensão*), José Geraldo Vieira (*O Homem*), Sérgio Milliet (*O Cortiço*) e Raimundo de Menezes (*O coruja*).

Os comentaristas não se furtaram a apontar a irregularidade da produção de Azevedo, autor que durante seus primeiros anos de carreira, viveu de fazer caricaturas e escrever e traduzir folhetins. Seu primeiro livro, *Uma lágrima de mulher*, era drama romântico exagerado. Autor da crítica sobre seu sétimo livro, *O homem* (1887), José Geraldo Vieira tenta enquadrar sua importância. Apesar de descrevê-lo como obra “trôpega”, de “marcha claudicante”, teria tido o

²⁵⁷ Idem, idem, págs. 278-279

mérito de determinar “na dialética do naturalismo brasileiro uma variante, a cientificista, de análise, demora e vinco em certas áreas de enredos, exercendo uma experiência nova”.

Se a opção pela compra dos direitos sobre a obra de Aluísio Azevedo parecia ser não apenas uma aposta econômica, mas sobretudo de prestígio para a editora e na sua identificação para o público como uma companhia que valorizava a literatura brasileira, a opção pelos modernistas foi um atestado da adesão de Martins aos valores de sua época. Ainda que autores com Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia e Sérgio Milliet, para não falar do próprio Mário de Andrade, tivessem diferenças importantes em suas obras, visões e comportamentos, eram, todos eles, frutos de um mesmo momento histórico. E, ao tê-los todos em seu selo, a Livraria Martins proporcionava a eles a aclimação editorial comum que não tiveram nos anos 1920 ou 1930. Era a história do modernismo, sobretudo a história do modernismo paulista, vivendo sob o mesmo teto.

Entre estes modernistas, Barros Martins teve relação bastante próxima com Mário de Andrade e Sérgio Milliet e, de alguma forma, também com Guilherme de Almeida, com quem conviveu bastante, como editor e no âmbito social. Mas com certos interditos, como ele descreve:

Tenho a impressão de que uma amizade fraterna com Guilherme seria muito difícil, porque ele era um homem difícil. Era um brilhante *causeur* [orador], de uma educação admirável, de uma tradição familiar perfeita, mas se você o tocasse ele seria [se transformaria em seu] inimigo velado. Ele não diria nunca na sua cara, então tinha coisas que, mesmo com a amizade que tinha com ele, eu evitar tocar²⁵⁸.

O depoimento sobre o poeta como homem de trato difícil vem ao encontro de outros, particularmente do mundo da tipografia, pois Guilherme de Almeida era excessivamente crítico e fazia questão de participar da escolha de tipologia e cores para a capa de seus livros e opinava na de outros escritores. A capa da primeira edição de *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade, com os retângulos coloridos em torno da tarja com o título, é atribuída a ele.

Guilherme foi levado ao encontro de Barros Martins por seu irmão Tácito, figura ativa no grupo dos modernistas desde a Semana de 22 e amigo do editor. Sua primeira obra pela Martins foi *Cartas do meu amor*, que mereceu uma edição de luxo, em cores, com desenhos de Noemia e a veiculação de publicidade sobre o lançamento em nove edições de *O Estado de S.Paulo*, entre novembro e dezembro²⁵⁹ de 1941, quando chegou às livrarias. “Grande e luxuosa edição com tiragem à parte, fora do comércio, de exemplares numerados”, dizia a inserção feita pela editora.

²⁵⁸ Depoimento de José de Barros Martins a funcionários da Casa Guilherme de Almeida, concedido em 24 de agosto de 1990.

²⁵⁹ Entre 1/11 e 17/12 de 1941

Em 1944, traduziu *Paralelamente a Paul Verlaine* em outra edição de luxo, com desenhos de Dorca, tiragem numerada de 2 mil exemplares e 150 em papel especial (*vergé*). A reunião de toda a sua poesia, porém, só aconteceu em 1953, após a falência de outra editora, que lhe prometera uma “edição para bibliófilos”. Martins tentou compensá-lo de formas diversas, seja na edição de sua obra ou no exaustivo de trabalho para dar-lhe visibilidade. Daí em diante, Guilherme foi objeto de atenção constante da editora, inclusive com a campanha para sua eleição como príncipe dos poetas no final desta mesma década²⁶⁰.

José de Barros Martins o considerava não só um excelente poeta, de cuja obra destacava *Messidor*²⁶¹, livro que relançou em 1959, mas também “o melhor tradutor de poesia que o Brasil já teve”. “Ele não traduzia Baudelaire, Paul Verlaine, ele o escrevia em língua portuguesa”. O editor não escondia também a admiração pela altivez de sua postura ante os ideais paulistas²⁶² e o valor da própria obra. “Ele não quis ser rico. Não quis mercadejar o gênio literário dele”.

Dois anos antes da própria morte, Barros Martins olhava para o passado com certa nostalgia, observando mudanças de hábitos sob vários aspectos, como a linguagem cotidiana, o vestir-se e a leitura, em especial da poesia. Relatou então que nos anos áureos da Martins era habitual que ele e seus pares fizessem edições luxuosas, com encadernação em couro e que não sobrassem exemplares. Contou promover jantares com 180 talheres pagando do seu bolso.

O editor fazia autores que não vendiam, mas [fazia] para dar prestígio à casa. Ser editor do Oswald era prestígio, como ser editor do Antonio Candido, um moço que eu estava lançando. Ser editor do Mário de Andrade dava prestígio. Não era para ganhar dinheiro. Ganhava dinheiro com Jorge Amado, com aquelas antologias do conto brasileiro, do conto moderno, isso é que vendia. Poesia mesmo não existe [mais]. Qual é o poeta? O último poeta que existiu no Brasil foi Carlos Drummond de Andrade. O outro foi o Menotti. (...) E não se fala mais no Menotti, e o Menotti era autor do *Juca Mulato*!²⁶³

Menotti del Picchia teve suas obras reunidas pela Martins em 14 livros entre 1956 e o final da década. O primeiro volume trouxe dois de seus romances, *Dente de ouro* (1923) e *O crime daquela noite* (1924), sucedidos no ano seguinte por um volume que reuniu as poesias de *Juca mulato*, *Máscaras*, *A angústia de D. João* e *O amor de Dulcineia*, escritas entre 1917 e 1926. Depois destes, a editora lançou outras nove obras em prosa e três de poesia, sendo uma delas com a produção poética de 1907 a 1946, ou seja, reunindo o que compusera já aos 15 anos de

²⁶⁰ Ver capítulo 2 desta tese

²⁶¹ Livro cuja primeira edição é de 1919, reunindo os poemas “Nós”, “A dança das horas” e “Suave colheita”, lançada pela Casa Editora “O livro”.

²⁶² Em seu depoimento, Barros Martins comenta houve uma fase, após 1932, em que se comentava que o poeta era separatista. “Deve ser verdade, eu também era, todos nós éramos”.

²⁶³ Depoimento de José de Barros Martins, já mencionado.

idade. Mais tarde, também foram lançados dois livros de memórias do autor (*A longa viagem*, 1ª e 2ª etapas), em 1970 e 1972.

A obra de Menotti, apesar de ganhar todos esses títulos, não teve o mesmo destaque de Guilherme de Almeida ou Sérgio Milliet, pelo que indica a carência de registros nos jornais. Menotti, apesar do respeito devotado por Barros Martins, era visto pelos modernistas de primeira hora como aquele “que tinha a formação básica mais precária, justamente se comparado com Mário e Oswald de Andrade”²⁶⁴. Originário de uma família de imigrantes italianos, não dominava o francês, como era praxe e fator distintivo entre a elite intelectual da época. Apesar de ter sido um grande divulgador das obras dos modernistas por meio de suas crônicas no *Correio Paulistano* teve uma produção irregular, associada a gêneros diversos e conflitantes – tais como neoclassicismo, parnasianismo, romantismo, simbolismo e modernismo.

Já de Sérgio Milliet, cuja obra desde sempre foi bem mais diversificada e refinada, envolvendo crítica, poesia, reflexão intelectual, organização de obras e traduções, foram publicados no período quatro volumes de seu *Diário Crítico* (7º, 8º, 9º e 10º), cobrindo sua produção relativa a literatura e artes entre 1949 e 1955. Também na primeira metade da década traduziu as quase 1.400 páginas dos quatro volumes da *História da Arte* do historiador californiano Sheldon Cheney.

O permanente exercício crítico e do ofício de tradutor não o fez deixar de lado a produção poética. Em 1953, lançou *Quinze poemas*, visto pela coluna Bibliografia de *O Estado de S. Paulo*²⁶⁵, em texto não assinado, como um autor que, apesar de lírico, mostrava uma busca por vocábulos precisos e transparentes para expressar estados de alma, o que fazia lembrar Rimbaud e Apollinaire.

No final, o texto sublinha o anticonvencionalismo do autor, “o seu horror à concessão de toda e qualquer espécie de vulgaridade e ao mau gosto”. E, como foi recorrente na cobertura literária da imprensa da época, o jornalista faz menção à cuidadosa apresentação gráfica do volume de seu livro pela Martins, “que constitui eloquente testemunho do quanto temos progredido neste setor”.

²⁶⁴ SILVA, Maurício Trindade da. **Mário de Andrade, epicentro – Sociabilidade e correspondência no grupo dos cinco**. São Paulo: Edições Sesc, 2022, pág. 173. Depoimento de Rubens Borba do Amaral a Aracy Amaral, em 1968.

²⁶⁵ O Estado de S. Paulo, 8/7/1953, pág. 4

Milliet também publicou, nos anos de 1960 e 1962, dois volumes de memórias, intitulados *De ontem, de hoje, de sempre* 1 e 2.

Apesar de sua desilusão com a produção poética posterior a Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, José de Barros Martins publicou um número considerável de poetas nas décadas em que a Livraria Martins esteve ativa. As obras de poesia praticamente dobraram de uma década para outra, muitas vezes com apostas em autores pouco conhecidos ou com inserção em círculos restritos. Alguns dos poetas mais conhecidos tiveram bom retorno de vendas, se não do conjunto da obra, ao menos de títulos específicos, como *Messidor* (G. Almeida), *Juca mulato* (Menotti), *Luz mediterrânea*, de Raul de Leoni (com tiragens de dois a três mil exemplares durante muitos anos) e os lançamentos do poeta Paulo Bomfim, com razoável saída entre o pessoal do mundo jurídico²⁶⁶, onde o autor circulava. Bomfim foi levado à Martins por Guilherme de Almeida, que prefaciou seu primeiro livro, *Antônio Triste* (1946), ilustrado por Tarsila do Amaral. Ao longo da década de 1950, a editora lançou 11 títulos do poeta, outro que foi muito identificado com a história cultural e política de São Paulo. Lançaria ainda outros cinco nas duas décadas seguintes.

Bomfim talvez não fosse um poeta da mesma estirpe dos maiores nomes, mas sua obra agradava, por exemplo, ao muitas vezes ácido Wilson Martins. Quando saiu a segunda edição de *Transfiguração* (1955), o crítico, apesar de ressaltar que o livro não era homogêneo, reservou um bom juízo não só ao volume, mas à obra do escritor.

o sr. Paulo Bonfim é, de todos os poetas jovens paulistas, o que mais indiscutivelmente possui a linguagem poética. Não há poema seu, mesmo entre os menos estimáveis, que denuncie uma inspiração prosaica. Há prosaísmos aqui e ali, em certos versos isolados, mas o poema, como unidade, nasce de uma inspiração poética e encontra, como é natural, a sua linguagem própria. Eis, por exemplo, o Soneto I, que será, talvez, o mais perfeito do livro:

Venho de longe, trago o pensamento
Banhado em velhos saís e maresias;
Arrasto velas rotas pelo vento
E mastros carregados de agonias.
Provenho desses mares esquecidos
Nos roteiros de há muito abandonados
E trago na retina diluídos
Os misteriosos portos não tocados.

²⁶⁶ Segundo depoimento de José Fernando de Barros Martins

*Retenho dentro da alma, preso à quilha
 Todo um mar de sargaços e de vozes,
 E ainda procuro no horizonte a ilha
 Onde sonham morrer os albatrozes...
 Venho de longe a contornar a esmo
 O cabo das tormentas de mim mesmo²⁶⁷*

A proximidade da Martins com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco também resultou na aposta – ou, quem sabe, na concessão de espaço – para jovens aspirantes à carreira jurídica que cometiam seus poemas. Foi o caso de José Saulo Ramos, que em 1953 lançou *Café, a poesia da terra e da enxada*. Natural de Ribeirão Preto, região tradicional da cafeicultura, Ramos trabalhou com Jânio Quadros e depois foi consultor geral da República e ministro da Justiça no governo de José Sarney.

Outros dois autores saídos das arcadas para lançar livros de estreia foram Carlos de Queiroz Telles e Jorge da Cunha Lima, ambos integrantes da Academia de Letras da São Francisco. Telles, que anos depois seria um dos fundadores do Teatro Oficina, lançou os poemas de *Céu prisioneiro* em 1958. Um ano depois, Cunha Lima, também jornalista e futuro presidente da Fundação Padre Anchieta, teve editado seu *Ensaio geral*, também de poesia.

Entre os autores em que a editora colocou o título de “Obras de” ou “Obras Completas de”, devem-se mencionar outros quatro nomes: Marques Rebelo, Jorge Amado, Josué Montello e Graciliano Ramos. Entre eles, apenas o escritor baiano já estava no catálogo desde a década anterior. Rebelo entrou em acordo para edição de suas obras pela Martins em 1954. Até 1956, tinham saído *Marafa*, cuja primeira edição era de 1935, *A estrela sobe* (1939), *Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida* (1943) e *Cortina de ferro*, este lançado em primeira mão pela Martins, em 1956, com as crônicas de viagem do autor escritas após suas andanças nos países comunistas, quando foi convidado para reuniões do Conselho Mundial da Paz, do II Congresso de Escritores Soviéticos e para visitar a Tchecoslováquia. Em 1959, sairia outro livro de memórias de viagem, *Correio europeu*. Em 1960, a editora reuniu os contos dos dois primeiros livros de Rebelo, *Oscarina* (1931) e *Três caminhos* (1933), acrescentando-os de uma nota de apresentação de Antonio Houaiss e de alguns excertos críticos.

Essa reedição veio na esteira da ótima recepção crítica do romance *O trapicheiro* (1959), primeiro tomo da trilogia *O espelho partido*. Os dois tomos seguintes, *A mudança* (1962), e *A*

²⁶⁷ *O Estado de S.Paulo*, 17/5/1956, pág. 11

guerra está entre nós (1968), também seriam lançados pela Martins. Em meio a tantos livros de autores paulistas ou voltados a São Paulo, a presença de Rebelo corria o universo da editora com tons do Rio de Janeiro, em especial no período da primeira metade do século XX. Em seu perfil biográfico na Academia Brasileira de Letras, o autor é descrito como “o mais apaixonado pintor da vida carioca” surgido após Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis e Lima Barreto. Sua obra remete a um Rio de Janeiro que já desapareceu, pois ele “retratou a cidade nos últimos anos pré-industriais, quando na Tijuca ainda se faziam serenatas, a Lapa estava no auge e casais de namorados passeavam de bonde”²⁶⁸. Em seu rodapé, Wilson Martins não economizou elogios ao primeiro volume da trilogia

O *Espelho Partido* inscreve-se na história do romance brasileiro como uma obra marcante, não só em si mesma, mas, também, pelo que representa na fixação das principais correntes de nossa literatura moderna. Da vida literária para a literatura, a biografia do sr. Marques Rebelo terá sido uma história admirável de escritor. *O Espelho Partido* fica como o seu documento privilegiado²⁶⁹.

A empolgação do crítico de *O Estado* foi reverberada anos depois pelo romancista e “acadêmico” Alberto Mussa, para quem Rebelo consegue, na trilogia, “a espantosa proeza de unir a concisão frasal, a microscopia de Machado de Assis, a um fôlego de Proust, Musil, Tólstoi e Thomas Mann”²⁷⁰. Ainda que o comentário possa aparentar algum exagero, deixa a certeza, ao menos, de que a obra resistiu bem ao tempo.

Já Josué Montello editou seu primeiro livro pela Martins, *A décima noite*, em 1960, cuja primeira edição saíra em 1959, pela José Olympio. Até 1971, quando lançou *Cais da sagração*, teve nove obras com o selo da Livraria Martins, quantidade que significou uma parte quase ínfima de sua extensa produção. Voltaria, depois, ao catálogo da José Olympio.

Outra novidade que a Martins trouxe em 1960 foi a entrada de Graciliano Ramos para o rol de suas publicações. James Amado, irmão de Jorge e casado com uma das filhas de Graciliano, lançou em 1949 *Chamado do mar* pela Martins, livro que ganharia segunda edição no mesmo ano do acerto da família de Graciliano para sair da José Olympio. A família do escritor alagoano, falecido em 1953, reclamava maior atenção de seu editor, que ficou cinco anos sem republicar os livros do escritor alagoano. Entusiasmou-se com a proposta de José de Barros Martins, que prometeu reeditar toda a obra do autor de *Vidas secas*. Com projeto gráfico e ilustrações de capa

²⁶⁸ Academia Brasileira de Letras, biografia Marques Rebelo. Disponível em:

<https://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>. Acesso em 23.2.2026

²⁶⁹ *O Estado de S.Paulo*, 12/3/1960, Suplemento Literário, pág. 2

²⁷⁰ MUSSA, Alberto. O Espelho partido. In: Rascunho: Curitiba, edição 163, novembro de 2013. Disponível em: <https://rascunho.com.br/colunistas/manual-de-garimpo/o-espelho-partido/>. Acesso em 23.2.2026.

assinadas por Clóvis Graciano, responsável também pelas capas de Jorge Amado e Aluísio Azevedo, a coleção ganhou roupagem uniforme. As brochuras de 14x21cm tinham sua área divididas em nove partes, as duas laterais com retângulos mais finos e área central com quadrados cujos lados mediam aproximadamente 7 centímetros. No quadrado central, a ilustração de cada obra; no superior, estourando a área central e ocupando os retângulos laterais, o nome do autor e o título. No central inferior, apenas o nome da editora. Além desse jogo de retas, o quadrado central era circundado por outros, menores, com duas cores em tons sépia intercaladas e uma terceira de fundo, laranja ou amarelo bem claro, cores que variaram de acordo com os livros. A composição sobressaía pela elegância e sobriedade, o que, imagina-se, teria satisfeito ao estilo conciso e depurado de Graciliano. A unidade entre os volumes era imediatamente perceptível.

Em fevereiro de 1960, a Martins anunciou que deveria lançar toda a obra do autor até setembro daquele ano, além de duas obras inéditas (na verdade, reunião em livro de algumas de suas crônicas). A notícia dizia ainda que as tiragens não sairiam com menos do que 10 mil exemplares cada. E o editor dizia que, para cumprir prazo e tiragens, estava modificando sua programação editorial. Curiosamente, na mesma página, a coluna Vida literária, do jornalista Leonardo Arroyo, em nota sobre liberação de livros até então sob censura, o missivista comentava a ciclotimia das proibições e seus motivos. E mencionava o fato de que toda a obra de Graciliano Ramos, além da biografia de Garcia Lorca escrita por Edgard Cavalheiro e *Gabriela, cravo e canela*²⁷¹, de Jorge Amado, lançado dois anos antes, estavam censurados em Portugal. Meses mais tarde, em setembro do mesmo ano, outra notícia dava conta de que seriam lançados brevemente os dois primeiros títulos de Graciliano Ramos pela Martins, *Vidas secas* e *Memórias do cárcere*, este em dois volumes. Os outros títulos acabaram saindo apenas em 1961 e 1962, com exceção de *São Bernardo*, lançado em 1964.

3.8 Jorge Amado em nova chave

A década de 1950 marcou uma mudança importante na obra de Jorge Amado. Exilado após o cancelamento do registro do Partido Comunista em 1947, o escritor viveu em trânsito até 1951, quando obteve permissão para voltar ao Brasil. Nesse tempo, esteve mais a serviço de suas convicções ideológicas do que pensando em literatura. Essa longa pausa sem o exercício diário

²⁷¹ Na verdade, o livro foi censurado em Portugal logo após seu lançamento, em 1958, mas autorizado a circular em janeiro de 1960, desde que fossem “suprimidas expressões”. A circulação de *Subterrâneos da liberdade* havia sido proibida em abril de 1956 pelo então chefe da censura português, Pereira de Mello, que reiterava o fato de autor ser conhecido comunista e de o romance ser de “um realismo extraordinário, que roça, por vezes, pela imoralidade”. Ver AGUIAR, Josélia. Jorge Amado, uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018, págs. 447-8.

da escrita, coisa à qual estava acostumado desde muito cedo, o fez “perder a mão”, como lhe alertara anos antes o editor e escritor judeu-americano – e comunista – Michael Gold. Jorge vinha de um período de criação literária rarefeita. Não havia lançado nenhum livro desde *Seara vermelha*, em 1946. Fora deputado por dois anos, depois saíra em viagem “defendendo a causa”. Durante estadia na cidade tcheca de Dobruška, tentou voltar a escrever ficção, mas demorou a achar o veio da criação.

Seu projeto era ambicioso: escrever “um panorama da vida brasileira a partir de 1937 até nossos dias”. Mas reclamava por não conseguir transpor em literatura “o clima de boataria e inquietação que precedeu o golpe de 37 e esse é o meu fim no capítulo. Desespero-me toda vez que recomeço, mas é necessário ter paciência”²⁷², disse em carta à mulher Zélia Gattai. O hiato ainda se prolongou. Enquanto isso, Martins vendia os títulos precedentes.

O livro começou a ganhar forma e foi se tornando mastodôntico. Dividido em três partes, somou mais de mil páginas. O escritor só conseguiu finalizar a empreitada dois anos após voltar ao Brasil. A primeira parte de *Os subterrâneos da liberdade*, foi lançada em maio de 1954. A editora lançou os outros dois volumes ainda naquele mesmo ano. A recepção no Brasil foi fria. Na obra, Jorge deixou de lado os cenários da Bahia, trocando-os por São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Misturou personagens ficcionais a figuras reais da política brasileira. A percepção geral foi de que o autor havia mergulhado no sectarismo político e enfastiado os possíveis leitores com discursos repisados em três tijolos difíceis de atravessar.

Além do que, seu empenho em rebater as acusações que pesavam sobre Josef Stalin e a criação de um personagem trotskista tratado como traidor, mereceram repulsa dos dissidentes brasileiros do Partidão. O jornalista Hermínio Sacchetta, um trotskista histórico, chamou Jorge de um “típico *homo staliniensis*”, frio, calculista e cínico, despido de decência”. O retorno positivo veio da União Soviética, onde a obra foi aclamada como “o primeiro romance latino-americano escrito conforme o método do realismo socialista”.²⁷³

O elogio não serviu de consolo a Jorge, ainda mais porque depois de voltar ao Brasil, começou, ao que parece, a acreditar nas denúncias contra o regime soviético. Desiludiu-se com a literatura militante e o insucesso do livro. Porém, a obra caudalosa fez com que recuperasse o traquejo para a escrita que havia perdido. Começou a pensar o próximo livro tendo como referência suas vivências de adolescência no sul da Bahia. Transpôs cenários para Ilhéus, onde ambientou a

²⁷² AGUIAR, op. citada, págs. 328-329

²⁷³ Idem, idem, págs. 342-344

narrativa, e recuperou uma personagem do livro *São Jorge dos ilhéus*, escrito em 1944 e já lançado pela Martins: Rosa, “a moça alegre de quem pouco se sabia e por quem muitos se apaixonavam”. Mudou o nome da personagem para Gabriela. A escolha foi fruto de um engano. Zélia comentou que a filha de uma amiga a quem havia visitado se chamaria Gabriela. Jorge lembrou de um versinho antigo “cheiro de cravo, cor de canela”²⁷⁴, e descobriu uma rima. A filha da amiga se chamou Sylvia, mas a descoberta estava feita. Voltando à sua juventude e à Bahia, Jorge enveredou pela sensualidade, e pelo universo que sempre esteve presente em sua obra, com prostitutas, cafetinas, malandros, tipos de moral duvidosa. Retomou o humor malicioso e investiu no erotismo e em histórias populares, despidas do proselitismo escancarado de *Os subterrâneos da liberdade*.

Ao receber os originais, é provável que o editor José de Barros Martins não só tenha ficado aliviado pela mudança de rumo literário em relação à obra anterior, como tenha sentido o cheiro de um grande sucesso de vendas. Sugeriu ao autor uma primeira edição de 50 mil exemplares, pois, “como Jorge, só havia Erico [Veríssimo] para bancar esse tamanho de tiragem no país”²⁷⁵. E o próprio autor desenhou uma bem-sucedida estratégia para alavancar as vendas desde a tarde de autógrafos: com Dorival Caymmi, preparou um LP com *Canção de amor à Bahia e quatro acalantos de Gabriela, cravo e canela*. Tarde de autógrafos com gente saindo pelo ladrão (mais de 500 pessoas) e que entrou para o anedotário literário nacional em função da briga de socos entre o ofendido Guilherme de Almeida e Sábato Magaldi, que havia criticado uma peça do poeta.

Martins estava certo: o livro ficou mais de dois anos na lista dos mais vendidos no país. Em abril de 1959, o editor organizou uma recepção, no prédio da rua Rocha para homenagear Jorge Amado no lançamento da sétima edição de *Gabriela, cravo e canela*²⁷⁶. Oito meses depois, em dezembro, registrou-se o lançamento da 12ª edição do livro, “que assim atinge, num recorde no gênero, a tiragem de 102 mil exemplares”²⁷⁷, escrevia o jornalista Rolmes Barbosa (também colaborador da Martins, organizador de coletâneas de contos). No embalo de Jorge Amado, Martins lançou também naquele mês a 4ª edição, aumentada, de *O cancionero da Bahia*, de Dorival Caymmi.

²⁷⁴ Idem, idem, págs. 369-370

²⁷⁵ Idem, idem, págs. 371-372.

²⁷⁶ O Estado de S.Paulo, 1/5/1959, pág. 59.

²⁷⁷ O Estado de S.Paulo, 12/12/1959, Suplemento literário, pág. 4

O escritor baiano, definitivamente, entrava em um novo momento de sua carreira com os ingredientes literários descobertos em *Gabriela, cravo e canela*. Muitos de seus títulos lançados daí em diante, incluindo este, ganhariam futuramente diversas versões em filmes e novelas, aumentando sobremaneira sua popularidade. Para Martins, compensava o fato de ele receber direitos autorais 50% maiores que os outros autores. Suas vendas ajudaram a financiar outros projetos de qualidade da editora.

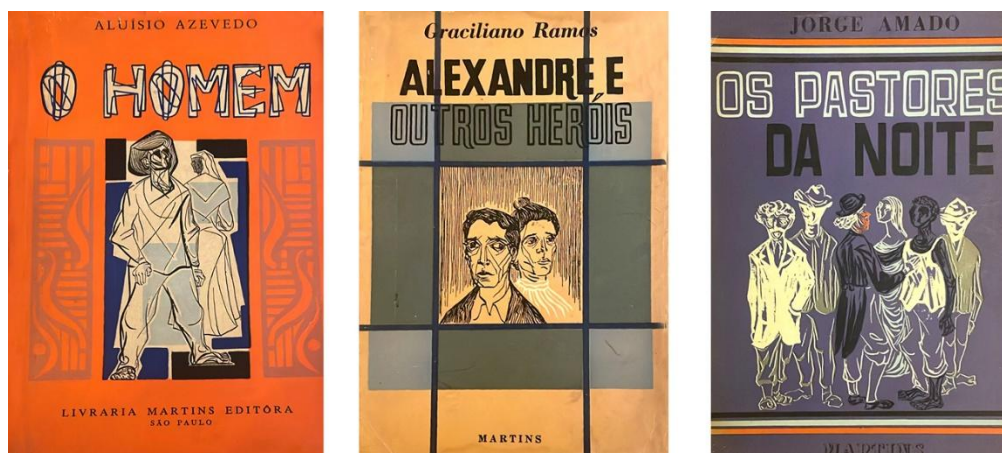
3.9 A importância da presença dos artistas

Fato notório na produção da Livraria Martins foi o apuro gráfico e estético de suas publicações. Muito colaborou para isso a extensa lista de artistas que fizeram capas, ilustrações de miolo e capitulares desenhadas (letra e fundo). Muitos desses colaboradores eram artistas que utilizavam técnicas e suportes bastante variados. Alguns deles foram mais assíduos, como Clóvis Graciano, Darcy Penteado, Wasth Rodrigues e, com frequência um pouco menor, Percy Deane, Tarsila do Amaral, Dorca e Noemia. A obra de Jorge Amado registra uma grande variedade de artistas que ilustraram cada um de seus títulos, por amizade, admiração, identificação política ou mesmo pela projeção que a boa vendagem de seus livros proporcionava. Alguns desses artistas, como Frank Schaeffer, Anna Letycia, Glauco Rodrigues, Iberê Camargo, Carlos Scliar, Goeldi, Floriano Teixeira, Mário Cravo e Renina Katz, salvo engano, ilustraram apenas um livro da Martins cada, todos das Obras de Jorge Amado. Outros artistas, como Anita Malfatti, Aldemir Martins, Maria Leontina, Di Cavalcanti, Gomide e Guinard ilustraram também livros da Biblioteca de Literatura Brasileira.

Assim como Tomás Santa Rosa²⁷⁸ teve seu nome associado à José Olympio, onde operou grande modernização no design dos livros, sobretudo de suas capas, Clóvis Graciano foi quem mais se destacou nas produções da Martins. Provavelmente levado por Jorge Amado quando da edição de *O ABC de Castro Alves* (1941), foi o responsável pelas capas tanto das obras do escritor baiano como daquelas de Aluísio Azevedo e Graciliano Ramos, imprimindo em todas elas uma identidade gráfica com o uso de nanquins, bicos de pena e monotípias. Nas três coleções, Graciano delimita a área do desenho, às vezes sobrepondo, às vezes isolando-a dos outros elementos, sempre geometrizando tanto aqueles externos como os internos da imagem, muitas

²⁷⁸ Para a Martins, Santa Rosa assinou a capa de *Brandão e o mar*, história escrita coletivamente por Aníbal Machado, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz e ilustrou *Casa Velha*, de Machado de Assis, e *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires, ambas da BLB, e *Cacau*, de Jorge Amado, todas as obras lançadas na década de 1940.

vezes usando grafismos em que interagem linhas curvas e retas. Ou utilizando apenas linhas paralelas para delimitar o espaço central da capa.



Sua ida para a editora certamente contou com o aval de Mário de Andrade, que o admirava tanto como artista como por sua postura. Em carta a Portinari no mesmo ano de 1941, Mário escreve sobre uma exposição com desenhos e monotipias de Graciano em São Paulo, e relembra ter sido alertado por ele alguns anos antes sobre o talento do artista que em 1937 aderira ao Grupo Santa Helena. “No quadro a óleo, ainda acho muito irregular o que ele faz, tenho a impressão que ele ainda não se firmou bem nos pés; mas nas monotipias, e principalmente nos desenhos, fortes, vibrantes, já conseguiu muita coisa”²⁷⁹. Dois anos depois, desgostoso com “circunstâncias de intriga e infâmia da Santa Família artística daqui”²⁸⁰, Mário se queixou com Newton Freitas, escritor e adido cultural em diversos países: “Com exceção de uns pouquíssimos, uma Tarsila, um Clóvis Graciano, nosso meio de pintura é infecto, você não imagina”.

Graciano, filiado ao Partido Comunista e com uma grande obra de muralista em que retrata os trabalhadores braçais, circulava bem em muitos círculos. Foi portador, por exemplo, de duas cópias de *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, tendo indicado ao dramaturgo “dois jovens paulistanos empenhados em teatro amador: Décio de Almeida Prado, do ‘Grupo Universitário de Teatro’, e Alfredo Mesquita, do ‘Grupo de Teatro Experimental’”²⁸¹. Décio, então ligado ao

²⁷⁹ FABRIS, Annateresa. **Portinari, amico mio – cartas de Mário de Andrade a Candido Portinari**. Organização, introdução e nota de Annateresa Fabris. Coleção Arte: Ensaios e Documentos; Campinas/SP: Mercado de Letras – Autores Associados/Projeto Portinari, 1995, págs. 91-92.

²⁸⁰ Idem, idem, pág. 34

²⁸¹ CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico, a vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, pág. 161.

teatro de grupos amadores, achou que seria necessária uma montagem profissional para encarar a complexidade da peça, passando o encargo adiante. De Mesquita, não se sabe a resposta.

Se nos anos 1940, os registros apontam, além dos livros de Jorge Amado, algumas outras poucas colaborações de Graciano²⁸², na década seguinte, além das coleções também ilustraria e faria capas para livros do poeta Paulo Bomfim e para o romance *Raiz amarga* (1960), de Maria de Lourdes Teixeira. Nos anos 1960, os últimos registros são das coleções de Graciliano Ramos, Jorge Amado e a capa de *Terreno baldio*, de José Geraldo Vieira.

Em meados dos anos 1970, em meio à ditadura militar, o artista foi parar na Embaixada Brasileira em Paris, onde era “uma espécie de adido cultural” do então embaixador, Delfim Netto. Instalado no subsolo de um palacete, “sua função principal, naquele cargo, era assessorar o embaixador a comprar obras de arte, sendo Delfim Netto um grande colecionador”²⁸³. Muito além dessa missão de circunstância, sua obra figurativista ficou impressa em diversas técnicas, sendo que foi um dos grandes painelistas brasileiros, com obras que retratam o cotidiano dos trabalhadores brasileiros.

Dos homens de artes gráficas que colaboraram com a Livraria Martins, é possível afirmar que José Wasth Rodrigues foi aquele que teve maior proximidade de espírito com José de Barros Martins. Colaborador desde a primeira hora, criador do *ex-libris* do editor, transmutado em logotipo da Martins, além de autor da vinheta de capa da Biblioteca de Literatura Brasileira, Rodrigues identificava-se com Martins por meio de valores, como os do movimento de 1932, gosto pelo registro histórico de hábitos, lugares, mobiliário, brasões, vestimentas militares, armas, tudo isso por ele reproduzido em imagens. Não era um artista com as mesmas linhas arrojadas de Clóvis Graciano, Portinari ou Tarsila, com os quais conviveu, mas de era de grande precisão na pesquisa e reprodução. Com 19 anos, viajou para Paris, com uma bolsa concedida pelo governo do Estado de São Paulo. Por lá ficou até o início da 1ª Guerra. Foi companheiro de estudos e de privações de Amadeo Modigliani, vivendo em Montparnasse. Ao voltar ao Brasil, passou por tempos de penúria, mas foi apadrinhado por Monteiro Lobato, para quem fez a capa de seu primeiro grande sucesso, *Urupês*, em 1917²⁸⁴.

²⁸² Entre elas: ilustrações para *Os escravos*, de Castro Alves, BLB, 1947, e capas de *Praia viva*, de Lygia Fagundes Telles, 1943, *Brás, Bexiga e Barra Funda*, 1944, de Antônio de Alcantara Machado, de *Panorama da Música Popular Brasileira na Belle Époque* (1944), de Ary Vasconcelos e de *Cancioneiro da Bahia*, de Caymmi (1947)

²⁸³ FREIRE D'AGUIAR, Rosa. **Sempre Paris. Crônica de uma cidade, seus escritores e artistas**. São Paulo: Cia das Letras, 2023, págs. 43-45.

²⁸⁴ MARTINS, José de Barros. “Um mestre do documentário - Introdução. In: RODRIGUES, José Wasth. **Tropas paulistas de outrora**. Coleção Paulística, vol. 9. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978

Em 1932, compôs o brasão do estado de São Paulo, a ele incorporando a espada do Apóstolo São Paulo. Desenhou também o mapa nomeado como “a verdadeira carta da Revolução que houve no Estado de São Paulo em 1932”, reproduzido em 1954 no Álbum de Família editado pela Martins²⁸⁵. As ilustrações e capitulares que desenhou para *Salões e damas do Segundo Reinado* (1942), de Wanderlei Pinho foram mencionadas de forma recorrente por José de Barros Martins como um de seus trabalhos mais expressivos. Ilustrou, ainda, os livros *Cartas chilenas* (1944), de Critilo/Tomás Antônio Gonzaga, *História de um rio, o Tietê* (1948), de Mello Nóbrega, e *Vida e morte do Bandeirante* (1943), de Alcântara Machado. Dele, a Martins publicou também, entre 1944 e 1950, os oito volumes de seu *Documentário arquitetônico*, que começara a pesquisar ainda em 1918, só completando anos mais tarde.

No texto de introdução de *Tropas paulistas de outrora*, obra póstuma que trouxe desenhos de Rodrigues e Wladimir Douchkine, volume IX da Coleção Paulística, editada pelo governo do Estado durante a gestão de Paulo Egídio Martins, nos anos 1970, José de Barros Martins dedicou extensa introdução à vida e obra do artista, resumindo um pouco de sua vida com um comentário de Carlos Drummond de Andrade, alguns anos antes de ele morrer, em 1957:

Wasth não ostentava ciência, possuía-a simplesmente. Ninguém o via deitando doutrina em rodas de artistas, críticos ou pesquisadores: consultado, informava e calava-se, com um silêncio astuto de caipira – esse caipira civilizado, que perdurava ainda na sua voz. Diante de falastrões, olhava, no máximo sorria de leve, não contraditava²⁸⁶.

Outro artista múltiplo a compor o time dos colaboradores da Martins foi Darcy Penteado. Gravurista, desenhista, figurinista e cenógrafo, participou em 1949 de uma “exposição revolucionária de desenhos e esculturas em arame, que causou violentas controvérsias. Na I Bienal de São Paulo, foi o segundo colocado do prêmio para cartazes. Sua carreira esteve sempre mais ligada ao teatro, onde ingressou no início da década de 1950 no TBC, Teatro Brasileiro de Comédia, confeccionando as máscaras de *Antígona*, de Sófocles, dirigida por Adolfo Celi. Em 1945, ilustrou *O país do Carnaval*, de Jorge Amado, e, em 1952, as obras *O ermitão de Muquém* e *O garimpeiro*, de Bernardo Guimarães, que saíram em volume único na BLB.

Também foi capista de vários títulos, como as *Obras Primas do Conto Fantástico*, organizadas por Jacob Penteado em 1956, de *A Europa que eu vi*, de Julio de Mesquita Filho (1953) e *A morta e a vida* (1960), volume de contos de Luigi Pirandello. Em 1962, ganhou o Prêmio Jabuti

²⁸⁵ Idem, idem.

²⁸⁶ Idem, idem.

de ilustração pelo livro *Cantos da cabra cega*, de Marcel Aymé²⁸⁷. Seus desenhos a nanquim e bico de pena figuraram não só em capas de livros, mas na publicidade e em revistas de moda. Em 1977, um conto de sua autoria recebeu menção honrosa em concurso da revista *Status*²⁸⁸.

3.10 Reflexão seminal sobre a literatura brasileira

O planejamento editorial, por mais necessário que seja para enfrentar uma indústria em que a lucratividade poucas vezes alcança os dois dígitos, muitas vezes não pode se sobrepor à intuição e a aceitação de certas circunstâncias que provocam desvios de rota no caminho traçado. A casualidade pode estar na gênese da criação de fenômenos impensados ao se fazer determinadas propostas a um autor. Não só pelo impacto de tempos mais longos que o previsto, mas pela chegada a resultados mais relevantes do que os inicialmente imaginados.

Foi o que aconteceu quando José de Barros Martins convidou Mário de Andrade, em 1944, para escrever uma história da literatura brasileira. Como sempre imerso em muitos projetos – entre os quais o lançamento de suas obras completas pela Martins – Mário recusou. Para a empreitada, indicou o então redator de um rodapé literário semanal da *Folha da Manhã* e articulista da já extinta revista *Clima*, cujos jovens membros foram apelidados por Oswald de Andrade de “chato-boys”.

O chato-boy em questão era Antonio Candido, já conhecido de Martins e a quem o editor havia sugerido que publicasse uma seleta de seus artigos na *Folha* em livro, o qual viria a integrar a Coleção Mosaico, de ensaios sobre literatura. Com ela, o rapaz encorparia o currículo para um concurso de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia da USP. Com o título de *Brigada ligeira*, o livro saiu em 1945. Em fevereiro daquele ano, Mário faleceu. Seis ou sete meses depois, Martins convidou Antonio Candido para que elaborasse uma história da literatura brasileira nos moldes em que Albert Thibaudet havia feito sua *História da literatura francesa – De 1789 aos dias de hoje*, escrita “com linguagem simples, sem citações nem aparato bibliográfico”.

A obra do historiador francês havia sido publicada pela Editorial Losada, de Buenos Aires, naquele mesmo ano. Com estilo que primava pela clareza, Thibaudet era um crítico refinado,

²⁸⁷ DARCY Penteado. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/1432-darcy-penteado>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2026.

²⁸⁸ Darcy Penteado. Lenach, Artes e antiguidades. Disponível em <https://lenach.com.br/produtos/darcy-penteado-desenho-em-tecnica-mista-serie-erotica-assinado2/?srsltid=AfmBOoqGCdOCvONlxlpoBa3HILBKqpEW9ebFqrT6YE5WfHy8J7tsP8eg>. Acesso em 24.2.2026

cujas reflexões reverberaram por longo tempo entre seus pares²⁸⁹. A Livraria Martins lançaria o livro do crítico francês no Brasil em 1951.

A ideia de Martins era a de proporcionar aos leitores de vários calibres (iniciantes ou já mais imersos no universo literário) uma obra panorâmica que permitisse navegar pela história das letras nacionais. Para tanto, ofereceu a Candido um valor mensal por dois anos, a fim de que pudesse pesquisar e escrever. “Não me considerava habilitado para a tarefa nem tinha a vontade de assumi-la, mas o atrativo das mensalidades me levou a aceitar, dada a minha situação financeira”.

Mal podia imaginar que estava me atrelando a uma empreitada que levaria mais de doze anos para ser cumprida e redundaria em algo completamente diverso. De fato, tempos depois de começar o trabalho, aceito a contragosto, me apeguei a ele ao imaginá-lo construído segundo outro projeto: investigar como e quando a produção literária do Brasil fora se avolumando e sobretudo se articulando, de maneira a ser atividade orgânica e tornar-se uma das instituições regulares de cultura, não um ralo pipocar de textos, algumas vezes de grande valor. Isso poderia, inclusive, ser uma tentativa de conciliar a dimensão histórico-social com a análise literária, problema que me preocupava²⁹⁰.

O primeiro volume foi entregue apenas em 1956 e o segundo em 1957. Apesar de Candido dizer, muitos anos depois, que o bom senso teria recomendado que o título do livro fosse *Arcádia e Romantismo: momentos decisivos na formação do sistema literário brasileiro*, aceitou a designação de *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)*, mais próxima da ideia inicial de Barros Martins, um pouco como concessão ao paciente editor que o cobrou apenas uma vez em mais de uma década.

A ideia de formação era sedutora e se ajustava à produção dos autores que, nas duas décadas anteriores, haviam se disposto a pensar o Brasil, tendo esse mesmo ponto de partida, mas sob os pontos de vista histórico, sociológico e econômico, a conhecida tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. À produção destes, Candido sucedeu com uma obra que mesclou visão sociológica à análise do fenômeno literário, distinguindo o que seriam “*manifestações literárias*, de *literatura* propriamente dita, considerada um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma

²⁸⁹ Ver SANTIAGO, Silvano. “O efeito de um enxerto – um olhar sobre o apagão das fronteiras entre os gêneros literários”. Curitiba: Rascunho, edição 134, junho de 2011, págs. 12-13. Santiago cita a obra do crítico italiano Alfonso Berardinelli, *Da poesia à prosa* (2007), em que este recorre a Thibaudet para discorrer sobre a questão das tensões entre prosa e poesia na obra de Baudelaire. No artigo, o autor carioca menciona o fato de que o crítico francês fora endeusado na época de André Gide, mas era então desconhecido no meio acadêmico brasileiro. Disponível em https://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Rascunho_site_134.pdf. Acesso em 25.2.2026

²⁹⁰ CANDIDO, Antonio. Um editor paulista (memórias). Revista da Biblioteca Mario de Andrade. São Paulo: Departamento Biblioteca Mário de Andrade. No. 67, págs. 187-191.

fase”²⁹¹. Esses denominadores, ou componentes do sistema, seriam a presença de autores, obras e público leitor. O estudo obteve reconhecimento imediato nos meios acadêmico e intelectual. Candido recebeu o Prêmio Nacional de Erudição (1960), do Instituto Nacional do Livro, e o Jabuti, na categoria História Literária (1959).

Tempos depois, sua definição de sistema causaria celeuma entre os estudiosos de nossa história literária, principalmente por parte dos autores ligados à poesia concreta, para os quais a exigência das três mencionadas características para considerar a inserção de uma obra literária na história sobrepunha aquilo que eles viam como o cerne dessa manifestação, ou seja, a linguagem literária. Como exemplo, o crítico e poeta Haroldo de Campos, cita a obra de Gregório de Mattos, que foi alijada do sistema analítico de Candido, seu ex-orientador.

Estamos, pois, diante de um verdadeiro paradoxo borgiano, já que à ‘questão da origem’ se soma a da identidade ou pseudoidentidade de um autor ‘patronímico’. Um dos maiores poetas brasileiros anteriores à Modernidade, aquele cuja existência é justamente mais fundamental para que possamos coexistir com ela e nos sentirmos legatários de uma tradição viva, parece não ter existido literariamente ‘em perspectiva histórica’²⁹².

Em sua defesa, o autor de *Formação da Literatura Brasileira*, disse, anos depois, que os que lhe censuraram deram mais atenção ao teor do título do que ao do subtítulo restritivo. A contenda prossegue até os tempos atuais, dependente de com que perspectiva analítica se olha o universo literário. Como ela, também a obra permanece viva. Bem mais viva do que Martins imaginou que poderia restar ao fazer seu pedido.

3.11 Outros horizontes editoriais

No catálogo da editora na década de 1950, período que não só sedimentou a proposta da Livraria Martins como a levou mais longe em termos de reconhecimento, é possível ainda detectar outros investimentos editoriais. Um deles diz respeito às romancistas cujas obras se desenvolveram a partir do universo paulista ou paulistano, seja do ponto de vista de suas tramas ou ambientação geográfica.

Dos livros destas autoras, o que mais se destacou foi *Raiz amarga*, de Maria de Lourdes Teixeira, lançado já no final do período, em 1960. A narrativa é ambientada nos tempos da Revolução de 32 por meio de histórias das elites paulistas e construída a partir de diferentes

²⁹¹ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos**. 1º vol. 2ª edição, revista. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964, pág. 25

²⁹² CAMPOS, Haroldo de, APUD CERA VOLO SEREZA. “A literatura como sistema”. In: Revista Fapesp, edição 257, julho 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-literatura-como-sistema/>. Acesso em 25.6.2026

núcleos de personagens. Com idas e vindas no tempo e no espaço, ou vários *intermezzos*, como definiu à época o crítico Alcântara Silveira²⁹³, *Raiz Amarga* foi um grande sucesso. Na lista de 25 de dezembro de 1960 em pesquisa semanal da Rádio Excelsior, ocupava o segundo lugar entre os mais vendidos²⁹⁴. À sua frente, apenas outro título que se transformou em fenômeno de público no Brasil e no exterior: *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. No levantamento, *Gabriela, cravo e canela* ocupava o quarto lugar, dando à Martins dois lugares entre os cinco listados.

Quase um mês depois, em 22 de janeiro²⁹⁵, *Raiz Amarga* chegou ao primeiro lugar. *Missão em Portugal*, de Álvaro Lins, era o segundo; *Quarto de despejo*, o terceiro; *Gabriela*, o quarto. Fechava a lista *O encontro marcado*, de Fernando Sabino. A segunda edição do livro de Teixeira, lançada em 1961, trouxe um texto de Jorge Amado na orelha. Para ele, aquele é “um senhor romance, de importância a mais considerável, talvez o primeiro grande romance de São Paulo”. E mais à frente, justifica a assertiva: “jamais São Paulo havia sido assim tomado em conjunto como tema de um romancista”, enfatizando o caráter de história paulista, a arquitetura narrativa e as personagens femininas construídas pela autora.

Wilson Martins²⁹⁶ dedica extensa análise à escritora, a quem elogia pela boa escrita e criação de uma trama complexa, com múltiplos destinos que se cruzam por meio de personagens variadas “em um mundo coletivo que as ultrapassa e contém”. Mas não deixa de anotar senões, como a artificialidade de diálogos. “Seus personagens declamam, em geral, um papel, e sucumbem com demasiada insistência às alusões literárias e artísticas”. No jogo de forças entre o que valorizar e o que recriminar, acaba por justificar sua função, dizendo que “a crítica é um exercício negativo, como a medicina, incapaz de definir ou mesmo de obter a ‘saúde literária’, mas capaz, pelo menos em teoria, de identificar as irregularidades”.

Filha de fazendeiros do interior paulista, Maria de Lourdes Teixeira nasceu na pequena São Pedro. Começou a escrever cedo e com 13 anos teve um texto seu publicado na revista *Papel e*

²⁹³ *O Estado de S.Paulo*, 25/2/1961, Suplemento Literário, pág. 48

²⁹⁴ *O Estado de S.Paulo*, 25/12/1960, pág. 11

²⁹⁵ *O Estado de S.Paulo*, 22/1/1961, pág. 8

²⁹⁶ *O Estado de S.Paulo*, 25/2/1961, Suplemento Literário, Últimos livros (rodapé) pág. 48. Note-se que tanto a crítica de Alcântara Silveira, um texto em três colunas encimando a página do lado direito, como o comentário de Wilson Martins (que envolvia também análise de outras obras) saíram na mesma página, indicando que *Raiz amarga* era um *best-seller* do momento. Silveira, inclusive, abre sua crítica dizendo: “Sempre evitei escrever a respeito de *best-sellers*, pois há algo ridículo em fazer restrições ou elogios a um livro que atingiu os primeiros lugares nas estatísticas de vendas. Que importância tem a opinião do crítico quando a opinião do público é consagradora?”

tinta, dirigida por Oswald de Andrade e Menotti del Picchia²⁹⁷. Casou-se muito jovem, e o marido a proibiu de escrever, decisão respeitada nos 20 anos que durou o matrimônio. Separou-se e casou novamente em 1949, com o também escritor e tradutor José Geraldo Vieira. A partir de então, voltou às atividades literárias e passou a ter com ele uma fecunda relação intelectual. Viveram alguns anos na Europa, período durante o qual Teixeira foi correspondente de *O Estado de S.Paulo*.

Em 1950, lançou um livro de ensaios – *Alfeu e Aretusa, as apaixonadas de Goethe*, pela Martins. Traduziu o volume sobre Descartes, com textos do filósofo e de Paul Valéry (apresentação), volume da Biblioteca do Pensamento lançado em 1952. Dois anos depois, assinou a introdução de *Girândola de amores*, de Aluísio Azevedo. Logo após *Raiz amarga*, lançou o romance *Rua Augusta*, que lhe valeu o Prêmio Jabuti e no qual novamente envereda pela psicologia de personagens femininas. Ganhou, ainda, um segundo Jabuti, em 1970, pelo romance *Pátio das donzelas* (1969), em que conta a história de cinco jovens, todas moradoras de um edifício no bairro de Higienópolis²⁹⁸. Também em 1969, foi indicada para a Academia Paulista de Letras, a primeira mulher a ter assento na instituição.

Não com a mesma recepção crítica, outra romancista e colaboradora assídua da Livraria Martins foi Lúcia Junqueira, cujo primeiro romance, *Revoada incerta* (1947) foi sucedido por dois títulos editados nos anos 1950: *Frenteira de vidro* (53) e *Cinza e vinho* (55). Nesse meio tempo, em 1952, foi aprovada para fazer o curso de formação de escritores teatrais, na Escola de Arte Dramática de São Paulo, dirigida por Alfredo Mesquita, ao lado de outras duas novas novatas que viriam a ter maior projeção profissional: Lygia Fagundes Telles (também autora da Martins) e Gilda de Mello e Souza. Nos dois romances escritos nessa década, Junqueira investiu em personagens cuja decifração se dava por meio da utilização de conceitos psicanalíticos, ao que parece tolhendo a margem de interpretação do leitor.

Na mesma coluna em que analisou a *Visão dos quatro séculos* (Jorge Carneiro), Wilson Martins não deu avaliação muito melhor para *Frenteira de vidro*:

É romance típico de uma geração de leigos que aprendeu a psicanálise no cinema. O falecido Emil Ludwig tinha no fundo razão, ao escrever um livro incompreensivo e vulgar contra a psicanálise: é que ele se exasperava ao encontrar o seu mecânico de automóveis falando em “complexos” e “recalques”. Depois que o cinema descobriu

²⁹⁷ LEONI, Bruno. “Saiba quem foi Maria de Lourdes Teixeira, 1ª. mulher a ser indicada para a Academia Paulista de Letras”. *Portal G1*, 10/5/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2022/05/10/saiba-quem-foi-maria-de-lourdes-teixeira-1a-mulher-a-ser-indicada-para-a-academia-paulista-de-letras.ghtml>. Acesso em 28.2.2026

²⁹⁸ Idem, idem.

esse veio magnífico e o explorou, seja com a delicadeza e o tato de certas fitas inglesas, seja com o simplismo de outras muitas, inglesas e americanas, não surpreende que o romance brasileiro também se valha de recursos que satisfazem duplamente os leigos: porque explicam tudo com uma facilidade de pasmar e porque se apresentam com o prestígio das razões científicas. Simplesmente, há uma diferença enorme entre a psicanálise, método de terapêutica psicológica dos mais delicados e sutis, e as aplicações grosseiras a que se entregam geralmente “os entendidos”. O defeito maior deste romance é, aliado ao seu didatismo, o processo de tornar extraordinariamente lógicos, graças às noções psicanalíticas, os comportamentos anormais de sua heroína.

Como tradutora, foi o nome mais constante da coleção Escritores Norte-americanos (ENA), pequenos ensaios nos moldes de vida e obra, que a Martins licenciou junto à Universidade de Minnessota, com títulos publicados entre 1963 e 1966. Dessa coleção, Lígia traduziu 13 dos 43 livros, com destaque para as obras sobre *Erza Pound*, biografado por William Van O'Connor, *Arthur Muller* (Robert Goode Hogan) e *Humoristas americanos* (Willard Long Thorpe). Traduziu ainda *O morro voraz*, de Dahpne du Maurier (1944) e foi da equipe de cinco tradutores do *Dicionário Internacional de Biografias*, de Pierre Grimal, lançado em 1969. Já a estreante Edda Martins, vencedora do Prêmio Fábio Prado de 1956, arrancou elogios de Wilson Martins por seu romance *Messias*²⁹⁹. O crítico comparou o que chamou de cenário irreal, fantasmagórico presente na narrativa à atmosfera de *Ao farol* (To the lighthouse), de Virginia Woolf, ou à obra de Emily Brontë. Riqueza de linguagem e anticonvencionalismo foram apontados como grandes virtudes do romance de uma autora que confessou em entrevista ser alheia ao mundo literário do ponto de vista do conhecimento técnico ou histórico. Do mesmo jeito que surgiu como surpresa positiva, desapareceu por completo a seguir. As únicas referências que se encontram a seu nome são justamente ao romance e ao prêmio conquistado.

Uma autora a princípio recusada pela Martins e mais tarde aceita em função do sucesso de seu livro e de sua chegada ao cinema foi Maria Dezzone Pacheco Fernandes. Ela levou seu romance *Sinhá moça* para avaliação em 1950. A editora não quis publicar e o livro foi lançado pela Cutolo, tendo esgotado duas edições em dois anos. Segundo José Fernando de Barros Martins, o marido de Dezzone era diretor do Banco do Estado, ao qual a Cinematográfica Vera Cruz devia quantia considerável, o que ajudou a rodar o longa-metragem baseado no romance. Depois de anunciada a versão cinematográfica, a Martins sinalizou, em dezembro de 1952, que lançaria a terceira edição de *Sinhá Moça* no ano seguinte. A contracapa do livro estampou uma foto de Eliane Lage, que fez a protagonista do filme dirigido por Tom Payne e coestrelado por Anselmo Duarte.

²⁹⁹ *O Estado de S.Paulo*, 24 de março de 1957, pág. 77

O universo feminino também esteve presente nos romances, estes com menor repercussão ou permanência ao longo do tempo, *O pecado de Dionísia* (1951), de Evelina Gramani Gomes, *Terra de Deus* (1957), de Maslowa Gomes Venturi, *A face nua* (1960), de Neyde Bonfiglioli Trusardi (também autora de dois livros de poesia da Martins), *Margem oposta* (1960), de Lasinha Luís Carlos, e *Desvio* (1951), de Silvia Mendes Cajado. Esta última também assina a tradução de *Ilusões perdidas*, de Balzac, na edição lançada em 1960 e apresentada por José Fernando Martins, assim como Maslowa Venturi traduziu *Sargento imortal* (1943), de John Brophy. Por fim, outra autora editada pela Martins, porém em gêneros diferentes, foi a jornalista Helena Silveira, com quem o editor José de Barros manteve convívio bastante próximo, sendo muitas vezes mencionado nas colunas por ela publicadas na Folha de São Paulo, com referência às noites de sociabilidade literária acompanhada de música que o editor promovia em sua casa. Em 1953, Silveira lançou o livro de contos *Mulheres frequentemente*. Em 1957, publicou *Damasco e outros caminhos*.

As memórias ou crônicas de viagem também tiveram espaço destacado na década. Neste primeiro decênio posterior à II Guerra, houve curiosidade de muitos, tanto para conhecer os países comunistas e a “nova sociedade” que representava uma promessa idealizada e com vários simpatizantes. Era uma oportunidade para mostrar as conquistas do regime e fazer ecoar suas vantagens no Ocidente. Assim, muitos autores foram ciceroneados pela União Soviética e Tchecoslováquia, por exemplo, passando temporadas em castelos, como Jorge Amado, ou fazendo imersões por esses países, como Graciliano Ramos e Marques Rebelo. Esses dois últimos publicariam obras dessa experiência, a de Graciliano ganhando o livro só após sua morte, a de Rebelo em 1956. Com um humor ácido, Rebelo relata em *Cortina de Ferro* (1956) as maravilhas que lhe são mostradas, as inesperadas indagações que faz a seus interlocutores, o seu horror pelas óperas que tanto orgulham os anfitriões. E atribui nomes divertidos aos diversos cicerones que o acompanham com fidelidade quase canina em Moscou, a não ser pelo fato de que desaparecem misteriosamente, às vezes pela simples menção de palavras religiosas, intragáveis para Satanov, Belzevov Capetovich e Lúcifer Ilitch Diabonov. Outros desses livros de viagens trazem impressões sobre a Europa do pós-guerra, mostrando ambos os lados do mundo agora dividido em dois grandes blocos. E houve, também, quem fosse satisfazer sua curiosidade no Oriente, também ele objeto de transformações políticas, como Elizabeth O’Shea Atílio Flosi em *China, lótus, bambu* (1959).

Entre os romancistas, um nome que esteve no catálogo da Martins, mas que só faria sucesso posteriormente por outras editoras foi o de José Mauro de Vasconcelos. O seu *Vazante* (1951)

remete a um universo de romance *noir*, linha distinta daquela de *Meu pé de laranja lima* (1968), seu grande sucesso escrito a partir de suas memórias de infância no Rio Grande do Norte. O mundo rural teve grande ressonância em suas obras e o transformou em best-seller internacional.

O olhar histórico e analítico para as artes também teve algum espaço, ainda que reduzido. No entanto, algumas obras foram seminais. *História da arte*, de Sheldon Cheney, em quatro volumes e com tradução de Sérgio Milliet, permitiu uma visão de processo sobre as criações e suas épocas até então pouco disponível para públicos mais ampliados. No cinema, a presença no Brasil de Alberto Cavalcanti, mais importante cineasta brasileiro de vanguarda, da primeira metade do século XX, em termos de repercussão internacional, originou a publicação de *Filme e realidade* (1953). Sua reflexão chegou ao Brasil muito antes das primeiras edições nacionais de *A forma do Filme* e *O sentido do filme*, ambos de Serguei Eisenstein, que só aportaram por aqui na virada das décadas de 1980/1990 pela Zahar Editora, ainda que não se possa comparar o impacto dos textos.

No teatro, o destaque fica para *Apresentação do teatro brasileiro moderno* (1956), do crítico e historiador Décio de Almeida Prado. A partir dos textos publicados em *O Estado de S. Paulo* entre 1947 e 1955, são analisados os grandes espetáculos do período, os grupos e movimentos então emergentes, como o Teatro Brasileiro de Comédia, o Teatro Experimental do Negro, o Teatro do Estudante e a atuação da Escola de Arte Dramática, além dos principais dramaturgos e encenadores brasileiros. Depois atualizado, o livro até hoje é referência histórico-crítica. Registre-se ainda a publicação de *Teatro de Pola Rezende* (1957) e o texto da peça *Santa Marta Fabril S.A.* (1953), de Abílio Pereira de Almeida, entre as publicações ligadas a esta linguagem.

3.12 Vendas de coleções e condecorações

A Livraria Martins Editora chega ao final da década com o prestígio em alta e com o acréscimo de novos autores de respeito ao seu catálogo, como Aluísio Azevedo e, principalmente, Graciliano Ramos, já então reconhecido como um dos maiores nomes da prosa brasileira. A estratégia das coleções andava de vento em popa, seja com as coleções de autores únicos ou com outras lançadas ao longo dos 20 anos de vida da editora. Entre elas, a Biblioteca do Pensamento Vivo, reeditada no começo da década, os livros de Obras Primas (a grande maioria de contos), transformados em coleção de 10 ou 12 volumes vendidas a crédito pelos correios ou com a intermediação de terceiros que faziam a venda porta a porta. Em livrarias, as tiragens

dos principais títulos de Obras Primas (conto universal, moderno e brasileiro) chegavam a cinco mil exemplares.

A empolgação com o formato fez com que a editora lançasse 13 novos títulos no período, obras que comporiam as coleções. Geralmente, a organização era atribuída a colaboradores frequentes da Martins. Foram elas:

Título	Organizador	Gênero	Ano de lançamento
Histórias de Cristo	Mário da Silva Brito	Contos	1951
Conto humorístico	Sérgio Milliet	Contos	1954
Conto policial	Luís Martins	Contos	1954
Novela Universal	Mário da Silva Brito	Novela	1954
Poesia Religiosa Brasileira	Jamil Almansur Haddad	Poesia	1954
Poesia Universal	Sérgio Milliet	Poesia	1955
Conto Fantástico	Jacob Pentead	Contos	1956
Novela Brasileira	Raimundo Menezes e José Fernando Barros Martins	Novela	1957
Conto italiano	Jacob Pentead	Contos	1958
Conto francês	Jacob Pentead	Contos	1958
Conto norte-americano	Sérgio Milliet	Contos	1958
Contos de terror	Jacob Pentead	Contos	1958
Conto alemão	Sérgio Milliet	Contos	1959

Um desses organizadores, o escritor, jornalista, crítico literário e poeta Luís Martins, havia estreado na editora com um livro de poesias (*Cantigas da rua escura*, 1950) e teve outras duas obras editadas nos anos 1950, *O patriarca e o bacharel* (1953) e *Futebol na madrugada* (1957). O primeiro é uma inventiva leitura das relações entre a elite republicana do final do século XIX e sua edipiana relação com D. Pedro II, em que os bacharéis representam o filho que

metaforicamente mata o pai e depois se arrepende. O livro teve apresentação de Sérgio Milliet e prefácio de Gilberto Freyre. Já o segundo título é uma reunião de crônicas publicadas em *O Estado de S. Paulo*, jornal com o qual colaborou durante 36 anos.

Um autor estrangeiro que ganhou coleção encadernada foi Guy de Maupassant, cujos romances, novelas e contos foram publicados em 18 volumes, entre 1953 e 1955, entre eles clássicos como *Uma vida* (romance) e *Os domingos de um burguês de Paris* e *Bola de sebo* (novelas). A coleção foi uma das mais destacadas entre as edições de literatura francesa e italiana que renderam duas condecorações honoríficas internacionais à Martins. A “Cruz de Cavaleiro da Ordem das Palmas Acadêmicas”, criada ao tempo de Napoleão para homenagear aqueles que divulgavam a cultura francesa, foi entregue em 1957, destacando, além das edições dos viajantes, obras de Flaubert, Balzac, Dumas pai e filho, Voltaire, Merimée e outros³⁰⁰. Pouco tempo depois, recebeu a condecoração cultural “Cavalière Ufficiale”³⁰¹, do governo italiano, principalmente em razão da edição de luxo do *Decamerão*, de Boccaccio, lançada em 1956 em formato grande (24x33cm), capa de couro, com três volumes e 101 ilustrações coloridas de Gino Boccasile em página inteira, introdução de Edoardo Bizzarri. Três anos depois, saiu outra edição, esta com 38 contos em volume único. Nos dois casos, as traduções foram de Raul Polilo³⁰².

Houve também condecorações nacionais. Em outubro de 1958, o jornal *O Estado de São Paulo*³⁰³ anunciava em nota, sob o título “Entrega de comenda”:

O editor paulista José de Barros Martins receberá depois de amanhã no Palácio do Catete como homenagem por seus 20 anos de atividades editoriais, durante as quais prestou relevantes serviços à cultura brasileira. O sr. José de Barros Martins também publicou diversas obras relacionadas com a história social e literária do país. Ao ato

³⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 6 de julho de 1957, Suplemento Literário

³⁰¹ Depoimento de José Fernando de Barros Martins, em 10.9.2022

³⁰² Anos mais tarde, ao analisar as traduções da obra de Boccaccio, Denise Bottman historiadora e uma das mais rigorosas tradutoras brasileiras, apontou algumas simplificações e mudanças sintáticas expressivas no trabalho de Polilo. Num dos exemplos, um longo período com seis frases é transformado em cinco frases curtas. Porém, eventuais restrições a Polilo são de ordem técnica. O que vem a seguir é a constatação de que a tradução de Polilo, mais tarde reproduzida pela Ediouro e pela Editora Itatiaia (ao que tudo indica, sob licença), sofreu posteriormente uma contrafação pelas mãos de Torrieri Guimarães. Esta começou a circular em 1970 pela Editora Hemus e, no mesmo ano, foi licenciada pela Abril Cultural, com relançamentos da obra até 1989. Entre 1989 e 1993, foi licenciada para o Círculo do Livro e em seguida para a Editora Nova Cultural, até 2003. As três empresas fizeram, no nascedouro, parte do mesmo grupo, sendo depois divididas após litígio entre os irmãos Civita. No cotejo de um dos trechos da tradução de Polilo com a contrafação de Torrieri Guimarães, Bottman observa:

No nível lexical, vários vocábulos na tradução dita de Torrieri são sinônimos próximos dos vocábulos empregados por Polillo (contar/narrar; favorável/propícia; delicadas/frágeis; referidas/mencionadas etc.), mas as alterações em relação às frases originais e o corte das orações são absolutamente idênticos. A hipótese de que dois tradutores diferentes consigam recortar um original exatamente da mesma maneira e redigir dois textos estruturalmente tão similares entre si quão distantes do original parece-me pertencer ao reino da impossibilidade. Ver BOTTMAN, Denise. “Giovanni Boccaccio no Brasil”. In “Literatura Italiana Traduzida”, v.1., n.8, ago. 2020. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/210159>. Acesso em 28.3.2026

³⁰³ *O Estado de S. Paulo*, 7 de outubro de 1958, pág.6

solene que será presidido pelo sr. Juscelino Kubitschek, comparecerão intelectuais e amigos do agraciado, bem como altas autoridades. À tarde, o editor Carlos Ribeiro homenageará o editor paulista com um coquetel na Livraria São José.

3.13 O mundo editorial brasileiro no período

Em agosto de 1959, José de Barros Martins foi eleito presidente da CBL, a Câmara Brasileira do Livro³⁰⁴, instituição criada em 1946 para representar o mercado editorial, da qual ele fazia parte desde o início. Respeitado no meio não só pela reconhecida qualidade de suas publicações, trabalhava também para melhorar as condições de preço e acesso aos insumos de produção, sobretudo o papel, e para estimular o consumo do livro, com iniciativas conjuntas com outros editores, como a criação de uma sociedade voltada ao livro de bolso.

Na direção da CBL, anunciou em dezembro³⁰⁵ do mesmo ano a criação de nova categoria no âmbito do Prêmio Jabuti, voltada à revelação de autor. Na notícia sobre a novidade, o jornalista menciona o fato de que “o aparecimento de editores que, além de industriais no ramo são também “amigos do livro” veio contribuir para a formação dessa nova mentalidade”, mencionando a maior aproximação de editores e escritores, aludindo também à paixão bibliográfica de nomes como Octalles Marcondes Ferreira (Companhia Editora Nacional), Paulo Duarte (Revista Anhembi), a “família José Olympio”, Diaulas Riedel (Cultrix), do próprio JBM, de Carlos Ribeiro (Livraria São José).

Do ponto de vista da evolução de sua editora, Barros Martins alcançaria agora, ao ter em seu catálogo Aluísio de Azevedo, Marques Rebelo, Mário de Andrade, Jorge Amado, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e o “recém-contratado” Graciliano Ramos, um prestígio que o colocava no alto do palanque das editoras brasileiras quanto à qualidade das obras de literatura brasileira que publicava.

Além desses vários autores, havia a literatura universal, representada principalmente pela francesa do século XIX, mas com a italiana ganhando mais espaço, o que fazia da Martins uma editora primordialmente voltada à literatura, com títulos adultos e infantojuvenis, e à história. Conseguia assim o equilíbrio entre relevância editorial e equilíbrio financeiro, atestada pela operação que lhe deu o edifício da sede própria, com ajuda da Caixa Econômica do Estado.

A Livraria Martins editou 50 livros de poesia entre 1951 e 1960, um aumento de quase 100% em relação ao período 1939-1950, quando saíram 26 títulos dedicados ao gênero. Ao lado dos infantojuvenis, foi o gênero que mais cresceu em seu catálogo. Os infantojuvenis saíram da

³⁰⁴ *O Estado de S.Paulo*, 15.8.1959, Suplemento Literário

³⁰⁵ *O Estado de S.Paulo*, 12.12.1959, Suplemento Literário, pág. 4

quase inexistência para ocupar um lugar expressivo nas coleções da editora. Com os 22 títulos lançados, só ficaram atrás dos livros de poesia, história e dos títulos de prosa literária (romances, novelas e contos). Estes últimos tiveram um crescimento de mais de 17% no total de lançamentos, sendo responsáveis por um terço das novidades no período. Os livros voltados à história (nos quais estão computados também aqueles de história da arte e história literária), mesmo com a entrada em cena do IV Centenário, também tiveram queda expressiva ao longo daqueles anos. É possível que a troca de geração daqueles que se dedicavam à pesquisa histórica tenha começado a dar sinais de que a Martins perdia suas vinculações na área. De resto, os títulos sobre direito, sociologia e antropologia praticamente sumiram do catálogo da editora.

Ao olhar para trás, parecia fazer sentido o silencioso abandono dessas áreas. No novo quadro que se desenhava, algumas editoras novas ou reformuladas ganhavam espaço, apostando em literatura estrangeira, nacional e também nas ciências sociais e no pensamento político e econômico, ou seja, acirravam a disputa também nesses campos. Exemplos significativos foram a Difel, Civilização Brasileira e a Zahar. Entre aqueles há mais tempo no mercado, a Companhia Editora Nacional se voltava cada vez mais para o livro didático; a Brasiliense investia nas ciências sociais, mas se mantinha muito atrelada às obras de Monteiro Lobato; a Globo, depois do afastamento de Érico Veríssimo perdeu o dinamismo, apesar do excelente catálogo. Restava ainda a José Olympio. “A casa” dos anos 1950 visou “as coleções ilustradas de clássicos da literatura e de obras sobre o Brasil”³⁰⁶, numa tônica comum ao que outros vinham fazendo. Em moldes parecidos com a Biblioteca de Literatura Brasileira da Martins, José Olympio lançou toda a obra ficcional de José Alencar em 16 volumes, com introduções de jornalistas e escritores conhecidos. Lançou também uma tradução de *Dom Quixote* em cinco volumes, com 376 gravuras de Gustave Doré, e uma coleção em formato grande (16x24cm) com toda a obra de Dostoievski e mais de 450 ilustrações. Não deixou de aproveitar o IV Centenário de São Paulo, publicando, em três volumes, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, de Ernani Silva Bruno, historiador autodidata. Os volumes vieram com uma página de rosto colorida, com desenho de Portinari e 112 bicos de pena de Clóvis Graciano. Encomendada em 1948, a obra saiu em 1953. Porém, indício dos tempos, em 1955 a livraria da rua do Ouvidor, centro do Rio de Janeiro, foi fechada, a pretexto de reforma do prédio, e nunca mais foi reaberta. Do centro, deslocou-se para Botafogo, mas o espaço de sociabilidade literária, apesar de subsistir, não voltou a ser o mesmo. A profissionalização da atividade editorial aprofundou-se no período. Exemplo disso foi dado pela ascensão da Civilização Brasileira, a partir da ida de Ênio Silveira

³⁰⁶ HALLEWELL, L. Op. cit. págs. 514-521

para o Rio de Janeiro, de início como editor e representante da Companhia Editora Nacional, ambas as editoras tendo seu sogro Octalles Marcondes Ferreira como sócio majoritário. Aos poucos, Ênio foi construindo não só um catálogo respeitável em literatura e ciências sociais, com olhar voltado a questões brasileiras, como também uma rede de relações robusta, com destaque para novos autores e pensadores da realidade do país.

Em 1956, publicou *O encontro marcado*, romance autobiográfico de formação do escritor Fernando Sabino³⁰⁷, que teve 16 edições e outras seis traduzidas nos vinte anos seguintes. Ligado ao Partido Comunista e “escritor transviado em editor”, segundo Nelson Werneck Sodré, Silveira reuniu em torno de si um grupo de jovens intelectuais e militantes de esquerda, como o próprio Werneck, Leandro Konder, Paulo Francis e Carlos Heitor Cony³⁰⁸, entre outros, que ajudariam a Civilização Brasileira a conquistar espaço entre o público jovem voltado à reflexão política. Além disso, valeu-se dos tempos vividos nos Estados Unidos, onde, além de experiência política e editorial, adquiriu bons conhecimentos da literatura norte-americana e europeia. Dos norte-americanos, lançou T.S. Eliot, Faulkner, Scott Fitzgerald, Hemingway. Deste último, publicou em 1956 *O velho e mar*, que teve quatro edições em cinco meses, totalizando no período 25 mil exemplares e um milhão em 20 anos³⁰⁹. Anos depois, o próprio editor diria que a Civilização Brasileira “subira a galope”³¹⁰, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, por volta de 1955, e, em 1960, publicava cerca de 20 títulos por mês.

Outra editora cuja presença foi se encorpando ao longo da década foi a Difel, Difusão Europeia do Livro. Fundada como livraria em 1947 pelo casal de imigrantes franceses Juliette e Paul-Jean Monteil, num momento em que se buscava recuperar a presença francesa no Brasil após a guerra, fosse por meio da presença intelectual ou de transferências culturais materializadas nas produções intelectual e literária. Num ambiente em que a cultura francesa, forte desde o século XIX, perdera espaço já antes da Guerra iniciada em 1939 e mais ainda durante o confronto mundial, a Livraria Francesa de São Paulo exerceu papel estratégico na aproximação – ou reaproximação – com os intelectuais brasileiros³¹¹.

³⁰⁷ HALLEWELL, op. citada, pág. 590

³⁰⁸ VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. In: Revista de Biblioteconomia de Brasília v.20, no. 2, págs. 139-192, jul.dez. 1996.

³⁰⁹ HALLEWELL, op. cit., pág. 591

³¹⁰ ALMEIDA, Marta de; FERNANDES, Magali; SENRA, Miriam. Ênio Silveira, org. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Edusp/Com-arte, 2003, pág. 54

³¹¹ MARCHETTI, Fabiana. Livraria Francesa e Difel: economia do livro, sociabilidade literária e pensamento universitário em São Paulo (1947-1982). Tese de doutorado. São Paulo: Depto História Econômica. FFLCH/USP, 2023, págs. 131-148

A partir de 1951³¹², tendo como ponto de partida um acordo com a editora Bertrand, de Portugal, a Difel passou a atuar também como editora, em alguns casos lançando traduções portuguesas, em outros realizando traduções brasileiras de autores franceses, com significativa receptividade no mercado brasileiro. Exemplos foram George Simenon (com as histórias policiais do inspetor Maigret), Colette, Françoise Sagan e Maurice Druon. A partir de 1956, a Difel lançou as obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, casal de intelectuais que simbolizava as revoluções políticas e comportamentais que se assistiam naquele momento, causando grande alvoroço entre intelectuais e, sobretudo, no público mais jovem. Até 1960, foram 10 títulos de Sartre e 12 de Beauvoir, sendo que até 1960, ano em que o casal visitou o Brasil, foram publicados quatro títulos de cada um. Entre eles, *A idade da razão* (1957) e *Sursis* (1958), de Sartre, e *A convidada* (1956), *Todos os homens são mortais* (1959) e os dois volumes de *O segundo sexo*, de Beauvoir³¹³, obras que mexeram com os leitores da época. Destes, Sérgio Milliet, quase um coringa da Martins desde a sua fundação, apenas não traduziu *A convidada*, sendo encarregado de verter todos os outros para o português. Ou seja, mesmo com sua invejável capacidade de trabalho, sua atenção no período desviou-se dos projetos da Martins. E a Difel mobilizaria ainda, já a partir do final dos anos 1950, muitos intelectuais paulistas na redação de sua *História Geral da Civilização Brasileira*, coleção dirigida por Sérgio Buarque de Holanda cujo primeiro volume saiu em 1960, provavelmente desviando-os do radar da Martins.

A Zahar Editores derivou da livraria e distribuidora do espanhol Antônio Herrera, que importava livros da Inglaterra e Argentina. Ernesto Zahar, mais velho de três irmãos, casou-se com a filha de Herrera e trouxe Jorge e Lucien para trabalhar com ele em 1940. Algum tempo depois, Herrera saiu de cena e, em 1956, os três lançaram a Ler (Livrarias Editoras Reunidas), embrião da Zahar Editores³¹⁴. O trio já importava livros técnicos e começou a perceber a demanda por obras voltadas a estudos universitários. Seu primeiro título foi o *Manual de Sociologia*, de Jay Rumney e Joseph Maier, obra que marcou a criação da Biblioteca de Ciências Sociais pela editora³¹⁵. Logo depois disso, os novos editores abriram “as portas para o autor nacional, lançando nomes expressivos como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Roberto da Matta, Gilberto Velho”³¹⁶.

³¹² MARCHETTI, F. Op. citada, págs. 279-280.

³¹³ Idem, idem. Pág. 299

³¹⁴ MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: Edusp, 2012, págs. 239-243.

³¹⁵ CATALDO, Fabiano. “Editar livros: sonhos de livreiros. Os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)”. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018. Pág. 191.

³¹⁶ MACHADO, Ubiratan. Op. citada.

Em sintonia com esses tempos de estímulo da venda a crédito, em 1958 a Zahar lançou o credi-cheque, em que

o cliente abre um crediário, em determinado valor, para pagamento de até dez mensalidades. Se pagar à vista recebe um desconto de 20%. Ao quitar a primeira mensalidade, recebe um talão de cheques, podendo começar a adquirir os livros. Toda vez que compra um livro, emite um cheque no valor correspondente³¹⁷.

Não se sabe até quando funcionou a estratégia de vendas, mas a aposta na coleção (cujo título foi idêntico ao da coleção lançada pela Martins em 1963) foi bem-sucedida. De 1957 a 1970, a Biblioteca de Ciências Sociais da Zahar lançou 139 títulos, sendo o carro-chefe de um total de 22 coleções, muitas delas de áreas voltadas às humanidades, que resultaram na publicação de 416 títulos nesse período³¹⁸.

Os anos vindouros trouxeram mudanças de várias naturezas com impacto no mundo editorial. A crescente urbanização modificou cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, fazendo com que a vida cultural se espalhasse pelos bairros. As universidades e o público jovem ganharam cada vez mais importância, trazendo consigo novas leituras de mundo, hábitos e valores. E as turbulências políticas se acirraram e ganharam cores cinzentas, provocando transformações profundas nos campos social e cultural.

³¹⁷ Idem, idem, pág. 241.

³¹⁸ CATALDO, Op. citada, págs. 248-249.

4. DILEMAS DE TEMPOS MUTANTES

*Mas, por mais que no espanto soçobre o juízo,
Estejam certos de quem sou: o duque Próspero,
Aquele mesmo, injustiçado, destronado*
(A tempestade, William Shakeaspere, Ato V,
Cena 1)

*A rua mastiga
os homens: mandíbulas
de asfalto, argamassa,
cimento, pedra e aço*
(Rua, Guilherme de Almeida)

*Muitas vezes, momentos de grande relevância
cultural só são valorizados em retrospecto. Mas
os anos 60 foram diferentes: a importância
transcendental que os contemporâneos
atribuíram
ao seu próprio tempo – e a si mesmos –
foi um dos traços característicos da era.*
(Pós-Guerra, uma história da Europa desde 1945,
Tony Judt)

Uma dupla comemoração marcou o lançamento de *Rua*, do poeta Guilherme de Almeida, ocorrido em agosto de 1961³¹⁹. Vinte anos antes, ele começara a ser editado pela Livraria Martins com os poemas de *Cartas do meu amor*. E, com o novo livro, trazendo poemas manuscritos e fotos de Paulo Ayrosa, uma espécie de documentário visual que acompanha os versos, a editora chegava à sua milésima edição em vinte anos e meio de atuação, vinte e quatro se contado também o tempo apenas como livraria.

Apesar da produção bastante significativa nas duas décadas anteriores, José de Barros Martins mantinha uma velocidade de publicações significativamente menor que a de um José Olympio,

³¹⁹ O Estado de S.Paulo, 5/8/1961, O poeta e o fotógrafo, texto de Lourival Gomes Machado, Suplemento Literário, pág. 44.

por exemplo. Preferia um escrutínio mais rígido sobre o que editar. No início daquela década, com o país sob o governo de Jânio Quadros, o editor estava às voltas com as mudanças no câmbio que encareceram os custos de produção e com a passagem de bastão da presidência da Câmara Brasileira do livro para Octalles Marcondes Ferreira, em que permaneceu no Conselho Administrativo. No início dos anos 1960, o país registrou um aumento exponencial da inflação, não acompanhado por crescimento equivalente do salário mínimo, cenário que ajudaria a transfigurar o mundo da produção editorial, com a majoração de preços incidindo nos custos ao mesmo tempo que o poder de compra da população se retraía. Além desses fatores, outros dois aspectos, ligados aos universos da política e da educação, também teriam forte impacto no mundo editorial: o golpe militar de 1964 e a expansão do ensino universitário.

No plano editorial, Martins investia na continuidade da publicação das obras, completas ou não, de seus autores. As coleções continuavam a ser o centro das publicações, o grande sustentáculo do caixa da editora. Nos últimos dias de junho de 1962, três edições do *Jornal do Brasil*³²⁰ apareceram com anúncios em que a Livraria Martins Editora buscava novos vendedores de livros para ampliação de seu quadro. “Excelente oportunidade para elementos ativos e ambiciosos para venda pelo crediário das obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos, História Universal, Biblioteca do Pensamento Vivo, Aluisio Azevedo e muitos outros autores conhecidos”. Privilegiar o Rio de Janeiro era estratégico, pois tratava-se de um mercado prioritário para a distribuição dos livros da Martins desde os anos 1940, quando a editora foi representada pela livraria e editora de Zélio Valverde³²¹.

Naquele ano de 1961, o principal destaque foi a continuidade da coleção de Graciliano Ramos³²², de quem publicou cinco títulos. Houve outros dois de Josué Montello³²³, ambos acerca da Academia Brasileira de Letras, um volume de poesias de Paulo Bonfim (*Ramos de rumos*), o romance *Augusta*, de Maria de Lourdes Teixeira, que no ano seguinte ganharia o Jabuti da categoria, um novo Jorge Amado (*Velhos marinheiros*) e um título sobre o escritor baiano, reverenciando os 30 anos de sua carreira de autor. Coroando a reunião de autores vistos

³²⁰ *Jornal do Brasil*, 24, 26 e 30/6/1962.

³²¹ *Jornal do Brasil*, 14/3/1943, pág. 9. Zélio Valverde comprara, em 1939, a livraria e editora Schmidt, de Augusto Frederico Schmidt, mudando-se para a Travessa do Ouvidor, 27. “O forte da casa continua sendo a seção de livros sobre o Brasil, tratada a pão de ló. Para dirigi-la, é contratado o bibliófilo e ex-livreiro Tancredo de Barros Paiva, considerado um dos maiores conhecedores de brasiliana”, reporta Ubiratan Machado em *História das livrarias cariocas* (pág. 37). Por esse motivo, Martins foi próximo potencial vendedor da BHB. Em 1946, Martins abriu sua própria distribuidora no Rio, na rua da Constituição.

³²² Do escritor alagoano foram publicados em 1961 os títulos *Caetés*, *Angústia*, *Insônia*, *Infância* e *Viagem à Tchecoslováquia*.

³²³ *Pequeno anedotário da Academia Brasileira e O presidente Machado de Assis*

como do primeiro time da produção nacional, a editora passou a publicar também José Geraldo Vieira, que há tempos colaborava com a Martins, seja como tradutor do italiano (*Pequeno mundo antigo*, 1949, de Antonio Fogazzaro; *A excluída*, de Luigi Pirandello, 1960), ou na apresentação de obras, como em *O homem*, de Aluísio Azevedo.

Seu primeiro título pela Martins foi *Terreno baldio*, em que narra em paralelo as histórias de um escultor, de sua infância no Rio de Janeiro à transformação do mundo pelas duas grandes guerras, e de um terreno na avenida Getúlio Vargas em sua cidade natal. Dos outros oito títulos que lançou pela Martins, apenas *Paralelo 16: Brasília* (1966) foi uma primeira edição. Nele, novamente o autor fez uso do paralelismo entre história pessoal e história social: enquanto a nova capital federal tomava corpo e vivia seus primeiros dias, um piloto da FAB mergulhava em seus amores e angústias³²⁴.

Os outros sete títulos lançados pela Martins, a maioria deles (cinco) entre 1962 e 1964, representam quase a totalidade de obra romanesca de Vieira, de sua estreia no gênero, *A mulher que fugiu de Sodoma* (1931) até *Ladeira da memória* (1950), passando por *A quadragésima porta* (1943), aquele que teve maior repercussão crítica. Depois do livro ambientado na nova capital, Vieira escreveria apenas mais um romance, *A mais que branca* (Melhoramentos, 1975).

Em relação às coleções iniciadas anteriormente, tiveram continuidade as obras de Pirandello, que começaram a ser publicadas em 1957, com *O falecido Matia Pascal*, seguida de *A excluída* e *A morta e a viva*, ambas de 1960. Outros quatro títulos foram publicados em 1962 e 1963³²⁵.

Grande parte das variadas pesquisas de Mário de Andrade também só foram lançadas nestes primeiros anos da década, quase vinte anos depois de iniciada a edição de suas Obras Completas. Assim como os três volumes das *Danças dramáticas*, também *Música de feitiçaria no Brasil* e *Música, doce música*, só saíram após a cuidadosa seleção e edição de Oneyda Alvarenga, ambas em 1963. Dois anos depois, viriam os diversos “Aspectos” analisados por Mário: *Folclore brasileiro*, *Música brasileira*, *Artes plásticas no Brasil*.

Ainda em 1965 seria relançado³²⁶ o título de Mário de Andrade que maior retorno financeiro proporcionou à editora: *Macunaíma*. O romance inaugurara a edição de suas obras completas, em 1944. A primeira edição era de 1928, porém, na década de 1960 começaria uma trajetória

³²⁴ GARCIA, Maria Aparecida. José Geraldo Vieira (1897-1977): Fortuna crítica. Assis, São Paulo: Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, 2003.

³²⁵ *Entre duas sombras*; *Sol e sombra*; *O velório*; *O marido de minha mulher*

³²⁶ Em 1965, a Martins lança a 4ª. edição do livro, sendo a primeira a de 1928.

significativa de presença nos incipientes exames seletivos de massa, os vestibulares, como uma das obras de leitura obrigatória para os candidatos aos cursos universitários, sobretudo os públicos. Ao lado de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, tornou-se não só um sucesso editorial longo por ser considerado uma das obras basilares da literatura brasileira do século passado. Também ganhou as telas como um dos filmes de referência do Cinema Novo, realizado por Joaquim Pedro de Andrade em 1969. E foi amplamente incorporado à mitologia brasileira, com seu caráter alegórico sempre realçado. *Vidas secas* também resultou em um dos maiores clássicos do Cinema Novo, dirigido por Nelson Pereira dos Santos e lançado em 1964, época de grande efervescência cultural no país, em especial do cinema. Novamente, como ocorrera nos anos 1940, o diálogo entre diferentes linguagens ajudava a impulsioná-las conjuntamente.

O teatro também seria objeto de edições que repercutiram bem nessa época. A primeira delas foi *O teatro de Joracy Camargo* (1961), reunindo três peças do dramaturgo baiano, sendo *Deus lhe pague*, de 1932, encenada pela primeira vez pela Companhia de Procópio Ferreira, a mais conhecida. A peça estreou no Rio de Janeiro em julho do mesmo ano em que foi escrita. As outras peças da edição foram *Figueira do inferno* e *Um corpo de luz*.

O destaque, porém, seria a coleção Teatro Clássico, com textos integrais de Molière, Racine, Corneille e Goethe, com tradução de Jenny Klabin Segall. Nos paratextos da edição inaugural (1963), que reuniu as peças *As sabichonas* e *Escola de mulheres*, de Racine, Martins rasga elogiais à tradutora, assegurando que havia poucas pessoas no Brasil capazes de tarefa que exigia conhecimento profundo do ambiente cultural em que foram escritas. À louvação do editor, Leonardo Arroyo acresceu em sua coluna o comentário de Nelson Werneck Sodré, para quem, além da edição da Martins, eram muitas as surpresas propiciadas pelo trabalho de Klabin Segall: “a magia da tradução, a identidade com que os versos se adaptaram ao pensamento ágil e flexível do autor, a riqueza das ilustrações, em que se nota, como no texto, o domínio da ideia tratada, o apuro com que se tomou conta dos personagens”³²⁷.

Também em 1963 saíria o segundo volume, com *Andrômaca* e *Britânico*, de Racine. Em 1965, *O Cid* e *Horácio*, de Corneille, foi a última edição publicada ainda com a tradutora viva. Depois de sua morte (1967), saíram o volume 4 (1968), com *Tartufo* e *Misanthropo*, de Molière, e outros quatro com peças de Corneille, Molière e Goethe, todos em 1970³²⁸.

³²⁷ *Folha de S. Paulo*, 8/11/1963, pág.2, 2º. caderno

³²⁸ No volume de Corneille (5), vieram as peças *Fedra*, *Ester*, *Atalia* e *Polieucto*; o volume 6 trouxe *Escola dos maridos* e *O marido da fidalga*, de Molière; os dois volumes restantes, ao que parece, foram dedicados ao *Fausto*, de Goethe. É o que depreende de consulta ao Dedalus, que indica dois volumes para a obra. Nota na coluna de

Ganhou edição em livro ainda a reunião de textos de *Teatro em progresso*, de Décio de Almeida Prado, com críticas de 83 peças encenadas entre os anos de 1955 e 1964, em que o autor, já considerado a maior referência analítica do teatro paulista, deu continuidade ao anterior, *Teatro brasileiro moderno* (1956), lançado pela própria Martins. O teatro, assim, manteve uma frequência regular ao longo do tempo no catálogo da editora. Variou entre os textos clássicos, os mais analíticos e a produção nacional contemporânea, numa tentativa de interlocução com uma linguagem artística que esteve sempre próxima ou mesmo imbricada à literatura.

Houve também, como é comum acontecer no mundo editorial, livros anunciados e não lançados, ou lançados por outra editora ou ainda de destino indecifrado. Um desses projetos foi o de um dicionário de literatura brasileira, proposto pelo autor e ex-assessor editorial da Martins Raimundo Menezes, que havia dois anos pesquisava para a elaboração da obra. Segundo seu desejo, abrangeria de Pero Vaz de Caminho a autores nascidos até 1930. A ambição era de uma obra de referência com cerca de dois mil verbetes, cada um deles contendo “biografia, bibliografia das primeiras edições, crítica em dez linhas, fontes para estudo, iconografia, com indicações de onde se encontram ilustrações sobre cada autor citado, além do levantamento completo dos pseudônimos”³²⁹ A previsão era de que o lançamento acontecesse dentro de um ano, em 1962.

Não se sabe exatamente como se deu o desfecho do processo de sua publicação, apenas que a empreitada levou bem mais tempo que o previsto e que, ao invés dos dois volumes mencionados por Menezes, acabou saindo com cinco tomos, pela Saraiva, em 1969, edição então apresentada por Antonio Candido. O que se pode supor é que, além de a pesquisa ter levado bem mais tempo que o previsto e seu resultado ser uma obra de proporções bem maiores do que o projetado, encontrou a Martins já num momento em que, por razões financeiras, a avaliação tenha sido de que o retorno sobre tal investimento se desse em um prazo muito longo, demandando do caixa verbas que poderiam ser utilizadas em vários outros projetos. Trata-se apenas de uma suposição, porém, com sentido quando analisarmos outras circunstâncias vividas pela editora ao longo daquela década e da seguinte.

Outro título, este anunciado no início de 1960³³⁰ e do qual não se tem notícia posterior foi *O tocador de realejo*, do carioca Miécio Tati. Romancista, ensaísta e educador, havia estreado na

Nogueira Moutinho na Folha de S.Paulo (9/11/1973) indica reedição dos oito volumes da coleção, com os títulos listados acima.

³²⁹ O Estado de S.Paulo, 1/6/1961, pág. 10

³³⁰ Folha de S.Paulo, 7/2/1960, pág. 4

ficção com *Nossa máxima culpa* (1949), editado pelos Irmãos Pongetti. Depois enveredou pelo ensaio em *O mundo de Machado de Assis*, bancado pela Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara em 1959. No mesmo ano de 1961, quando o *Tocador de realejo* deveria ser lançado, a Civilização Brasileira publicou outro livro de Tati, *Rio dos afogados*, com capa de Eugênio Hirsch.

Quando o jornalista José Condé anunciou em sua coluna³³¹ o lançamento do título programado pela Civilização Brasileira para abril ou maio de 1961, mencionou que o autor tinha outras três obras entregues a editoras: o ensaio sobre Machado Assis, a ser editado agora pela José Olympio, a biografia *Jorge Amado – vida e obra*, pela mineira Itatiaia, e *O tocador de realejo*, “coletânea de contos”, pela Martins. Porém, o título desapareceu dos jornais posteriormente e dele não se aferiu a existência após as menções encontradas.

Na mesma nota da *Folha de S.Paulo* que enumerava os futuros lançamentos da Martins em 1960, apareciam dois títulos de James Amado, o irmão de Jorge que ajudou a fazer com que a obra de Graciliano Ramos migrasse para a Martins, exatamente nessa época. Eram o relançamento de *O chamado do mar*, original de 1949 cuja segunda edição efetivamente saiu pela Martins logo após a matéria do jornal, e *O levante do posto*, romance que James vinha anunciando desde 1957. Tratava-se do Posto Catarina Paraguaçu, “cinquenta léguas quadradas de terras” que em 1926 o governo da Bahia demarcou para os índios pataxós remanescentes na região. Com o tempo, lavradores de Sergipe e do sul da Bahia haviam se apossado de partes da terra. “O desenvolvimento da lavoura cacauieira despertou para as terras do Posto a cobiça dos grandes produtores de cacau, que tentaram, em 1936, várias manobras legais para desmembrar a área demarcada”³³². A proposta de James Amado era contar a resistência dos posseiros, pelo ponto de vista deles, ante a ação dos grandes fazendeiros.

Não há registro posterior de o livro ter saído pela Martins. Há menções a ele como editado e lançado em pequeno texto biográfico sobre o autor na Academia de Letras da Bahia, por ocasião do centenário de seu nascimento, assim como em nota sobre sua morte no jornal Zero Hora³³³. Porém, em ambos os casos aparece apenas o título do livro, sem data de publicação, editora ou qualquer outra informação. No catálogo da Martins, não entrou. E não foi por nenhum tipo de

³³¹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18/12/1960, 2º. Caderno, pág. 2

³³² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 16/7/1964, 2º caderno, pág. 2

³³³ Zero Hora, Porto Alegre, 1/12/2013

idiossincrasia entre autor e editora, pois *O chamado do mar* ainda ganharia uma terceira edição em 1974.

Seja qual tenha sido o motivo de James Amado, o prestígio de seu irmão Jorge na Martins só fizera aumentar nos anos posteriores ao sucesso de *Gabriela*. Sucesso que ainda permanecia vivo quando, em maio de 1961, a Martins condensou *O capitão de longo curso* e *A morte e a morte de Quincas Berro d'Água* no livro *Os velhos marinheiros – Duas histórias do cais da Bahia*, que saiu com tiragem inicial de 50 mil exemplares³³⁴. O novo livro chegava ao mercado quase ao mesmo tempo que *Gabriela* chegava à 20ª edição e aos 160 mil exemplares vendidos³³⁵. Também nesse ano, Martins produziria duas publicações em homenagem a seu autor mais popular. Em comemoração às três décadas de carreira literária, organizou um volume com sua fortuna crítica, cujo título era *Jorge Amado – 30 anos de literatura*, capa assinada por Clóvis Graciano no mesmo padrão da coleção com suas obras, com um desenho do autor em formato de retrato. A carreira fora também coroada com sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, em votação ocorrida em 6 de abril, para ocupar a cadeira 23, posto que carregava muitas simbologias. A começar de seu primeiro ocupante, Machado de Assis, primeiro presidente e fundador da instituição, que escolhera como patrono José de Alencar, morto vinte anos antes da criação da ABL, ou seja, talvez naquele momento os dois escritores mais célebres da literatura brasileira. Por fim, Jorge substituiria a outro conterrâneo ilustre, o jornalista, diplomata e escritor Octavio Mangabeira, ex-governador da Bahia e de orientação política oposta à do autor recém-eleito (aderira à UDN ao voltar ao Brasil em 1945).

A cerimônia de posse na Academia ocorreu em 17 de julho, e “sem demora, a editora Martins providenciaria em grande formato um volume especial contendo seu discurso e o de recepção, proferido por Raimundo Magalhães Jr.”³³⁶ Em sua fala, Jorge ressaltou suas diatribes anteriores com a instituição e as mudanças proporcionadas pelo tempo:

Ai daquele jovem, ai daquele moço aprendiz de escritor, que no início do seu caminho, não venha quixotesco e sincero, arremeter contra as paredes e a glória desta Casa. (...) Como igualmente triste é o espetáculo do homem maduro a afivelar a máscara da eterna juventude, a exhibir-se em praça pública em atitudes perfeitas aos vinte anos e ridículas aos quarenta. Ai dele porque não soube amadurecer interiormente, e não saberá envelhecer sua pose de jovem e melancólica, desoladora caricatura – como aquelas frutas que não seguem seu ciclo e de verdes passam

³³⁴ AGUIAR, Josélia. Jorge Amado – uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018, pág. 393

³³⁵ HALEWELL, op. citada, pág. 561.

³³⁶ AGUIAR, Josélia. Op. citada, pág. 400

a pecas e nada existe de mais inútil que um fruto peco. Triste é o espetáculo do acadêmico de vinte anos, triste é o espetáculo do antiacadêmico de quarenta anos³³⁷.

No discurso de recepção, depois de frisar a guinada da obra do escritor da fase de militância política e tom ideológico, ainda que animado “por um largo sopro poético”, para aquela em que o “admirável contador de histórias”, que chegou com *Gabriela, cravo e canela* “aos mais altos cimos da virtuosidade literária”, Magalhães Jr. não deixou de exaltar a própria Academia. “Esta Casa provou, com a vossa eleição, que é limpa de preconceitos políticos e que nela cabem homens de todas as crenças e opiniões”. E assim por diante, no tom laudatório a que poucas vezes se pode escapar em cerimônias do gênero. O poeta Manuel Bandeira, mais sagaz e irônico, talvez tenha resumido a conciliação entre Jorge e a Academia de forma mais precisa, dizendo que a eleição “devia-se à intervenção pessoal, extra-acadêmica de uma senhora, a baiana dona Gabriela, mais conhecida como Gabriela Cravo e Canela”³³⁸.

A lua de mel entre Jorge e o público leitor, assim como entre o escritor e seu editor, continuava. Em 1964, chegou às livrarias *Os pastores da noite*, romance dividido em três partes, *A história verdadeira do casamento do Cabo Martim*, *O compadre de Ogun* e *A invasão do morro do mata gato*. Como outras obras do autor, anos depois também foi adaptada para o cinema e para a TV, para desfrute de suas futuras editoras. Em 1975, o cineasta francês Marcel Camus³³⁹ lançou filme de mesmo nome. Em 1995, a rede Globo fez um especial com a segunda parte do romance, *O compadre de Ogum* (agora grafado com M), que, como livro, também ganhou vida independente.

A primeira edição de *Os pastores da noite*, editada pela Martins, traz uma diferença gráfica em relação a todas as obras do autor analisadas nesta pesquisa: é a única em que é usada uma tipologia sem serifas no corpo do texto. Também foi impressa numa gráfica diferente das duas com que a editora trabalhava habitualmente, a Gráfica da Revista dos Tribunais e a Bisordi. O exemplar registra nome e logomarca da Inpres, de São Paulo, sem data ou qualquer outra informação no colofão. Sinais de que as empresas habituais não poderiam atender à urgência do novo lançamento.

Na década, a Martins lançaria ainda outros três livros de Jorge. *Dona Flor e seus dois maridos*, finalizado em abril de 1966 e lançado no mês seguinte; *A morte e a morte de Quincas Berro*

³³⁷ AMADO, Jorge. Discurso de posse. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jorge-amado/discurso-de-posse>. Acesso em 16/3/2026

³³⁸ AGUIAR, J. Op. citada, pág. 403.

³³⁹ Em 1959, Camus realizara no Brasil o longa-metragem *Orfeu Negro*, baseado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes.

d'Água (1967), edição de luxo, formato grande (33,5x28cm) e ilustrações de Floriano Teixeira, comemorativa dos 30 anos da editora; em 1969, *Tenda dos milagres* envereda no mundo do candomblé, apontando “um vínculo com a cultura negra, [num] contexto político progressista”³⁴⁰. Em janeiro de 1969, foi o primeiro romance brasileiro a sair com uma tiragem de 100 mil exemplares em sua primeira edição³⁴¹.

O tempo de escrita de *Dona Flor e seus dois maridos*, como em outras vezes, foi longo, o que afligiu Barros Martins. Recluso na Bahia, Jorge recebia telegramas diários cobrando a entrega do livro³⁴², coisa rara em se tratando do editor. Ia mandando o texto em lotes para revisão de Miécio Tati³⁴³, o mesmo de *O tocador de realejos*.

A influência de Jorge Amado também se estendia à indicação de autores para publicação e para a parte gráfica, como fora o caso de Clóvis Graciano, de seu irmão James Amado e, por meio deste, das obras de Graciliano Ramos. Outro autor que a Martins começou a publicar por indicação de Jorge foi o paraense Dalcídio Jurandir, militante comunista que conheceu nos anos 1930, quando fugia da polícia de Getúlio Vargas. Em 1937, ambos foram presos. Dele, a Martins publicou cinco romances entre 1958 (*Três casas e um rio*) e 1971 (*Ponte do galo*), todos com forte tom social. Em 1972, a Academia Brasileira de Letras concedeu-lhe o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra, entregue por Jorge Amado.

Também o argentino naturalizado brasileiro Hector Bernabó, o Carybé, teve seu livro *Sete portas da Bahia* publicado pela Martins em 1962. Autor de texto e desenhos, Carybé passeia pelos lugares e pela cultura da terra que adotou, retratando temas como a Pesca do Xaréu, o Pelourinho, a Feira de água de meninos, as festas do Bonfim e de Iemanjá, entre outros. O próprio Barros Martins assinou um dos textos de apresentação – o outro ficou a cargo de Jorge. Carybé ainda ilustrou e assinou as capas de *Tenda dos milagres* e do livro de Jorge Amado *Povo e terra – 40 anos de literatura*, lançado em 1971, além de ter feito a capa de *O reduto* (1965), do também baiano Wilson Lins. Nascido em Salvador em 1919, Lins teve duas outras obras editadas pela Martins (*Remanso do Valente*, de 1967, e *Repouso das almas*, 1970) e devia a Jorge Amado a intermediação junto a seu pai para que este tivesse permitido “casar-se com sua

³⁴⁰ AGUIAR, J. op. citada, pág. 461

³⁴¹ HALLEWELL, op. citada, pág. 561

³⁴² AGUIAR, op. citada, pág. 442

³⁴³ Idem, idem, pág. 440

prima carnal, Anita Medeiros Lins de Albuquerque”, sobrinha de Franklin Lins de Albuquerque, “fazendeiro, latifundiário, coronel do sertão, chefe político de uma região”³⁴⁴.

Outros apadrinhados de Jorge Amado foram o escritor e titular da cadeira de História do Brasil da Universidade Federal da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares, baiano de Nazaré das Farinhas e autor do livro de crônicas *Moça sozinha na sala* (1961), vencedor do Prêmio Carlos de Laet, da ABL, em 1962, e Maslowa Gomes Venturi, paulistana e filha de Yaynha Pereira Gomes, poeta, contista e artista plástica gaúcha. Maslowa teve três romances publicados pela Martins, sendo que o terceiro, *Trilha perdida* (1971), contou com apresentação de Jorge. Isso sem falar de seu parceiro Dorival Caymmi, cujo *Cancioneiro da Bahia* seguia sendo reeditado.

Bem antes disso, Jorge traduziu para o português *A República dos vagabundos* (1947), do autor russo Leonid Panteleyev (ou Panteleve, na grafia adotada no catálogo dos 30 anos da Martins), narrativa que evoca o mesmo universo de seu *Capitães de Areia* (de 1937). No caso do livro russo, a narrativa retrata meninos de rua abandonados pelos pais na década de 1920 em São Petersburgo, levados a uma escola de reeducação que homenageia Dostoievski, segundo a descrição do filme³⁴⁵ baseado na obra literária. Pela época e enredo descrito, não é difícil que fosse uma apologia ao regime soviético.

4.1 Um retorno e novidades

A primeira metade da década teve ainda um retorno expressivo, além de algumas apostas editoriais de autores e coleções. O retorno foi o de Lygia Fagundes Telles, que havia lançado em 1943 pela Martins *Praia viva*, volume de contos. A aproximação com o editor se deveu ao convívio deste com professores e estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde Lygia se formou em 1946. Aos 20 anos, em 1938, ela havia publicado seu primeiro livro, *Porão e sobrado*, também de contos, pela Cia. Editora do Brasil. A obra foi dedicada aos pais e ao filólogo e gramático Silveira Bueno, “mestre da língua portuguesa, com a gratidão de sua maior admiradora”.

Em 1949, Lygia publicou *Cacto vermelho*, novo livro de contos lançado pela Editora Mérito, de São Paulo, ganhador do Prêmio Afonso Arinos, da ABL. Cinco anos depois, chegaria a seu primeiro grande sucesso de público, o romance *Ciranda de pedra*, lançado primeiro pelas

³⁴⁴ GLEDHILL, Sabrina. Lins, Wilson (1919-2004). Dicionário Biográfico Histórico da Bahia, in: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/08/15/wilson-lins/> Acesso em 16.3.2026

³⁴⁵ The Republic ShKid (1966), de Gennadi Poloka, Rússia. Disponível em <https://filmow.com/the-republic-shkid-t97150/ficha-tecnica/> Acesso em 16.3.2026.

Edições O Cruzeiro e anos mais tarde pela José Olympio, por onde sairia também *Histórias de desencontro*, outro título de contos, de 1958.

Apenas vinte anos depois de *Praia Viva* voltou a editar pela Martins, que em 1963 lançou o romance *Verão no aquário*, seguido da reedição de *Ciranda de pedra* e de um volume com suas *Histórias escolhidas*, ambos de 1964. Em 1965, publicou³⁴⁶ *O jardim selvagem*, com capa colorida e harmoniosa de Carmélio Cruz, que lhe valeu o Prêmio Jabuti de contos no ano seguinte.

A autora passou então cinco anos sem publicar novos títulos e não voltaria mais a lançá-los pela Martins. De 1970 em diante passou por Bloch Editores, José Olympio e Rocco. Enquanto esteve no catálogo da Martins, no entanto, foi um dos nomes a figurar na lista de grandes escritores brasileiros estampada na primeira edição de *Dona flor e seus dois maridos*, em 1966. E mencionada anos depois pelo editor José Fernando de Barros Martins³⁴⁷ como um dos nomes que faziam da Livraria Martins naqueles primeiros anos da década de 1960 a mais importante do país no que tange à literatura brasileira, em sua avaliação. E isso, para os Barros Martins, era o que mais importava em termos de posicionamento editorial e representatividade de sua produção.

A Martins também publicou em série outros autores, como Humberto Bastos e Herbert Levy, ambos em livros de análise econômica. De Bastos, alagoano que foi um dos mais importantes pensadores sobre o processo de industrialização do Brasil em meados do século XX, foram publicados 12 títulos. O primeiro, *Terra e cifrao: aspectos da vida econômica brasileira*, data de 1942; o último, *Desenvolvimento ou escravidão: aspectos de influências externas na formação econômica do Brasil*, é de 1964, momento em que o título soa sintomático em relação à questão da dependência externa – econômica, política e cultural – em especial a norte-americana. Entre suas outras obras, *O pensamento industrial no Brasil: introdução à história do capitalismo industrial brasileiro* é tido por estudiosos de economia como sua principal contribuição, com ela igualando-se em importância ao pensamento de Eugênio Gudín, Roberto Simonsen e Celso Furtado³⁴⁸. Admirador do jornalista e economista, José de Barros Martins

³⁴⁶ *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 13/5/2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u50761.shtml> Acesso em 17.3.2026

³⁴⁷ Depoimento em 3/10/2025

³⁴⁸ SIMIQUELI, Roberto; SOUZA, Karliane Silva. Humberto Bastos, um pioneiro alagoano do pensamento industrialista. In: Anais do XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. Anais. Maceió(AL) FEAC-UFAL, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/akb2024/897550-HUMBERTO-BASTOS-UM-PIONEIRO-ALAGOANO-DO-PENSAMENTO%a0INDUSTRIALISTA>. Acesso em: 17/03/2026

coletou e organizou em 1967 um livro de depoimentos sobre ele, *130 opiniões sobre um pioneiro: Humberto Bastos*.

Já o jornalista, empresário, banqueiro e político Herbert Levy teve uma trajetória similar à do editor em termos de visão política, tendo sido soldado constitucionalista em 1932 e depois aderido ao Partido Democrático e ao Partido Constitucionalista, liderado por Armando Sales de Oliveira, e combatido a ditadura Vargas. Foi deputado pela UDN, Arena, PDS e PFL, entre outros, tendo apoiado o golpe de 1964. Fundou e foi proprietário do jornal econômico *Gazeta Mercantil*. Publicou quatro títulos pela Martins, sendo o primeiro deles um livro de reflexão por ocasião da volta do regime democrático, em 1946 (*O Brasil e os novos tempos*), e o último *Liberdade e justiça social*, de 1962.

Se, de maneira geral, Martins foi mais bem-sucedido ao apostar em autores canônicos, isso não quer dizer que não tenha encampado novos nomes, especialmente aqueles recomendados pelos escritores que publicava. Foram os casos de Jorge Mautner e Betty Vidigal, ambos publicados ainda bastante jovens. Mautner, cujos pais eram judeus refugiados de guerra de origem iugoslava e austríaca, morava com a mãe na rua Sílvia, a cerca de 500 metros da sede da Martins na rua Rocha, no bairro da Bela Vista. Foi apresentado a Barros Martins pelo poeta Paulo Bonfim. Criado até os sete anos por uma babá mãe de santo, promoveu sincretismos de todos os tipos, a começar nos textos de seus dois primeiros livros, em especial do segundo, em que misturou prosa, poesia, ensaios, sexo, rock and roll, música popular brasileira, sangue e futebol, surgindo daí o seu “Partido do Kaos”. Escreveu *Deus da chuva e da morte* quando ainda cursava o Colégio Dante Alighieri. O livro saiu pela Martins em 1962 e ele ganhou o Jabuti de autor revelação. Em 1963, lançou *Kaos* e logo depois filiou-se ao Partido Comunista, convidado pelo físico e crítico de arte Mario Schenberg. Em 1965 lançou dois outros títulos (*Narciso em tarde cinza* e *O vigarista Jorge*), ambos já por outras editoras, e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional em 1966, após gravar um compacto com as músicas *Radioatividade* e *Não, não, não!* Exilou-se nos Estados Unidos, de onde voltou em 1968, aí já mais ligado ao Tropicalismo, enveredando pelo cinema e, principalmente, pela composição musical³⁴⁹.

Já Elisabeth Vidigal Hastings, a Betty Vidigal, lançou seu primeiro livro, *Eu e a vela*, de poemas, em 1965, aos 17 anos, com prefácio de Lygia Fagundes Telles. Três anos depois, publicaria um segundo livro, também de poemas, intitulado *Tempo de mensagem*, em edição

³⁴⁹ JORGE Mautner. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/1708-jorge-mautner>. Acesso em: 17 de março de 2026. Verbete da Enciclopédia.

conjunta com o Clube de Poesia. Depois, pelos relatos disponíveis, passou a fazer parte do movimento Catequese Poética, liderado pelo poeta Lindolf Bell. Fez parte da diretoria da União Brasileira de Escritores, e teve uma carreira eclética. Estudou física, lecionou design, trabalhou em televisão e escreveu para a revista *Voz Lusíada* e o jornal *Escritor*³⁵⁰. Como Mautner, dissociou-se da Livraria Martins após suas primeiras publicações.

A década marcou também o lançamento de ao menos outras quatro coleções temáticas. O projeto mais audacioso – e também mais caro – foi o lançamento da Enciclopédia da Civilização e da Arte, publicação que estava sendo lançada na Itália na mesma época, com autoria de B. M. Ugolotti e R. Legnani, com mapas, esquemas e reconstruções a cargo de Élio Bertin. As obras, mais uma vez, tiveram tradução de Sérgio Milliet. Pelo que está registrado na publicação, o planejamento e orientação gráfica foram de Giuseppe Maltese, cuja parceria com a Martins se intensificava desde o lançamento de *Trópico*, em 1957. A previsão era de que a coleção tivesse 12 volumes, em formato grande, cada um deles com grande riqueza de ilustrações³⁵¹. O primeiro volume dedicado à Pré-Renascença, quinto da coleção, trazia 360 imagens coloridas, sendo esse o padrão médio das obras. Porém, no período em que a coleção foi lançada, entre os anos de 1962 e 1964, a inflação teve subida vertiginosa. Se já vinha em movimento crescente desde 1959, quando a taxa anualizada chegou a 39,2%, em 1962 chegou a 49,4%, em 1963 a 72,8% e em 1964 a 91,8%³⁵², fazendo com que o custo de produção ao final do oitavo volume equivalesse, para cada número, ao total inicialmente estimado para a coleção inteira. Em função desse fator e da percepção de que o público para esse tipo de obra era restrito, a editora preferiu suspender a coleção antes de completá-la, parando no segundo volume da Renascença, o oitavo no total³⁵³.

As coleções infantojuvenis, que já na virada da década tinham conquistado bastante espaço no catálogo da Martins, com os 12 volumes de *As mil e uma noites* e os seis das *Jóias da literatura infantil*, ganharam mais duas séries em meados dos anos 1960. *Ler e saber*, enciclopédia colorida em doze volumes foi lançada em 1966 visando um público juvenil, segundo o subtítulo. Aos olhos de hoje, no entanto, seria um produto mais bem direcionado caso se voltasse à faixa dos sete aos dez anos, olhar que pode se dever a mudanças de perfis geracionais num intervalo

³⁵⁰ Jornal de Poesia. Disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br/bettyvidigal.html#bio>. Acesso em 17.3.2026

³⁵¹ HALLEWELL, op. citada, pág. 564

³⁵² IBGE (1987) Dados de 1913 a 1986. 1987, Conjuntura econômica. Índices médios anuais. In: A ordem do progresso. – Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. ABREU, Marcelo de Paiva (org.) Rio de Janeiro: Campus, 1989. Págs. 406-407.

³⁵³ HALLEWELL, op. citada, pág. 564

de sessenta anos. Foi mais uma coleção que a Martins trouxe ao Brasil com a intermediação da italiana Maltese.

Em 1967, nova investida no público juvenil. Após detectar o apelo religioso explorado em 1964 e 1965 pela Editora Abril com o lançamento da *Bíblia Sagrada Ilustrada, Antigo e Novo Testamento*, em 8 volumes, um dos maiores sucessos editoriais daqueles anos, Martins publicou a *História sagrada para meninos e meninas*, seis volumes em formato 17x26cm, coloridos e ilustrados, vertidos da edição original francesa *Histoire sainte pour garçons et filles – L'ancien et le nouveau testament – Les Evangiles, Les Epitres*, de Robert Tamisier, publicada pela editora Les Presses D'Or.

Essas coleções e aquelas lançadas na virada entre as décadas de 1950 e 1960 levaram a Martins a figurar entre as principais editoras em “uma relação de fontes de livros para crianças utilizada pela Biblioteca Pública de São Paulo”³⁵⁴ em 1967, na qual aparecia entre treze editoras, ao lado de Melhoramentos (a primeira da lista), Brasiliense, Cultrix e José Olympio, entre outras.

A partir de 1963, a editora investiu em duas coleções buscando, em função de seus formatos e abordagem, um caráter mais acessível e popular. A primeira, cujos números inaugurais saíram em 1963, foi a Escritores Norte-americanos (ENA), American writers, no título original da licenciante Universidade de Minnesota. Até então, a Martins só havia impresso seus livros em tamanho pequeno na Coleção Mosaico, com livros em capa dura³⁵⁵. Na ENA, as obras seguiram o formato do original americano, 11,5 x 16cm e 84 páginas. Traziam uma biografia crítica dos escritores em foco ou de temáticas ligadas à cultura do país, como o teatro ou as revistas literárias. As pequenas brochuras lembram duas coleções que fizeram sucesso anos depois, quando da retomada da Brasiliense por Caio Graco Prado, no final dos anos 1970, início dos 1980: a Primeiros Passos e a Encanto Radical.

A segunda coleção foi a Leituras do Povo. Em 1964, poucos dias após o golpe militar de 31 de março, o Jornal do Brasil veiculou uma nota na Coluna de Literatura, escrita por Lago Burnett, listando cinco títulos e autores da nova empreitada, com uma frase de encerramento, sem atribuição de autoria, que dizia tratar-se de “uma réplica à Coleção Cadernos do Povo

³⁵⁴ HALLEWELL, op. citada, pág. 373

³⁵⁵ Aqui e ali houve uma ou outra exceção, como Luiz Lambert (com o Louis traduzido dessa forma), de Honoré de Balzac, publicado em uma brochura no formato 12x18cm na coleção Excelsior. Impresso na Tipografia Rossolillo, não traz a data no colofão nem nas páginas de abertura. A tipografia foi muito usada pelo jornalista, escritor e historiador Nuto Sant'Anna, que imprimiu algumas de suas obras no final dos anos 1940. Sant'Anna chegou a dividir a direção da Revista do Arquivo Municipal com Barros Martins no período em que esteve à frente do Departamento de Cultura.

Brasileiro, da Editora Civilização Brasileira”³⁵⁶, lançada por Ênio Silveira em 1962, para discutir os grandes problemas do país “sem qualquer sectarismo” e com “o objetivo principal de informar”³⁵⁷.

Como as mudanças emitem sinais antes de acontecer de uma vez, Martins já andava sentindo o sopro de novos ventos, tanto no que se refere ao público jovem, pessoas que cresceram no pós-guerra sob influência de outros valores e linguagens culturais, em especial o cinema e a música, como também em relação ao acirramento das tensões políticas no Brasil, intensificadas após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

Uma resposta a esse quadro traduziu-se na aquisição dos direitos de publicação da coleção lançada em 1959 pela Universidade de Minnesota. Ela vinha ao encontro da presença da cultura dos Estados Unidos no Brasil e do uso crescente da língua inglesa, seja em função da maior presença da música e do cinema originários dos Estados Unidos, seja pelo crescimento de seu predomínio nos campos da ciência e tecnologia. Com a Guerra Fria em campo, protagonizada por Estados Unidos e União Soviética, as ações que visavam influenciar diversas camadas da população, sobretudo os jovens, eram frequentes desde os anos 1950, com tentativas de ambos os lados de buscar uma supremacia cultural que se traduzisse em adesão política mundo afora.

E, no novo cenário mundial, a escolarização começou a ser mais e mais valorizada. Para se ter uma ideia do crescimento do acesso à universidade nas décadas de 1950 e 1960, na Alemanha Ocidental havia 108 mil universitários em 1950, número que subiu aos 400 mil em fins da década seguinte; “na França, o número de universitários em 1967 igualava o de secundaristas em 1956”³⁵⁸; na Itália, com um pouco de atraso no estímulo ao acesso, o Ministério da Educação aboliu os vestibulares em 1965, passando a tratar a universidade como um direito coletivo. Em 1968, a Universidade de Bari, que costumava receber 5 mil alunos, havia passado a 30 mil, a de Nápoles, a 50 mil e a de Roma a 70 mil. A rapidez da expansão, no entanto, causou confusão e resultados educacionais aquém do projetado³⁵⁹.

No Brasil, o número inicial de universitários também era bastante baixo até o começo da escalada ascensional. Em 1940, havia 20.017 universitários; em 1950, eram 44.100; em 1960,

³⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 17/4/1964, caderno B, pág. 3

³⁵⁷ Hallewell, op. citada, pág. 596, fragmento do texto de capa dos “folhetos populares” que constituíam a série.

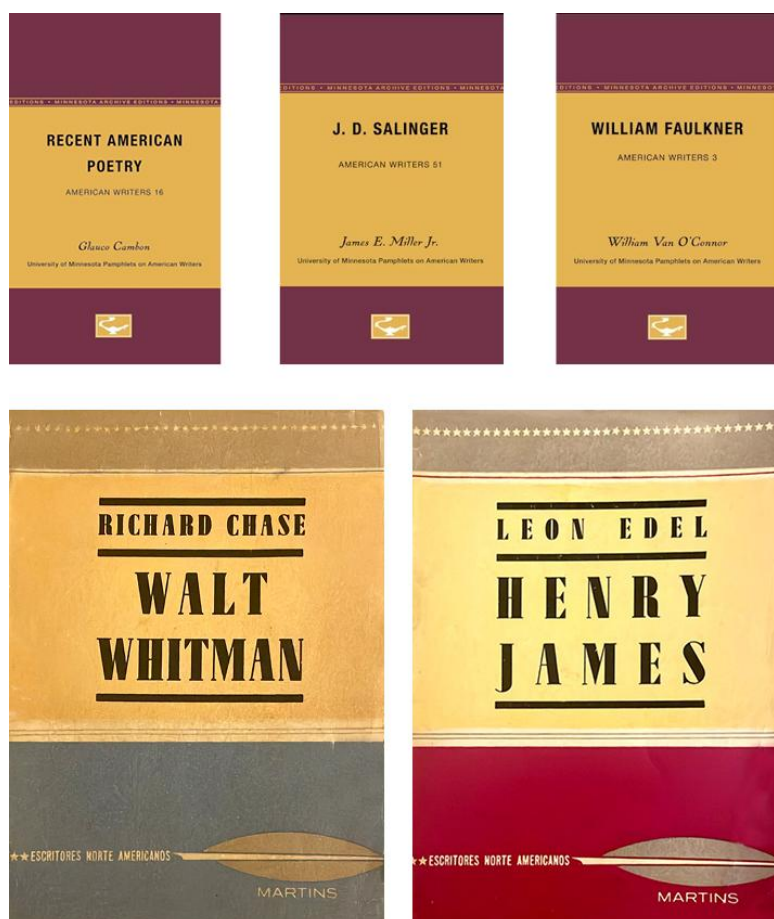
³⁵⁸ JUDT, Tony. **Pós-guerra. Uma história da Europa desde 1945**. Tradução: José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Págs. 396-400.

³⁵⁹ Idem, idem.

93.202. Esse total sobe para 142.386 em 1964 (aumento de 52,6%) e para 425.478 universitários em 1970 (aumento de 199,2% em relação a 1964 e de 357% em relação a 1960)³⁶⁰.

Havia, portanto, uma considerável parcela da população com potencial de constituir-se como um novo público leitor. Escritores Norte-Americanos foi uma tentativa de se avizinhar a esse público mais afeito à cultura estadunidense ou que os próprios Estados Unidos lutavam para conquistar. A coleção da University of Minnesota Press, Pamphlets on American Writers, começou estampando Ernest Hemingway na capa, com uma espécie de biografia literária comentada por Philip Young, professor da Universidade da Pensilvânia e especialista na obra do escritor. O formato era sempre este: a obra de um escritor comentada por um especialista (escritores, críticos, jornalistas, acadêmicos). Nos Estados Unidos, foram publicados textos sobre mais de 100 autores.

Acima, as capas da edição original de Escritores Norte Americanos, sempre no mesmo padrão; abaixo, a versão brasileira, com variações.



³⁶⁰ HALLEWELL APUD CATALDO, Fabiano, op. citada, págs. 226-227. O autor fez uma compilação de dados trazidos por Hallewell.

A edição brasileira seguiu o padrão americano, com pequenas modificações. Não havia mais as palavras coleção ou biblioteca, como em outras séries da Martins. Esta foi identificada apenas como “Escritores Norte Americanos” (sem hífen). A capa tinha pequenas alterações em relação ao original: ambas dividiam o espaço em três partes, com fundo colorido, mas a americana trazia as informações – nome do escritor retratado, nome da coleção e número na parte superior da faixa central, encimada por uma borda fina com a inscrição Minnesota Archive Editions, além dos nomes do ensaísta e da Universidade na parte de baixo. As cores de fundo eram fixas. No pé da página, apenas o símbolo da editora. Os pesos das letras eram equilibrados, com corpo maior para o autor retratado, em negrito, e menor para o comentarista, em itálico. Tudo bastante discreto e elegante.

Na versão brasileira, a faixa de cima trazia pequenas estrelas (remissão à bandeira americana) que ocupavam toda a linha, em um tom de marrom (variável); a faixa central, com fundo mostarda, amarelo ou verde, era composta primeiro pelo nome do analista e depois, ao centro, pelo nome do escritor analisado, em corpo bem maior. Ambos ficavam entre fios de espessura bem grossa. Na grande faixa inferior, à esquerda, três estrelinhas eram seguidas do nome da coleção, de onde saía uma espécie de faixa branca, que ia afinando e dividia duas esferas que fazem lembrar o prédio do congresso, em Brasília (mas que provavelmente não tinham nada a ver com ele). Sob as esferas, a palavra “Martins”. E, acima e abaixo da faixa central, duas faixas pequenas brancas com linhas, uma um pouco mais espessa que a outra.

No todo, a versão americana parece prescindir do aumento do tamanho da letra, optando por uma capa mais limpa. A brasileira investe mais nos nomes do duo escritor/analista.

No início do livro, as páginas de identificação da obra e folha de rosto, logo antes do texto, um pequeno currículo que ressalta a importância do analista, paratexto que visava afirmar a qualidade de quem comentava a obra do escritor, aparece centralizado na página, vertical e lateralmente, com destaque. Entre 1963 e 1966, a Martins lançou 44 livros da coleção, visando apresentar ao público brasileiro autores e produção cultural norte-americana.

A iniciativa vinha a calhar com as ações que os Estados Unidos promoviam desde 1953 por intermédio da USIA (United States Inteligency Agency) e seus postos avançados distribuídos por diversos países (USIS). As representações americanas no exterior visavam, a partir de um programa do governo de Dwight Eisenhower (1953-1961), “apresentar ao mundo as políticas e objetivos dos Estados Unidos (...) o necessário é ter políticas claras, dedicadas aos objetivos da

paz universal, liberdade e progresso. Essas políticas tem de ser conhecidas e entendidas por todos os povos ao redor do mundo”³⁶¹.

As ações, nem sempre assim tão claras, visavam propagar e propagandear a cultura do país, reforçando as ferramentas no campo das disputas ideológicas e culturais. Ainda nos anos 1950, a USIA produziu e distribuiu filmes, promoveu um programa de aproximação entre pessoas físicas e empresas dos Estados Unidos em diversos países, conquistando espectadores e interlocução direta com personagens-chave da sociedade, economia e governos estrangeiros³⁶².

A partir da administração de John Kennedy, em 1961, o foco estratégico se voltou prioritariamente aos países africanos e latino-americanos, em que foram abertos, respectivamente, oito e onze novos postos da agência. Entre as recomendações para potencializar a estratégia figuravam, entre outras, a diminuição de procedimentos burocráticos; a definição da juventude e estudantes como alvos prioritários; o aumento da produção de filmes e patrocínio de festivais; a produção de pesquisas, com envolvimento de acadêmicos, de temas de interesse governamental e “a ampliação de parcerias com editoras e revistas para divulgação de material produzido pela USIA, dando especial atenção aos quadrinhos”³⁶³.

Entre 1953 e 1968, a USIA financiou aproximadamente 1,4 mil títulos para publicação no Brasil, atingindo 8 milhões de cópias. Outro órgão do governo norte-americano, o ICS (*Information Center Service*), era o responsável pelos quatro programas de editoração de livros que faziam parte das ações da USIA: o Programa de Tradução de Livros (*Book Translation Program*), o Programa de Desenvolvimento do Livro (*Book Development Program*), o Programa de Livros Didáticos (*Textbook Program*) e a coordenação das ações editoriais da *Franklin Book Programs*.

No caso específico de José de Barros Martins, a documentação revela que ele recorreu ao escritório do Rio de Janeiro da USIS em ao menos três ocasiões entre 1962 e 1963. Em agosto de 1962, carta do representante no Rio de Janeiro para o escritório central em Washington relata o interesse de Martins em uma publicação da Time Incorporated, lançada no ano anterior e ricamente ilustrada.

Um dos mais importantes editores do Brasil, dr. José de Barros Martins, da Livraria Martins Editora, está muito interessado em publicar uma edição brasileira de The

³⁶¹ MOZER, Josiane. *Arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)*. Tese de doutorado, 2020. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020, págs. 45-53

³⁶² MOZER, J., op. citada, idem.

³⁶³ Idem, idem, pág. 56

Life Treasury in American Folklore. Obviamente, ele precisaria de um significativo apoio da USIS num projeto de custo tão alto como este.

Pensamos bastante sobre este projeto e acreditamos que valha a pena fazer um considerável esforço para fazer com que seja bem-sucedido. Precisamos mais do que a cooperação usual de Life para as editoras.

Uma possibilidade seria aproximar a Life dessa proposta e considerar uma publicação conjunta com a Livraria Martins Editora para uma edição brasileira deste livro. Com nossa ajuda, ele poderia obter muita publicidade aqui e, acreditamos, uma razoável rede de distribuição.

Desde que uma edição especial de Life seja distribuída regularmente no Brasil, isso poderia fornecer à empresa matriz um bom instrumento para aumentar seu próprio prestígio entre os brasileiros, particularmente entre aqueles a quem Life mais deseja alcançar.

Esta pode ser uma boa peça de relações públicas para a Life, o que ao mesmo tempo ajudaria nosso programa. Uma segunda possibilidade, caso a primeira proposta seja descartada, seria a de que a Life fornecesse os direitos e as chapas offset para as ilustrações, ou a melhor alternativa possível para reduzir os custos ao máximo.

Solicita-se que a agência investigue minuciosamente a proposta apresentada acima e relate suas conclusões o mais breve possível³⁶⁴.

Em outras duas ocasiões, o representante da USIS no Rio de Janeiro pediu apoio ao *ICS Book Program* para publicar obras sobre as quais José de Barros Martins havia demonstrado interesse. Em outubro de 1962, o pedido foi para a publicação completa, incluindo ilustrações que tivessem qualidade para reprodução, de *Nossa herança literária* (Our Literary Heritage)³⁶⁵, do crítico literário Van Wyck Brooks em parceria com Otto Bettmann, arquivista especializado em imagens. O livro havia sido publicado pela E. F. Dutton and Company. Em agosto de 1963, o pedido foi para a publicação de *A história da conquista do México*, do historiador americano William Prescott³⁶⁶. Na justificativa da requisição há menção ao fato de que a obra não estava disponível em português já havia muitos anos, além de Martins já ter providenciado sua tradução e acordado com o historiador Lewis Hanke, diretor da Fundação Hispano-Americana, um prefácio para a publicação. O livro integraria uma nova coleção, batizada de “Os grandes livros do mundo – obras indispensáveis ao conhecimento humano e a difusão da cultura universal”.

³⁶⁴ USIA. RG 306. Brazil USIA Program Summary, Jul. - dez, 1962. Entry P 58. Book Program, Operations Memorandum 247966, Ago, 1962. Container 4, Box 2. National Archives Records Administration, College Park, Maryland, EUA.

³⁶⁵ USIA. RG 306. Brazil USIA Program Summary Jul. - dez, 1962. Entry P 58. Book Program, Operations Memorandum 250468, Out. 1962, Container 4, Box 2. National Archives Records Administration, College Park, Maryland, EUA.

³⁶⁶ USIA. RG 306. Brazil USIA Program Summary, Maio – jun 1963. Entry P 58. Book Translation Program, Operations Memorandum 257956, março, 1963. Container 4, Box 2. National Archives Records Administration, College Park, Maryland, EUA.

Em nenhum dos três casos, José de Barros Martins teve seus pedidos atendidos ou, se os teve, não conseguiu publicar as obras requisitadas, nem mesmo a coleção mencionada na carta ao escritório de Washington. Eram, pelo que se depreende das comunicações, obras de alto custo, com muitas ilustrações, fato comum nos livros da Martins. O mais provável é que tenham sido avaliadas como não aderentes aos programas de difusão do ICS/USIA, que se voltavam a um público que julgavam pouco letrado e para o qual a difusão de suas ideias seria mais fácil com o recurso de leituras de mais fácil absorção, como os quadrinhos mencionados nas prioridades estratégicas de John Kennedy.

Porém, a Martins foi apoiada pelo *Book Program* em Escritores Norte-Americanos, como atestam os arquivos dos programas, onde consta o financiamento de 41 dos 44 títulos editados no Brasil³⁶⁷, e em notas publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo, na coluna do jornalista Leonardo Arroyo, sob o título “Americanos”:

O Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (USIS) está distribuindo para a crônica literária os vários volumes que integram a série Escritores Norte-Americanos, da Livraria Martins Editora. Trata-se de pequenos estudos feitos por especialistas sobre romancistas, poetas, teatrólogos e ensaístas dos Estados Unidos, cobrindo vários períodos da história literária do país. Dos volumes recebidos, temos Benjamin Franklin, de Theodore Hornberger, em tradução de Laís Pestana Silva; John dos Passos, de Robert Gorham Davis, tradução de Lígia Junqueira; Washington Irving, de Lewis Leary, em tradução de Antônio Carlos de Jesus; Erza Pound, de William Van O'Connor, tradução de Lígia Junqueira; e Novos romancistas norte-americanos, de Jack Ludwig, em tradução de Olímpio Monat. Esta importante série de estudos que nos dá a noção exata do teor, profundidade e valor dos escritores norte-americanos em seus vários tempos históricos, foi originalmente preparada e publicada pela University of Minnesota Phampelets on American Writers University of Minnesota³⁶⁸.

A Divisão Bibliográfica do ICS selecionava listas de livros que analisava para oferecer aos editores de outros países, seguindo critérios que, obviamente, serviam aos interesses do programa. “No Brasil, por exemplo, temas como nacionalismo, democracia, capital privado, energia nuclear, Revolução Cubana foram prioritários ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970”³⁶⁹.

Como a divulgação cultural de um país é sempre fator que embute seus valores e visão de mundo, ainda que podendo comportar dissensões, é provável que a coleção tenha sido oferecida a José de Barros Martins, que, imagina-se, viu ali a oportunidade de atingir um novo público

³⁶⁷ USIA. RG 306. Records Relating to the Book Program, 1966-1999. Entry 1091. Box 3. National Archives Records Administration, College Park, Maryland, EUA.

³⁶⁸ *Folha de S.Paulo*, 27/1/1965, coluna Livros e autores, Leonardo Arroyo, pág. 19.

³⁶⁹ MOZER, J., op. citada, pág. 80.

praticamente sem custos, pois a USIA bancou edições de seis mil exemplares para cada um dos títulos, além de auxiliar na sua divulgação. Sobre a distribuição, não há elementos indicativos de que isso tenha ocorrido.

Entre os autores biografados e com obras comentadas na ENA, muitos já eram bem conhecidos no Brasil, a começar por Ernest Hemingway, que inaugurou a série. Poucos anos antes, *O velho e o mar*, lançado em 1956 pela Civilização Brasileira, obtivera – e continuava a obter – edições sucessivas. Cinco dos autores presentes na coleção formavam o grupo batizado em 1941 pelo crítico Francis Otto Matthiessen como “A Renascença americana”³⁷⁰. Eram eles Ralph Waldo Emerson, Nathaniel Hawthorne, Herman Melville, Henry David Thoreau e Walt Whitman. Destes, apenas Melville não foi editado pela Martins.

As obras destes cinco começaram a chegar ao Brasil por volta de 1936, quando a Editora Cultura Moderna lançou *Os super homens* (Representative Men, traduzido por Galeão Coutinho), de Valdo Emerson. A Martins foi uma das casas pioneiras na publicação de algumas das obras desses autores. De Emerson, a editora lançou em 1940 um dos primeiros volumes de sua coleção Biblioteca do Pensamento Vivo, com seleção de textos de Edgar Lee Masters e tradução de Ida Goldstein, reunido excertos de *Homens representativos* (assim traduzido) e de seus discursos.

De Nathaniel Hawthorne, a Martins e a José Olympio lançaram as primeiras traduções no Brasil. Enquanto Olympio publicou *A letra escarlata*, a editora paulista lançou, na coleção Excelsior, *A casa das sete torres*, com tradução de Lúcia Autran Rodrigues Pereira. Ambas as obras são de 1942. Em 1947, seu conto *A consoada do quacre* integrou a coletânea *Histórias de Natal*, organizada por Araújo Nabuco. De Melville, a primeira edição brasileira foi uma adaptação de *Moby Dick*, com tradução de Monteiro Lobato e Adalberto Rochsteiner, de 1935. Em 1940, a José Olympio lançaria a versão integral do livro, traduzido por Berenice Xavier.

Thoreau também estreou por aqui por meio da Biblioteca do Pensamento Vivo, da Martins, com seleção de textos, organização e introdução de Theodore Dreiser e tradução de Lauro Escorel. Por fim, Walt Whitman integrou a *Antologia de poetas norte-americanos*, lançada por Editorial Novo Continente em 1942. Pela Martins, teve publicado alguns de seus poemas no livro *Walt Whitman* por Babette Deutsch, de 1965, com texto traduzido por Brenno da Silveira e poemas por Péricles Eugênio da Silva Ramos. É de sublinhar que a antologia de poemas publicada em

³⁷⁰ BOTTMANN, Denise. O quinteto da Renascença americana no Brasil. Cadernos de tradução. Florianópolis: vol. 35, número especial 1, págs. 190-211, jan.jun, 2015

1942 integrou o “projeto americanista do Bipa (Bureau de Informaciones Pan-Americano, com seu escritório brasileiro sediado no Rio de Janeiro)”³⁷¹. Ou seja, as ações para circulação da produção cultural já estavam presentes havia tempos. Apenas se intensificaram no pós-guerra.

Outra coleção da Martins que mereceu atenção especial da USIA foi a Leituras do Povo, aquela mesma que a notícia do Jornal do Brasil informava ser “uma resposta aos Cadernos do Povo Brasileiro”. A coleção da Civilização Brasileira, “uma série de folhetos populares”, na definição de Hallewell, reunia nomes e temáticas caros à esquerda brasileira, com títulos que eram perguntas, tais como *Que são as ligas camponesas?* (de Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson Werneck Sodré), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderlei Guilherme dos Santos). Responder a essas publicações que abriam espaço para o pensamento de esquerda era então uma necessidade tanto da agência estadunidense como de parcelas da população brasileira, principalmente de suas elites, atemorizadas com a possibilidade de uma revolução socialista no país.

Assim, os títulos de Leituras do Povo buscavam ou uma visão otimista da sociedade ancorada na livre iniciativa, com visão desenvolvimentista, como *Brasil zero quilômetro*, de Morel Marcondes Reis, ou colocavam em xeque as ideias de esquerda (*A favela e o demagogo*, Carlos Alberto Medina, *O homem na sociedade democrática*, de José de Assis Aragão). E, em alguns casos, também recorriam às perguntas, como em *É útil ou espoliador o capital estrangeiro?*, de Joaquim Borba *Quem faz a revolução no Brasil?*, de Pedro Colombo.

Orientações remetidas em correspondência de abril de 1964 entre Richard Wooton, coordenador do programa do livro para a América Latina e seu subordinado, Robert Smith, para que este orientasse Alan James, funcionário da USIS no Rio de Janeiro, sugerem intensificar os trabalhos de divulgação das coleções ABC democrático, da distribuidora e editora Record, e Leituras do Povo, assim como atualizar ou fazer uma sequência de *Quem faz a revolução no Brasil?*, de Pedro Colombo³⁷².

Desta coleção, foram publicados oito títulos, todos lançados em 1964, à exceção de *Brasil Ano Zero* (1963). Provavelmente sua interrupção se deve ao fato de que o golpe militar consolidara as posições defendidas pelo grupo liberal do qual José de Barros Martins fazia parte. E fora além, para seu desconforto, com as prisões de diversos intelectuais, inclusive Ênio Silveira,

³⁷¹ Idem, idem. As informações sobre as traduções dos cinco autores no Brasil foram extraídas do artigo de Bottmann.

³⁷² MOZER, Josiane. Livros e ideologia: a utilidade política dos livros subsidiados pela United States Information Agency (USIA) no Brasil. GMarx USP. São Paulo, ano 3, no. 8, 30 abr. 2022.

com quem tinha relações de amizade. Numa das tantas prisões pelas quais o editor da Civilização Brasileira passou, Martins foi visitá-lo e disse que, mesmo estando em um campo político contrário, não estava de acordo com seu arresto. Os livros de Leituras do Povo sumiram do catálogo da Martins. Já no final de 1966, data em que foi fechada a edição comemorativa dos 30 anos, nenhum de seus títulos estava listado entre as cerca de 1,1 mil obras que a editora dizia ter lançado até então. Nem mesmo a *Pequena introdução à história do cinema*, de Octavio Faria, tema que não carregava uma abordagem explícita sobre as questões político ideológicas daquele período, trazendo tão somente elementos de uma linguagem artística³⁷³. Mas talvez pelo simples fato de pertencer a uma coleção que poderia ser identificada com a ligação da editora à defesa do golpe militar, ainda que esta não tenha sido tão clara como no caso de *O Estado de S. Paulo*, ao qual a Martins, por amizade pessoal e afinidade ideológica, sempre foi ligada.

O que é importante frisar nessa disputa entre distintas visões políticas é uma função simbólica distinta que os livros adquiriram naquele momento. Tanto nos Cadernos do Povo Brasileiro como em Leituras do Povo havia o intuito de conquistar a adesão às posições do próprio campo com a oferta de livros menos sacralizados enquanto objetos. Em vez dos títulos que se notabilizavam como objetos esteticamente mais bem acabados, voltados ao colecionismo ou à sua exibição como símbolos de uma condição social que se elevava por meio da cultura, os livros passavam a investir na simplicidade, em alguns casos numa certa rusticidade que facilitasse o acesso a um público leitor até então pouco afeito à sua leitura e manipulação. E eram também objetos mais fáceis de transportar, de ler em trânsito, de servir de base a conversas acerca dos temas que interessavam no momento, no instante vivido. Em resumo, os livros saem da estante, da exposição caseira, para adquirir uma espécie de condição móvel e utilitária para pensar a realidade cotidiana. Não por acaso, ambas as coleções traziam a palavra “povo” em seu nome.

4.2 Curva descendente

Os anos de 1966 e 1967 marcaram o início de uma inflexão na história da Livraria Martins Editora. Se o patamar de lançamentos de novos títulos foi de mais de trinta exemplares entre 1962 e 1965, os dois anos seguintes registraram um número de títulos aferidos em torno de

³⁷³ O próprio Octavio de Faria, porém, expressaria em 1967, uma posição que o identificava de forma inequívoca às ações militares pelas quais o Brasil passava desde 1964. Em entrevista à revista Manchete (edição 771, 28/1/1967, págs. 30-31), disse ser “democrata pelas razões do coração e exigência da lei íntima, mas fascista por instinto e raciocínio”.

vinte novidades anuais. Note-se que não estão computadas aqui as reedições do catálogo da editora, que representavam montante significativo de suas vendas, principalmente por meio das coleções.

Martins prezava por livros de bom padrão estético, primando pelos textos clássicos acompanhados de boas ilustrações. Aproveitava efemérides, como os 100 anos da primeira edição de *Iracema*, de José de Alencar, comemorados em 1965, com o lançamento de uma edição de luxo. O livro, com ilustrações de Noemia, teve formato grande (19x26 cm), capa dura com gravação em dourado, miolo em papel bouffant especial, e tiragem de 1.600 exemplares numerados, acompanhados de um estojo de percalina.

Em 1966, saíram os quatro últimos exemplares de Escritores Norte-Americanos. Nesse ano, ao mesmo tempo que entrou em seu catálogo um nome significativo da literatura brasileira como Osman Lins, pernambucano que, depois de um período vivendo em Paris passou a residir em São Paulo, a Martins deixou de contar com a presença daquele que, ao longo de três décadas, foi seu mais presente e importante colaborador: Sérgio Milliet, falecido em novembro. Naquele ano, a editora lançou as narrativas de *Nove, novena*, de Lins, e, já como obra póstuma, *Quatro ensaios*, reunião de textos de Milliet, alguns deles prenunciadores de temáticas que ganhariam corpo nas décadas seguintes na literatura e na vida social, como “Alguns aspectos da poesia negra”³⁷⁴, assunto sobre o qual pouco se falava até então. A Martins ainda iria relançar as obras de Milliet nos anos seguintes, além de uma enciclopédia em que ele teve participação central como organizador (ao lado de Antonio D’Elia) e tradutor de alguns poucos verbetes, o *Dicionário internacional de biografias*, do historiador francês Pierre Grimal. Seus quatro volumes saíram apenas em 1969, três anos após a morte de Milliet. De Osman Lins, a editora ainda publicaria a segunda e a terceira edições do romance *O fiel e a pedra* (1967 e 1971), originalmente lançado em 1961, e os ensaios de *Guerra sem testemunhas* (1969).

As biografias não tiveram destaque apenas no dicionário de Grimal, igualando na década o número de títulos do gênero dos anos 1940, doze, conforme aferido pela pesquisa. Se a esse número se juntarem os ensaios biográficos da coleção dos escritores norte-americanos, beiram os sessenta. As biografias eram então – como o são ainda hoje – um gênero de grande interesse para o público, com consequente bom retorno financeiro para editores. Quando conseguem conjugar vida pessoal de personagens relevantes e menção rigorosa ao contexto histórico,

³⁷⁴ Texto original de 1958, publicado na série Cultura negra, da Associação Cultural do Negro de São Paulo. A própria Livraria Martins lançara outro livro abordando o tema, num ensaio de Roger Bastide para a coleção Mosaico, *Poesia afro-brasileira* (1943)

constituem boas sinédoques, permitindo a apreensão de aspectos da história por meio do exemplo concreto da experiência individual³⁷⁵. Obviamente, o uso de técnicas de boa narrativa ficcional representa um enorme desafio entre achar a medida certa do tempero para as lacunas inevitáveis com que os autores se deparam e a fidelidade ao que efetivamente se pode afirmar com base em conhecimentos objetivos, ancorados em base documental. Com José de Barros Martins já beirando os 60 anos, é plausível especular que, além da boa receptividade do público, também houvesse aí um movimento paralelo de quem começa a olhar a própria vida em retrospectiva.

Exemplos desse investimento no mergulho de personagens com força explicativa da história são *Tiradentes, o herói da independência brasileira*, de José Feliciano Oliveira, *Armando de Salles Oliveira*, de Antônio Carlos Pacheco e Silva, uma biografia romanceada, e *A vida atormentada de Fagundes Varela*, de Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, vencedor do Prêmio Jabuti da categoria em 1967. As três obras foram lançadas em 1966. Vale ressaltar o fato de que Armando de Salles Oliveira foi um personagem de quem Martins esteve próximo por intermédio de Julio de Mesquita Filho, tendo dividido com ambos seus ideais políticos.

A edição comemorativa *Martins 30 anos*, de 1967, com texto de abertura do crítico e historiador Mario da Silva Brito, ele próprio um ex-membro do corpo editorial da companhia nos anos 1940, frisava o fato de que, até o final de 1966, 1.100 títulos haviam sido publicados, resultando em aproximadamente 5 milhões de exemplares impressos naquelas três décadas. Segundo o texto de Silva Brito,

José de Barros Martins chega a este patamar do tempo – de onde descortina a obra feita, os passos dados, a vida vivida – experiente, amadurecido, conhecedor de todos os ângulos da profissão. Homem civilizado, (...) a um tempo com o pé na terra e os olhos nos sonhos, permanece fiel a si mesmo, às suas convicções e amizades.

— É o príncipe dos editores brasileiros — dizia-me, há pouco, Ênio Silveira, que dele recebeu, e momento difícil, demonstração de solidariedade que o sensibilizou: a vista do amigo que vinha ao Rio especialmente para confortá-lo no instante em que tinha os seus direitos políticos cassados, gesto que lhe ditava o coração, muito embora, àquela altura, fosse simpático à nova ordem imposta ao país³⁷⁶.

³⁷⁵ “Todas as ciências humanas reabilitam a biografia e investem neste campo de investigação pondo em prática o convite de [filósofo Wilhelm] Dilthey a apropriar-se desse método de aceder à universalidade por meio da singularidade: ‘a história universal é a biografia, quase poderíamos dizer a autobiografia da humanidade’. A humanização das ciências do homem, a era do testemunho, a busca de uma unidade entre o pensar e o existir, o questionamento dos esquemas holistas, assim como a perda da capacidade estruturante dos grandes paradigmas, todos esses elementos contribuem para o atual entusiasmo pela biografia”. DOSSE, François. **La apuesta biográfica – Escribir una vida**. Valencia: Publicacions Universitat de València, 2007, pág. 407

³⁷⁶ BRITO, Mario da Silva (org.). **Martins, 30 anos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967. Págs. XXXI-XXXII.

Ainda que a continuação do texto laudatório enfatize que o que importava ao editor naquele momento era menos o tempo vencido do que as perspectivas de futuro, o fato concreto é que uma conjunção de fatores que ali começam a tomar corpo de forma mais evidente afetariam de forma crescente a Livraria Martins Editora, fazendo dos anos seguintes um terreno muito mais incerto e no qual passou a ser mais difícil projetar a editora para os anos vindouros. Se em 1967 a pesquisa ainda conseguiu chegar a 20 novos títulos lançados, a partir de 1968, esses números entraram em declínio, chegando a apenas seis em 1971 e ao máximo de 12 em 1974³⁷⁷.

Dois aspectos que afetaram a editora merecem uma leitura conjugada: o fato de Martins ter abdicado da edição de obras voltadas às ciências sociais e à política (publicou alguns raros títulos de política nos anos 1960) e a conjuntura social do país, acrescida do fato de, como escreveu Silva Brito, ele ser “simpático à nova ordem imposta ao país). Ora, com o crescimento substantivo dos cursos universitários no Brasil, inclusive com a embrionária pós-graduação, e a alavancagem promovida também pelo calor das discussões políticas, filosóficas e sociais que extrapolavam em muito a realidade e a produção brasileira, os livros voltados ao universo acadêmico cresceram em grandes proporções. Prova disso são as coleções e títulos isolados lançados por editoras como Zahar, Civilização Brasileira, Difel, Pioneira (que a partir de 1960 passou a investir nessas temáticas), além do surgimento de novas casas, como a Editora Perspectiva, cujo timoneiro, Jacó Guinsburg, se formara na Difel com Paul Monteuil.

Muitas dessas coleções eram fruto de tradução e autoria dos intelectuais que começaram a se formar desde os anos 1930, e que, por sua vez, formaram ou estavam formando as novas gerações, gente que tecia não só novas teses e livros, como também reflexões e ideias a partir de novos pontos de vista, mesmo no campo historiográfico, sempre tão caro a Martins. E, obviamente, esse público também era consumidor dessas novas perspectivas materializadas em livros. Porém, agora pendendo mais à esquerda do arco ideológico e com menos adesão às

³⁷⁷ É importante salientar dois aspectos com relação a isso: assim como em todo o período levantado (1939-1981), é possível que haja lacunas não constatadas pelas variadas fontes a que a pesquisa recorreu. No entanto, o próprio livro comemorativo menciona um número de lançamentos (1.100 até o final de 1966), mas traz listados apenas 848 títulos. É verdade que alguns deles entraram como apenas um título quando na verdade eram mais, como o *Documentário Arquitetônico*, de Wasth Rodrigues, editado em oito volumes. Mas o caminho inverso ocorreu com *Homens de São Paulo*, mencionado dez vezes, uma para cada um dos dez autores de um único livro. Em segundo lugar, ressalte-se que nesse período continuaram a acontecer reedições de vários dos títulos da companhia, sendo que já nos anos 1970 há coedições em parceria com o Instituto Nacional do Livro, como em muitos títulos de Mário de Andrade, e com a Editora da Universidade de São Paulo, cujo foco principal foram as obras das duas bibliotecas históricas, a brasileira e a paulista.

ideias liberais, não só pelas mudanças que tinham lugar no mundo todo, mas também pela adesão de muitos de seus defensores ao golpe militar.

Várias dessas obras de ciências humanas e sociais, como mostra o catálogo da Perspectiva ao longo das últimas seis décadas, são dos chamados *long-sellers*, títulos que têm uma curva de vendas que, mesmo sem grandes tiragens em suas primeiras edições, se estende ao longo do tempo por sua relevância formativa nos cursos universitários e ambientes de discussão intelectual, como é o caso, até hoje, de coleções como Debates e Estudos, que permanecem com forte presença no meio universitário.

Com sua opção de foco predominante na literatura, a Livraria Martins distanciou-se desse público. E, adicionalmente, assim como aconteceu com a José Olympio, a editora começou a sentir os efeitos de um fenômeno paralelo e complementar: os autores do seu catálogo estavam envelhecendo, ao mesmo tempo que havia um declínio do interesse pela literatura ficcional.

No pós-guerra, a “Casa” “passara a contar cada vez mais com novos livros (e novas edições dos autores que havia lançado antes da guerra, como Dinah Silveira de Queiroz”³⁷⁸. Hallewell aponta um certo descaso da José Olympio com alguns de seus autores, o qual credita à saída de Vera Pacheco Jordão da editora, na qual teve papel fundamental desde o seu início. Por esse descaso, a família de Graciliano Ramos resolvera trocar a Casa pela Martins em 1960. Também nesse período, nomes como Antônio Callado e Dalton Trevisan migraram para a Civilização Brasileira. “Praticamente o único nome novo na década de 1960 foi o de José Cândido de Carvalho, cujo romance *O coronel e o lobisomem* surgiu em 1964, mas o livro não causou impacto sensível antes de março de 1971”³⁷⁹.

Já no início da década seguinte, em 1972, o dono da Martins se lamentava desse declínio, em reportagem intitulada “O mercado do livro no Brasil”³⁸⁰.

“A literatura já não vende como antes”, diz José de Barros Martins, um livreiro que se orgulha de também ser escritor e que melancolicamente chama de “taxa de sacrifício” os 50 ou 60 mil cruzeiros que sua empresa gastará este ano com os novos escritores que chegam à Martins sobraçando romances manuscritos. Para ele, como para a maioria dos que permaneceram fiéis à literatura, o ideal já não compensa os riscos.

³⁷⁸ Hallewell, op. citada, pág. 523

³⁷⁹ Idem, idem, págs. 525-526.

³⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 2/4/1972, Suplemento Literário, pág 1 (145 da edição).

Numa tentativa de seguir o passo dos novos tempos, José de Barros Martins coordenou, ainda nos anos 1960 uma mudança dos padrões gráficos na editora, visando sua modernização. Saiu de cena o logotipo do Bandeirante com livro e espigas de trigo nas mãos, substituído por letras sobrepostas e estilizadas com as iniciais L, M, E. As capas também foram passando por mudanças de padrão, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto. No conjunto, a impressão que fica é de uma despersonalização da editora, algo que se acentua com algumas escolhas – ou imposições de momento, nos anos 1970.

A mudança do logotipo não entra no rol dos grandes orgulhos editoriais da companhia. “Era uma coisa de ‘vamos modernizar!’ Não lembro quem fez, provavelmente foi um rapaz que trabalhava na Revista dos Tribunais, onde imprimíamos quase tudo, ele gostava de mexer nisso. Chamava Flávio não sei o quê”, relembra José Fernando Martins³⁸¹.

Em relação a coleções já tradicionais do selo da Martins, também houve algumas impermanências. No caso das coletâneas de contos, em função de mudanças na legislação de direitos autorais, a republicação sem autorização ou pagamento desses direitos, como as editoras vinham fazendo até então, tornou-se indisponível do ponto de vista legal. Como os termos que regem os direitos de autor sofreram grandes variações desde o século XVIII, com países seguindo os princípios advindos da França com o *droit d’auteur* e outros os dos Estados Unidos, com o *copyright*, passando por várias convenções internacionais³⁸², durante muitos anos prevaleceu no Brasil a ideia de que um texto que por si só não constituísse uma obra estava livre para reprodução. Interpretação um tanto falaciosa, pois nada impede que se faça um livro de pequenas dimensões apenas com um conto. Porém, ao que parece, essa prática só começou a sofrer maiores contestações após a revisão do Tratado de Berna (século XIX), ocorrida em Estocolmo, em 1967³⁸³. Depois disso, a legislação brasileira, em 1971 e 1975, também tornou

³⁸¹ Depoimento ao autor, em 3/10/2025

³⁸² A esse respeito, ver: CRISTOFARO, Flávia Sávio. A evolução dos tratados internacionais sobre direito autoral: reflexos do antagonismo entre *droit d’auteur* e *copyright*. In BSBC Advogados. Disponível em <https://bsbcadvogados.com.br/a-evolucao-dos-tratados-internacionais-sobre-direito-autoral-reflexos-do-antagonismo-entre-droit-dauteur-e-copyright/>. Acesso em 31/3/2026. Ver também: Decreto 75.699, de 6/5/1975. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75699.htm. Acesso em 31/3/2026

³⁸³ Segundo Hallewell, o que havia desde os anos 1950 era uma interpretação “engenhosa” do artigo 666 do Código Civil, segundo a qual era possível “incorporar partes de obras já publicadas a seu próprio texto, desde que este fosse de natureza científica ou tivesse propósito literário, didático ou religioso – a chamada cláusula de “reprodução lícita” (pág. 582-583). Com o uso abusivo de algumas editoras e a mudança no cenário internacional, além de ações nos tribunais brasileiros, a Justiça começou a olhar a questão com mais rigor e declarou o artigo 666 inconstitucional.

o laissez-faire dos contos menos permissivo e a tão disseminada febre das antologias precisou seguir certos ditames que tornaram sua edição menos atraente do ponto de vista financeiro.

No caso da Biblioteca do Pensamento Vivo, que a Martins publicava sob licença desde 1940, a partir de 1967 a editora começou a condensar a obra de dois autores em um único volume. Assim, Montaigne e Spinoza saíram no mesmo livro, assim como Pascal e Descartes, Confúcio e São Paulo, Voltaire e Rousseau, Schopenhauer e Kant, José Bonifácio e Rui Barbosa, Emerson e Thoreau. Algumas hipóteses para justificar a decisão são a adaptação da coleção a um número menor de exemplares, dos vinte antes habituais para dez, com a consequente diminuição de preço do pacote completo.

O fato, como admitiu José Fernando de Barros Martins, é que a diminuição do número de lançamentos novos se deveu em grande parte à estratégia de concentrar as vendas em coleções comercializadas via crediários. Opção feita também por outras editoras, como José Olympio e Brasiliense.

Esse modelo de negócio foi se exaurindo pela conjugação de períodos de inflação alta, aliada aos investimentos em papel e gráfica feitos antes de qualquer recebimento, e posterior inadimplência de empresas que intermediavam as vendas. Por mais que a inflação fosse declinante entre a segunda metade da década de 1960 e 1973, ano do menor índice desde 1951, os preços ao consumidor nunca variaram abaixo dos dois dígitos no Brasil de então. E, a partir do final de 1973, o cenário do milagre econômico dos governos militares sofreria o impacto da crise do petróleo, deflagrada com a guerra de Israel contra Egito e Síria em outubro daquele ano.

Mesmo se considerarmos que nos anos do milagre a classe média, ou ao menos os seus estratos mais altos, tiveram maior acesso a bens de consumo, o fato é que as editoras não foram beneficiadas por esse contexto, a não ser aquelas que se dedicavam à venda de livros didáticos. A José Olympio, por exemplo, entrou nesse mercado em 1968, com a coleção Didática Dinâmica³⁸⁴. Essas companhias conseguiram manter suas vendas ou até aumentá-las em função da expansão do acesso à educação básica. Muitas outras, porém, sofreram com aumento de seus custos de produção.

³⁸⁴ HALLEWELL, op. citada, pág. 522.

Ao traçar paralelos entre as editoras que se consagraram com a venda de literatura e aquelas que passaram a apostar nos livros escolares a matéria de *O Estado de S.Paulo*³⁸⁵ mostra os contrastes presentes naquele início da década de 1970.

A Editora do Brasil, que surgiu em 1943, formada por um grupo de seis professores ex-colaboradores da Editora Nacional, tem crescido à razão de 9% ao ano nos últimos dez anos, conforme seu diretor, Carlos Costa. Seu crescimento se relaciona diretamente com o crescimento de seu mercado potencial: os 19 milhões de estudantes brasileiros, cujo número também aumenta anualmente. Daí as diferenças: enquanto a Martins ainda hoje edita títulos com tiragens de dois a três mil exemplares, a Editora do Brasil sai sempre, no mínimo, com 20 mil exemplares.

Por isso, as editoras de livros didáticos crescem mais e têm capital maior que as poucas que ainda se arriscam ao livro de ficção. Tanto no terreno do investimento quanto no dos lucros, a vantagem fica sempre com o mercado de fim de ano dos livros para escolas. Em 1971, por exemplo, a Martins movimentava um capital de CR\$ 8 a 9 milhões para lucrar R\$ 400 mil, ao passo que a Saraiva conseguia um lucro de até 30% na venda de seus livros de direito – 40% do total de títulos produzidos.

Entretanto – e nisso todos editores concordam – foi muitas vezes graças aos chamados “cavalos de batalha” da ficção que a maioria das editoras de livros didáticos cresceram. Foi o êxito dos livros de Monteiro Lobato que permitiu o crescimento da Brasiliense, como foi com Erico Veríssimo, como escritor e consultor editorial que a Globo encontrou seus momentos de maior glória.

Em artigo na mesma edição do Suplemento Literário, o escritor e empresário Nelson Palma Travassos, um dos grandes responsáveis pelo sucesso das editoras de José Olympio e José de Barros Martins nas décadas de 1930 e 1940 por meio dos financiamentos que lhes concedia para a impressão, listou algumas das causas que avaliava como responsáveis das transformações então em curso. Elas iam de mudanças do papel das livrarias no ambiente social das sociedades, tendo deixado de ser local de encontro de escritores, historiadores, juristas, cientistas e intelectuais em geral, para tornarem-se uma espécie de entreposto de livros didáticos. “Afastaram-se eles do público e ninguém, a não ser acidentalmente ou nos recintos fechados dos institutos de letras e ciências os conhece pessoalmente”.

Além disso, o público leitor era alvo de concorrência de outras atrações, como cinemas e televisão e, mais importante, o setor editorial tinha grande dificuldade para obtenção de crédito “ao contrário de outras áreas, como os produtores de grãos”, comparava. Porém, mais do que tudo, Travassos creditava a crise editorial ao envelhecimento da visão do papel do editor e de sua inserção no processo de produção do livro.

O editor de hoje continua sendo um homem de ontem quando a vida humana (uma repetição constante de fatos) não requeria que ele deixasse a sua clausura, rodeado

³⁸⁵ O Estado de S.Paulo, 2/4/1972, Suplemento Literário, pág. 1

da corte dos pretendentes a serem editados, para bem desempenhar suas atividades profissionais. Não se imiscui à turba para conhecer os seus problemas e equacionar com sua aguda sensibilidade e as obras que devem ser editadas.

O comércio de hoje, qualquer comércio, mas principalmente o da inteligência é cheio de sutilezas que precisam ser ponderadas. Há um grande erro em julgar que o editor deva ser um intelectual, um homem de cultura, quando ele apenas necessita ser sensível, uma espécie de Gladstone, cujo êxito consistia em adivinhar, com 24 horas de antecedência, o que o povo inglês ia querer.

Torna-se preciso que o editor ponha-se em contato com a juventude no intuito de conhecer os seus anseios, pois afinal de contas, o livro não é feito para o respaldo da geração passada, mas sim um pouco para a geração presente e tudo para a geração futura.

O pragmatismo da visão do autor do artigo refletia a percepção de que, cada vez mais, a balança entre o feijão e o sonho mencionada por Ênio Silveira, pendia para o feijão. É claro que o editor necessitava de conhecimento para ter a acuidade em relação aos gostos do mercado, mas aquela imagem projetada anos antes por José de Barros Martins, de alguém que trabalha para melhorar a condição intelectual e cultural de indivíduos e da população em geral, ia definhando. Durante alguns anos ainda Martins tentou equilibrar-se e atender às exigências para permanecer vivo num mercado cada vez mais difícil com o seu impulso original de oferecer obras com poder de formação e transformação ao público leitor.

4.3 As obras dos anos 1970

Apesar dos poucos lançamentos de títulos novos aferidos em 1970, um deles foi ganhador do Prêmio Jabuti na categoria contos: *Matar um homem*, de Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos cujo primeiro livro (*Tempo de espera*, também de contos) fora lançado pela José Olympio em 1954, um ano após a morte do pai. O autor ainda lançaria um segundo livro de contos pela Martins, *Circuito fechado* (1972).

Em 1971, os lançamentos são de autores que já figuravam no catálogo da editora. No caso de *Ponte do galo*, romance de Dalcídio Jurandir, a capa indica tratar-se de uma coedição da Martins com o Ministério da Educação. Já *Passeio a Ouro Preto*, de Lucia Machado de Almeida, obra que fechava a trilogia sobre as cidades históricas mineiras, iniciada com Sabará e Diamantina, saiu em edição trilingue (português, inglês, francês), formato 19x27cm acoplada em um estojo com a mesma imagem da capa. No mesmo ano ainda foram lançados os romances de Luís Martins (*A girafa de vidro*), Josué Montello (*Cais da sagração*) e Maslowa Gomes Venturi (*Trilha perdida*, este com prefácio de Jorge Amado).

De Jorge Amado, ainda destaque nas vendas da Martins, saiu uma nova edição comemorativa, *Povo e terra – 40 anos de carreira*, com capa de Carybé, com um apanhado de e sobre Jorge

Amado, publicado ao longo das décadas anteriores. Do romancista, apareciam o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras e uma “Carta a uma leitora sobre romance e personagens”, precedidos por uma breve introdução de José de Barros Martins. A seguir, ensaios e textos jornalísticos de Roger Bastide, Eduardo Portella, Antonio Candido, Miécio Tati, Alceu Amoroso Lima, Wilson Martins, Vinícius de Moraes, Fábio Lucas, Ricardo Ramos e Antônio Olinto, entre outros.

No ano seguinte, quando se comemorava o Ano internacional do livro (1972), Jorge Amado lançaria seu último romance inédito pela Martins, *Tereza Batista cansada de guerra*. Na orelha do livro, o paratexto de apresentação foi escrito em forma de carta de Jorge a Martins, no melhor estilo dos textos introdutórios do italiano Aldo Manuzio, editor e tipógrafo do século XVI. Na epístola, Jorge faz breve descrição da nova personagem, que vinha compor com Gabriela e Dona Flor uma tríade de mulheres que juntavam encantos, moralidade particular e vida sofrida, singulares personagens femininas construídas para seduzir leitores com suas histórias de vida. Ao final da carta-orelha, um parágrafo que transpõe harmonia entre autor e editor, situação que sofreria estremecimento irreversível dali a dois anos.

Há mais de trinta anos trabalhamos juntos, você e eu, escrevendo e fabricando livros. Eu, parindo gente, você criando com carinho esse meu povo rude e irredutível. Pois cuide de Tereza Batista e a apresente a Edith. Vá com recomendação de Zélia e o abraço afetuoso de seu velho amigo, Jorge³⁸⁶.

Com todos os problemas para a compra de papel que os editores brasileiros enfrentavam na época, *Tereza Batista* saiu com os mesmos 100 mil exemplares de *Tenda dos milagres* na primeira edição, figurando entre os mais vendidos nos meses seguintes.

Além do livro de Jorge, saíram naquele ano ao menos outros dez títulos, a maioria contemplando autores do catálogo da livraria, como Menotti del Pichia³⁸⁷, José Geraldo Vieira e Maria de Lourdes Teixeira, mas também algumas novidades, como Oswald de Camargo, que, com seu livro de contos *O carro do êxito* seria um dos propulsores do movimento de literatura negra, além da controversa figura do ex-presidente Jânio Quadros, que buscava voltar à cena com *Os dois mundos das três Américas*, tentativa de análise geopolítica.

Este último, depois de submetido voluntariamente por Martins à censura federal (ato não obrigatório), levou algum tempo até receber o alvará para que circulasse. Apesar de tudo,

³⁸⁶ AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972. Texto de orelha.

³⁸⁷ De Menotti, saiu a *Longa Viagem*, segundo volume de suas memórias; de José Geraldo Vieira, a reedição de *Território humano*, romance de 1936, reeditado em parceria com o MEC; de Maria de Lourdes Teixeira, a biografia *Gregório de Matos*, coedição com a Secretaria Estadual de Cultura.

Martins considerava que a censura era agora menos rígida e perniciosa do que nos tempos da ditadura Vargas. Talvez porque ele não fosse um opositor da ditadura militar como fora do varguismo. Pois seu colega Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, não só tinha sido severamente prejudicado pela censura, como também fora alvo de diversas prisões e incêndios criminosos. Em 1970, por exemplo, Silveira foi preso em maio pela publicação de *Brasil – Guerra quente na América Latina*, de João Maia Neto, obra publicada cinco anos antes e agora acusada de “reforçar o ressentimento entre os civis e as forças armadas”. Em outubro do mesmo ano foi preso pela sexta vez desde 1964. Pouco tempo depois, o escritório central da Civilização Brasileira e sua principal livraria foram incendiados. É verdade que em agosto de 1972 o editor havia sido absolvido em relação a quase todos os livros que editou, com exceção de *Guerra quente*. Dois anos depois editou *O capital*, de Karl Marx, pois os militares estavam mais preocupados com as críticas locais à sua atuação do que com questões conceituais mais complicadas³⁸⁸.

Daí em diante, o número de títulos novos do catálogo da Martins oscilou, mas não voltou a ganhar a envergadura que teve a partir do momento em que a crise que misturou inflação, insumos caros, restrições políticas e uma profunda mudança do mercado e seus leitores afetasse boa parte do setor editorial brasileiro. Alguns lançamentos batiam na tecla dos autores cânones do catálogo, por vezes com relançamento de obras há tempos fora de circulação³⁸⁹. Mesmo pequena, a oferta ainda era variada em termos de gêneros, comportando num mesmo ano um infantojuvenil, um livro de poesias, um de contos, um de economia, além de dois títulos pouco alinhados ao que foi o catálogo da editora ao longo dos anos. No mundo editorial, muitas vezes a resposta para a incorporação desse tipo de publicação é o fato de serem bancadas pelo autor ou algum intermediário, em operações feitas apenas para movimentar o caixa. Ou por relações de amizade que tornam difícil a negativa da publicação. Um desses livros, *Hippies, drogas, sexo e poluição*, do médico psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva (o mesmo da biografia de Sales de Oliveira), deixa entrever, pelo título, uma associação de temas que aparenta uma abordagem moralista e conservadora, talvez em sintonia com a época de sua edição. O outro, também de um autor médico, Flerts Nebó, reumatologista, foi *João Bonaerges*, romance de tema bíblico prefaciado pelo padre Paulo Canêlles, diretor espiritual do Secretariado Nacional

³⁸⁸ Hallewell, op. citada, págs. 647-650

³⁸⁹ Foi o caso de *Labirinto de espelhos*, romance de Josué Montello lançado originalmente pela Editora José Olympio em 1952 que ganhou nova edição com capa de Floriano Teixeira.

do Movimento de Cursilhos da Cristandade, um universo até alguns anos antes pouco próximo à Martins.

A editora tentou ainda uma incursão por um gênero que teve adeptos desde o século XIX e continua assim até os dias de hoje: o suspense policial. Lançou três em uma coleção batizada de Edições de Suspense, dois deles de autoria de Victor Canning, autor britânico que escreveu diversos títulos para esse segmento desde a década de 1950.

Outras duas coedições deixam a impressão de uma corrida em direção à obtenção de fundos por meio do financiamento de terceiros a publicações. *Vida e obra de Campos Salles*, de Raimundo de Menezes, o mesmo que organizou a Coleção Leituras do Povo, foi coeditado com a Prefeitura de Campinas para referendar a vida do ex-presidente da República, nascido na cidade do interior paulista, segundo civil a presidir o país nos tempos da República. O livro não parece uma obra em dessintonia com a editora que, afinal, sempre foi próxima aos Mesquita, que tinham ligações familiares com Campos Salles.

Já *Brasil sim ou não*, do português radicado no Brasil Joaquim Rodrigues Matias é revelador da perda de padrão gráfico de que a Martins foi acometida em seus últimos anos. Na capa, sob um fundo laranja aparecem o nome do autor, em branco e caixa alta e baixa e, na metade de baixo, em letras garrafais, Brasil, em marrom, e “sim ou não” abaixo. O *ou* também em marrom e *sim* e *não* em verde, num todo bastante desarmônico no que tange às cores, especialmente um verde que vibra contra o fundo laranja. Coedição com a Assessoria de Coordenação e Pesquisa: ADS Assessoria de Comunicações Ltda., com prefácio de Luís Arrobas Martins, ex-secretário de Cultura do Estado de São Paulo entre 1967 e 1969, é mais uma obra que referendava o golpe militar como uma ressurreição para o país. “Março de 1964 foi isso. A Escola Superior de Guerra mandou, os exércitos saíram dos quartéis e o Presidente da República fugiu para o Uruguai. Estava aberto o caminho à grande revolução brasileira”³⁹⁰. Arrobas, idealizador do Festival de Inverno de Campos de Jordão e de importantes iniciativas culturais, como o Museu da Imagem e do Som e o Museu de Arte Sacra, endossa teses de Rodrigues Matias e seu entusiasmo pelas forças armadas, apesar de divergir ao menos de uma delas, a de que “a democracia é luxo incompatível com o desenvolvimento”. Nos anos seguintes, Arrobas seria um nome importante no destino da Martins, como se verá adiante.

Outro título lançado já nos estertores da Martins foi *Viagem ao norte e nordeste* (1974), de Alfredo Mesquita, trazendo as impressões do fundador da Escola de Arte Dramática sobre as

³⁹⁰ Matias, Joaquim Rodrigues. *Brasil sim ou não*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974, pág. 61.

duas regiões, num livro que transita entre a reportagem e o ensaio. A família Mesquita foi, ao longo dos anos, outro grande polo de influência editorial da Livraria Martins. Não só pelos três livros de Julio de Mesquita Filho lançados nas décadas anteriores, como pelos títulos de muitos autores que orbitavam em torno de *O Estado de S.Paulo*. Esse foi o caso de Oswaldo de Camargo, que em 1972 lançou os contos de *O carro do êxito* por indicação, segundo o próprio autor³⁹¹, de Julio de Mesquita Filho a José de Barros Martins.

A história de Camargo é uma de tantas de brasileiros negros e pobres que muito cedo se veem privados dos pais. Sua família era de Bragança Paulista, onde o pai trabalhava em uma plantação de café. Perdeu a mãe aos seis anos, o pai teve um acidente, perdeu o movimento de um braço, tornou-se alcoólatra. Por intervenção de sua madrinha, empregada doméstica na casa de Alice Vieira de Carvalho Mesquita, mulher de Francisco Mesquita, irmão de Julio Mesquita Filho e responsável pela administração do jornal, Oswaldo, um irmão e uma irmã foram internados no Preventório Imaculada Conceição, em Bragança. Como ele mesmo diz, se não fosse isso provavelmente seria apanhador de café, como o pai. Na instituição religiosa, no entanto, foi alfabetizado, aproximou-se das letras e da música, incluindo o canto gregoriano e um pouco de latim. Continuou em instituições religiosas até os 18 anos, quando teve negado o acesso ao seminário e interditado o desejo de tornar-se padre, ambas as negativas em função de sua cor.

Deprimiu-se, mudou para São Paulo e veio morar com a tia. Um soneto entregue a Francisco Mesquita e lido por seu filho, Luís Mesquita, abriu as portas para um emprego de revisor no jornal, onde teve a possibilidade de conviver, entre outros, com Sérgio Milliet. No mesmo ano, 1959, lançou um livro de poemas pela Associação Cultural do Negro, *O homem que queria ser anjo*. Em 1961, lançou *Quinze poemas negros*, com prefácio de Florestan Fernandes. Camargo relembra o ambiente que encontrou na Associação e essas primeiras influências:

Até então, quase tudo o que se fazia referente ao negro era a poesia. Leno Guedes, Solano Trindade, e mesmo na Associação Cultural do Negro, o que havia era a poesia de Carlos de Assumpção, tudo em verso, geralmente metrificada, a poesia sonora, com nítida influência do Castro Alves, do Casimiro de Abreu. São leituras pré-modernas³⁹².

³⁹¹ O próprio autor asseverou que o pedido foi feito à Martins após Mesquita Filho ter lido e recomendado a obra. Pelo visto, o trâmite foi longo, pois o diretor de *O Estado* faleceu em 1969 e *O carro do êxito* só foi lançado em 1972.

³⁹² Entrevista concedida ao autor em 3/12/2025

O versejar, aliado ao universo das histórias fantásticas que ouvia em sua infância e à poesia modernista, ajudaram Camargo na construção narrativa de *O carro do êxito*, título que, segundo ele, é uma resposta afirmativa ao desconsolo de *O carro da miséria*, de Mário de Andrade.

Na minha infância, o meu começo literário é a literatura oral. Quando a caipirada vinha da fazenda para a Vila São Vicente, vinham bater papo, prosear, contar causos. Minha mãe ainda estava viva, fazia pipoca. Lá se cantava, se contavam casos de assombração, lobisomem, mula sem cabeça. Minha imaginação foi ativada pelos causos contados por caipiras. Quando comecei a ler, depois da morte da minha mãe, o primeiro livro que li, já no Preventório, foi de Monteiro Lobato. Da literatura oral que ouvi com os caipiras, passei à literatura formal de Monteiro Lobato.

(Mais tarde) Elegi alguns autores como modelo, como o Fernando Sabino. Li três vezes o *Encontro marcado* (1956); um romance de um grande escritor, pouco lido, Adonias Filho, que escreveu *Memórias de Lázaro* (1952), e tem a poesia também. Minha construção de frase tem muito a ver com a poesia. Geralmente, o proseador tem como primeiro aprendizado o verso, mesmo muitos que não dizem que tentaram. O verso é que vai dar a cadência. Eu tenho batido nessa tecla, me considero afro-caipira. A literatura oral me robusteceu a imaginação, como nos contos que mencionei³⁹³.

A linguagem e o universo primeiro de remissão não impediram Camargo de ser reconhecido pelo crítico literário inglês David Brookshaw como “o primeiro exemplo de literatura baseada na vida negra urbana”³⁹⁴. Já nos anos 1960, outros autores negros começaram a encontrar-se com Camargo no Bar Mutamba, perto da redação de *O Estado*, onde iam conversar sobre literatura e as próprias produções. *O carro do êxito* significou um impulso adicional a esse movimento efervescente. Era algo inédito ler um autor negro tratando do mundo a partir de suas questões, experiências, vivências, o entorno com brancos e negros.

Ao lado de escritores como Paulo Colina, Abelardo Rodrigues, Luís Silva (o Cuti), Eduardo de Oliveira, Aristêmio Barbosa, Ângela Galvão, Camargo foi um dos criadores dos *Cadernos Negros*, publicação anual que em 2028 completará 50 anos de existência. Em 1979, também ajudou a fundar o Quilombhoje, mais um grupo de articulação da cultura negra. Na sua própria avaliação, o livro lançado pela Martins em 1972 teve papel fundamental na criação de algo que não existia até então

Esses autores compõem um mundo intelectual que cuida de algo que o Brasil nunca ligou muito, a questão literária do negro. E que nós criamos a partir do nonagésimo verso do Luiz Gama [no poema *Quem sou eu?*]: “Se negro sou ou sou bode, pouco importa, o que isso pode?”

³⁹³ Idem. Os contos mencionados são: *Maralinga*, *Genoveva* e *Plebeia*, todos de *O carro do êxito*

³⁹⁴ Literafro – Portal de literatura afro-brasileira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em <https://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/360-oswaldo-de-camargo>. Acesso em 6/5/2026.

É aí que começa esse interesse pelo eu negro. O que caracteriza essa literatura que chamamos de negra é o eu. Você pega a sua vida, as suas experiências, as suas alegrias, e tece uma literatura geralmente ficcional em torno disso³⁹⁵.

Quando foi lançado pela primeira vez, *O carro do êxito* teve três mil cópias, muitas delas não vendidas, segundo seu autor. O grande sucesso da Martins naquele ano foi, como era de se esperar, *Tereza Batista cansada de guerra*. Mas o livro de Camargo, além de seu impacto de então entre público e autores negros, foi relançado em 2016 pela Editora Córrego e ganhou uma terceira edição em 2021 pela Companhia das Letras.

4.4 Respirando por aparelhos

Apesar do cenário de euforia pelo crescimento do PIB sempre acima de 10% entre 1970 e 1973³⁹⁶, esse otimismo não foi compartilhado pelas editoras que trabalhavam com publicações não didáticas. “A classe média reagia ao custo de vida mais alto pela redução do consumo dos itens de lazer. A Artenova, por exemplo, cortou sua produção pela metade, de duzentos para cem títulos por ano”³⁹⁷.

Pior do que isso, o cenário que se desenhava desde o final dos anos 1960 se consumou nos anos de 1973 e 1974. O papel, insumo básico do mundo editorial, havia subido 125% entre junho de 1973 e fevereiro de 1974. A gota d’água seria a saturação seguida de inadimplência do mercado de vendas pelo crediário a domicílio. Como bem descreve Hallewell, baseado em exemplo de outros países que já tinham passado por situação similar, quando os vendedores a crediário veem a situação apertar, concentram

seus esforços nos bairros mais pobres – até mesmo nas favelas – independentemente da capacidade dos compradores de manterem os pagamentos em dia. A primeira prestação, ou “entrada” – frequentemente paga apenas para se verem livres de um vendedor inoportuno – constitui a comissão do vendedor. As prestações seguintes são cobradas (se puderem ser cobradas) num período de 10 a 24 meses, por uma empresa financeira, que envia 80% desses recebimentos ao editor. Mesmo em tempos normais, pode-se esperar que cerca de um quinto de todos esses contratos de crédito para compra de livros estará com seus pagamentos atrasados. Não constitui surpresa, pois, o fato de a maioria das editoras brasileiras com grande atividade no crediário, encontrar-se, antes do final de 1974, em sérias dificuldades financeiras³⁹⁸.

³⁹⁵ Depoimento ao autor de 3/12/2025

³⁹⁶ 10,4%, em 1970; 11,3%, em 1971; 12,1%, em 1972; 14%, em 1973. In Paiva Abreu, M. (org), Op. citada, pág. 408.

³⁹⁷ HALLEWELL, op. citada, pág. 529.

³⁹⁸ Idem, idem, pág. 529-530.

Com outras dificuldades combinadas a esta dos crediários, algumas das maiores editoras do mercado soçobraram. A José Olympio, que mergulhara de cabeça na euforia da bolsa de valores e, já bastante endividada, tentara comprar a Companhia Editora Nacional, acabou nas mãos do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), da mesma maneira que a empresa fundada por Octalles Ferreira. A Brasiliense também passou por séria crise, só voltando a se reerguer quando o filho de Caio Prado Jr, Caio Graco Prado, deu uma nova direção à empresa no final dos anos 1970, modernizando-a com novas coleções que dialogavam diretamente com o público jovem. A Civilização Brasileira andou trôpega sobretudo pela perseguição do regime militar, com obras recolhidas e seguidas prisões de seu dono e editor. Mas acabou beneficiada pelo fato de a mulher de Ênio Silveira ter herdado parte do dinheiro da venda da Nacional após a morte de Octalles Marcondes Ferreira, com a decisão dos herdeiros de não assumir a gestão da editora.

No caso da Livraria Martins Editora, o caminho foi outro. No dia 3 de outubro de 1974 a empresa entrou com um pedido de concordata, feito ao juiz do 21º. Ofício, relatando uma dívida de CR\$ 15 milhões e dificuldades para obtenção de crédito, essencial para o giro do negócio. Isso apesar de o patrimônio da empresa estar avaliado em CR\$ 22 milhões e o faturamento bruto no primeiro semestre daquele ano ter sido de CR\$ 14,2 milhões, equivalente ao de todo o ano anterior³⁹⁹.

Como justificativa para o pedido, a empresa alegou na petição dificuldades de ordem industrial e comerciais, com questões que vinham prejudicando o mercado editorial e os serviços gráficos. Entre esses problemas a escassez e o alto preço para aquisição de papel, questão agravada, entre outros motivos, pela falta de cloro, o único alvejante então usado no Brasil para branquear a celulose de madeira usada na fabricação do insumo. Havia um único fornecedor da substância no país, a Carbocloro, cujo principal transformador estava com defeito⁴⁰⁰. A escassez da matéria-prima, relatava-se na petição,

provocou as modificações no sistema de vendas, cujos prazos de pagamento, de oito a seis meses, passaram a ser a vista ou de 60 dias no máximo, sendo que os preços subiram mais de 200% em um ano.

O embaraço surgido com a situação do fornecimento de papel agravou sobremaneira o ritmo da produção e o processo de cumprimento dos pedidos e as respectivas entregas, obrigando a impetrante a contratar serviços na Argentina. Quanto ao papel,

³⁹⁹ Folha de S.Paulo, 9/10/1974, pág. 15

⁴⁰⁰ Idem, idem, pág. 15. A matéria sobre a escassez de cloro para o uso como alvejante de papel está ao lado daquela que fala do pedido de concordata da Martins, em página da seção de economia da Folha.

foi obrigada a adquiri-lo na Itália, sendo certo que a remessa e os problemas alfandegários comprometeram a pontualidade da programação editorial⁴⁰¹.

Ainda na petição, a empresa diz contar com CR\$ 500 mil mensais de recebíveis apenas em função das coleções vendidas a prestação, afora outras entradas. E propõe pagar CR\$ 6 milhões, mais os juros de 1% ao mês, até o dia 3 de outubro de 1975, e mais CR\$ 9 milhões até o dia 3/10/1976. O advogado da empresa, Flávio Lopes Coelho, argumentava então que a proposta era factível, “pois, sem a contar a venda de livros avulsos, duas coleções (Jorge Amado e Graciliano Ramos), já parcialmente pagas aos impressores, deverão chegar aos estoques ainda este mês”.

O assessor financeiro da Martins, Francisco de Assis Almeida, afirmou então que a situação econômica da empresa era boa, mas que havia problemas com a situação financeira, por falta de crédito e, em consequência, falta de capital de giro para tocar o dia a dia do negócio.

A reportagem que relata o pedido da Martins termina conjecturando que a situação que a de muitas empresas dos setores gráfico e editorial que estavam em concordata ou mesmo em processo de falência, poderia ter sido contornada “se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico já tivesse ativado um processo de apoio às empresas do setor reforçando seu capital de giro, cujo retorno nunca é menor que seis meses”⁴⁰².

Na mesma reportagem consta que o maior credor da Livraria Martins era a gráfica carioca AGGS, com a qual coeditou um dos últimos títulos da empresa, o livro de memórias *Sombras que renascem*, de Maria Amélia Botelho de Souza Aranha, conhecida como Mabsa⁴⁰³, pintora, escultora, ilustradora e historiadora. Nesse momento, as coedições foram quase um imperativo para que o catálogo ainda fosse movimentado.

Um mês depois do pedido de concordata, a *Folha de S.Paulo* publicava matéria de duas páginas sobre a crise do livro no Brasil e no mundo. Um dos textos mencionava a criação do Pró-Livro naquela semana, com promessa de apoio do BNDES para o incremento da produção de papel para livros, cujo crescimento anual passara de 64,3% em 1966 para 4% em 1974, razão da grita geral do setor⁴⁰⁴.

⁴⁰¹ Idem, idem.

⁴⁰² Idem, idem

⁴⁰³ MABSA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/2531-mabsa>. Acesso em: 10 de abril de 2026. Verbete da Enciclopédia.

⁴⁰⁴ *Folha de S.Paulo*, 3/11/1974, págs. 42-43

Boa parte da matéria trazia a situação de José de Barros Martins, descrevendo a excelência de sua produção editorial, trecho encimado pelo epíteto cunhado por Ênio Silveira, “o príncipe dos editores”. Antes, uma confissão sobre o momento vivido e a tentativa de demonstrar confiança para o futuro:

Às vezes é bom a gente tomar um pescoção da vida para voltar a ser mais humilde. E sair do marasmo. Hoje sinto-me uns 20 anos mais moço do que há um mês. Vamos arregaçar as mangas e tocar em frente. É lógico que tudo vai dar certo. Se não acreditasse nisso, já tinha mudado de profissão⁴⁰⁵.

Bem ao lado da declaração, uma foto de Martins com Jorge Amado, seu principal autor ao longo de mais de três décadas. Na legenda, a frase: “o escritor e seu editor, um sucesso conjunto”. Na sequência, Martins retoma o discurso sobre a difusão cultural em um país de autodidatas, onde “o livro é muito mais que uma mercadoria”. E a seguir:

Ele [o livro] presta um serviço fundamental ao desenvolvimento, ainda que nos últimos anos não se tenha ligado sempre essa palavra ao adjetivo “cultural”, o que é, no último, uma ingenuidade. Não se pode passar todo o tempo desconhecendo a coisa cultural, mesmo que se confunda – o que é comum entre nós – cultura com ensino. Hoje, existe uma parcela da juventude que estuda, lê, e... às vezes escreve⁴⁰⁶.

A foto mencionada acima tem bastantes chances de ter sido feita antes daqueles dias. Isso porque o desenrolar do pedido de concordata envolveu um episódio que levaria ao fim da relação entre o escritor e seu editor.

Alguns dias antes de pedir concordata, Barros Martins entrara em contato com Alfredo Machado, segundo o relato de Sérgio Machado, seu filho, fazendo uma proposta para que a Record assumisse a distribuição do próximo livro de Jorge Amado. Além de distribuidora, fundada em 1942⁴⁰⁷, a empresa carioca “também publicava best-sellers com boa saída”. O editor se dizia insatisfeito com a Catavento, responsável pela circulação de *Tereza Batista cansada de guerra* e por sua chegada às livrarias. Alegava ter vendido até então apenas 80 mil dos 100 mil exemplares da primeira tiragem⁴⁰⁸, sem que o resto dos livros do catálogo do autor fosse explorado conjuntamente na ocasião, como era praxe. Ofereceu à Record a distribuição do próximo livro de Jorge Amado, segundo ele em estágio final de escrita, mas pedia que

⁴⁰⁵ Idem, idem, pág. 42

⁴⁰⁶ Idem, idem, idem

⁴⁰⁷ Fundada por Alfredo Machado e Décio de Abreu, a empresa começou suas atividades como distribuidora de histórias em quadrinhos. A partir de 1962 passou a também editar livros e, nos anos 1970/1980 transformou-se na maior editora do país, passando depois a comprar várias outras empresas editoriais, como Civilização Brasileira, José Olympio, Paz e Terra e Bertrand Brasil (com o selo Difel), entre outras. Ver HALLEWELL, op. citada, págs. 733-734 e STEVENS, Iona Teixeira. Record completa 70 anos. Publishnews, 12/12/2012. Disponível em <https://www.publishnews.com.br/materias/2012/12/12/71503-record-completa-70-anos>. Acesso em 9/4/2026.

⁴⁰⁸ Quantidade estampada na página em que também consta a ficha catalográfica da obra.

Machado lhe desse um adiantamento que correspondia à venda de 50 mil exemplares, “com um bom desconto, de 60%, e prazo alongado para pagar, em três vezes, em 60, 90 e 120 dias”⁴⁰⁹.

Como o normal do mercado era que a editora cedesse os livros ao distribuidor em consignação, com acertos posteriores às vendas, poderia ser arriscado, do ponto de vista da Record, caso houvesse algum atraso do autor ou da gráfica.

Martins deu aos Machado a garantia de que, se isso ocorresse, “jogaria a primeira duplicata para o fim da fila”⁴¹⁰, de forma a que as faturas tivessem prazo igual de prorrogação. Machado se entusiasmara com a ideia de associar à sua empresa o nome de Jorge Amado, a quem conhecera por intermédio do editor americano Alfred Knopf.

Mas as coisas azedaram de forma irreversível quando o dono da Record e seu filho, segundo a versão deste último, descobriram pela imprensa que Martins pedira concordata, o que faria com que a questão do pagamento fosse alterada. Dezesete dias depois de Sérgio, então trabalhando no administrativo da Record, assinar as duplicatas, houve o anúncio da concordata da Martins. “Isso significava duas coisas: nós éramos credores de livros e devedores de duplicatas dentro da concordata. Detalhe: Jorge Amado não tinha começado a escrever livro nenhum. Isso foi em 75 e *Tieta* saiu em 77”, asseverou o mesmo Sérgio quase quarenta anos depois em entrevista a *O Estado de S.Paulo*⁴¹¹.

Na verdade, tudo isso ocorreu em 1974. Em novembro daquele ano, foi convocada uma reunião de emergência com o comissário da concordata, Henrique Maltese, credores, representantes de bancos e advogados, além de Alfredo e Sérgio Machado, José de Barros Martins e seu filho José Fernando, Jorge e James Amado.

Sem querer entrar em detalhes jurídicos, Jorge disse, ainda segundo o relato de Sérgio Machado, que “mais importante que um contrato, é a palavra empenhada e a amizade”. Sentia-se traído e com seu nome usado para que fosse conseguido o contrato com a Record. Martins defendia-se dizendo que o pedido de concordata preventiva dava à empresa carioca os direitos de edição sobre todas as obras do autor. Ou seja, Jorge passaria a ser autor da Record. E, no desenrolar do processo, não só da obra de Jorge. A editora carioca passou a ser detentora também das obras de Graciliano Ramos e de James Amado.⁴¹²

⁴⁰⁹ AGUIAR, J., op. citada, págs. 473-476

⁴¹⁰ Idem, idem, idem.

⁴¹¹ O Estado de S.Paulo, 26/5/2012, Caderno Sabático, págs. S4 e S5, entrevista com o título “Sou comprador e vendedor, é tudo uma questão de preço”.

⁴¹² AGUIAR, J., op. citada, págs. 473-476

Para José Fernando Martins, o negócio foi muito compensador para a Record, afinal, o contrato inicial previa o adiantamento para a distribuição de um título e resultou na exclusividade para a publicação de toda a extensa obra do autor até 1982⁴¹³.

Na entrevista de 2012, Sérgio Machado relata um Jorge ainda mais contrariado do que se entrevê na biografia de Josélia Aguiar. Segundo seu depoimento, Jorge haveria dito na reunião que não havia nenhuma lei que o obrigasse a escrever um livro e entregá-lo para José de Barros Martins. Que iria escrever “outro livro sobre mulher, bem comercial. Ele um dia vai ficar pronto e eu vou entregar ao Alfredo para ele pôr num cofre e um dia publicar.” A menção a ficar guardado num cofre era uma referência à possibilidade de a obra ficar um tempo sub judice. O final da resposta sobre o caso, se lida por José Fernando, deve ter aumentado sua acidez em relação a Jorge Amado, pois Sérgio Machado diz que “contei tudo isso para dizer o seguinte: era assim que as pessoas saíam das editoras antigamente, por falta de pagamento”⁴¹⁴.

O tom soa bastante descortês em relação a um editor que durante décadas foi muito apreciado não só pelo mercado editorial, mas principalmente por seus autores, com os quais foi sempre leniente em relação a atrasos e encheu de medidas, inclusive o próprio Jorge, a quem acompanhou até em eventos que não tinham nenhuma relação com a editora⁴¹⁵.

Os mais de trinta anos de aparente boa relação derreteram após o episódio. Nas cinco entrevistas concedidas por José Fernando de Barros Martins para esta tese, ele sempre foi categórico em relação a dois aspectos: que a posterior desistência de seu pai de manter a editora ativa não eram resultado da saída de Jorge Amado e que a situação pré-falimentar se devia a outros fatores; e que ele fizera questão de não conservar nenhum documento que se referisse ao escritor baiano. Os mais de trinta anos como editores do até então maior vendedor de livros literários no Brasil, que inegavelmente deram grande estofamento financeiro à Martins durante anos, deixaram de ser orgulho para tornar-se lembrança indesejada.

Daí em diante, os lançamentos novos sumiram do horizonte. Os dois únicos dos quais obtivemos registro foram o romance *Querência: Memórias de uma cidade gaúcha* (1975), de Machado Florence, autor que em 1954 havia lançado pela Martins a terceira edição de *Desembargador Ruival*, e *Fases e faces* (1980), título de poesia de Sílvia Alves Giangrande. É de se supor que, no primeiro caso, fosse uma obra já contratada previamente antes da

⁴¹³ Idem, idem, idem.

⁴¹⁴ O Estado de S.Paulo, 26/5/2012, págs. S4 e S5

⁴¹⁵ Vide capítulo 1, visita à Pirelli.

concordata. No segundo, pode ter sido lançada em decorrência de relação pessoal da autora com os editores.

Além desses títulos, há registros de novas edições, normalmente coedições, de títulos das coleções históricas (*Viagem pitoresca ao Brasil*, de Rugendas, em 1976; *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, de Luiz D'Alincourt, 1976), de alguns títulos das obras completas de Mário de Andrade, de coedições com o INC/MEC, como *Raízes da música popular brasileira*, de Ary Vasconcelos, 1977, *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*, de Euclides Figueiredo, em 1977 e 1981 (esta última com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo), e do *Documentário arquitetônico*, de Wasth Rodrigues, em edições de 1975 e 1978.

Em 1981, em coedição com a Edusp, a Martins ainda lançou o *Diário crítico*, em 10 volumes, de Sérgio Milliet, um réquiem que ficou nas mãos de um de seus grandes instrumentistas, que foi tanto membro da orquestra como destacado solista.

De 1975 em diante, a Martins foi reeditando obras ou cedendo direitos de publicação – muitos deles para a mineira Editora Itatiaia, pelo que tudo indica como meio de encerrar suas dívidas. Em paralelo, os Barros Martins, pai e filho, começaram a se dedicar a outras atividades culturais. Em 1975, José Fernando apareceu na coluna “Helena Silveira vê TV”, na *Folha de S.Paulo*, falando sobre a assessoria de relações públicas e divulgação para a qual fora contratado por Rui Nogueira Martins, presidente da Fundação Padre Anchieta. Fazia planos em conjunto com Fernando Faro, um dos pioneiros da televisão no Brasil, diretor, criador, entre outros, dos programas MPB Especial e Ensaio, que em conjunto formam o maior arquivo audiovisual da música popular brasileira. Faro fora convocado pela direção da Fundação para implantar nova filosofia na TV Cultura. Visando a missão educativa da emissora, José Fernando vaticinava:

Ter-se-ia de desbastar os pruridos beletrísticos e discursivos de um bom comportamento estético e fazer da educação algo mais amplo através de acordos práticos e eficientes com as secretarias de Educação do estado e do município. Com isto, teríamos posto a TV2 na trilha de seu real papel no mundo da informática. Está se estudando também uma linguagem ficcional – de caráter nacional – que tanto pode ter o molde de uma peça pequena como de uma telenovela⁴¹⁶.

De certa maneira, o projeto cultural de seu pai ganhava permanência, agora por meio do universo audiovisual. José Fernando fixou-se na Cultura pelo resto de sua vida profissional. Até

⁴¹⁶ *Folha de S.Paulo*, 6/9/1975, pág. 32 (Folha Ilustrada)

o final de 2024, quando se aposentou, analisava e dava pareceres sobre documentários e filmes sugeridos para a exibição na emissora.

José de Barros Martins também não abandonou de vez o mundo da produção cultural. Em 1978, esteve à frente da Coleção Paulística, coleção de dez títulos editada por iniciativa do governo do Estado de São Paulo. Depois enveredou pela produção de programas radiofônicos na Rádio Cultura.

Durante todo o período em que lutaram para pagar as dívidas contraídas entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, tiveram, segundo depoimento do próprio José Fernando, o apoio de Mário Guimarães Ferri, responsável pela Edusp nos anos 1970, de Luís Arrobas Martins, secretário da Fazenda durante o governo de Abreu Sodré e da Casa Civil na gestão de Paulo Egydio Martins, do poeta e tradutor Péricles Eugênio da Silva Ramos, secretário de Arrobas no governo de Paul Egydio, e do próprio governador.

A esse respeito, José Fernando declarou textualmente que

Falando em português claro: a gente não quebrou por causa do Péricles e do Arrobas. Por que as dívidas, não eram dívidas da editora, era o rolo do crediário, que o cara não paga e você tem de cobrir. Não era coisa bancária, o número de pessoas que não paga é absurdo. O cara compra em dez vezes, paga quatro prestações e fica inadimplente. E aí você faz o quê? Vai tirar a coleção? Não vai tirar. E com aqueles juros e aquela inflação, ninguém aguentou⁴¹⁷.

Do ponto de vista legal, a Livraria Martins Editora continuou ainda funcionando, pela provável necessidade de realizar operações financeiras relativas aos livros que, mesmo não tendo sido mais editados depois de 1981, ainda deveriam ser objeto de movimentações em que eram negociados. E houve ainda uma ação movida pela companhia contra a Editora Martin Claret, já nos anos 1990. Representados pelo professor e advogado Dalmo Dallari, os Barros Martins processaram a editora por uso indevido da expressão “O pensamento vivo de”, marca associada à antiga Biblioteca do Pensamento Vivo, licenciada desde os anos 1940 junto ao *The Institute for Literary Counselling*, de Nova York, cuja renovação sempre foi feita desde então. A Martin Claret editou a série nomeada “Coleção O Pensamento Vivo de”, título seguido pelo nome dos pensadores em questão, que não eram os mesmos da coleção original, e sim Einstein, Chaplin, Galileu, Glauber Rocha, Jorge Luís Borges, entre outros. Porém, a utilização indevida da frase e a publicidade dando conta de que a Martin Claret vendera mais de um milhão de exemplares da coleção acabaram rendendo à Martins uma polpuda indenização.

⁴¹⁷ Depoimento ao autor, em 3/10/2025

A efetiva liquidação da Livraria Martins Editora S.A. só foi efetivamente deferida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13 de novembro de 2023, depois de requerida em 30 de janeiro de 2021. Curiosamente, na documentação verifica-se que a empresa, agora propriedade de José Fernando de Barros Martins e de sua mulher, Edith Maria Ribeiro de Barros Martins, só foi constituída com esse mesmo nome em 24 de janeiro de 1947, quase dez anos depois da abertura da livraria. Acabava ali a trajetória legal da empresa. Restaram ainda o patrimônio material, na forma dos livros a que ainda se pode ter acesso, e imaterial, nas contribuições de uma cultura gráfica e editorial que, mesmo podendo não ser identificada automaticamente como “da Martins”, se espalhou entre muitos profissionais e leitores, deixando resíduos impressos na história das publicações brasileiras.

4.5 Um marco no tempo

Nascida com o propósito de fazer circular boa literatura em edições de luxo, logo transformado no desejo de editar livros que se distinguíssem pela excelência gráfica e relevância cultural, visando proporcionar seu acesso a um público mais amplo do que as elites, a Livraria Martins Editora construiu uma trajetória significativa no meio editorial de seu tempo. Ajudou a efetivar a transformação do padrão gráfico das edições brasileiras numa época em que a profissionalização do setor transcendeu a simples absorção das referências internacionais, produzindo as suas próprias, materializadas em capas e páginas de miolo conferidas a artistas que forjaram novas identidades para as publicações. Investiu na organização de seus títulos em formato de coleções, dando-lhes congruência editorial entre si e no conjunto das obras que levaram o selo da Martins. Se não produziu com a mesma profusão de José Olympio, Companhia Editora Nacional ou Civilização Brasileira, manteve um padrão mais linear de excelência.

Logo em seu período inicial foi festejada sobretudo pela novidade da oferta dos textos e imagens da Biblioteca Histórica Brasileira, até então circunscritos a público muito restrito. Traduzidos para o português, muitos deles pela primeira vez, ficaram acessíveis tanto em versão para bibliófilos, como em formato de menor custo, possível de ser comprado por professores, jornalistas, estudantes e todos aqueles com muitas aspirações intelectuais e recursos financeiros mais limitados. A coleção foi o primeiro expoente da editora, mas não o único. Biblioteca de Literatura Brasileira, Biblioteca de Ciências Sociais, Excelsior, Mosaico, Biblioteca do Pensamento Vivo, Contemporânea, A Marcha do Espírito (estas duas últimas depois com seus títulos depois dissociados de coleções) deram uma sólida posição à Martins e a seu editor.

Tarefa que assumiu com o objetivo de enriquecer a oferta cultural do país, abrindo portas para incorporar estratos da população que ansiavam por novos horizontes, missão de formação cultural a que, segundo sua convicção, os editores não poderiam se furtar, foi, desde a primeira hora, fiel aos princípios defendidos pelo grupo ao qual se filiara: os paulistas liberais que fizeram o movimento constitucionalista de 1932 e passaram pelos partidos Democrático, Constitucionalista e, mais tarde, pela União Democrática Nacional. Fez dessa visão paulista de mundo paulista – ancorada na ideia de que o estado de São Paulo era não só o motor econômico, mas também o propulsor do desenvolvimento político, institucional e cultural do país – a sua profissão de fé.

Mais do que nunca ela foi expressa na década de 1950, quando das comemorações do IV Centenário de São Paulo, época em que lançou a Biblioteca Histórica Paulista e mais uma série de livros sobre o bandeirantismo e derivados. A partir desse momento, também fez uma opção clara por concentrar suas publicações nas áreas de literatura e história, com alguns poucos títulos voltados à política e raros de outras temáticas. Sem alarde ou justificativa que tornasse pública, também deixou de lado os livros dedicados ao universo jurídico que marcaram sua primeira década de atuação. Preferiu investir em coleções infantojuvenis, talvez com a crença de que cultivar a leitura desde cedo ajudasse a solidificar o prazer do hábito e a preparar terreno futuro.

Depois de receber premiações nacionais e internacionais pelas suas publicações e de consolidar sua posição entre os maiores editores de literatura brasileira, viveu o momento que considerou seu apogeu, simbolicamente marcado pelo lançamento, em 1962, de grande parte das obras de Graciliano Ramos, a quem considerava um dos maiores nomes da literatura brasileira. A chegada ao topo, porém, embutiu o começo do declínio, cujo transcurso aconteceria em aproximadamente uma década, um pouco mais.

Uma série de fatores podem ser listados para esse processo que iguala a Martins a tantas casas editoriais brasileiras cuja trajetória, entre apogeu e queda, gira em torno de três a cinco décadas. São as respostas para o ponto de partida desta tese: a pergunta sobre o que fez com que uma editora que esteve entre as três principais casas de literatura do Brasil restasse na memória apenas como um conjunto de vestígios, resíduos de uma história cuja relevância foi sendo ocultada pelo esquecimento. Isso a ponto de seu nome ser sempre objeto de confusão com o de sua sucessora temporal (e espacial, pois acabou por ficar também com sua sede da rua Rocha), a Martins Fontes, também nascida como livraria vinte e três anos depois da Martins original.

O primeiro desses fatores atingiu não só o mercado editorial, mas o universo cultural e comportamental como um todo. Os anos 1960 marcaram a chegada de uma juventude com interesses, padrões e comportamentos substancialmente mudados em relação a seus antecessores, principalmente em relação à geração que foi jovem duas décadas antes. A II Guerra, seguida de intensa urbanização, maior acesso a escolas e universidades, aumento da presença de mulheres em diversos ambientes sociais, a descoberta do corpo, a experiência de maior liberdade sexual, maior participação dos jovens na política, questionamento dos valores da família, tudo isso e mais um pouco operou uma grande revolução comportamental e de funcionamento da sociedade. Compreender essas mudanças e dar respostas a esse novo público e suas demandas pressupunha maior proximidade com ele, algo difícil para gerações acostumadas à ideia de que deveriam moldar os jovens de acordo com seus próprios valores éticos, sociais e políticos.

À Martins, ao que parece, faltaram interlocutores que pudessem traduzir esse novo caldo de cultura e transformá-lo em propostas editoriais rejuvenescidas. Desse ponto de vista, a decisão de deixar livre para as concorrentes o veio das obras de ciências sociais e política fez com que a editora perdesse não só a ponte com um emergente público universitário, mas também que deixasse de editar livros com potencial de circular por tempos longos, como muitos daqueles escolhidos para o ensino superior. Outro filão do qual a Martins abdicou ou não se interessou foi o do livro didático, um esteio para editoras desde o século XIX e, nos anos 1960, também para sua contemporânea José Olympio. Um segmento que, até hoje, sustenta grande parte do mercado editorial nacional.

Em fenômeno também constatado pela mesma José Olympio, concorrente no âmbito da literatura brasileira, a Martins viu os autores de seu catálogo envelhecerem. Além da pouca renovação, defrontou-se também com a queda do interesse dos novos leitores pela literatura ficcional. Faltaram, nesse sentido, autores de grande conexão com o público, como foram Nelson Rodrigues e Joel Silveira nos anos 1940, escritores capazes de unir o popular ao texto de qualidade.

Outro aspecto que denota a dificuldade de adaptação aos novos tempos foi a tentativa de atualização gráfica ocorrida em seus anos finais. Havia então uma urgência de renovação, mas a editora não conseguiu responder a ela mantendo o vínculo com sua história. A identidade gráfica e mesmo de algumas escolhas de autores pareceu refletir o esgarçamento de suas relações com a nova contemporaneidade.

Em adição a esses fatores, também pesou fortemente o quadro econômico e político pelo qual passou o país e os setores gráfico e editorial num arco aproximado de 15 anos, do começo dos anos 1960 a meados da década seguinte. Começando com uma inflação que chegou a ser maior do que 90% ao ano, passando pela conturbada vida do país posterior ao golpe militar de 1964, pela crítica falta e aumento de preços do papel e pela ausência de políticas públicas para o setor, por falta de visão ou interesse de governos que viam nos livros potenciais inimigos. Tudo isso resultando também na falta de crédito bancário para que um setor que trabalha com margens bem exíguas pudesse fazer sua roda girar.

E, finalmente, combinada a esse quadro, a opção da Martins pelas coleções para a venda a crediário, na qual mergulhou de cabeça sem criar alternativas para que sua sobrevivência não dependesse tanto desse canal de vendas. O cumulativo endividamento das empresas que faziam a intermediação de vendas para o público consumidor acabou tendo forte impacto no caixa da editora, já ressentido da falta de capital de giro.

Todo esse conjunto de acontecimentos e mudanças promoveu uma transformação mais radical da função social do editor. A visão de José de Barros Martins desse papel como alguém que fosse uma figura de proa para ajudar a costurar o desenvolvimento do país foi ficando mais restrita, com o centro dessas questões formativas e de propulsão da reflexão migrando para as universidades. O editor, de maneira geral, foi perdendo a condição de intelectual engajado na defesa de uma visão de mundo e de sociedade, tornando-se paulatinamente um agente econômico empenhado na luta pela sobrevivência de seu campo de atuação. Continuar a operar nesse novo mundo seria uma inglória luta quixotesca ou a admissão da falência de uma série de valores que Martins quis deixar para trás quando abdicou da segurança da vida bancária para dedicar-se ao que fez com paixão durante tanto tempo.

Com tudo isso, permaneceu como marca inapagável da Livraria Editora Martins a crença de que o público leitor não pode prescindir de livros que ofereçam, além de bons textos, um encantamento em relação ao objeto que é veículo de sua transmissão.

REFERÊNCIAS

Marques Rebelo | Academia Brasileira de Letras. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>>. Acesso em 23 fev. 2026

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) et. al. **A ordem do progresso:** Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada de guerra.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972

ANDRADE, Mário de. **Lira Paulistana.** Campinas: Oficina de Letras, 2020.

ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade:** cartas a Murilo Miranda (1934-1945). Organização de Yedda Braga Miranda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

AGUIAR, Joselia. **Jorge Amado:** uma biografia. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Marta Assis de; FERNANDES, Magali O.; SENRA, Miriam. Organização de Jerusa Pires Ferreira. **Ênio Silveira**, Coleção Editando o Editor, vol. 3. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003.

AMARANTE, Leonor. **As bienais de São Paulo:** 1951-1987. São Paulo: Projeto, 1989

BANDEIRA, Manuel. **Crônicas da Província do Brasil.** Organização de Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BARBIER, Frédéric. **A Europa de Gutenberg:** O livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-XVI). Trad. de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012

BIBLIOTECA Histórica Paulista. Catálogo de divulgação do lançamento da coleção. São Paulo: Livraria Editora Martins, 1953.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Prefácio: Jacques Le Goff; Apres.: Lilia Moritz Swarcz. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BOTTMANN, Denise. O quinteto da Renascença americana no Brasil. **Cadernos de Tradução**, [S. l.], v. 35, n. esp. 1, p. 190–211, 2014. DOI: 10.5007/2175-7968.2015v35nesp1p190. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp1p190>.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia [orgs]. **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

BRINGHURST, Robert. **Elementos do estilo tipográfico**. Tradução de André Stolarski. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BRITO, Mario da Silva. **Martins**, 30 anos. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALASSO, Roberto. **A marca do editor**. Tradução de Pedro Fonseca. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

Galeria de presidentes. Câmara Brasileira do Livro. Disponível em: <<https://cbl.org.br/presidentes/presidentes/>>. Acesso em 07 out 2023

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império**: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: EDUSP, 2016.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de teoria e história literária, 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964. 1 v.

CASA GUILHERME DE ALMEIDA Centro de Estudos de Tradução Literária. Casaguilhermedealmeida.org.br. Disponível em: <<https://www.casaguilhermedealmeida.org.br/casa-guilherme-de-almeida/>>

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CATTANI, Airton; DO AMARAL DENARDI, Davi Frederico. Taxonomy of contemporary drop caps. **InfoDesign**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2021. DOI: 10.51358/id.v18i1.806. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/806>.

CAVALHEIRO, Edgard. **Evolução do conto brasileiro**. Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CAVALHEIRO, Edgard. **Evolução do conto brasileiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1954. 47 p. (Os Cadernos de Cultura, 74).

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 64, 16 jul. 1964. 2º caderno, p. 2.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 60, 18 dez. 1960. 2º caderno, p. 2.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: O ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

PUBLISHNEWS. **Belênzinho, 1910, memórias da cidade e das leituras de Jacob Penteadó**. PublishNews. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2010/12/03/61203-belenzinho-1910-memorias-da-cidade-e-das-leituras-de-jacob-penteadó#:~:text=Jacob%20Penteadó%20foi%20uma%20crian%C3%A7a,antes%20de%20a%20cidade%20ser.>>. Acesso em 14 fev 2026

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

DARNTON, Robert. **Censores em ação: Como os estados influenciaram a literatura**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. **A história de um livro: A democracia na França de François Guizot (1848-1849)**. Cotia: Ateliê Editorial, 2021

DOSSE, François. **La apuesta biográfica: Escribir una vida**. Valencia: Publicacions Universitat de València, 2007

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

ELIOT, T. S. **Notas para uma definição de cultura**; Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008. 138 p. (Debates, 151).

JORGE Mautner. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/1708-jorge-mautner?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 mar. 2026. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ANDRADE, Mário de. **Portinari, amigo mio**: cartas de Mário de Andrade a Candido Portinari. Organização de Annateresa Fabris. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1995. 160 p.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia Moretto e Guacira M. Machado. São Paulo: Edusp, 2019.

FOLHA da Manhã. São Paulo: [s. n.], ano 15, n. 4719, 30 jul. 1939.

FOLHA da Manhã. São Paulo: [s. n.], ano 15, n. 4725, 6 ago. 1939.

FOLHA da Manhã. São Paulo: [s. n.], ano 15, n. 4728, 10 ago. 1939.

FREIRE D'AGUIAR, Rosa. **Sempre Paris**. Crônica de uma cidade, seus escritores e artistas. São Paulo: Cia das Letras, 2023

GAMA, Lúcia Helena. **Nos bares da vida**: Produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950. São Paulo: Senac, 1998

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

DICIONÁRIO Biográfico-Histórico da Bahia. Organização do Centro de Memória da Bahia. Salvador: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, [201-?]. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/dbhb/>. Acesso em 16 mar 2026

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Sérgio Milliet, crítico de arte**. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1992. 198 p. (Coleção Debates, v. 248).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: Sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

HAYASHI, Marli Guimarães. **Paulo Duarte, um quixote brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2010.

HENRY Chamberlain. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/6947-henry-chamberlain>. Acesso em: 21 out 2025. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Cobra de Vidro**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro (Biblioteca), período de publicação da *Enciclopédia da Civilização e Arte*. Disponível em <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca.html>

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Arte & trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)**, 2. ed. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2016.

JORNAL de Poesia. **Betty Vidigal: bio-bibliografia**. Fortaleza: Soares Feitosa, [2023]. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/bettyvidigal.html#bio>. Acesso em: 17 mar. 2026.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 52, 14 mar. 1943. Edição diária.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 72, 24 jun. 1962. Edição diária.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 72, 26 jun. 1962. Edição diária.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 72, 30 jun. 1962. Edição diária.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 74, 17 abr. 1964. Edição diária.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945**. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Luís Antônio Souza de Macedo (org.) **Críticas de B.J. Duarte: Paixão, polêmica e diversidade**. Coleção Aplauso Cinema. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

LORES, Raul Juste. **São Paulo nas alturas: A revolução modernista da arquitetura do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960**. São Paulo: Três Estrelas, 2017

MACHADO, Ubiratan. **História das livrarias cariocas**. São Paulo: Edusp, 2012

MACHADO, Ubiratan. **Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008

Donald Pierson - Sociedade Brasileira de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/project/donald-pierson/>>.

MARCHETTI, Fabiana. “Importações de livros franceses no Brasil: apontamentos para uma história da livraria francesa de São Paulo”. **Revue Étudiante des Expressions lusophones**. Paris, núm. 3, pág. 115, 2019.

MARTINS, Ana L. **Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2001, pág. 166

MARTINS FILHO, Plínio. FERREIRA, Jerusa Pires; GUINSBOURG; Jacob; BOCCHINI, Maria Otília. **Livros, editoras & projetos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINS, José de Barros. **Dez anos de atividades editoriais 1940-1950**. São Paulo: Martins Editora, 1950.

MARTINS, José de Barros. **Álbum de Família: 1932**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

MCKENZIE, Donald F. **Bibliografia e a sociologia dos textos**. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MELO E CUNHA, Maria Emília. Catálogo e índice da Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, n. 37, 1969.

MELLOT, Jean- Dominique. **Historie du livre**, Cultura [Online], vol. 21/2005, disponível em <http://journals.openedition.org/cultura/2844>

MESQUITA, Mario M. C. Brasil 1961-1964 – Inflação, estagnação e ruptura. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC/Rio, s/data. Disponível em: <https://www.econ.pucRio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td569.pdf>

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Rubens Borba de. **Testemunha ocular (Recordações)**; organização e notas de Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

MORAES, Rubens Borba de. **Lembrança de Mário de Andrade: 7 cartas**. São Paulo: edição do autor (Digital Art), 2019

MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência**. São Paulo: Cia. das Letras/IEB/Edusp, 2012.

MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo: De comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOTTA, Leda Tenório da. **Sobre a crítica literária brasileira no último meio século**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

MOZER, Josiane. Livros e ideologia: a utilidade política dos livros subsidiados pela United States Information Agency (USIA) no Brasil. **GMarx USP**. São Paulo, ano 3, no. 8, 30 abr. 2022

NASTARI ZENI, Sílvia de Moraes. **“O projeto gráfico da coleção Biblioteca de Literatura Brasileira, publicada pela Livraria Martins Editora nas décadas de 1940 e 1950”**. 2019. Dissertação (Mestrado em Design) – FAU/USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16140/tde-10092019-155601/>>.

OLIVERO, Isabelle. **L’Invention de la collection – De la diffusion de littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe. siècle**. Paris: Éditions de L’Imec/Édition de la MSH, 1999, pág. 10

OSCAR Pereira da Silva. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3441-oscar-pereira-da-silva>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2026. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

PAIXÃO, Fernando (org.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995

PIRES, Paulo Roberto. **A marca do Z: A vida e os tempos do editor Jorge Zahar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PONTES, Heloisa. **Intérpretes da Metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.

PONTES, Heloisa. **Destinos Mistos: Os críticos do grupo Clima em São Paulo, 1940-1968**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das "Coleções Brasileiras", nas décadas de 1930, 40 e 50. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 26, p. 55–89, 1988. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/92>.

REBELO, Marques. **Cortina de ferro**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 122, fev. 1949.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 123, mar. 1949.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 124, abr./maio 1949

REVISTA da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo: Imprensa Oficial: Biblioteca Mário de Andrade, n. 67, 2012.

RIBEIRO, DAVID WILLIAM APARECIDO. Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a “história bandeirante.” **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, n. 0, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/pt_BR/article/view/152224.

RODRIGUES, José Wasth. **Tropas paulistas de outrora**. Introdução de José de Barros Martins; ilustrações do autor e de Wladimir Douchkine. São Paulo: Governo do Estado, Coleção Paulística, 1978, v. 10.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. Trad. e posfácio: Júlio Pimentel Pinto. Prólogo: Sérgio Miceli. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3

SCHNEIDER, Alberto Luiz; MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda: reflexões e trajetórias. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/5jJT9Dn6TvhvDtNTYPyNhKj/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SILVEIRA, Joel. **A milésima segunda noite da avenida Paulista**; posfácio de Fernando Morais. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SOCIEDADE dos Cem Bibliófilos do Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicoes/74851-sociedade-dos-cem-bibliofilos-do-brasil>. Acesso em: 03 de novembro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

SORÁ, Gustavo. **Brasileanas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010.

SORDET, Yann. **História do livro e da edição**: Produção e circulação, formas & mutações; Tradução de Antonio de Paula Danesi, prefácio à ed. Brasileira Marisa Midori Deaecto; posfácio Robert Darnton. Cotia: Ateliê Editorial. São Paulo: Edições Sesc, 2023

TAUNAY, Afonso d'E.; **Biblioteca Histórica Paulista**, Folheto de divulgação, pp. 3-4, 1953

The Republic ShKid (1966), de Gennadi Poloka, Rússia. Disponível em <https://filmow.com/the-republic-shkid-t97150/ficha-tecnica/> Acesso em 16.3.2026.

TORRES, Bolívar. **Dorca, a misteriosa ilustradora que intriga pesquisadores**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/dorca-misteriosa-ilustradora-que-intriga-pesquisadore>

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. **Editora Globo**: uma aventura editorial nos anos de 1930 e 1940, 2. ed. São Paulo: Edusp/ComArte, 2021.

TRAVASSOS, Nelson Palma. **Nos bastidores da literatura**. Prefácio de Monteiro Lobato. 2. ed. São Paulo: Edart, 1964.

TRAVASSOS, Nelson Palma. **Livro sobre livros**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TRINDADE DA SILVA, Maurício. **Mário de Andrade epicentro: sociabilidade e correspondência no Grupo dos Cinco**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

UTSCH, Ana. O livro como coleção: bibliofilia, edição, encadernação e literatura na França do século XIX. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** – v4, n. 2, jul/2015 – dez/2015

VERÍSSIMO, Erico. **Um certo Henrique Bertaso**: Pequeno retrato em que o pintor também aparece. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

WASTH RODRIGUES, José. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Martins/Edusp, 1975

WOLFF, Kurt. **Memórias de um editor**. Tradução Flávio Quintale. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

Zero Hora, Porto Alegre, 1/12/2013

ANEXO 1



O então governador Adhemar de Barros discursa tendo ao lado José de Barros Martins



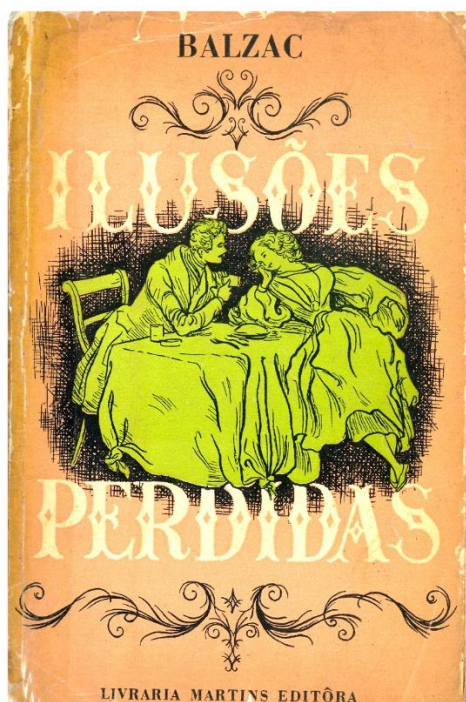
Ao lado, Jorge Amado, Martins e um terceiro conviva. Acima, Edgard Cavalheiro e Dorival Caymmi em festa na casa do editor

FOTOS: ACERVO JOSÉ FERNANDO DE BARROS MARTINS



Em festa na casa de Martins, Inezita Barroso toca para os presentes. À direita na foto, Martins está olhando para a câmera; ao lado dele, também de bigode, Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo de 1951 a 1955

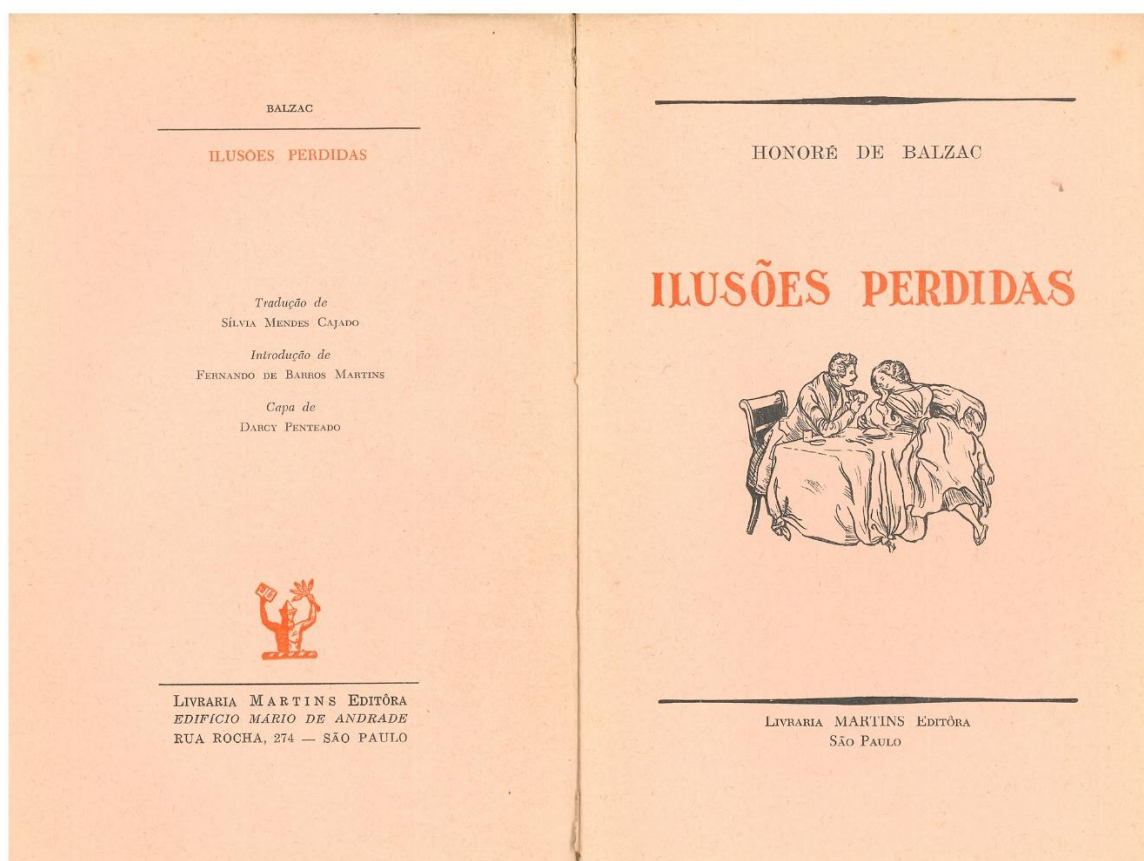
ANEXO 2



A segunda edição de *Ilusões Perdidas* e o caderno de 32 páginas em papel couché, com capa de Darcy Penteado e ilustração de Balzac por Paul Gavarni



Balzac, glorificado pelas mulheres de trinta anos



As ilustrações de texto inseridas nesta obra são de autoria de Paul Gavarni, famoso desenhista, aquarelista e litógrafo francês do século passado. Gavarni é o pseudônimo artístico de Guillaume Chevalier Sulpice, tendo surgido graças a um equívoco. Uma aquarela enviada ao Salon de 1829 sob o nome de Gavarnie, propiciou ao redator a confusão do nome do lugar representado com o do autor. Assim apareceu o pseudônimo com que o jovem Chevalier se tornaria célebre.

Chama, principalmente, atenção em seu desenho a forma leve e graciosa, espirituosa mesmo; servem-lhe de modelo tipos de todas as camadas sociais.

Colaborando de início em revistas e jornais da época, como «La Mode», «L'Artiste» e «La Silhouette», veio adquirir renome por volta de 1832, quando de sua passagem pelo «Charivari». Prêso por dívidas, mal recobra a liberdade demanda à Inglaterra onde produz numerosos desenhos. De volta a Paris, traça pequenas obras-primas, provando que nada perdera do espírito gaulês. Morre em Paris a 24 de novembro de 1866 com 62 anos de idade.

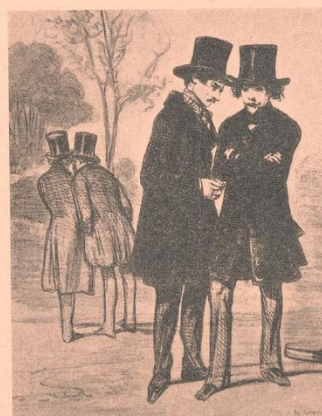


O senhor de Chandour (pág. 63)

Na abertura das páginas que remetem à história do romance, um texto conta o histórico do ilustrador; a seguir, a imagem do senhor de Chandour, personagem chave da trama



Estanislau apareceu sem ser ouvido (pág. 105)



As testemunhas colocaram os adversários a vinte e cinco passos um do outro (pág. 111)

Curiosamente, as ilustrações colocadas no início da edição antecipam muitos dos principais desdobramentos da narrativa, como o duelo de que participa Chardon/Rubempré



O camarote pareceu agitado por uma conversação em que se tratava de Luciano e da senhora de Bargeton (pág. 140)



"Se não vendermos em um ano quinhentos exemplares de *Léonide*?" (pág. 157)



"Como são gentis êstes dois enamorados!" (pág. 285)



A alegria da atriz dissipou as inquietações do poeta (pág. 338)



A criada acabara de vestir a atriz de espanhola
(pág. 220)



As pernas das duas atrizes pareciam ter mais espirito
que o autor (pág. 239)

ANEXO 3

ACERVO JOSÉ FERNANDO DE BARROS MARTINS

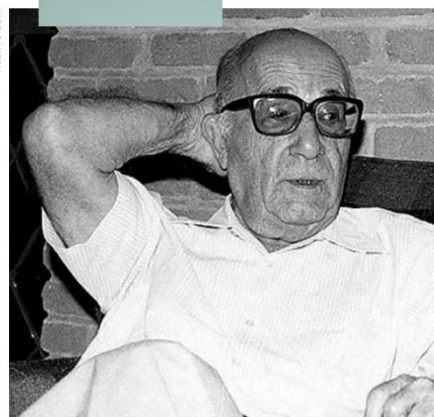


O editor José de Barros Martins e a imagem de Mário de Andrade: inspiração nos ideais do intelectual modernista



Rubens Borba de Moraes, bibliófilo, amigo “sabido” de Mário e autor do modernista *Domingo dos séculos* (1921)

ACERVO BIM



ANEXO 4

No link abaixo, encontram-se todos os livros do catálogo localizados na pesquisa, contendo títulos que compreendem o período de 1939 a 1975, além de um título esparsa, publicado em 1980. Há informações sobre título, autores, gênero, ano de publicação, coleções a que pertenceram, tradutores, ilustradores/capistas, autores de paratextos, edições anteriores e outras observações avaliadas como de importância.

[Catálogo da Livraria Martins Editora](#)